



Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Filiada à Associação Psicanalítica Internacional desde 1963 e
à Associação Brasileira de Psicanálise

Presidente

Gerson Isac Berlim

Secretário

Paulo Fernando B. Soares

Secretário Científico

Raul Hartke

Tesoureiro

Ruggero Levy

Conselheiros

Isaac Pechansky

Luiz Carlos Mabilde

Diretora do Instituto

Marlene Silveira Araujo

Secretário do Instituto

Sérgio Lewkowicz



ISSN 1413-4438

Revista de Psicanálise

da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Indexada na Base de Dados LILACS desde 1997

Rua Gen. Andrade Neves, 14 conj. 802

90010-210 - Porto Alegre-RS

Tel/Fax: 051 3224-3340

E-mail: revista@sppa.org.br

Homepage: www.sppa.org.br

Volume X - Nº 2 - Agosto - 2003

Editor

José Carlos Calich

Editores Associados

Executivo: Paulo Oscar Teitelbaum • **Redação:** Paulo Henrique Favalli • **Seções Especiais e Entrevistas:** Viviane S. Mondrzak

Conselho Consultivo

Carlos Gari Faria - SPPA • Carmen Médici de Steiner - APU • Elias Mallet da Rocha Barros - SBPSP • Elizabeth T. de Bianchedi - APdeBA • Joel Nogueira - SPPA • Jorge L. Ahumada - APdeBA • Juan Francisco Jordán Moore - APCh • Julio Moreno - APdeBA • Leopold Nosek - SBPSP • Maria Olympia de A. F. França - SBPSP • Mauro Gus - SPPA • Ney Couto Marinho - SBPRJ • Norberto C. Marucco - APA • Paulo Fonseca - SPPA • Plínio Montagna - SBPSP • Raquel Zak de Goldstein - APA • Ricardo Bernardi - APU • Robert Michels - APsaA • Virgínia Ungar - APdeBA

Conselho de Revisores

Alírio Torres Dantas Junior - SPR • Arnaldo Chuster - SPRJ • Bruno Salésio da Silva Francisco - SPPel • Carlos Edson Duarte - SPRJ • Cláudio Laks Eizirik - SPPA • David Epelbaum Zimerman - SPPA • Flávio Rotta Corrêa - SPPA • Germano Vollmer Filho - SPPA • Isaac Pechansky - SPPA • Juarez Guedes Cruz - SPPA • Luiz Carlos Mabilde - SPPA • Marlene Silveira Araujo - SPPA • Nilde J. Parada Franch - SBPSP • Paulo Fernando B. Soares - SPPA • Raul Hartke - SPPA • Roaldo Naumann Machado - SPPA • Roberto Gomes - SPPA • Roosevelt Moises S. Cassorla - SBPSP • Ruggero Levy - SPPA

Conselho Editorial

Anette Blaya Luz • César Luís de Souza Brito • Gisha Brodacz • Lucia Thaler • Luciane Falcão • Luisa Maria R. Amaral • Magali Fischer • Matias Strassburger • Patrícia Fabrício Lago • Rose Eliane Starosta • Tula Bisol Brum

Secretária Executiva

Irma Ângela Manassero

Revisão

Clotilde Favalli

Capa

Arte: Lívia Amaral

Composição

Luiz Cezar F. de Lima

Impressão

Gráfica Editora Pallotti



Figura da capa: One Century Smites Another. Bronze com base mármore, 1999. 34" x 16" 91/4". Direitos de utilização da imagem gentilmente cedidos pelo artista.

Produção gráfica: Livia Amaral

Saint Clair Cemin:

Artista plástico gaúcho, nascido em Cruz Alta, RS, em 1951. Residente em Nova Iorque desde 1978. Estudou em Paris, onde recebeu formação clássica na École Normale Supérieure des Beaux-Arts. Iniciou sua trajetória artística com gravuras, aquarela, bico-de-pena até chegar às esculturas atuais. Sua projeção internacional se deu com as esculturas produzidas a partir de 1983 e nos mais diversos tipos de materiais que vão do ferro à porcelana, passando pelo mármore, cobre e resinas sintéticas. Revela um interesse pelo onírico, pelo inconsciente, o que transparece através do uso de formas e materiais fora do contexto, convidando o espectador a buscar o que não está aparente, o que está além da percepção.

É o artista brasileiro homenageado na IV Bienal de Artes Visuais do Mercosul, quando será lançada a mais completa publicação de sua produção artística. O livro terá como título "*Saint Clair Cemin, escultor de Cruz Alta*", escrito pelo norte-americano, *Richard Milazzo*, e publicado pela editora Cosac & Naify.

R 454 Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre / Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. – Vol. X, nº 2 (ago., 2003) – Porto Alegre: SPPA, 1993 –

Quadrimestral

ISSN 1413-4438

1. Psicanálise – Periódicos I. Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

CDU: 159.964.2 (05)
616.89.072.87 (05)

CDD: 616.891.7

Bibliotecária Responsável: Mônica Nodari Borges
CRB/10 - 900



Vol. X - Nº 2 - Agosto/2003

S U M Á R I O

EDITORIAL
José Carlos Calich / 201

ARTIGOS

Ser uma mulher? O ponto de vista de uma psicanalista
Danielle Quinodoz / 205

A propósito da família na atualidade
José E. Milmaniene / 223

Brincar e associação livre: semelhanças e diferenças no tratamento psicanalítico da criança e do adulto
Cátia Olivier Mello / 235

SEÇÃO ESPECIAL: BOTELLA

Figurabilidade e regrediência
César Botella e Sára Botella / 249

CINEMA E PSICANÁLISE

Transgeracionalidade e ressignificações: a propósito do filme *A colcha de retalhos*
Marlene Silveira Araújo, Mery Pomerancblum Wolff, Marli Bergel, Maristela Priotto Wenzel, Nazur Aragonéz de Vasconcellos, Ricardo Heberle / 345

ENTREVISTA

César Botella / 355



Atenção montador
a página **200** é branca





Editorial

O momento em que cada número de nossa *Revista* ganha seu formato definitivo, após vários meses de preparo cuidadoso, discussão de cada um de seus artigos e dos muitos detalhes editoriais, reveste-se de um atrativo particular, espécie de paternidade coletiva, quando, orgulhosamente, liberamos nossa produção da segurança de nossos limites em direção a um rumo próprio num mundo de infinitas possibilidades a sua frente.

Quanto maior nosso empenho, maior o impacto da realização. Os números deste ano, comemorativos aos 10 anos da *Revista*, carregam um importante investimento da Comissão Editorial e de seus colaboradores, apoiados pela atual diretoria de nossa Sociedade. É compreensível, pois, que sua concretização seja objeto de grande contentamento.

Prosseguindo no propósito de publicarmos contribuições de nossos convidados, o presente número inicia com o artigo original, “Ser uma mulher? O ponto de vista de uma psicanalista” de Danielle Quinodoz, visitante da Sociedade de 16 a 18 de outubro e que, no dia 17, apresentará, sob forma de conferência, o trabalho aqui publicado. Nesse artigo, Quinodoz revisa os pontos de vista freudiano e pós-freudiano do papel da castração e da vergonha, aborda a partir da clínica a evolução das fantasias sobre o órgão feminino inerte e sua evolução para a atividade, a questão da homossexualidade estruturante e reforça a idéia de uma definição do feminino através do positivo.

O artigo seguinte, “A propósito da família na atualidade”, da autoria de José Milmaniene, nosso visitante em junho último, aborda as dificuldades das constituições familiares na atualidade, sua interação com o imaginário social e, neste contexto, seu papel gerador de patologias. Tem como tema central a tese da defecção estrutural da figura paterna, abordada com um referencial lacaniano, sugerindo que, para a manutenção da “normalidade neurótica” dos filhos, são necessárias a preservação da figura do pai e sua precedência sobre o Saber, bem como a diferenciação dos papéis maternos e paternos na estrutura familiar.

Cátia Olivier Mello, de nossa Sociedade, é a autora de “Brincar e associação livre: semelhanças e diferenças no tratamento psicanalítico da criança e do adulto”, em que revisa as origens filosóficas e a evolução e modificações do conceito de associação livre, estabelecido como uma linguagem, e suas equivalências possíveis com o brincar como forma de expressão e atividade mental.

Na seção de cinema e psicanálise, componentes do Curso de Formação de Psicanálise de Crianças e Adolescentes da SPPA discutem, utilizando o filme “A colcha de retalhos”, detalhes da formação da identidade na adolescência, baseando-se nos conceitos de transgeracionalidade e ressignificação.





José Carlos Calich

Nossa seção especial traz um importante trabalho de César e Sara Botella, “Figurabilidade e Regrediência”. Esse texto, apresentado no 61^o *Congrès des Psychanalystes de Langue Française* em janeiro de 2001, foi primeiramente publicado no *Bulletin de la Société Psychanalytique de Paris* e prontamente reproduzido no número especial, referente ao mesmo congresso, da *Revue Française de Psychanalyse*. A revista francesa, editada pela *Presses Universitaires de France (PUF)*, de forma gentil e imediata nos autorizou sua tradução e publicação, o que muito lhe agradecemos.

César e Sara Botella têm se destacado como autores criativos, minuciosos nas interrogações e investigações sobre o funcionamento psíquico e consistentes em sua argumentação. Com sólida formação freudiana, têm marcada influência de André Green e de W. Bion, entre outros pensadores psicanalíticos que podem ser melhor conhecidos na entrevista ao final deste volume. Nela, César Botella fala de sua formação e esclarece com desenvoltura diversos aspectos polêmicos de suas teorias, permitindo um maior entendimento de seus pontos de vista, objetos de crescente interesse no cenário psicanalítico internacional. No ensaio ora publicado, os autores fazem uma cuidadosa tentativa de ampliar a compreensão da vida psíquica através do estudo do “trabalho da figurabilidade” enquanto movimento de transformação de conteúdos mentais marcados pelo sexual primordial e indo além da representação. Estudam o papel da “regrediência” como potencial de transformação, como a capacidade e a qualidade que permitem alterações na dinâmica representação–percepção–alucinação. Através desses movimentos redefinem os estados primitivos da mente, o acesso ao irrepresentável e a escuta psicanalítica. Para atingir seus objetivos, abordam cada um dos conceitos em detalhes, diferenciando-os, contextualizando-os e comparando-os com os conceitos de regressão, vida onírica, *rêverie*, suas relações com a transferência e com o pulsional, para citar alguns exemplos dentro da amplitude da contribuição.

Conforme antecipamos, a publicação dessa seção especial, representou um investimento significativo da Comissão Editorial da *Revista de SPPA*, com um destaque para o grupo de colegas, Alice Becker Lewkowicz, César Luis de Souza Brito, Gisha Brodacz, Luciane Falcão e Ruggero Levy que, coordenados por nosso Editor Associado de Redação, Paulo Henrique Favalli, tiveram a árdua tarefa de revisar a tradução do denso e longo texto de nossa seção especial e o fizeram com dedicação e competência. Cabe destacar também a colega Luciane Falcão, de nossa Comissão Editorial, pela cuidadosa tradução da entrevista de César Botella e pelos inúmeros contatos com esse autor, que permitiram que texto e entrevista fossem publicados.

Uma boa leitura a todos,

José Carlos Calich

Editor da *Revista de Psicanálise* da SPPA





Artigos





Atenção montador
a página **204** é branca





Ser uma mulher? O ponto de vista de uma psicanalista

Danielle Quinodoz, Genebra*

A autora observou que, quando suas analisandas definem a feminidade unicamente pela negativa (uma mulher é um ser sem pênis), elas são dominadas pela “inveja do pênis, tão bem colocada em evidência por Freud. Com frequência experimentam sentimentos de decepção, vergonha e culpabilidade. Logo que essas analisandas tomam consciência que o fato de não ter “um” dos dois sexos permite ter o “outro”, é a presença de seu sexo feminino que as define como mulheres e não mais unicamente a ausência de sexo masculino. É assim que aparece nessas analisandas uma nova realidade de fantasia, em busca das riquezas femininas ocultas.

* Membro Efetivo da Sociedade Suiça de Psicanálise.



Eu *sei* que sou uma mulher. É evidente. Mas também *sinto* que sou uma mulher, o que se revela bem menos evidente à reflexão. Como ocorre que eu o *sinta*? O que é que constitui a especificidade do feminino? Interrogar-se sobre o feminino é sublinhar a diferença entre as mulheres e os homens. Mas no instante mesmo em que pensamos “diferenças”, pode-se insinuar uma idéia de hierarquia: quem é o mais forte? Assim sendo, desejo situar-me em uma perspectiva na qual, sem me ocupar de qualquer hierarquia, as diferenças ressaltem a originalidade de cada um.

O ponto de vista de Freud

No início da vida: o mesmo objeto de investimento para os bebês dos dois sexos

Freud põe em evidência que, no início de suas vidas, os bebês dos dois sexos investem com prioridade a mãe, aquela que os pôs no mundo, os alimenta e lhes propociona os primeiros cuidados. Para a menina como para o menino a mãe é o primeiro objeto. Mas essa situação muda desde o momento em que o complexo de Édipo começa a apontar. O menino vai manter o mesmo objeto de investimento: a mãe que lhe dava os primeiros cuidados vai se tornar aquela com quem ele quer casar. A menina, ao contrário, vai mudar de objeto: a mãe não permanece o objeto investido e sim o pai. É ele que a menina quer esposar.

Para Freud essa mudança de objeto implica em diligências muito diversas nas crianças dos dois sexos: o menino vive esse período sob o signo da *angústia de castração* e a menina sob o signo da *inveja do pênis*. Examinemos essa diferença de modo mais detalhado a fim de melhor compreendermos o que se passa distintamente nas meninas e nos meninos.

O papel da angústia de castração no menino

De acordo com Freud, na perspectiva do *Édipo direto*, o menino deseja casar com sua mãe e eliminar seu pai, o rival. Ele teme que o pai, bem mais forte que ele, o castre para puni-lo de seus desejos edípicos e defender seu território. O filho experimenta uma angústia de castração real, mesmo que a castração que o ameaça – ele a sente desse modo – seja quase sempre mais simbólica que real. Essa angústia vai servir de motor para o menino e lhe permitirá eliminar totalmente seu complexo de Édipo. Com efeito, para salvar seu pênis, o filho vai renunciar a casar com a





mãe e a eliminar o pai. Dessa maneira ele não correrá mais o risco de ser punido e a angústia de castração não terá mais razão de se manifestar. O filho será assim aliviado de sua angústia de castração logo que tiver superado seu complexo de Édipo.

Caso permaneça aí, o menino vai inconscientemente *introjetar* esse pai rival castrador. Isto é, há de guardá-lo simbolicamente nele mesmo como uma personagem interna ameaçadora que vai colorir por inteiro sua vida de homem. Por exemplo, a cada vez que se confrontar com uma relação de hierarquia, poderá, logo a seguir, reagir dizendo-se inconscientemente: “Por medo de represálias é que eu não faço o que a autoridade reprova”; ou, se for menos dócil, sua reação será antes a de dizer-se: “Eu me rebelarei sempre contra toda autoridade, pois ela o que quer é me castrar”. Outros ainda, inconscientemente, colocar-se-ão na posição daquele que castra pessoas vistas como inferiores. Seu *superego* é *castrador*, alguns detendo aí sua evolução.

Mas, para superar o complexo de Édipo, pode-se abrir uma outra via complementar à precedente, sem que uma impeça a outra. Ou seja, para o filho, o pai não se trata unicamente do rival a abater, ele permanece também um amado companheiro de brincadeiras. Ele não quer fazer sofrer esse pai que tanto se ocupou dele, quer guardá-lo como pai. Além disso não quer perder a mãe tornando-a sua esposa. Daqui em diante, caso deseje renunciar a seus desejos edípicos, é para proteger e conservar seus primeiros objetos de investimento. Recusando a realização direta de seus desejos, o pai protegeu seu filho e lhe permitiu evoluir. O filho pode, então, inconscientemente, introjetar um pai protetor. Seu *superego* é *protetor*. Vemos assim a ambivalência dos desejos edípicos; como, de um lado, a criança pode desejar esposar sua mãe e matar seu pai e, ao mesmo tempo, de outro, com igual força, querer que os pais resistam a sua aspiração.

Reencontramos isso na análise, logo que os pacientes transferem para o analista seus desejos edípicos e lhe pedem, por exemplo, de modo manifesto, atos de ternura ou amor. É da maior importância que o analista não ceda a esses atos, mesmo se mostrando muito frustrante, pois é fundamental que o paciente possa tomar consciência de que, se deseja gestos de amor do analista, ele deseja com mais força ainda que esse resista e permaneça no seu lugar de analista/pai.

Com efeito este esquema se complica, já que devemos ter em conta o que chamamos de *Édipo invertido*. Na sua admiração pelo pai, o filho, em vez de se identificar com o pai que ama a mãe, quer também, inconscientemente, identificar-se com o objeto amado pelo pai, isto é, com a mãe. Podemos assim ver em cada homem uma identificação com o pai e uma identificação com a mãe, o que é decisivo para que ele possa compreender uma mulher.

Assinalo ainda que, no momento em que o menino está a ponto de superar seu





complexo de Édipo, ele pode experimentar um grande desejo de se aproximar de novo do pai, admirado e forte, que soube seduzir a mãe. Esse desejo que, por vezes, se tomou como homossexualidade, é importante que seja compreendido, pois vamos reencontrá-lo em simetria nas meninas. Esse desejo no menino significa: “Papai, eu me coloco totalmente junto a ti, para que tu me mostres como fazes para amar mamãe. Me ensina como amar as mulheres e quem são as mulheres.” Se neste caso alguns falam de homossexualidade, deve-se dizer que se trata de uma *homossexualidade estruturante normal*.

O que, segundo Freud, se passa nas meninas? O papel da inveja do pênis

Acabamos de ver que a angústia de castração serve de motor para a evolução edípica dos meninos. Ora, Freud mostra que as mulheres não têm esse motor, pois, mesmo se apresentam um complexo de castração, elas não podem experimentar a *angústia da castração*, pois, não tendo pênis, não têm como temer-lhe a perda: “As mulheres, que têm com certeza, um complexo de castração, não podem ter a angústia de castração (Freud, conferência, *Angoisse e vie pulsionnelle*, 1933, p.119). Assim as meninas nunca chegarão a se desfazer totalmente do complexo de Édipo, pois elas não têm esse motor de evolução que é a angústia de castração. Para Freud a menina vive seu complexo de castração sob a influência da *inveja do pênis* – expressão que significa que a menina inveja o pênis que o menino possui. Ela cogita, às vezes, que esse pênis desejado poderá ainda crescer ou que ela poderá obtê-lo. Freud observa que, mesmo quando uma menina tem uma idéia muito clara da real anatomia de seu corpo, seu desejo pode permanecer longo tempo “preso” no inconsciente: “Ela, a menina, se prende ainda por longo tempo ao desejo de obter também algo como isso, ela crê nessa possibilidade até uma idade mais avançada do que se pensa”, “...em tempos em que o conhecimento da realidade afastou como inacessível a satisfação desse desejo, a análise pode ainda demonstrar que ele permaneceu conservado no inconsciente e que ele guardou um investimento de energia considerável” (Freud, 1933, p.167-168).

Para Freud, a conscientização da ausência do pênis acarreta na menina o sentimento de que ela tem menos valor que um menino. Essa desvalorização, ela vai estendê-la às mulheres em geral e, em particular, à mãe. “A *menininha torna sua mãe responsável de sua falta do pênis e não lhe perdoa essa desvantagem*” (Freud, 1933, *La feminité*, p.167). Ela abandonaria então o investimento de amor por sua mãe, deixando emergir a hostilidade edípica em relação a ela. Com efeito, decepcionada por não ter recebido um pênis da mãe, voltar-se-ia para o pai para dele obter um bebê que representaria para ela um equivalente do pênis: “*Com essa transferência do de-*





sejo da criança-pênis para o pai, a menininha entra na situação do complexo de Édipo” (ibidem, p.172). Como conseqüência, a mãe torna-se uma rival que obtém do pai a criança-pênis que ele recusa à sua filha. Para Freud, portanto, a evolução das meninas consiste em aceitar o que elas sentiriam como uma inferioridade biológica, compensando-a com a satisfação de receber um bebê do pai, o bebê sendo um substituto do pênis.

Freud mostra, então, que o que se passa quanto ao complexo de Édipo na menina é, em certo sentido, o contrário do que se passa no menino. A angústia de castração do homem desaparece logo que ele se desvia de sua mãe para casar com uma outra mulher, mas a inveja do pênis na mulher não desaparece logo que ela se desvia de seu pai para casar com um outro homem. Ela deixa sua mãe, que não lhe deu um pênis, para pedir um a seu pai sob forma de criança. Mas logo que ela se afasta dele na direção de um marido, continuará a pedir a esse último a criança-pênis que antes reclamava daquele. Não se alivia de sua inveja do pênis, continua a ter que se contentar com um substituto. Freud conclui, e cito: na menina “...o complexo de castração prepara o complexo de Édipo em vez de destruí-lo.”

Os analistas pós-freudianos

O equivalente feminino da angústia de castração masculina

Penso que essa análise freudiana da inveja do pênis é importante e muito útil, mas com uma condição, a de não se perder de vista seu aspecto parcial. Não sou a primeira a pensar que a análise feita por Freud do complexo da menina e de sua inveja do pênis não insiste senão sobre um dos aspectos da sexualidade feminina e que ela constitui uma teoria sexual infantil que as mulheres são levadas a superar quando há uma evolução normal de sua sexualidade. Após Freud, analistas trouxeram novas contribuições importantes para a compreensão da sexualidade feminina. M. Klein, a primeira, trouxe novos elementos para a compreensão da sexualidade feminina. Para ela (1928, 1932), em particular, a menina tem de imediato um conhecimento de seus órgãos sexuais femininos, mas cito ainda J. Chasseguet-Smirgel (1964), J. McDougall (1964), Jacqueline Godfrind e Florence Guignard entre outras.

Retomemos o desenvolvimento sexual da menina

Parte-se do visível Penso que, no início da vida, o fato de os órgãos sexuais da menina não serem claramente visíveis desempenha um papel importante. Mas um





Danielle Quinodoz

psicanalista não se detém no visível; além do visível, ele se interessa pelo invisível. Em particular, ele sabe que, se os órgãos sexuais femininos não são visíveis na realidade, não deixam de existir e que não somente eles suscitam uma grande riqueza de fantasias como também animam a realidade psíquica dos analisandos dos dois sexos. Sem dúvida não há necessidade de ser psicanalista para convencer-se disso. Contudo essa convicção não ocorre de súbito, ela carece de tempo para estabelecer-se.

Certamente em um primeiro tempo, o pênis representa um papel primordial junto às crianças dos dois sexos, visto que, sendo visível, sua existência é verificável na realidade: tem-se um pênis, ou não se o tem. Isso determina a angústia de castração do menino e a inveja do pênis da menina. Por contraste, os órgãos sexuais femininos não sendo visíveis, sua existência não é evidente. A menina vê o sexo de seu irmão ou de um amiguinho e ela não tem pênis. Ele crescerá? A gente lhe diz que ela terá seios como mamãe. Mas por enquanto ela não os tem. Eles crescerão? Ela terá mais tarde um bebê em seu ventre...Mas mais tarde...Isso ainda não se vê. E compreende-se bem que, para alguns, nesse primeiro tempo, a especificidade feminina pareça definir-se pela negativa: uma menina é um ser sem pênis, “*um menino malogrado*” dirá Jones. As observações que põem em evidência a inveja do pênis não faltam: todo mundo pôde ver meninas que, observando irmãos ou companheiros de brincadeiras, tentavam obstinadamente fazer pipi de pé como os meninos. A partir da incapacidade de realizá-lo, elas podem fantasiar: “Alguma coisa falta em mim...eu quero destruir o que o outro tem...eu vou tirá-lo dele...por que sou punida?...Eu sou má, já que sou punida...Mamãe não me amou, já que ela não me deu um pênis. Ela é má...Ela teria fracassado comigo? Eu sou nula...etc”.

Em minha opinião, o fato de que o sexo feminino seja invisível, ou pouco visível, não basta para justificar que ele não seja conhecido pela menina. Com efeito não só uma percepção proprioceptiva de órgãos invisíveis pode desempenhar um papel, mas sobretudo há um conhecimento fantasioso da imagem do próprio corpo mantida pela rêverie da mãe e do pai, assim como pela maneira como o ambiente se conduz frente à criança. Certamente não se trata de um conhecimento racional anatômico ou psicológico em relação com a realidade exterior; trata-se de representações internas do próprio corpo ligadas a fantasias corporais inconscientes.

Nesse nível diversas circunstâncias podem favorecer ou não, na menina, a tomada de consciência da presença de seus órgãos femininos. Há famílias em que o ambiente percebe o que não se vê e em que os pais falam a seus filhos sobre o interior de seus corpos e respeitam o que a criança experimenta ou sente. Falam a sua filha do que existe dentro de seu ventre, o futuro é levado em conta, por exemplo: teus seios vão crescer, ou tu poderás ter um bebê no interior de teu corpo. Há também crianças que têm maior ou menor facilidade para representar o invisível a si mesmas e a fanta-





siar seus próprios órgãos e as funções que se relacionam com isso.

Nós sabemos como é importante que uma criança tome consciência de que o que não é visível pode ser real. Disso depende a descoberta da realidade psíquica e, em particular, a capacidade de pôr em um plano psíquico aquilo que não poderia ser considerado senão sob um plano concreto. Na mesma ordem de idéias, faz-se evidente que o sentimento de ser uma mulher, ou de ser um homem, não depende da existência concreta dos órgãos sexuais femininos ou masculinos. Para cada um de nós, isso depende de sua existência na realidade psíquica, que se apóia no conhecimento fantasioso de nosso próprio corpo. Se analisandas e analisandos realmente tiveram seus órgãos sexuais operados e amputados por razões de acidentes ou de doenças, por exemplo, na seqüência de um câncer, nem por isso deixam de permanecer mulheres e homens dotados de sentimentos de identidade feminina e masculina. Do mesmo modo o sentimento de ser uma mulher independe da menopausa. É antes o inverso que se observa: uma analisanda vive tanto melhor a menopausa quanto mais seu sentimento de feminidade corresponda a uma realidade psíquica e não a uma realidade anatômica e fisiológica concreta.

...para se chegar ao monismo fálico

No entanto, a prevalência do visual no começo da vida ajuda-nos a compreender que certos analistas, como Freud, se tenham detido nessa teoria sexual infantil e tenham podido definir os dois sexos em relação à presença ou ausência do pênis. Eles se referem à teoria que se chama de “monismo fálico” (um único órgão sexual é tomado como referência para designar os dois sexos: ou se o tem, ou não se o tem); eles definem a feminidade pela negativa: é feminina uma pessoa que não tem pênis.

Nesse nível quero contribuir com mais exatidões para a distinção entre duas palavras: pênis e falo. Alguns analistas utilizam a palavra pênis para designar o órgão sexual masculino no seu aspecto anatômico e biológico e a palavra falo para designar seu aspecto simbólico e as fantasias relativas a esse. Freud utilizava raramente a palavra falo, mas, quando o fazia, era no mesmo sentido da palavra pênis. Com efeito o que importa para a teoria psicanalítica não é o órgão na sua realidade biológica, mas o papel que esse órgão desempenha para as fantasias. A exemplo de Freud, utilizarei aqui a palavra “pênis” para designar tanto o aspecto biológico do órgão sexual quanto seu aspecto simbólico.

Se conservo a palavra pênis é principalmente para pôr em evidência a ancoragem do psíquico no corporal. Nesse sentido o importante não é somente o órgão em si, mas todas as fantasias que com ele se relacionam, por exemplo, o órgão pênis pode ser o ponto de ancoragem corporal de onde emerge a tomada de consciência da atitude





Danielle Quinodoz

de masculina para erguer-se, para penetrar, para passar de um estado de distensão a um estado de excitação, assim como para fantasiar em torno da distinção entre a função urinária e a função sexual.

Aliás, quando falo dos órgãos sexuais femininos, é também no mesmo espírito, referindo-me tanto ao aspecto simbólico quanto ao biológico. Trata-se para mim, certamente, de psicosexualidade. No que concerne aos órgãos sexuais femininos, são também as fantasias evocadas pelo órgão que importam mais do que o órgão em si. Por exemplo, o útero é o ponto de ancoragem das fantasias que dizem respeito às funções do feminino-maternal, enquanto a vagina é o ponto de ancoragem das fantasias ligadas às funções do feminino-amante e os seios evocam sobretudo fantasias de nutrição.

“Chamar um gato, um gato”

Considero importante que os psicanalistas sejam muito precisos na atenção com que escutam a ancoragem corporal da angústia expressa por seus pacientes e que eles a tomem em consideração nas suas interpretações. Com efeito, o sentimento que os órgãos sexuais femininos estão “escondidos” pode traduzir-se pela tendência a falar deles de modo impreciso, ou mesmo a não os nomear, como se as palavras devessem também escondê-los.

Talvez por essa razão eu deva encontrar uma perífrase para designar “a angústia de ser amputada dos órgãos sexuais femininos”, pois não há termo para nomeá-la em francês, enquanto que, para o menino, há a expressão “angústia de castração.”

As interpretações hão de variar bastante de acordo com a forma com que se reveste a angústia da paciente. Para algumas o sentimento de falta de feminidade é global, elas não sentem no que sua pessoa total, no seu duplo aspecto de corpo e psiquismo indissolavelmente ligados, poderia ou não ser feminina e é toda uma reconstrução de seu corpo fantasiado que elas são levadas a fazer na análise.

Outras têm um sentimento de falta muito mais localizado, elas podem mesmo tomar consciência, no curso da análise, de que não tinham fantasias corporais sobre alguns de seus órgãos femininos; por vezes, certos órgãos são percebidos como “vivos”, enquanto outros permanecem inexistentes. Foi assim que uma de minhas pacientes teve a surpresa de compreender que tinha nela o que chamou de “um quarto de bebês”. Com efeito, até esse momento, ela era consciente tão só das fantasias que mantinha em torno da presença interna de sua vagina. Outras tiveram a experiência de uma descoberta inversa.

São momentos de emoção na análise, quando uma paciente começa a ter um conhecimento fantasioso mais diferenciado do interior de seu corpo e toma consciên-





cia de que suas funções de digestão são distintas das funções de reprodução e de sexualidade genital. Isso tem repercussão na sua atividade psíquica, pois descobrem uma capacidade de acolher ativamente as idéias, são capazes de discriminá-las, digerir-las e lhes permitem crescer e nascer. Elas descobrem que essas funções podem ser ativas e não somente passivas.

A segunda razão que me faz utilizar a palavra pênis para designar-lhe a função simbólica e as fantasias correspondentes é para evitar as confusões provenientes de um desconhecimento da significação dada por Lacan ao termo falo. Lacan trouxe significações interessantes a essa palavra e que ultrapassam bastante o aspecto simbólico ligado ao órgão masculino em si. Lacan, que reserva o termo pênis para designar o órgão masculino, distingue o falo *imaginário* e o falo *simbólico*. O falo *imaginário* é a imagem do pênis, objeto parcial destacável, considerado pela criança como o objeto do desejo da mãe. Nessa ótica, aceitar a castração significa, *para o menino* como *para a menina*, aceitar não ser o falo imaginário da mãe. Quanto ao falo *simbólico*, este é um significante simbólico, pivô único que diferencia os sexos: os homens têm um falo simbólico, enquanto as mulheres não o têm, no plano simbólico sua ausência constituindo por si mesma uma presença. Assim, simbolizando a possibilidade da falta, o falo simbólico pode também simbolizar a aceitação da incompletude indispensável para se renunciar à onipotência infantil.

Mas, se o analista não for atento a isso, pode ocorrer confusões entre o sentido geral da palavra falo e o sentido dado por Lacan. Para numerosos psicanalistas que se referem aos diversos sentidos que lhe atribuiu Lacan, o falo simboliza “a” diferença sexual, mesmo se esse símbolo se inspira na representação do órgão sexual viril. Ora, Lacan está muito preso ao monismo fálico e, aliás, não está nem um pouco interessado na ancoragem corporal do psiquismo. A confusão provém justamente do fato de que esse símbolo se inspira na representação do órgão sexual viril e que o monismo fálico (um só órgão é tomado como referência para os dois sexos) se insinua implicitamente em uma teoria sexual que toma em conta indiferentemente os dois sexos.

A vergonha de uma feminidade definida pela negativa

Mas voltemos ao que as analisandas podem nos expressar no correr de uma análise. Há pacientes que buscam uma psicanálise justamente porque sua feminidade permanece para elas definida pela negativa. Sua história, dominada pela inveja do pênis, é então bem triste, pois as fantasias freqüentemente não verbalizadas se encaixam assim: “Eu não tenho pênis, eu não tenho sexo, eu não tenho nada, eu não sou nada”. Além disso a paciente pode se sentir culpada de não aceitar o que ela pensa ser a realidade. Por vezes se revolta e busca construir-se um pênis de substituição. Por





exemplo, ela tenta inconscientemente demonstrar ser mais forte que os meninos. Ou ainda atribui a uma outra parte do corpo o valor que atribuía ao pênis, ou seja, algumas podem fazer um deslocamento para a cabeça e utilizar as conquistas intelectuais como se se tratasse de um pênis.

As saídas possíveis consideradas por Freud revelam-se decepcionantes, por exemplo, quando avalia que a menina pode pedir a seu pai, depois a seu marido, um substituto do pênis sob a forma de uma criança ...Ou ainda quando diz, eu o cito: “*Se uma mulher se casa ... seu casamento não estará assegurado antes que ela (a mulher) não tenha chegado a fazer do marido também seu filho e a se comportar em relação a ele como sua mãe*” (Freud, 1933).

Felizmente para muitas mulheres a história não termina aí. E as pacientes que não chegam a descobrir sozinhas a continuação de sua história pedem, às vezes, ajuda a um ou a uma psicanalista. Essas pacientes tomaram consciência de que, para se sentir mulher, não basta aceitar não ter um pênis, mas que a especificidade feminina se define de modo positivo; de acordo, as mulheres não têm pênis, mas é a presença de seu sexo feminino que as define como mulheres e não a ausência de sexo masculino. Elas compreendem que, realmente, tinham duas razões de sentir vergonha. Não somente a vergonha de serem sem pênis, mas também a vergonha de terem considerado seu próprio sexo como nada, como se o sexo feminino não valesse a pena de ser tomado em consideração. “Um sexo que vale como manteiga”, dizia-se uma paciente retomando uma expressão de criança.

A partir do momento em que o fato de não se ter sexo masculino permite ter-se um sexo feminino, toda uma nova realidade fantasiosa surge às analisandas para a descoberta das riquezas femininas escondidas. A impossibilidade de ter os dois sexos torna-se uma vantagem. Não ter “um” permite ter “o outro” e permite igualmente ter desejos por uma pessoa que possui o sexo que não se tem, de acordo com um modo de desejar que não é aquele de querer possuir, mas de ser em relação *com*.

A angústia de ser amputada dos órgãos sexuais femininos

Para algumas mulheres, sentir de modo positivo que são mulheres parece elementar: elas sentem que seu corpo de mulher se desenvolveu pouco a pouco ao longo de uma história interna de mulher, através de uma tomada de consciência feminina do tempo (diferente da do homem), em interação com uma realidade fantasiosa de mulher. Todavia para outras, tomar consciência da existência de sua psicosexualidade feminina, de seus órgãos de mulher e de todas as fantasias que os acompanham não é simples. A descoberta da realidade psíquica e da realidade interna fantasiosa podem estar ligadas à tomada de consciência da presença do sexo feminino escondido.





Além disso, como mostrou M. Klein (1932), é ao termo de toda uma aventura psíquica entre a menina, sua mãe e seu pai que aquela toma consciência de ser uma mulher. Esse percurso pré-genital e genital é tecido de desejos, de identificações, de amor e de ódio, de ataques fantasiosos aos órgãos femininos e seus conteúdos assim como de medo de retorsão entre mãe e filha.

Se compreendemos que a mulher é não só uma pessoa desprovida de sexo masculino, mas uma pessoa provida de um sexo feminino, percebemos mais correspondências entre homens e mulheres. De um lado um homem pode ter inveja em relação aos órgãos sexuais femininos, como uma mulher pode ter inveja do pênis. Assim um homem pode experimentar a inveja de esperar uma criança e de pô-la no mundo.

Mas uma mulher pode também ter uma angústia de ser amputada de seus órgãos sexuais femininos, assim como um homem pode ter uma angústia de castração. M. Klein foi a primeira a observar que as meninas pequenas podem sentir a angústia de serem amputadas de seus órgãos femininos e que essa angústia é equivalente à do meninos de serem amputados de seus órgãos viris (D. Quinodoz, 1993): “*A angústia muito intensa da menina quanto a sua feminidade é análoga, poder-se-ia dizer, ao medo de castração do menino, pois ela representa certamente um papel na repressão de suas tendências edípicas*” (M. Klein, 1928, p.238).

Logo que o analista toma em consideração a angústia da menina em relação a suas riquezas femininas, o contexto edípico dela aproxima-se do que Freud observava nos meninos. Em sua rivalidade com a mãe para conquistar o pai, as menina temem muito ser amputadas por retaliação, mas amputadas de seus órgãos sexuais femininos e não de um pênis.

Ao longo de uma análise

Essa ameaça de ser amputada de seus órgãos femininos sentida pelas meninas pode tomar diversas formas mais ou menos psíquicas, mais ou menos corporais.

Exemplos

Ao longo das análises podemos encontrar muitos exemplos dessa angústia feminina de ser amputada dos órgãos femininos. Primeiro nas análises de crianças: os jogos de esvaziar o interior de gavetas, cofres, de os preencher, de devorar, etc. A propósito mencionarei um traumatismo capaz de reforçar essa angústia: os enemas da criança, sobretudo da menina pequena, podem ser vividos como a prova de que a





Danielle Quinodoz

ameaça de ser esvaziada de seu interior era real. Mas também temos exemplos nas análises de adultos: meninas ou mulheres não querem falar de sua sexualidade, de seus amigos e de seus desejos de criança a seu analista, que representa sua mãe na transferência, pois fantasiam que a mãe lhes tirará sua sexualidade, seus amiguinhos e proibirá que elas tenham filhos. Ou ao contrário, o que dá no mesmo, fantasiam que a mãe vai se apoderar dos filhos delas, dirigirá toda a sua vida sexual como se dela se apropriasse. Por vezes isso chega ao ponto de crerem que seu “interior” de mulher foi arruinado, que elas não poderão ter filhos, ou que o filho fatalmente será danificado. Aliás, certos começos de gravidez seguidos de interrupção têm como significação inconsciente para essas pacientes verificar se seus órgãos de mulher funcionam bem. Com efeito certas pacientes se sentem muito culpadas por terem abortado; seu início de gravidez lhes aparece desprovido de sentido ou de não ter senão um sentido negativo. Elas, por vezes, surpreendem-se muito ao descobrir que seu começo de gravidez com efeito tinha também um sentido positivo. Essas pacientes que, nesse momento de suas vidas, não desejavam realmente ter um filho, tiveram, inconscientemente, necessidade de verificar, graças a esse começo de gravidez, que seu interior estava intacto e que podiam ter um filho. Aliás, é importante distinguir o desejo de estar grávida, o desejo de ter um bebê e o desejo de ter um filho, esses três desejos distintos podendo certamente coincidir.

A angústia de ser amputada de seus órgãos femininos pode também exprimir-se de uma outra maneira inconsciente: ocorre que uma paciente mostra sinais exteriores de pobreza para que sua mãe-analista não suspeite que ela possui riquezas tanto exteriores quanto interiores. Assim sendo essa mãe não vai apoderar-se delas, não vai roubar-lhe nada. Mas isso pode ir até o ponto de a jovem, inconscientemente, convencer-se que é pobre de modo a se impedir todo sucesso. Ela não sabe que é rica. Penso em uma paciente que se apresentava vestida como uma pobretona. Ora, essa pobreza aparente exprimia os sentimentos de pobreza psíquica: ela se sentia pobre de memória, de inteligência e de feminidade. Seu medo de ser roubada, caso mostrasse suas riquezas, correspondia, aliás, a seu desejo inconsciente de roubar as riquezas de sua mãe. Ela as invejava inconscientemente, desejava apoderar-se delas e suspeitava que, em represália, sua mãe era movida por desejos equivalentes.

A dor de ser duas vezes nada

Se um analista não toma em consideração a angústia de amputação dos órgãos femininos apresentada por uma analisanda, ele pode colocá-la em uma situação duplamente difícil. Com efeito, como cada ser humano, ela deve aceitar não ter o “outro” sexo, condição indispensável para descobrir seu próprio sexo; mas, além disso,





se sua angústia de ser amputada “do sexo que ela tem” não é reconhecida pelo analista, isso remete a negar a existência de seu sexo de mulher. Com efeito, como mostrava Freud, nós não podemos ser amputados do que não possuímos; portanto, se o analista ignora que uma mulher possa se sentir ameaçada na integridade de seus órgãos femininos, isso pode ser experimentado por sua paciente como se ele pusesse em dúvida a existência mesma desses órgãos e constituir uma ameaça de amputação semelhante à ameaça de castração para os homens. Uma mulher pode, então, experimentar o sentimento de ter “duas vezes nada”: não ter sexo de homem, não ter sexo de mulher e imaginar que o analista confirma esse duplo nada.

Uma analisanda no começo de sua análise sentia uma vaga vergonha ligada à representação que se fizera de seu corpo e, além do corpo, à impressão de ser nula, “*um cesto furado*” disse ela. No fim da análise, quando não era mais tomada desses sentimentos de vergonha, tem um sonho que “*vira uma página*” (Quinodoz, JM, 2002), isto é, no qual ela reviveu um antigo sentimento de vergonha, pondo em representação as dificuldades antigas agora elaboradas. Eu o resumo assim: *O carteiro tinha posto cartas na fenda do muro, sem se dar conta que não havia caixa de correspondência. As cartas estavam esparramadas por terra.*

Segundo as associações da paciente, tratava-se de uma representação inconsciente de seu corpo que punha em evidência uma dupla vergonha: vergonha de ter um corpo sem órgão sexual masculino e sem órgão sexual de mulher, *vergonha de ser duplamente sem nada*, simplesmente uma fenda que se abria sobre um buraco. Através da transferência, pudemos reconstituir que, se a caixa de correspondência da paciente tinha desaparecido, era porque ela fizera desaparecer a de sua mãe, que assim se vingara. Essa analisanda podia verbalizar suas fantasias e era acessível ao simbolismo. O sonho viera quando havia tomado consciência suficiente do sentimento de falta para chegar a representar-se oniricamente o que podia lhe faltar.

Desvalorizar os órgãos femininos tornando-os inertes

O sonho que acabo de mencionar nos permite referir um outro tipo de vergonha e de culpabilidade: uma “caixa de correspondência” sendo um continente inerte, pode oferecer uma representação desvalorizadora do sexo feminino. Toda representação inerte, mesmo se parece de início valorizadora, como “bolsa, caixa de jóias, urna preciosa ou vaso em nácar”, pode revelar uma ferida inconsciente vergonhosa nas pacientes. Com efeito, uma “coisa” – por mais preciosa que seja – não é nada ao lado de um órgão vivo que cria uma relação complexa com seu conteúdo.



Evolução da função continente

Posso analisar ainda mais a forma de ataque precedente (por coisificação), mostrando como pacientes são capazes de evoluir em sua representação da *função continente* no curso de uma análise. Frequentemente nos é possível apreciar, nesse processo, de que modo pacientes homens e mulheres evoluem em seu conhecimento psíquico da sexualidade feminina e masculina (as duas indo de par); eles podem, no início, representar-se o corpo feminino como esburacado e designar o sexo feminino como um buraco (o nada por onde a pessoa se esvazia e que não tem nenhuma capacidade de conter seja o que for) exprimindo a ausência de qualquer órgão. Eles podem, ainda, representar-se o corpo feminino de uma maneira um pouco menos desvalorizada, carregada, contudo, de agressividade, vendo o sexo feminino como uma cavidade que seria um continente-coisa inerte, um pote, um oco, um vaso. Comparada à fantasia do buraco, essa representação tem a vantagem de designar um continente capaz de conservar um conteúdo. Mesmo assim ela permanece desvalorizadora, pois suprime toda a vida, toda possibilidade de interação com o conteúdo e com a pessoa total. Essa representação é tanto mais perniciosa quanto mais pode, às vezes, expressar-se através de imagens idealizadas que dissimulam o ataque sob uma aparente valorização. Por exemplo, um paciente ou uma paciente que se representam os órgãos femininos como ricas urnas ou vasos preciosos parecem tê-los em alta estima. No entanto, sob a aparente valorização, as analisandas podem ser sensíveis ao simbolismo que põe em evidência a desvitalização de seus órgãos de mulher. Elas podem mesmo sentir-se tanto mais feridas quanto mais o ataque inconsciente toma a forma de uma lisonja.

A atitude dos pacientes muda radicalmente desde que aparece a representação do sexo feminino como um *órgão oco vivo* capaz de acolher, conter e expulsar. Com esse *órgão ativo* estamos bem longe da imagem do *vaso* que recebia passivamente um conteúdo, trata-se de um órgão que faz parte integral de uma pessoa total e que mantém relações complexas com o que ele acolhe, participando de uma atividade criadora. Essa evolução das representações do sexo feminino mostra uma evolução correlativa das representações do sexo masculino, pois é bem evidente que uma penetração viril não tem significação relacional objetal se se realiza em um buraco ou em um vaso por mais precioso que seja.

Ora, penso que, se um analista não se mantém muito atento a isso, uma analisanda pode ter a impressão de que seu analista julga adequado que os órgãos femininos sejam representados por um objeto inerte. O analista arrisca-se, então, a ser considerado inconscientemente pelo (pela) paciente como cúmplice da amputação dos órgãos femininos. Se não interpretar o medo transferencial em relação à desvitaliza-





ção dos órgãos femininos da sua analisanda, essa corre o risco de não mais ter confiança em um analista que a deixa só com a angústia de ser nada.

Aliás, é interessante constatar que não são unicamente os atributos femininos que podem ser “coisificados” (por exemplo, o vaso, o cofre de jóias, etc.), mas também os atributos masculinos (o mastro, o cetro, etc.) e que a ameaça de desvitalização pode se dirigir conjuntamente a ambos os sexos. Eu insisto, todavia, em precisar que não é a imagem simbólica de um valor universal em si que eu tomo em consideração, mas que me mantenho alerta para a significação simbólica pessoal que um paciente particular lhe atribui, o mesmo símbolo podendo exprimir uma desvalorização ou uma valorização de acordo com as fantasias de cada paciente.

A fantasia corporal servindo de apoio à *função* continente da analisanda ou do analisando adquire um valor simbólico ainda mais forte quando designa um continente psíquico. Nesse caso, *conter* quer dizer *dar uma* significação. Uma mãe pode conter as angústias de seu filho dando-lhes sentido. Ela torna-se um bom continente para ele. Vemos assim toda a força da bissexualidade psíquica: o pai como a mãe podem dar sentido às angústias da criança e contê-las. A noção de continente libera-se, pois, da forma: o continente não é forçosamente representado por um oco; o pênis, como o útero e a vagina, pode apoiar a função continente e simbolizar a capacidade de dar sentido; cada um de nós pode então funcionar como continente psíquico, segundo seu modelo feminino ou masculino.

É possível que, se o analista valoriza essa rica representação coisificada dos órgãos femininos, a paciente tenha uma reação de catástrofe cuja razão ela própria não compreende. De seu lado o analista também pode desconcertar-se, visto que, em um primeiro movimento, estaria tranqüilo frente à evolução de uma analisanda que, em lugar de representar seu “interior” pelo “nada”, o faria por uma “esplêndida caixa de jóias”. Assim pois, o analista pode desencadear em sua analisanda uma reação que vai do abatimento à raiva, caso não perceba que, na transferência, ele poderia ter sido visto como cúmplice da amputação dos órgãos femininos dela, parecendo alegrar-se com sua coisificação. Aliás, a coisificação em um objeto precioso e valorizado parece por vezes perfeitamente humilhante, pois a paciente pode sentir-se “pressionada”: ela não tem nem mesmo o direito de se queixar, visto que o analista parece, para ela, valorizar essa representação! A vergonha revivida na transferência é então ainda menos exprimível: a analisanda tem vergonha de ter vergonha.

Deve-se salientar que a coisificação do pênis (o cetro, o mastro, etc.) não me parece suscitar uma vergonha análoga, pelo menos em aparência. Talvez isso se deva a um contexto diferente, o pênis sendo valorizado desde o começo por ser visível?





A intimidade mãe e filha: a homossexualidade estruturante

Ao longo de uma análise não é somente o conflito mãe-filha que se representa na transferência, nem somente o desejo de se fundir com uma mãe pré-genital, mas também a necessidade de uma intimidade libidinal mãe-filha, a mãe encontrando-se aqui no seu papel genital de mulher amante (confrontá-lo com o sucesso da boneca Barbie e o perigo desse sucesso). Por exemplo, uma paciente tinha expressado esse desejo de intimidade com a mãe amante que eu representava na transferência através de um sonho no qual me pedia que lhe acariciasse os seios para que crescessem. Essa analisanda tinha tido necessidade que eu reconstruísse com ela, na transferência, as fantasias que exprimiam sua necessidade de descobrir sua própria feminidade ao contato com o corpo de sua mãe. Em suma ela me dizia: “Mamãe, me mostra como tu fazes para amar o papai. Como conhecer os homens.” Ela não podia abordar sozinha suas fantasias, porque precisava que a analista, graças a sua capacidade de rêverie, desse sentido a seus desejos e lhe permitisse descobrir o aspecto estruturante do que lhe aparecia como tendências homossexuais condenáveis. Tratava-se enfim de uma homossexualidade estruturante normal análoga à que se encontra nos pacientes de sexo masculino que necessitam aceitar seus desejos passivos para com seu pai a fim de descobrirem sua própria potência viril.

Na análise uma paciente pode ter necessidade de se descobrir mulher na relação com um analista que, na transferência, representa seu pai. Mas pode ser igualmente importante que ela se descubra mulher, identificando-se com um analista que, na transferência, represente a mãe-mulher genital. Por vezes, contudo, com igual força ela pode esconder esse desejo de se aproximar da mãe-mulher genital ou repudiá-la. Com efeito, o desejo, combinado com a agressividade em relação à mãe-mulher na transferência, suscita todo um cortejo de culpabilidade e de sentimentos de vergonha. Em particular essas analisandas têm com frequência vergonha de que o desejo de aproximação apareça como homossexualidade (com a etiqueta perversa) e temem que, na aproximação com sua mãe, os homens não sejam vistos senão como intrusos. É, aliás, por essa razão que, em um primeiro tempo, a analisanda pode esconder seu desejo de aproximação com sua mãe indo a um analista homem. É importante então que o analista homem tome consciência de que, na transferência, ele não tem o papel de uma mãe pré-genital com um bebê, mas sim o papel de uma mãe-mulher genital e amante.

Uma evolução positiva produz-se na medida em que, sendo verbalizados pelo analista os eventuais perigos da aproximação, a paciente se dá conta de que a força de seu desejo por sua mãe genital desemboca na descoberta de que uma mulher “ama” os homens e que – se há homossexualidade – se trata de uma homossexualidade





estruturante normal (do mesmo tipo da que se encontra no menino), que se abre para o mundo dos homens.

Definir a feminidade de modo positivo: um ganho duplo

No fim de sua conferência sobre a feminidade, Freud confessava que seu conhecimento das mulheres era bastante lacunoso e encorajava nossas próprias pesquisas: “*Se querem saber mais sobre a feminidade, interroguem vossas próprias experiências de vida, ou se dirijam aos poetas, ou então esperem que a ciência possa dar-lhes informações mais profundas e coerentes*” (Freud, 1933). Eu me inscrevo nessa ótica para sublinhar a importância de uma definição positiva da feminidade. A meu ver, definir a feminidade de modo positivo traz um ganho duplo.

Uma definição positiva põe em relevo o papel que os órgãos femininos representam para as fantasias na realidade psíquica das analisandas e dos analisandos. Por exemplo, descobrimos que os órgãos femininos, longe de serem passivos, são contínuos ativos, podendo ativamente acolher, conter e expulsar. Reconhecer sua atividade específica, bem diversa da do pênis, favorece seu desenvolvimento (de ambos os sexos). O segundo benefício de uma definição positiva da feminidade consiste em valorizar não só a feminidade da mulher, mas a do homem no contexto da bissexualidade psíquica. □

Summary

The author noted that when her analysees define womanhood only in the negative (a woman is a man without a penis), they are overwhelmed by the “penis envy”, so well evidenced by Freud. Often do they experiment feelings of disappointment, shame and guilt. Soon these analysees become aware of the fact that their not having “one” of the two sexes allows them to have the “other”. It is the presence of their feminine sex that defines them as women, and no longer only the absence of masculine sex. That is how these analysees join a new fantastic reality, in search of hidden feminine riches.

Resumen

La autora observó que, cuando sus analizandas definen la feminidad únicamente por la negativa (una mujer es un ser sin pene), ellas están dominadas por la “envidia del pene”, tan bien colocada en evidencia por Freud. Con frecuencia experi-





Danielle Quinodoz

mentan sentimentos de decepção, vergüenza y culpabilidad. Después que esas analizandas toman conciencia que el hecho de no tener “uno” de los dos sexos permite tener el “otro”, es la presencia de su sexo femenino que las define como mujeres y no más únicamente la ausencia de sexo masculino. Es así que aparece en esas analizandas una nueva realidad de fantasía, en búsqueda de las riquezas femeninas ocultas.

Referências

- CHASSEGUET-SMIRGEL, J. (1964). La culpabilité féminine. In: *Recherches psychanalytiques nouvelles sur la sexualité féminine*. Paris: PUF, p.129-130.
- FREUD, S. (1909). Le petit Hans. In: *Cinq psychanalyses*. Paris: PUF, 1981.
- . (1916-17). *Introduction à la Psychanalyse*. Paris: Payot, 1961, rééd. 1990.
- . (1923). Le moi et le ça. In: *Essais de Psychanalyse*. Paris: Gallimard, 1981, p.221-275.
- . (1933). *Nouvelles conférences d'introduction à la psychanalyse*. Paris: Gallimard, 1984.
- GODFRIND, J. (2001). *Comment la féminité vient aux femmes*. Paris: PUF.
- KLEIN, M. (1928). Les stades précoces du conflit édipien. In: *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot, 1968, p.229-241.
- . (1932). *La psychanalyse des enfants*. Paris: PUF, 1959.
- MCDUGALL, J. (1964). Considérations sur la relation d'objet dans l'homosexualité féminine. In: *Recherches psychanalytiques sur la sexualité féminine*. Paris: Peyot, p.221-274.
- QUINODOZ, D. (1984). L'incapacité de bien traiter ses objets internes comme expression de l'homosexualité latente. *Rev. Fran. Psych.*, 33, p.745-750.
- . (1990). L'insoutenable incertitude: le fantasme du berceau vide. *Rev. Fran. Psych.*, 6, p.1567-1572.
- . (1993). L'angoisse de castration a-t-elle un équivalent féminin? *Rev. Franç. Psychanal.*, 5, p. 1647-1572.
- . (1994). *Le vertige entre angoisse et plaisir*. Paris: PUF. *Emotional vertigo between anxiety and pleasure*. NY, London: Routledge.
- . (2002). Des mots qui touchent. Une psychanalyste apprend à parler. Paris: PUF. *Word that touch*. NY, London: Karnak Books, 2003.
- QUINODOZ, J-M. (2001). *Des rêves qui tournent une page*. Paris: PUF.

Recebido em 18/05/2003

Aceito em 06/06/2003

Tradução de **Clotilde Pereira de Souza Favalli**

Revisão técnica de **Paulo Henrique Favalli**

Danielle Quinodoz

53 a chemin des Fourches, CH 1223

Cologny-Genève – Suíça

© Revista de Psicanálise – SPPA





A propósito da família na atualidade

José E. Milmaniene*, Buenos Aires

Em seu trabalho, o autor descreve o imaginário cultural sobre o qual deve se desenvolver a família na atualidade. Referem-se, assim, as condições adversas que debilitam a possibilidade de se fundar uma família e as críticas, válidas muitas delas, que se fazem a esse modo de organização social enquanto geradora de patologia. Ancora os conflitos que repercutem na família no fato crucial que supõe a defecção estrutural da figura do Pai. Sustenta que, apesar da crise que afeta a família ocidental, se comprova, mesmo nos grupos marginais e contestadores, um desejo de família. O autor pensa que as formas e os estilos que as estruturas familiares adotarem no futuro são contingentes, com a condição de que se preservem duas características iniludíveis para se assegurar a “normalidade neurótica” dos filhos, a saber: a precedência do Pai no Saber com a conseqüente atenção à sua hierarquia e dignidade, devendo-se manter a distância simbólica entre as gerações e a adequada consolidação da necessária oposição diferencial das funções maternas e paternas. As distorções identificatórias da criança com seus pais vêem-se exacerbadas, quando se elidem as diferenças opositivas do masculino e feminino no par parental. Desenvolve, mesmo assim, algumas considerações sobre as falhas – geradoras de patologia – que tanto se observam nas funções paterna e materna. Finalmente sustenta que a psicanálise deve contribuir com sua leitura imprescindível da atual situação por que passa a família com o objetivo de consolidar uma organização que sustente uma ética da diferença, necessária à constituição da subjetividade.

* Membro Efetivo da Associação Psicanalítica Argentina.



Vivemos em um tempo histórico marcado por intensas transformações tecnológicas e culturais que se expressam em profundas mudanças nos modos de organização do imaginário social e na configuração da estrutura familiar. A família tradicional sofre modificações nos papéis e funções de seus integrantes e, ainda que muitos tenham suposto que seu declínio se aproximava, comprovamos como mesmo os grupos mais contestadores e as minorias sexuais buscam consolidar algum tipo de vínculo familiar. Os seres humanos tendem a estabilizar-se – em função tanto da necessidade de contenção afetiva e proteção frente à eventualidade de uma errática e angustiante vida erótica, como também da necessidade inelutável de gerar uma referência para a criação da descendência – no seio de uma organização amorosa e desejosa que sempre recupera, em sua essência, os modos de vinculação familiar, por mais diversos e não convencionais que resultem os estilos de funcionamento dos laços sociais assim estabelecidos. Obviamente as funções nucleares que devem obrigatoriamente preservar-se são as *funções materna e paterna*, visto que toda arquitetura simbólica se funda no interjogo e oposição diferencial desses papéis, ainda que o seja através de suas falidas mimeses, grosseiras paródias ou inversões, tal como ocorre nos pactos transgressores ou perversos.

Caracterizemos a seguir brevemente qual é o universo em que se inscreve a família na atualidade. Trata-se de um mundo no qual a defecção estrutural da figura paterna gerou uma série de efeitos entre outros:

A. *A perda dos valores e ideais – os que são condição de toda prática sublimatória – com a conseqüente entronização de políticas de prazer assentadas nas atuações e desafios à Lei.* A solidariedade cedeu seu lugar a condutas de exacerbado individualismo, com um marcado hedonismo que mantém o culto da beleza corporal, que costuma derivar nos extremos da anorexia ou do puro esteticismo das “belas formas” sem maior grau de sustentação ética.

B. *A hegemonia das imagens no mundo da mídia em detrimento da palavra.* As cenas íntimas da vida privada são expostas na vida pública, e o exibicionismo impudico com freqüência resulta na obscenidade da pornografia. Esse mundo das imagens fugazes, pobres de narrações consistentes, tende a desterrar a hegemonia da leitura e da escrita. A contemplação passiva dos espetáculos frívolos que diluem a densidade dos acontecimentos parece ter deslocado assim uma ativa e comprometida reflexão lúcida.

C. *Os pactos fundados na precedência do Pai no Saber e numa ética da diferença sexual tendem a ser substituídos por uma realidade em que se perdem os limites, as dignidades e hierarquias simbólicas.* Ao se abolir a articulação binária dos papéis diferenciais masculino/feminino, a realidade configura-se como um conglo-





merado de grupos de diversas identidades sexuais em que a poética do encontro na diferença se dissolve em um mundo marcado pela mesmice “unissex” perversa, monótona e repetitiva.

D. *A desvalorização do Pacto com a Palavra deriva em corrupção e impunidade.* As sociedades atuais encontram-se transpassadas por subornos e conchavos destinados a burlar o rigor igualitário das normas, gerando-se em consequência uma economia infiltrada de especulação e fraude.

E. *A emergência da violência irracional sem código, que busca a destruição gratuita do Outro, como evidenciam os grupos de delinqüentes juvenis ou os skinheads.* Coincidimos com Zizek (2003), que afirma que a *violência do Ego*, baseada no desconhecimento dos princípios e fundada na ambição e no cálculo especulativo e egoísta, e a *violência do Superego*, assentada na devoção fanática e sacrificial da *Causa*, foram sucedidas no presente pela violência do *Id*, caracterizada pela falta de qualquer causa ideológica e sustentada meramente no prazer que busca a lesão brutal ou a destruição do Outro. O século passado padeceu os piores genocídios da história, nos quais milhões de seres indefesos e inocentes foram exterminados cruelmente pelo mero fato de serem diferentes em relação a supostas raças que se consideravam a si mesmas como superiores. Nem mesmo o grande desenvolvimento cultural e tecnológico dos povos mais cultos da Europa pôde agir como freio a uma orgia de sangue na qual a pulsão de morte se expôs na realidade do palco histórico, à semelhança do que ocorre na atualidade com os fanatismos fundamentalistas que mostram o lado feroz, obscuro e obsceno das ideologias totalitárias e das religiões.

F. *A tendência atual a se estabelecerem vínculos superficiais caracterizados por uma forte, ainda que estéril, sedução histórica com escasso ou nulo respeito pela alteridade irreduzível do Outro.* Busca-se usar o semelhante a serviço dos próprios interesses narcisistas, desinteressando-se por conseguinte de toda assunção responsável pela alteridade.

Definitivamente, nós psicanalistas desenvolvemos nossa prática em uma época em que predominam as patologias do prazer, as atuações e os pactos perversos que lhes são inerentes. O mal-estar, o pudor e a angústia de um sujeito destrocado por seus conflitos subjetivos foram substituídos pelos sujeitos da ação, embargados por um cinismo existencial que os leva a buscar as “boas razões” que sempre procuram legitimar suas paixões e fascinação pelo sacrifício masoquista.

É claro que, nessa realidade, as genuínas demandas de análise – sempre destinadas a delimitar e transcender o prazer sintomático em favor do prazer no discurso – tendem a ser deslocadas por uma convocatória encaminhada ou para que permaneçamos como meros “leitores psicanalíticos” dos fatos – privados de recursos operatórios e de possibilidades terapêuticas – ou para convalidarmos estilos ou políticas de





José Edgardo Milmaniene

prazer totalmente alheias aos paradigmas de saúde e enfermidade que a psicanálise estabelece. Recordemos que o campo de desdobramento privilegiado de nossa prática clínica é aquele configurado pela neurose e, se não devemos retroceder frente às perversões ou à psicose, devemos estar atentos quanto à impostura ou simulação que costumam infiltrar-se nas inautênticas demandas de escuta por todos aqueles que, devido a padecerem de “patologias do prazer”, lucram exageradamente com os benefícios de sua enfermidade. Nesse último caso, mais do que buscar as razões das causas de seu conflito, o sujeito costuma vitimizar-se e buscar que a realidade se transforme de acordo com o capricho arbitrário da realidade de seu prazer, tarefa insensata à qual pode convir (resultar funcional) a cumplicidade silenciosa de algum psicanalista.

Sustento que quem acredita escolher qualquer modo de subjetivação que recuse a diferença de sexos e a precedência do Pai no Saber – burlando ou desafiando a Lei imposta por toda referência simbólica absoluta assentada na proibição do incesto e na interdição do Parricídio – se afasta do princípio de prazer e se inscreve no mais além do desconhecimento atuado que impede a busca da Verdade do desejo e a assunção responsável do mesmo. Os estilos existenciais/sexuais não são eleições livres, mas resultam de opções forçadas gestadas na impossibilidade de se renunciar ao gozo que escraviza o sujeito, o qual supõe que escolhe, quando, na realidade, sua escolha é a única possibilidade que se lhe oferece para resolver “restitutivamente” sua extrema dificuldade a renunciar a sua captura narcisista. Trata-se de intentos desesperados, com alto custo subjetivo, de iludir a castração simbólica, que sempre impõe perder Ser o Todo Fálico para ganhar o Pouco de Ser que nos é concedido ao habitarmos o mundo dos símbolos e da linguagem.

A liberdade não consiste em afirmar-se o gozo narcisista, mas, ao contrário, poder renunciar a ele a favor de se poder falar. Sujeito livre é aquele que elege a autenticidade do ato responsável e não quem se apropria racionalizadamente de suas obsessões e tendências “patológicas” para fazer delas sua única causa. Se nós psicanalistas devemos reconhecer e respeitar o direito de cada um organizar seu universo libidinal, devemos também sustentar a consistência de um discurso que, baseado no *Pacto com a Palavra* e na ética da diferença, permita discriminar a saúde da enfermidade, assim como o prazer vital da fascinação pelo risco, enquanto oferta sacrificial masoquista ao Pai. Recordemos que a psicanálise se colocou sempre como uma prática destinada a limitar o prazer pulsional e os mandatos superegóicos, ou seja, entronizou como centro de sua clínica “o sacrifício do sacrifício”.

Se os modelos da família tradicional se encontram doentes de sérias falhas e seus efeitos ocasionam patologias, trata-se de produzir retificações que deixem intocadas no essencial as funções parentais, que são as que geram as necessárias identifi-





cações constitutivas da subjetividade, para que se possam interiorizar os emblemas simbólicos e as fantasias imaginárias próprias de cada sexo. Obviamente o amor resulta imprescindível para o desenvolvimento do filho, mas não basta em si mesmo, visto que se necessita do bem sucedido exercício de ambas as funções parentais – materna e paterna – para a adequada constituição subjetiva do infante.

A criança nasce em um universo simbólico banhado em um mar de significantes, que supõem mandatos, impõem ideais, ordenam os prazeres e os limitam, situam o sujeito em sua linhagem, instauram dívidas e convocam os filhos a realizarem os desejos não cumpridos de seus progenitores. As mensagens parentais latentes e/ou manifestas operam como verdadeiras profecias oraculares, e o nome com que se designa o bebê já supõe um destino. Em conseqüência, é fundamental para a constituição do sujeito um desempenho apropriado das funções parentais. Quanto maior for a distância entre elas e o seu efetivo cumprimento pelos progenitores, maiores serão os custos subjetivos e os conflitos da criança. Sustentamos a importância de se preservar o exercício diferencial dos papéis de ambos os pais, na medida em que um pai deve afirmar os significantes de sua virilidade e a mãe os de sua feminilidade. Caso se produza uma inversão forte e rígida dos papéis – um pai que se “pacifiza” e uma mãe que se “faliciza”, isto é, que dita a Lei ao pai –, incrementam-se os riscos de algum retorno sintomático no filho.

Frente à emergência de novos modos de organização familiar tais como as famílias reconstituídas, monoparentais, de casais homossexuais e transexuais, nos colocamos algumas interrogações: como se desenvolvem as crianças criadas em um universo que recusa ou desmente a diferença sexual, base de todo processamento simbólico e de toda arquitetura identificatória? Como se formará a subjetividade num mundo no qual a reduplicação narcisista especular dos pais desaloja o encontro com a alteridade que o Outro sexo sempre encarna? De que modo situar-se como sujeito da Lei, se os pais a desmentem, quando assumem uma identidade sexual distinta da anatômica?

Sustentamos que, além dos estilos, dos modos históricos, das ideologias ou critérios morais, a estrutura familiar deve assentar-se no interjogo eficaz da função materna e da função paterna, fundamento de toda estruturação subjetiva do infante, que deverá percorrer o árduo caminho que vai desde ser um puro objeto de prazer do Outro primordial até se constituir em um ser de linguagem. As funções parentais alcançam sua finalidade quando o sujeito acede à exogamia e pode liberar-se, graças à assunção de seu próprio desejo, da tarefa de servir de mero instrumento através do qual seus progenitores realizem suas fantasias, dirimam suas batalhas ou saldem suas próprias dívidas. Caracterizemos a seguir ambas as funções parentais:

1. *A função materna.* Tal como Freud ensina, a mãe compensa-se de sua de-





José Edgardo Milmaniene

cepção fálica mediante o filho, que está destinado a preencher e completar sua falta do modo mais perfeito possível. A adequada libidinização da criança como tal e a erotização dos distintos territórios corporais – que se tornarão zonas erógenas enquanto a mãe inscreve em seu corpo nascente as marcas de suas carícias desejosas acompanhadas de suas palavras e sussurros de amor – requer que a mãe deseje um homem e com ele se satisfaça sexualmente, o que previne a instalação de uma simbiose fusional de raiz perversa com seu filho. O corpo biológico do filho adquire estatuto libidinal quando a mãe o insufla narcisisticamente, e as zonas erógenas do corpo objetal são o testemunho dos ritmos e das pulsações de mãos, lábios, olhares e vozes que recortam zonas que carregarão as marcas da diferença que tolera o desejo, desde que o filho não preencha o lugar do homem, dado que, em tal caso, ficará escravizado – real ou imaginariamente – ao serviço sexual dela. Assim uma mãe possessiva e superprotetora, que não olha o homem com desejo, não poderá negativizar seu prazer materno, e a criança há de padecer excessos libidinais não elaboráveis simbolicamente, tais como enurese, enfermidades psicossomáticas, etc. O delicado equilíbrio da erotização materna oscila, pois, entre os extremos do déficit da mãe abandonante e o excesso da mãe perversora, que não permite a entrada da Palavra paterna. Quando a mãe exclui o pai do discurso e se erige como portadora da Lei, o filho há de se confrontar com um superego materno sádico e devorador. Jogado na angústia que gera a apropriação pelo desejo materno, o pequeno clamará pela figura paterna libertadora. Grande parte dos quadros psicopatológicos instalam-se como produto da não dissolução dessa díade narcisismo/mãe fálica, e a criança funciona como parceiro ou progenitor de sua própria mãe, sinal inequívoco da má resolução do próprio complexo de Édipo dessa mãe. A clínica oferece-nos variados exemplos dessa relação simbiótica na qual o filho serve de objeto fetiche/narcisista que completa a mãe. Quando essa se sente absolutamente completada com seu produto e não deseja nada mais além dele, começam a instalar-se as patologias, tal como acontece com as mulheres simbiotizantes, que forcluem o homem enquanto pai, ao usá-lo exclusivamente como reprodutor biológico.

O enigma que representa para a criança o desejo materno, que essa tenta discernir nas suas carícias e mimos, acompanha-se então das vivências angustiantes que se produzem quando se é confrontado com o vazio do Desejo do Outro, que ele veio preencher como objeto predestinado. A saída desse impasse produz-se com a intrusão liberadora e pacificadora do significante do Nome-do-Pai, que vem romper esse momento de (in)feliz simbiose entre a mãe e seu filho. Se permanecesse preso em um abraço amoroso/mortífero com a mãe em torno do Falo, o sujeito não poderia sequer se constituir, visto que permaneceria ardendo nas chamas do gozo edípico, colapsado pelo trauma radical que supõe enfrentar-se com o enigma abismal do Desejo do Ou-





tro primordial. Mas, ao desejar o homem e lhe dar lugar a sua Palavra, a mãe o habilita à:

2. *A função paterna.* É a encarregada de impor o corte libertador, isto é, o limite subjetivante que, ao impedir o prazer incestuoso com a mãe, permite ordenar o caos pulsional. A criança torna-se, graças à proibição normativa, um sujeito da cultura, submetido às regulações, coações e imposições da ordem significante e há de padecer, conseqüentemente, o mal-estar inerente a toda renúncia instintual. A palavra legisladora impõe o limite que demarca o gozo corpóreo com o corpo da mãe, para recuperar o prazer na proporção inversa da lei do desejo. O pai separa o filho da mãe com dois enunciados que sancionam a dissolução da simbiose fusional, a saber: ao filho – “não permanecerás com tua mãe” – e à mãe – “não reintegrarás teu produto” –, tal como Lacan (1999) descreve lucidamente. Obviamente nem todo pai está à altura da função que é convocado a encarnar, e suas falhas inevitáveis são devolvidas pelos sintomas do filho, que apela assim a substitutos paternos – médicos, juízes, religiosos, psicanalistas – para que esses o resgatem, ainda que fora de tempo, do gozo incestuoso com a mãe. Em um texto anterior (Milmaniene, 1989), tentei categorizar as falhas paternas tal como as inferimos retroativamente a partir dos retornos clínicos sintomáticos nos filhos: as que vão das falhas pontuais do pai na neurose à abolição absoluta do Significante do Nome-do-Pai na psicose.

Obviamente, logo ao se enfrentar com a figura real do Pai, dever-se-á consumir o transcendental parricídio simbólico, momento fundante da figura do Pai morto, esvaziado de prazer. Essa operação facilita-se, dado que, ao se transformar em sua própria metáfora, o Pai se constitui em um mediador da mesma Lei simbólica que o transcende e em cujo nome fala e, ao renunciar a seu autoritarismo despótico, possibilita ao filho o aceso ao desejo.

Então a função paterna acha-se exposta a múltiplas falhas, dado que frequentemente o pai não cumpre adequadamente sua função interditora. Ao não introduzir o filho na ordem das proibições simbólicas, contribui para que esse naufrague em um território pulsional imperfeitamente reprimido e sublimado, sendo os sintomas expressão residual do enclave de prazer que persiste, quando a palavra do Pai não impõe oportunamente o limite às satisfações sexuais incestuosas.

Na atualidade observa-se uma acentuada desvalorização da hierarquia da figura do Pai, com tendência a perder-se a necessária distância que deve mediar entre as gerações. A falta de limites gera efeitos deletérios, considerando-se o valor subjetivante dos mesmos; os jovens carecem da ordem pacificadora e da Lei. A falta do limite – é claro que quando esse não traz o *plus* do gozo sádico de quem o impõe – causa um severo desequilíbrio instintual, e o sujeito costuma cair em condutas transgressoras ou aditivas, visto que busca o amor do Pai, a quem reclama a manifestação





de seu interesse amoroso, mesmo sob a forma do castigo e da submissão masoquista. Quando o Pai não comparece ao encontro com sua palavra no momento oportuno, o sujeito sente que não tem importância nem conta para o Outro e assume dolorosa e sintomaticamente a carência do Amor do Pai protetor. Os delinquentes juvenis tornam patente ao extremo essa dialética não resolvida com a Lei e, em suas transgressões, buscam o Pai que sancione, mesmo tardiamente, com o sentido subjetivante da punição, o valor que cada um deve ter para com ele, Pai. A imposição da Lei paterna configura, pois, um modo de reconhecimento amoroso essencial, de tal forma que quem carece de limites os buscará através do círculo vicioso das atuações, a culpa e o castigo (Milmaniene, 1995).

Esse bloqueio para a imposição da Lei tem, na atualidade, múltiplas causas entre as quais se poderiam considerar as condutas reativas ao autoritarismo e ao temor reverente padecido em sua própria infância pelos pais, as não resoluções edípicas, na medida em que o Pai não deixa de ser filho e esse termina impondo a Lei ao pai, assim como a impostura narcisista de amos covardes e inconsistentes que negociam seus filhos, entregando-os às mães, para continuarem, eles mesmos, instalados em seus próprios vínculos incestuosos, etc.

O valor subjetivante da proibição paterna reside, portanto, em que, ao reprimir e limitar o prazer pulsional com o corpo da mãe, possibilita recuperar o prazer no discurso, assim como a poética dos encontros desejosos e as práticas sublimatórias.

A desarticulação das funções parentais na sociedade pós-moderna chega ao extremo de as mesmas se subverterem ao ponto de se anular a oposição diferencial do masculino e do feminino, na medida em que os pais se “maternizam” e feminizam e as mães se “falicizam”, tal como o descreve lucidamente Elisabeth Roudinesco (2003): *“Aos utópicos confiados em que algum dia a procriação se diferenciará tanto do ato carnal, que as crianças serão fecundadas fora do corpo da mãe biológica em um útero emprestado e por meio de um sêmen que não será o do pai, responderemos que, além de todas as distinções que se possam fazer entre gênero e sexo, o maternal e o feminino, a sexualidade psíquica e o corpo biológico, o desejo de um filho sempre terá algo a ver com a diferença de sexos. São testemunho disso as declarações dos homossexuais que sentem a necessidade de dar aos filhos a seu encargo uma representação real da diferença sexual e não somente duas mães, das quais uma faz o papel de pai, ou dois pais, dos quais um se disfarça de mãe.”*

O desejo de preservar a diferença observa-se, pois, mesmo naqueles que não podem mantê-la em suas próprias vidas, dado que percebem o risco que supõe criar a descendência em um universo em que se encontra recusada a diferença sexual, condição da “normalidade neurótica”. Insisti em meu livro *Estranhos casais* (1998) na importância da preservação subjetiva da diferença dos sexos no casal, para que o





mesmo troque seu encontro amoroso em metáfora de amor graças à criação de um novo produto, que terá as marcas de uma origem assentada na “ética da diferença” que supõe a relação entre um homem e uma mulher.

Mas, então, qual é o lugar e a função do analista em relação às novas formas de organização familiar tais como a família monoparental, homoparental ou reconstituídas. Esse deve formular seu discurso junto aos outros discursos – o jurídico, o sociológico, o político, o antropológico – de forma que se gerem espaços de leitura que incluam a dimensão do inconsciente, podendo-se assim entender essa “outra cena”, na qual se desdobrem os prazeres e as pulsões no seio de qualquer modo de organização familiar. Mas a leitura dos fatos não implica nenhuma ordem de abstinência ética – ainda que se imponha afirmar a neutralidade ideológica quando se trata de intervenções terapêuticas – dado que a teoria psicanalítica possui uma teoria da saúde e da enfermidade. A mesma encontra suas referências cruciais na assunção assintomática da castração enquanto simbolização da diferença sexual, assentada na repressão, mais além da desmentida ou da forclusão. Quando se diluem os limites que separam de forma clara a “normalidade neurótica” da patologia clínica – perversões, psicoses – corre-se o risco de se cair em leituras sintomáticas e em extravios na direção da cura. Os psicanalistas se oferecem assim como observadores benévolos e complacentes que se ajustam ao imaginário de uma época que parece ter perdido seu rumo e legitimam com uma escuta passiva o clamor do gozo tal qual se expressa em fenômenos tais como a pornografia infantil, a corrupção, os pactos sadomasoquistas consentidos e as condutas perversas que vão do transexualismo às práticas aberrantes das mutilações corporais com fins estéticos. Porque o respeito pelo direito de organizar a vida sexual de cada um como lhe agrade não implica convalidar o “vale tudo” dos discursos de raiz perversa, que pretendem abolir o horizonte da diferença de lugares e homogeneizar as funções parentais, privando-as dos traços, emblemas e atributos que as singularizam enquanto portadoras da masculinidade e da feminilidade.

A dimensão estrutural da figura paterna – com a conseqüente detenção de seu trânsito em direção à categoria de Pai Morto – evidencia-se na proliferação de figuras que se caracterizam por sua ineficácia para liberar o filho de suas ataduras endogâmicas e propiciar sua inclusão no mundo do desejo, assinalado pela constituinte submissão à Lei. Assim, observam-se pais violentos, irascíveis, autoritários, messiânicos, demagógicos, paranóicos, débeis, bondosos, todos eles senhores impotentes e impostores, incapazes de separar o filho da mãe. Essas variantes do pai imaginário – distantes todas elas de uma função simbólica interdutora eficaz – forcem, portanto, a imolação sacrificial do filho nos altares de um amor eterno que jamais encontra sua resolução além do masoquismo. Então a estrutura familiar se desarticula e naufraga em um caos e uma anarquia que favorece o transbordamento pulsional e as atuações





destrutivas. Todavia comprovamos que, mesmo carentes de guia e proteção paterna, privados de ordem e Lei simbólica e expostos a uma mãe que impõe sua lei infiltrada de gozo e de poder arbitrário, os filhos seguem perseverando em seu “desejo de família”. Esse déficit preenche-se, então, no marco de grupos adolescentes sectários, liderados por guias perversos, que elevam seus desejos caprichosos à categoria de Lei. As facções de jovens delinquentes, as seitas messiânicas, os agrupamentos organizados em torno de bandas musicais, os grupos alternativos tais como os *skinheads* estruturam-se como famílias substitutas, geralmente presididas por sub-rogados paternos que arremedam o pai da horda primitiva descrito por Freud em seu clássico *Totem e tabu* (1903). São grupos nos quais predominam os rituais masoquistas, as práticas transgressoras, as condutas de risco, as adições e as marcas no corpo (tatuagens, perfurações, escarificações, etc.) tendentes a expressar um rechaço estéril à lei simbólica, ao mesmo tempo que a dissolver a diferença de sexos (Milmaniene, 2002). De qualquer modo, o que tratam de preservar é um limite de contenção no qual possam encontrar a identidade psicossocial que sua família não lhes outorga. Trata-se, pois, de um duplo movimento através do qual expressam seu protesto pela falta de uma família, assim como a intenção falida de reencontrá-la nesses grupos que, mais que transcender o sistema normativo, o afirmam em sua inflexão tanática através das sanções e exclusões sociais que proporcionam.

Frente à desordem e aos severos questionamentos que sofre a família atual, à qual se imputa ter-se constituído em um núcleo patriarcal estruturado para domesticar a ebulição do desejo nos altares de uma ordem normativa autoritária e castradora, a psicanálise deve contribuir para o surgimento do que Roudinesco (2003) chama “uma nova ordem simbólica”. Esse lugar de resistência deve sustentar-se como o espaço onde se poderá preservar a identidade singular e criadora do sujeito, submetido à homogeneização de um mundo globalizado que o “serializa” no anonimato que o supõe um simples consumidor a mais do mercado. Ou seja, aceitamos variados modos de organização, distintos tipos de pactos contratuais, diferentes estilos ideológicos, à condição de que se preserve a diferença que implica a existência de ambas as funções parentais, de modo tal que o sujeito possa construir-se no processo mesmo de assumir e elaborar em sua interioridade essa oposição entre a masculinidade e a feminilidade que se lhe transmite. Creio que não há possibilidade alguma de se construir uma arquitetura subjetiva equilibrada entre o “Uno” e o Outro, entre a “mesmidade” e a alteridade, se não for no solo fecundo de uma família que, unida por laços de amor, saiba preservar o encontro entre um pai e uma mãe dedicados à missão de doar ao filho os atributos e emblemas de sua própria condição sexual. □





Summary

In this paper the author examines the cultural fantasmatic aspects under which the family develops nowadays. The circumstances that jeopardize such development and the critique of such circumstances are discussed in order to relate them to the structuring of pathology amongst family members. This problem is attributed, mainly, in today's family organizations, to the diminished strenght of the structural role of the father. It is stated that despite the crises that the occidental family is facing currently, the desire and the need for a family is still very strong even among the more rebellious and outsiders groups of people. The author suggests that the shapes and the styles a family will present in the future depends on how the two following main characteristics are preserved in order to assure a "neurotic normality" of the offspring. The two main characteristics are: the preservation of the Father as the owner of knowledge, as a way to guarantee his place in the family hierarchy, as well as his dignity, keeping the symbolic distance between generations and the preservation of a solid oppositive difference between fatherhood and motherhood. The identificatory distortions of the child with his/her parents are worsened when there is not a clear oppositive difference between the male and female roles in the couple. There are, also, some considerations regarding the failures of the male and female roles and how this is related with pathology among the children. At the end, the author examines the importance of psychoanalysis in the maintenance of a family organization that respects an etics based on the difference so fundamental for the subjective development of the individual.

Resumen

En su trabajo el autor describe el imaginario cultural sobre el que debe desarrollarse la familia en la actualidad. Se refieren así las condiciones adversas que debilitan la posibilidad de fundar una familia y las críticas, válidas muchas de ellas, que se le hacen a este modo de organización social, en tanto generadora de patología. Ancla los conflictos que repercuten sobre la familia en el hecho crucial que supone la defección estructural de la figura del Padre. Sostiene que, a pesar de las crisis que afecta a la familia occidental, se comprueba, aún en los grupos marginales y contestatarios, un deseo de familia. El autor piensa que las formas y los estilos que adopten las estructuras familiares en el futuro son contingentes, a condición de que se preserven dos características ineludibles para asegurar la "normalidad neurótica" de los hijos, a saber: la precedencia del Padre en el Saber, con el consiguiente cuidado de su





José Edgardo Milmaniene

jerarquía y dignidad, debiéndose mantener la distancia simbólica entre las generaciones y la adecuada consolidación de la necesaria oposición diferencial de las funciones maternas y paternas. Las distorsiones identificatorias del niño con sus padres se ven exacerbadas cuando se abolen las diferencias opositivas de lo masculino y lo femenino en la pareja parental. Realiza asimismo algunas consideraciones sobre las fallas – generadoras de patología – que se observan tanto en las funciones paterna y materna. Finalmente sostiene que el psicoanálisis debe aportar su imprescindible lectura de la situación actual por la que atraviesa la familia, con miras a consolidar una organización que sostenga una ética de la diferencia, necesaria para la constitución de la subjetividad.

Referências

- FREUD, S. (1914). Introducción del narcisismo. *A.E.*, XIV.
———. (1913). Totem y tabú. *A.E.*, XIII.
LACAN, J. *El Seminario, Libro 5, Las formaciones del inconsciente*. Buenos Aires: Paidós, 1999.
MILMANIENE, J. E. *La función paterna*. Buenos Aires: Kargieman, 1989. p. 27-34.
———. *El goce y la ley*. Buenos Aires: Paidós, 1995. p.57-64.
———. *Extrañas parejas*. Buenos Aires: Paidós, 1998.
———. *La clínica del texto: Kafka, Benjamin, Levinas*. Buenos Aires: Biblos, 2002. p.119-123.
ROUDINESCO, E. *La familia en desorden*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. p.212-214.
ZIZEK, S. *Las metástasis del goce*. Buenos Aires: Paidós, 2003. p.114-115.

Recebido em 21/05/2003
Aceito em 28/05/2003

Tradução de **Clotilde Pereira de Souza Favalli**
Revisão técnica de **Anette Blaya Luz**

José Edgardo Milmaniene
Amenábar 995, 3° “B”
1426 – Buenos Aires – Argentina
E-mail: josemilman@arnet.com.ar

© Revista de Psicanálise – SPPA





Brincar e associação livre: semelhanças e diferenças no tratamento psicanalítico da criança e do adulto

Cátia Olivier Mello, Porto Alegre*

Este trabalho aborda as semelhanças e diferenças entre duas formas privilegiadas de comunicação no tratamento psicanalítico de adultos e de crianças: os fenômenos da associação livre de idéias e do brincar respectivamente. O brincar como equivalente da associação livre no tratamento de crianças, bem como a presença de momentos lúdicos no tratamento de adultos são apontados como evidência da interseção entre os dois fenômenos.

* Candidata do Instituto de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.



O objetivo deste trabalho é abordar o tema da associação livre de idéias, seu surgimento e sua evolução na psicanálise de adultos e seu equivalente no tratamento de crianças, o brincar. Este é compreendido de uma forma ampla, como um fenômeno humano, razão pela qual a presença de momentos lúdicos no tratamento de adultos é também apontada. Não é objetivo deste trabalho esgotar o assunto, mas sim refletir sobre as duas maneiras de se comunicar (livre associação de palavras e de atos de brincar) no tratamento psicanalítico de adultos e de crianças, suas diferenças, semelhanças e áreas de intersecção. Para isto, inicialmente procura-se situar historicamente o surgimento da livre associação de idéias como técnica de investigação, tal como foi proposta por Freud em 1900, seguida de sua evolução.

Associação livre: rastreando a história

A psicanálise foi criada por Freud como um novo método de tratamento para aliviar o sofrimento psíquico de pacientes neuróticos. Ao mesmo tempo, com o atendimento e posterior reflexão sobre os casos, Freud foi escrevendo, aprimorando e rediscutindo uma teoria psicológica que legitimava tais atendimentos. De posse dos conhecimentos teóricos e da experiência adquirida com os primeiros tratamentos, por sua vez, Freud ia investigando mais e mais a mente humana e corrigindo a própria teoria, ao ponto de uma nova concepção de homem ter sido possível de ser pensada após a criação da psicanálise: um homem que podia pensar sobre si mesmo não somente em um grau consciente, mas também inconsciente. Assim, a um só tempo a psicanálise originou-se como ferramenta de investigação, método terapêutico e modelo metapsicológico que os embasava (Spacal, 1990). Vários elementos, neste percurso, foram centrais para que a nova ciência assim se estabelecesse. A associação livre de idéias foi, sem dúvida, uma delas e, em sua concepção inicial, apresentava-se como uma ferramenta de investigação da mente.

Quando Freud preconizou a associação livre de idéias, esta era compatível com o princípio do associacionismo psicológico, já conhecido pela comunidade científica naquela época. Tal princípio derivava do nominalismo de Hobbes (1983), descrito em sua obra de 1654, *Sobre o corpo*, e da filosofia antiinatista de Locke (1983), publicada em 1690 em seu *Ensaio acerca do entendimento humano*. Para Hobbes, as imagens associavam-se na consciência formando um discurso mental, ainda que tal associação pudesse ser considerada “aventureira” quando se estivesse sonhando. Entretanto, um observador acordado e atento seria capaz de encontrar o nexos que estaria associando tais imagens aparentemente desordenadas. Na filosofia de Locke, as idéias compostas compunham-se de idéias simples, as quais iam-se associando





não de forma inata, mas a partir da experiência do sujeito com o mundo externo e com a própria reflexão acerca das idéias advindas dessas experiências.

Assim, o conhecimento de que as idéias podiam se associar permitia que esse princípio fosse utilizado não só na filosofia, mas em vários campos do conhecimento humano. Freud percebeu que a associação livre era muito mais útil e harmônica como ferramenta investigativa de seu novo método de tratamento da mente humana do que a hipnose, a qual era usada para obter os efeitos catárticos de relembrar vivências passadas traumáticas. Com efeito, em *A interpretação de sonhos* (Freud, 1900) se observa o modo de Freud compreender este novo método investigativo, qual seja, o de que a pessoa era convidada a observar-se, como se constata num trecho de *Sobre os sonhos*, escrito por ele em 1901:

“(...) Esse procedimento é fácil de descrever, embora sejam necessários ensinamentos e exercícios para que ele possa ser posto em prática. Quando o utilizamos com outra pessoa, digamos, um paciente com uma fobia, lhe pedimos que dirija sua atenção para a idéia em causa, mas não para refletir sobre ela como tantas vezes já fez e sim para observar o que quer que lhe venha à mente, sem exceção, e comunicá-lo ao médico. (...) E, de fato, logo lhe ocorrem numerosas idéias que conduzirão a outras, mas que são invariavelmente prefaciadas por um juízo do auto-observador no sentido de que são absurdas ou sem importância, de que são irrelevantes e lhe ocorreram por acaso, sem qualquer ligação com o assunto em exame” (p. 673).

Como se pode ver, o método da associação livre foi instituído por Freud primariamente como uma modalidade introspectiva. Ainda em *A interpretação de sonhos* (Freud, 1900), ele acrescenta que, embora possa haver críticas quanto à ambigüidade de interpretação de cada elemento sonhado, esta ambigüidade é maior para o observador externo do que para o sonhador. Assim, enfatiza o valor da interpretação que o próprio sonhador confere ao seu sonho por intermédio do método investigativo da associação livre.

Assim como a psicanálise ia evoluindo ao mesmo tempo no campo teórico e no prático, e os resultados com os primeiros pacientes ajudavam a construir a teoria que por sua vez auxiliava estes mesmos pacientes, também o uso de sua ferramenta de investigação, a associação livre de idéias, ia se modificando. De fato, constata-se que, uma vez pondo o método do livre associar em prática, tanto paciente quanto analista se deparam com os fenômenos da transferência e da resistência. Mesmo dando-se conta destes novos movimentos inerentes ao processo, Freud nunca relegou a um segundo plano a tarefa do paciente de livre associar. Ao contrário, com a percep-





ção da transferência pelo analista, mais atenção ainda deveria ele prestar ao seu paciente, ajudando-o assim a perceber quando se desviasse do livre associar.

Assim como Freud, seus seguidores nunca abandonaram a livre associação como regra fundamental para que o trabalho se desenvolvesse. Observam-se, contudo, ajustes que, com o avanço da teoria e da teoria da técnica, foram-se instalando no decorrer dos anos. A interpretação transferencial como ferramenta de trabalho para auxiliar o paciente a compreender o que se passa durante a sessão analítica, por exemplo, foi um destes ajustes advindos do avanço da técnica psicanalítica que se somaram à prática de o paciente somente livre associar e, a partir somente da auto-observação, chegar a um conhecimento novo sobre si mesmo.

Desde então se distingue o método investigativo (auto-observador) de livre associar e a regra da associação livre utilizada no tratamento psicanalítico. O primeiro refere-se a um procedimento individual, inicialmente usado por Freud em sua auto-análise e do qual qualquer pessoa pode lançar mão se quiser. Já a segunda é aquela que solicita ao paciente que utilize o método de investigação da livre associação dentro de um contexto relacional, para que não somente ele se auto-observe, mas também o analista possa prestar atenção à cadeia associativa produzida no contato consigo. Assim é que, em psicanálise, hoje, se pede ao paciente que se sinta livre para dizer ao seu analista o que lhe vier à mente, e o que advier daí será compreendido dentro do contexto relacional da dupla, não mais no sentido de somente ajudá-lo a se auto-observar. Com o advento da teoria das relações objetais e a valorização dos fenômenos do campo analítico, a regra fundamental obteve um novo *status*, e os princípios investigativo e terapêutico se misturaram de forma indissolúvel na psicanálise atual.

Se, nos primórdios da psicanálise, ficava estabelecido que, por intermédio da associação livre de idéias, era possível chegar-se ao inconsciente dos adultos, o mesmo não se podia dizer com tranquilidade a respeito das crianças. Quando passamos para a análise de crianças, o fenômeno do brincar é utilizado como o melhor equivalente da associação livre.

Equivalência entre associação livre e brincar

A análise de crianças iniciou-se com Hermine Von Hug-Hellmuth (1921), primeira psicanalista a se ocupar regularmente do tratamento de crianças, em 1920. Tanto ela quanto Anna Freud (1926) pensavam que a falta de associações livres observada no atendimento de crianças era um problema, indicando que não tinham força de ego e auto-observação suficientes para corresponder a uma atitude analítica





adequada, ou seja, desenvolver sentimentos transferenciais que pudessem ser psicanaliticamente interpretados pelo analista (Elmhirst, 1988).

A seguir, Melanie Klein (1926) e Anna Freud (1926) chegam à primeira nova conclusão importante, qual seja, de que a diferença entre psicanalizar adultos ou crianças não estava na teoria, mas sim na técnica, sendo que a modificação técnica advinda da hipótese original de que haveria uma equivalência da associação livre de idéias pelo comportamento de brincar foi proposta por Klein. A partir daí, o fato observado não mais impediu as crianças de serem analisadas à luz da técnica analítica clássica, pois o uso que faziam dos brinquedos, juntamente com o discurso espontâneo, sons e movimentos passaram a ser tomados como um equivalente da associação livre nos adultos. Ainda que concordando quanto a este ponto, Anna Freud e Klein sempre tiveram divergências sérias, tanto do ponto de vista da teoria quanto da técnica, quanto a como analisar crianças.

Mais recentemente, a questão da analisabilidade das crianças foi objeto de estudo e pesquisa por Santa Roza (1999). A autora indica a influência da psicanálise lacaniana e o purismo de seus seguidores como um dos motivos que fez com que parecesse viável e legítima, desde Lacan, uma psicanálise na qual somente a linguagem restrita à palavra fosse possível.

Como se sabe, para Lacan o significado desliza por intermédio do significante – palavra -, o qual é a chave para se chegar ao significado. Seguindo-se este referencial, o brincar como linguagem passou a ser questionado e tornou-se, dessa forma, menos do que a palavra, introduzindo um juízo de valores que anteriormente não havia em psicanálise. Santa Roza sustenta que é teoricamente possível conceber-se a análise infantil por intermédio da linguagem do brincar, ainda que não a considere como equivalente da associação livre adulta. Afirma isto apoiando-se na distinção existente entre a palavra e o gesto contido no brincar, mostrando a diferença entre a linguagem verbal e a gestual.

Para dar conta da linguagem gestual, pensa esta autora, é necessário refletir sobre algo que se chama “jogos de ocultação” (o esconde-esconde, o jogo de carretel de Freud), os quais são precedidos, na tarefa de antecipar a presença e a ausência das coisas, pelos objetos transicionais. O conceito de fenômeno transicional refere-se a uma área intermediária entre o corpo da criança e o corpo da mãe, designada por Winnicott (1951) como espaço potencial, que não pertence a nenhum dos dois, é uma área de ilusão. Nessa perspectiva, os fenômenos transicionais podem ser compreendidos como precursores das operações simbólicas, apontando para um momento de transição a partir do qual surgirá uma série de jogos com o caráter de ocultação. Estes se observam em várias brincadeiras de desaparecer/reaparecer, nos quais o prazer está em ocultar e desvendar o próprio corpo ou o corpo do adulto. São constituídos





Cátia Olivier Mello

em torno do par de opostos dialético da presença e da ausência, os quais por sua vez são precursores do simbolismo.

Conforme vai amadurecendo, observa-se que a criança brinca utilizando-se de gestos, posturas, expressões, inflexões e imagens, os quais comportam vários significados na maioria das vezes. Trata-se de uma linguagem que Santa Roza chama, valendo-se de uma nomenclatura utilizada pela engenharia, de analógica, em contraponto à linguagem da palavra, que é digital. A linguagem analógica, assim compreendida, é imprecisa e, por isto mesmo, comporta a possibilidade de variadas hipóteses e sentidos para um mesmo ato de brincar. Já na linguagem digital, considerando-se este referencial, cada palavra equivale a um objeto, sentimento, imagem, ou a um conjunto deles. Mesmo objetos de um único conjunto têm denominações diferentes entre si. Já no brincar observamos o contrário: um mesmo gesto de brincar encerra muitos significados, na medida em que condensa imagens, ações, sons, sentimentos. A autora argumenta que o brincar não é preciso, não é digital como a palavra, que nomeia um sentimento, uma ação, um som ou um objeto. Assim, conclui que a natureza do brincar é diferente da natureza da palavra. Ao contrário da palavra, que é precisa, brincar é ambíguo por definição.

Se por um lado esta autora defende esta distinção entre a natureza do brincar e da palavra, por outro lado reconhece que *“tal distinção não constituiu um impedimento para o desenvolvimento da psicanálise de crianças: ela deve a sua existência ao valor de linguagem atribuído ao brincar por Melanie Klein, que o utilizou como um método que possibilita o acesso à fantasia, às construções de ficção em que se realiza o desejo”* (p.71).

O analista (tanto de crianças quanto de adultos) se dispõe a auxiliar o paciente a conhecer determinados conteúdos ou significados que não lhe são acessíveis à consciência em função de inibições, conflitos, sintomas. Durante uma sessão, um determinado significado pode parecer ao analista o mais importante, ou mesmo o único possível naquele momento. Assim como o analista de adultos se vale da associação livre de seu paciente (entre outros indicadores) para compreender qual o significado inconsciente presente naquilo que ouve, o analista de crianças aprende a observar o brincar de seu paciente. Naturalmente, o faz respeitando o ritmo e os significados apresentados pela criança e não arbitrariamente. Devido à natureza analógica do brincar, entretanto, é provável que mais de um significado esteja presente naquele único ato de brincar, requerendo do analista o cuidado de saber, junto com seu paciente, qual deles a criança está associando (livremente) com o anterior. E haverá momentos, devido à natureza do brincar, difíceis de serem transcritos em termos digitais, ainda que a interpretação busque avançar para além da mera transformação do que não pode ser dito em palavras, do que é analógico para algo digital. Com o auxílio do





analista, entretanto, tais momentos (com ou sem palavras, analógicos ou digitais) poderão ser compreendidos no campo analítico em termos do afeto, da condensação de idéias ou de imagens relevantes naquele período de tratamento que a dupla vive.

Uma vez que a atividade de brincar não se restringe à prática clínica, vale registrar a dificuldade que é pesquisar o tema, mesmo que fora do *setting* terapêutico, ilustrando assim a dificuldade que pode estar presente quando se tenta chegar a um mesmo denominador com relação ao significado do brincar. Nos resultados de uma das raras pesquisas acerca dos temas das brincadeiras, realizada por Marans et al. (1991), as crianças alternaram entre temas do *setting* e da fantasia. Embora os temas não tenham variado muito, os avaliadores concordam apenas moderadamente quanto aos temas presentes nas entrevistas. Como se vê, a dificuldade de diferentes observadores chegarem a um mesmo denominador, quando se referem ao brincar, é grande, e podemos pensar se esta dificuldade não se deve exatamente à característica analógica do brincar. Assim como, para a criança, cada ato de brincar encerra muitos significados, as possibilidades de interpretação são variadas também para quem as observa. É possível conjecturar-se que, tal como Freud teorizava e preconizava sobre a associação livre, possivelmente quem pode melhor informar acerca de seu brincar é o próprio paciente. Assim, se é verdade que se deve respeitar a sua maneira mais genuína de ser, ou seja, o seu brincar, também é importante que se saiba que nem sempre o significado que nos parece se seguir a outro significado em termos do brincar pode ser o que está sendo proposto pela criança, uma vez que cada ato de brincar encerra muitos significados.

Esta questão torna-se ainda mais relevante quando pensamos que a psicanálise é um método de tratamento que se propõe, por intermédio da interpretação da relação transferencial do paciente para com o seu analista, lhe propiciar uma crescente apropriação de suas dificuldades até então sofridas mas não conscientizadas. É por intermédio do *insight* que alcançamos uma visão nova e distinta de nós mesmos. Tal processo, contudo, aplica-se ao *paciente*, não se aplica ao analista, mesmo quando este se dá conta de algo sobre o seu paciente, conforme alerta Etchegoyen (1987).

Vislumbra-se, aqui, a questão de quando há uma real tomada de consciência por parte do paciente. Para isto, é necessário que cada paciente seja respeitado na sua mais genuína maneira de se expressar, o que equivale a dizer, em termos psicanalíticos, que lhe seja respeitada ao máximo a regra da livre associação ou, no caso de crianças, de seu melhor equivalente, o brincar. Além disso, como lembram Ekstein & Friedman (1957), brincar requer uma certa maturidade de organização de ego, a qual somente é possível quando a mente não é invadida pelos precursores do pensamento tais como *acting out*. Esta é mais um das razões para se ponderar quando é que o brincar está de fato comunicando algo.





Brincar: fenômeno humano

Não é, no entanto, somente para as crianças que o brincar é importante. Assim como a associação livre guardava uma dimensão existencial para Freud, também para o brincar existe a questão filosófica acerca de por que existe esta atividade na vida humana. Huizinga (1938), por exemplo, descreve o brincar como sendo possuidor de cinco características formais: é uma atividade livre (não podendo ser imposto), desinteressado (ainda que seja necessário para o indivíduo), tem limites de tempo e espaço, possui regras próprias e tem valor ético. Assim, defende a tese de que o brincar constitui as bases da civilização, uma vez que é um fato mais antigo do que a cultura.

Filosofia à parte, a razão pela qual as crianças brincam já teve variadas explicações desde o séc. XVIII, de quando datam os primeiros registros a respeito desta questão, como descreve Tahkvar (1988). As definições acerca de por que as crianças brincam evoluíram desde uma atividade que serviria para (1) descarregar um excesso de energia, (2) relaxar o organismo após um grande esforço mental, (3) exercitar papéis que seriam exercidos na vida adulta, (4) recapitular as etapas evolutivas da espécie humana. No século XX em diante, o brincar passou a ser considerado como parte de algo mais amplo, tal como o desenvolvimento cognitivo ou emocional e não como algo que se encerra em si mesmo.

A maneira como a psicanálise compreende o brincar insere-se nesse grupo que compreende o brincar como uma forma de expressão privilegiada das crianças e a utiliza no seu tratamento. Neste, é possível à criança vivenciar ativamente aquilo a que foi submetida ou que viveu passivamente num outro momento e, assim, sentir-se sujeito da experiência vivida.

Desde o séc. XVIII até hoje, alguns pontos puderam ser melhor contextualizados e mais acuradamente problematizados, os quais, se bem não modifiquem o fato de que se pode utilizar o brincar das crianças para auxiliá-las a resolverem seus conflitos em psicanálise, precisam quando e como utilizá-lo. O estudo mais amplo acerca do brincar ultrapassa os objetivos deste trabalho, para o qual gostaria de ressaltar apenas que a criança brinca para se comunicar e interagir (Mello et al., 1997) e que a brincadeira somente se estabelece quando a mensagem “é de brincadeira” (Bateson, 1955), é veiculada entre os participantes. Além disso, esta é uma atividade contextualizada (Vygotsky, 1933; Sager e Sperb, 1999), o que equivale a dizer que o local, os objetos, o clima psicológico envolvido, a relação existente entre os participantes da brincadeira são importantes para a escolha do conteúdo e da forma como as brincadeiras são organizadas.





Considerações finais: a linguagem do brincar no tratamento psicanalítico dos adultos

No contexto psicanalítico, encontramos autores que entendem o brincar como estando presente em alguns ou quase todos os momentos da sessão analítica. Winnicott (1951), por exemplo, chega mesmo a afirmar que a atividade clínica psicanalítica com crianças se dá na intersecção de duas áreas lúdicas, a do analista e a do paciente. Mais recentemente, Parsons (1999) argumenta que o brincar está sempre presente durante a análise. O autor observa que tanto na análise de crianças quanto na de adultos há momentos lúdicos (não cômicos), nos quais o humor espontâneo surge quando foi possível aprofundar-se algum aspecto da transferência e que a função do enquadre psicanalítico de brincar é manter uma realidade paradoxal que está continuamente em operação.

Com efeito, a própria transferência se enquadra exatamente na definição de realidade paradoxal, a qual é definidora do brincar segundo Bateson (1955), qual seja: tudo o que se passa entre as duas pessoas que estão brincando é verdade enquanto o contexto de brincadeira se mantiver. Para isto, contudo, é necessário que os dois participantes possam enviar e receber a mensagem “é de brincadeira” continuamente. Quando este contexto se desfizer, desfaz-se também a realidade do brincar. De fato, pode-se estabelecer um paralelo entre duas crianças que brincam de faz-de-conta (e que sabem que não são tais ou quais personagens, embora vivam intensamente a fantasia) e a percepção revivida pela transferência, na qual tanto paciente quanto analista sabem que os papéis ali vivenciados só fazem sentido no contexto da sessão. São reais e irrealis, paradoxalmente, sem nenhum prejuízo do teste de realidade. É a liberdade da qual falam os filósofos sendo empregada psicanaliticamente com objetivos terapêuticos, num ambiente controlado.

Assim, observa-se que tanto a associação livre de idéias, método de investigação por excelência no tratamento psicanalítico de adultos, pode e tem sido aplicada com sucesso para a análise de crianças, como também se observa que o fenômeno brincar, tradicionalmente infantil, se tomado na sua essência filosófica, legítima o enquadramento da sessão psicanalítica de adultos. O avanço da teoria e da técnica problematizaram e encontraram soluções para o dia-a-dia com pacientes, nos quais tanto associação livre (Green, 2000) quanto brincar (Parsons, 1999) passaram a ser aproveitados não somente de forma investigativa, mas também terapêutica.

Por último, podemos procurar estender as preocupações acerca de que tipo de linguagem está em voga num determinado momento do tratamento de adultos. Pode-se pensar que haverá momentos essencialmente lúdicos durante o processo psicanalítico, nos quais somente a linguagem analógica dá conta da experiência vivida pela





Cátia Olivier Mello

dupla paciente-analista. Nestes momentos de uma sessão, ou em um conjunto de sessões, pouco pode ser colocado digitalmente em palavras, pois a condensação de experiências revividas, ou, quem sabe, vividas pela primeira vez, não comportaria uma só palavra, ou ainda que seja um conjunto delas. Há que se esperar até que o processo de elaboração possa se instalar (Etchegoyen, 1987), para que palavras possam fazer sentido para determinados momentos, sentimentos, lembranças. Há afetos, há movimentos, que não poderão ser digitalizados. Outros momentos poderão ser transformados em palavras, significados ou ressignificados. Caberá ao analista a sensibilidade para definir quando e como abordar determinado conteúdo a respeito de seu paciente, respeitando sua idade e o contexto particular de cada momento do tratamento. □

Summary

This paper talks about the peculiarities of two privileged ways of communication in the psychoanalytic treatment of adults and children, namely free association and play. Play as equivalent of free association within children's treatment as well as the presence of playful moments within adult's treatment are pointed out as evidence of an intersection area between these phenomena.

Resumen

Este trabajo aborda las semejanzas y diferencias entre dos formas privilegiadas de comunicación en el tratamiento psicoanalítico de adultos y de niños: los fenómenos de la asociación libre de ideas y del jugar respectivamente. El jugar como equivalente de la asociación libre en el tratamiento de niños, así como la presencia de momentos lúdicos en el tratamiento de adultos se los muestra como evidencia de la intersección entre los dos fenómenos.

Referências

- BATESON, G. (1955). A theory of play and fantasy. In: *Steps to an ecology of mind: collected essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution and Epistemology*, p.177-193. New york: Chandler, 1972.
- EKSTEIN, R. e FREIDMAN, S. W. (1957). The function of acting out, play action and play acting in the psychotherapeutic process. *J. Amer. Psychoanal. Assn*, 5, 581-629.
- ELMHIRST, S. I. (1988). The kleinian setting for child analysis. *Int. R. Psychoanal.*, 15, 5-12.





- ETCHEGOYEN, H. (1987). *Fundamentos da técnica psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- FREUD, A. (1926). Introdução à técnica da análise de crianças. In: *O tratamento psicanalítico de crianças*, p.19-86, Rio de Janeiro: Imago, 1971.
- FREUD, S. (1900). A interpretação de sonhos (segunda parte). *E.S.B. vol. 5*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1901). Sobre os sonhos. *E.S.B. vol. 5*. Rio de Janeiro: Imago.
- GREEN, A. (2000). The central phobic position: a new formulation of the free association method. *Int. J. Psychoanal.*, 81, 429-452.
- HOBBES, T. (1983). Vida e obra. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- HUGH-HELLMUTH, H. (1921). On the technique of child analysis. *Int. J. Psychoanal.*, 2, 287-305.
- HUIZINGA, J. (1938). *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- KLEIN, M. (1926). Fundamentos psicológicos da análise de crianças. In: *A Psicanálise de crianças. Obras completas de Melanie Klein*, v. 2, p. 23-35. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- _____. (1955). A técnica psicanalítica através do brincar: sua história e significado. In: *Inveja e gratidão e outros trabalhos. Obras completas de Melanie Klein*, v. 3, p. 150-168. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LOCKE, J. (1690). Ensaio acerca do entendimento humano. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARANS, S.; MAYES, L.; CICHETTI, D.; DAHL, K.; MARANS, W.; COHEN, D. (1991). The child-psychoanalytic play interview: a technique for studying thematic content. *J. Amer. Psychoanal.*, 1015-1036.
- MELLO, C. O.; FACHEL, J. M. G. e SPERB, T. M. (1997). A interação social na brincadeira de faz-de-conta: uma análise da dimensão meta-comunicativa. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 13, 119-130.
- PARSONS, M. (1999). The logic of play in Psychoanalysis. *Int. J. Psychoanal.*, 80, 871-884.
- SAGER, F. ; SPERB, T. M. (1999) O brincar e os brinquedos nos conflitos entre crianças. *Reflexão e Crítica*, 11(2), 309-326.
- SANTA ROZA, E. (1999). *Quando brincar é dizer – a experiência psicanalítica na infância*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- SPACAL, S. (1990). Free association as a method of self-observation in relation to other methodological principles of Psychoanalysis. *Psychoanal. Quarterly*, 59: 420-436.
- TAKHVAR, M. (1988). Play and theories of play: a review of the literature. *Early child development and care*, 39, 221-244.
- VYGOTSKY, L. S. (1933). O papel do brinquedo no desenvolvimento. In: *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- WINNICOTT, D. W. (1951). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: *Textos selecionados da Pediatria à Psicanálise*, 389-408. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

Recebido em 01/11/2002

Aceito em 14/08/2003

Cátia Olivier Mello

Rua Ferreira Viana, 511/902

90670-140 – Porto Alegre – RS – Brasil

E-mail: catiamello@uol.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador
a página **246** é branca





Seção Especial: Botella





Atenção montador
a página **248** é branca





Figurabilidade e regrediência*

*César Botella e Sára Botella***, Paris

* Trabalho apresentado no 61^e *Congrès des Psychanalystes de Langue Française*, em janeiro de 2001. Primeiramente publicado no *Bulletin de la Société Psychanalytic de Paris*, jan. 2001 e posteriormente reproduzido no número especial referente ao mesmo Congresso, da *Revue Française de Psychanalyse* (2001, tome 65, n° 4, pp. 1149-1239). A Revista Francesa é editada pela *Presses Universitaires de France (PUF)* que, juntamente com os autores, gentilmente autorizou sua tradução e publicação.

** Membros Efetivos da Sociedade Psicanalítica de Paris.

Revista de Psicanálise, Vol. X, Nº 2, agosto 2003 □ 249





Preâmbulo

A psicanálise tornou-se uma disciplina carente de uma boa definição. Não há mais unanimidade entre os psicanalistas sobre o que Freud denominou “*os pilares da teoria analítica*”: “*A aceitação dos processos psíquicos inconscientes, o reconhecimento da doutrina da resistência e da repressão**, a tomada em consideração da sexualidade e do complexo de Édipo são os conteúdos principais da psicanálise e os fundamentos de sua teoria, e quem não estiver em condições de os aceitar em sua integralidade não deveria ser incluído entre os psicanalistas” (Freud, 1923a, p.196).

No entanto, esta mobilização atual de interesse-desinteresse no que tange às referências freudianas parece inevitavelmente pertencer à própria evolução da disciplina. Mas o que está realmente em causa não é tanto a supressão, mais ou menos notória, da referência freudiana. O que é determinante, em nosso ponto de vista, é o que certos silêncios representam quando objetivam, como pano de fundo, apagar conteúdos e noções, não só aqueles que se referem aos processos inconscientes e de resistência, mas sobretudo ao sexual, à noção de uma sexualidade infantil, tomada como um fator organizador da psique e não como uma simples etapa do desenvolvimento. Bion manifestava sua preocupação já em 1975: “*Freud disse que as crianças tinham uma vida psíquica em relação com a sexualidade: isto foi negado ou reenterrado*” (Bion, 1975, p.11).

Não foi isto que ocorreu nas publicações francesas: duas obras coletivas impulsionadas por J. Chasseguet-Smirgel (1964, 1972), J. Laplanche (1970, *Vie et mort de la psychanalyse*), o Relatório ao CPLR de Christian David (1975, *La bisexualité psychique*), Joyce McDougall (1978, *Plaidoyer pour une certaine anormalité*; 1996, *Éros aux mille et un visages*), J. Chasseguet-Smirgel (1984, *Éthique et esthétique de la perversion*), A. Green, (1997, *Les chaînes d’Éros, actualité du sexuel*), J. Schaeffer (2000, *Le refus du féminin*).

Jean e Monique Cournut, em seu Relatório para a CPLF, de 1993, intitulado *A castração e o feminino nos dois sexos*, mostraram como o sexual impõe sua coerência, como o Édipo, a castração, não são tão somente acontecimentos psíquicos cuja manifestação faz surgir o sentido, mas são também o princípio organizador do conjunto de processos de elaboração da atividade pulsional. André Green, em 1997, no Congresso da IPA em Barcelona, coloca a situação nos seguintes termos “*Os analistas, numa proporção maior ou menor, trabalham mais ou menos inconscientemente*

* Nota dos revisores: “*refoulement*” = “*verdrängung*” no texto original de Freud. Optamos por traduzir como “*repressão*”, seguindo o uso mais corrente em língua portuguesa.





para o esmorecimento de seu papel. Isto é, mesmo quando a sexualidade está presente no material, nas fantasias, nos sonhos ou na transferência, o analista minimiza, ignora mesmo estas manifestações, considerando-as como contingentes ou defensivas". É uma grave conseqüência para a psicanálise o fato de que ela deixe de ser a análise dos processos inconscientes e da sexualidade infantil, para tornar-se uma prática limitada aos processos pré-conscientes, uma psicoterapia de apoio do ego, "uma *psicossíntese*" (Emde, 1999).

Esta importância da aposta do sexual na psicanálise atual nos consolidou em nosso posicionamento de fazer dele um dos pontos principais do nosso relatório. Chegamos à conclusão de que, a menos que se estabeleça claramente o papel do sexual na figurabilidade, nosso relatório não poderia ser analítico.

Esclareçamos desde agora que este relatório não é um estudo da noção de figurabilidade. Sua proposta está focada na necessidade de se atribuir a ela um campo metapsicológico à altura de sua importância na prática analítica. A partir da experiência da figurabilidade no analista, a mesma suscitou nosso interesse, muito cedo, uma vez que ficamos impressionados com a sua capacidade de resolver situações que, de outra maneira, permaneciam indecifráveis. Esta perspectiva nos foi aberta, no início de nossa prática analista, quando tivemos nosso primeiro contato com crianças, algumas das quais acometidas de problemas graves. A partir daí nossa atenção, voltada para a figurabilidade, modificou nossa escuta do divã e esta se tornou mais rica. As concepções teóricas que daí deduzimos constituem o objeto de nosso relatório.

I – O sexual primordial

"A diferença mais característica entre nossa vida erótica e aquela da Antigüidade consiste no fato de que, na Antigüidade, a tônica era posta na pulsão enquanto nós a colocamos no objeto. Durante a Antigüidade glorificava-se a pulsão, e esta pulsão enobrecia o objeto, não obstante sua pequenez; enquanto que, nos tempos modernos, nós desprezamos a atividade sexual enquanto tal e se lhe concedemos algum tipo de desculpa, isto deve-se às qualidades que encontramos em seu objeto."

S. Freud (1905, p.171¹)

1. Nota acrescentada em 1910.





1. Da criança “perversa-polimorfa” às “carências do objeto primário”. Um retorno disfarçado à velha teoria da sedução da criança pelo adulto?

Há cem anos atrás, aos olhos da sociedade, a revolução que a psicanálise representava localizava-se, é sabido, no papel que esta atribuía ao sexual. No entanto, não era verdadeiramente devido à teoria da sedução da criança pelo adulto, a qual, a rigor, poderia ser classificada na categoria das patologias e não suscitava reais problemas de transtorno social. O que era inadmissível não era o fato de considerar-se a criança como portadora de uma sexualidade, os pediatras e as babás o sabiam. O inaceitável, o verdadeiro escândalo, foi aquele de definir a criança não somente como neurótica, mas todas as crianças, sob o termo de “*perversa-polimorfa*” (*ibid*), de atribuir ao sexual da criança, ao seu reprimido inconsciente no adulto, um papel determinante no funcionamento psíquico de todo e qualquer indivíduo, governando-o contra sua própria vontade.

E hoje? Não se minimiza, mesmo no meio analítico, o papel da pulsão sexual, enquanto uma exigência de trabalho imposta ao psiquismo? Fairbairn desde 1941, com a noção de *object-seeking*, com suas afirmações de que “*o objetivo final da libido é o objeto*”, e de que a razão de ser das zonas erógenas é a de formar “*o caminho de menor resistência em direção ao objeto*”², não afasta as noções de desejo inconsciente, de sentido latente, para preconizar um tratamento analítico que tenha por principal objetivo não o desvelamento do sexual infantil reprimido, mas o de conjurar a angústia do ego, de assegurar sua “quietude”, “o sentimento de segurança”? Realmente ele opõe o puritanismo ao sexual freudiano, simplificando a evolução pautada por Freud, a qual, é verdade, atribui cada vez mais lugar ao ego, a partir da segunda tópica e isto, mais particularmente, no final de sua obra. Neste sentido, o *Esboço* pode ser considerado como uma sinopse de uma teoria analítica centrada no ego. Mas não é por isso que Freud deixa cair o sexual. Por exemplo, quando ele declara no *Esboço*: “*Assim como o id obedece tão somente ao apelo do prazer, o ego é dominado pela preocupação com a segurança*”, por que privilegiar-se a *preocupação com a segurança* em detrimento do *apelo do prazer*? Tudo que podemos fazer é referir o prefácio de Henri Vermorel e a crítica de André Green em sua obra recente, *Le temps éclaté* (Green, 2000, p.119).

2. R. Fairbairn (1941), “Une psychopathologie révisée des psychoses et des psychonévroses”. In: *Études psychanalytiques de la personnalité*, p. 32 e 33. Prefácio de Henri Vermorel, pós-fácio de James Innes-Smith, trad. de Pierre Lacoïnte, Ed. du Monde interne. Mais tarde, em 1957, em reação às críticas, ele vai dar uma nuance às suas propostas: “*É o indivíduo na sua capacidade libidinal e não a libido que está em busca do objeto.*” Mas, no fundo, sua concepção permanece idêntica.





Puritanismo, adaptação, teorias cognitivistas ou fundamentadas na informação ... quantas tendências psicanalíticas contemporâneas tiram de suas concepções o sexual infantil que Freud teve tanto trabalho para introduzir! No máximo elas aceitam o ato, o sexual genital e o auto-erotismo da criança como elementos, adaptados ou não, às necessidades da vida. Foi publicada uma abundante literatura psicanalítica, centrada principalmente no estudo do ambiente deficitário, a *mãe*, causa de carências afetivas insuperáveis. O que está em pauta não é tanto a questão da sexualidade infantil do analisando, mas a pessoa da criança outrora considerada, sobretudo, como tendo estado em perigo, como uma vítima confrontada à dificuldade real de sobreviver psiquicamente. O exemplo mais esclarecedor é o de Margaret Little descrevendo sua análise com Winnicott. O caráter excepcional do testemunho, o fato de que sua descrição levante pontos fundamentais no que concerne à prática justificam uma longa citação, a única maneira de se apreenderem os comprometimentos.

Após haver feito uma primeira análise com Ella Sharpe de 1940 a 1947, ela se torna membro da Sociedade Britânica. Posteriormente, já analista didata e reconhecida graças às suas publicações sobre pacientes *borderline*, iniciou um novo tratamento com Winnicott, entre 1949 e 1956, ao qual dará continuidade por um período de dezoito meses, a partir de 1957: *“Algumas semanas após (subentendido, após o início da análise) ... várias vezes senti a tensão subir em todo meu corpo, atingir seu ápice e cair, para retornar, novamente, alguns segundos mais tarde. Eu segurava suas mãos e me apegava a elas até o fim dos espasmos. Ao final, ele disse pensar que eu havia re-vivido o meu nascimento; durante alguns segundos ele me segurou a cabeça, dizendo que, logo após seu nascimento, uma criança podia ter dor de cabeça, senti-la pesada por um momento.”* E, algumas linhas mais abaixo, M. Little descreve uma atitude freqüente adotada por Winnicott: *“Literalmente, ele segurava minhas duas mãos apertadas entre as suas durante longas horas, quase como um cordão umbilical, enquanto eu estava deitada, freqüentemente escondida debaixo das cobertas ... Acontecia-lhe, por vezes, de ficar sonolento, de dormir e de acordar-se sobressaltado ...”*. E, ainda algumas linhas mais adiante, M. Little explica, numa tentativa de descrever da melhor maneira possível o experienciado na sessão, sobre aquilo que Winnicott entende por “regressão à dependência”: *“Houve uma época na qual eu era capaz de me atirar para fora da sala, num furor, e de partir, dirigindo o carro perigosamente. Ele guardava as chaves do meu carro até o final da sessão e depois me deixava repousar sozinha e tranqüilamente até que eu me sentisse em segurança. Ele atribuía muita importância à necessidade de ‘voltar’ de uma regressão profunda à vida comum, porque ‘regressão à dependência’ significa regressão à*





dependência como fator vital, regressão até o estado infantil, mesmo algumas vezes até a vida pré-natal” (Little, 1985, p.514)³.

Um procedimento desta natureza é unicamente o reflexo de um aprofundamento nos conhecimentos analíticos? Bem que gostaríamos de poder nos contentar com esta explicação e dizer simplesmente que estes escritos psicanalíticos refletem todo um campo novo da psicanálise não explorado por Freud. No entanto, não se pode evitar de pensar que, ao recusar-se um lugar central ao polimorfismo sexual da criança, uma parte do movimento analítico atual seria conduzida pela motivação inconsciente de *inocentar a criança*; que esta tendência da psicanálise contemporânea seria inconscientemente motivada pela recusa de pensar a criança como estando sempre à busca de prazer; ela recusa o fato que a criança seja levada a investir o objeto como fonte de prazer. Voltaremos a esta questão. Por enquanto gostaríamos que ficasse claro que nos deparamos, como salienta Jacques André, com uma mudança radical de paradigma psicanalítico: “*A sexualidade, diz M. Little (referindo-se às interpretações do conflito psíquico que dizem respeito à sexualidade infantil), pode ser tão simplesmente fora de propósito e sem qualquer justificação quando não se tem certeza de sua própria existência, de sua sobrevivência, de sua identidade*” (André, 1999, p.2). Será esta uma concepção pertencente unicamente a M. Little? Ou, quem sabe, ela explicita sem reticências aquilo que subjaz, sem ser abertamente descortinado, a um bom número de teorias contemporâneas? Não haveria um desejo inconsciente de retornar à velha teoria da sedução da criança pelo adulto, à crença da “neurótica” de antes de 1897⁴?

2. A Metapsicologia do sexual infantil

Nós nos deteremos em mostrar que uma tal separação entre a sexualidade e a sobrevivência é um problema mal colocado e que a “sobrevivência psíquica” é inseparável do “sexual infantil”⁵, que a escolha entre *objet-seeking* e *pleasure-seeking* é um falso dilema. Assim também, as noções de “carência maternal” ou de “carências precoces”, que caracterizam particularmente a clínica dos pacientes *borderline*, não

3. No relatório já publicado (janeiro 2001) na publicação interna no CPLF, tomamos conhecimento do artigo de Wynne Godeley, “Saving Masud Khan” (*London Review of Books*, 22 fevereiro, 2001), testemunhando os desvios/derivas que a “regressão à dependência” pode facilitar.

4. S. Freud, “Correspondance avec Fliess”, carta do 21 de Setembro de 1897, em que ele diz a célebre frase: “*Não acredito mais na minha ‘neurótica’*”, em *La naissance de la psychanalyse*, PUF.

5. Nós afastamos aqui os casos descritos por Spitz de deprivação maciça, de hospitalismo, em que a pulsão de morte desorganizadora tem a prevalência sobre as forças de ligação do Eros, que exigem métodos terapêuticos específicos.





podem ser compreendidas isoladamente. Nas teorias que sublinham estas formulações, é sempre o prazer da criança como função primordial que é mal avaliada. Sua “função natural” – de acordo com Fairbairn – *é a de constituir-se num meio* para chegar ao objeto e não a de ser a finalidade da pulsão.

A distinção freudiana entre pulsão e libido mostra-se aqui decisiva. Não há problema algum em afirmar que a libido procura o objeto, para tanto é suficiente seguir Freud, já em 1914 em *Introdução ao narcisismo*, depois em 1923: “A libido significa em psicanálise em primeiro lugar a força... das pulsões sexuais... dirigidas para o objeto” (Freud, 1923b, p.110). A noção de libido é inseparável da de objeto; ela é a expressão quantitativa da forma que toma a pulsão quando sua força se engaja na direção do objeto, mesmo quando este é o seu próprio corpo. Por outro lado, Freud define a pulsão como estando em busca de sua satisfação e não diretamente em busca do objeto (Freud, 1915a, p.169). Para a articulação pulsão-objeto, ele descreve uma evolução, particularmente em seu texto sobre o presidente Schreber (1911): existiria um tempo no qual cada pulsão opera livremente, cada uma por si, antes de sua unificação no, e graças ao investimento de objeto. Trata-se do que Freud chamou de “nova ação psíquica” (Freud, 1914, p.84) unificando o sexual disperso no investimento objetual. É nesta nova ação, na verdade dupla, que o “objeto revelador da pulsão” (A. Green, 1986) se objetalisa; é na emergência progressiva de um sujeito ego-corpo erótico que a pulsão mostra claramente sua “função objetalisante”. Neste sentido A Green apresentará, a seguir, a noção de “relação-acoplada pulsão-objeto” (Green, 2000, p.120) e postulará a necessidade de se pensar o par pulsão-objeto em suas “polaridades heterogêneas”. A pulsão sai, assim, de sua solidão metapsicológica, e o objeto, por sua vez, sai de seu enclausuramento nas acepções que o reduzem injustamente, nas teorias contemporâneas, a este ou àquele de seus aspectos ou funções. Indiscutivelmente, a noção de pulsão revela, melhor do que a de libido, os múltiplos níveis da relação com o objeto, porquanto ela impõe a complexidade da articulação entre o intrapsíquico e o intersubjetivo.

Diante do problema, Paul Denis (1997) descreve a articulação pulsão-objeto através daquilo que denominou de “os dois formadores da pulsão”, ou seja, a posse e a satisfação, definindo os dois estatutos fundamentais do objeto exterior: “objeto de posse” e “objeto de satisfação”. O sujeito se utiliza do primeiro para “construir com ele uma satisfação pulsional”. Para o segundo, “os efeitos da relação com ele conduzem a experiências internas que compõem uma experiência de satisfação”.

De qualquer forma, tudo que a pulsão quer é a satisfação, sua realização sem demora, para o melhor ou pior, não faz diferença qual o meio utilizado, e, “*justamente devido à sua aptidão particular de tornar a satisfação possível que ele* (o objeto)





é agregado”⁶. É precisamente nesse ponto, na própria junção entre a pulsão e o objeto, no modo como a satisfação é tornada possível, que se revelam uma grande complexidade e o potencial polissêmico de cada um dos dois conceitos: o objeto e a pulsão.

E isto porque o fenômeno da satisfação está longe de ser simples devido à sua dualidade material e alucinatória. Isso leva J. Laplanche a se questionar sobre o sentido a ser dado a esta última: “*Nós vemos nela, ao menos dois [sentidos]: a alucinação da satisfação, isto é, a reprodução da pura experiência da descarga, mesmo na ausência desta, ou a satisfação pela alucinação, isto é, pelo próprio fato do fenômeno alucinatório... A satisfação pela alucinação pode ser perfeitamente concebida através do modelo do sonho; este, de fato, não traz uma satisfação do desejo, ele é realização de desejo, por meio de sua própria existência*” (Laplanche, 1970, p.122-124). É neste último sentido que concebemos toda satisfação.

Numa primeira abordagem, pode-se, talvez, pensar haver divergência com Freud (1900), que descreve a forma inicial a seguir: face à necessidade, uma impulsão psíquica (*Regung*) se investe e tenta reatualizar, sob a forma alucinatória, a experiência de satisfação. “*É a este movimento que chamamos de desejo*” (Freud, 1900, p.481, grifo nosso). Freud jamais retomará a noção de desejo tal como é descrita em 1900; por outro lado, as idéias de força, impulsão, de objetivo, de trabalho, resultarão na descrição da pulsão em 1915 (*Pulsion et destin de pulsion*), um modelo inteiramente mecanicista inserido numa concepção têmporo-espacial do psiquismo, uma visão, diga-se abertamente, adaptada aos conhecimentos de sua época. E é aqui que se coloca o problema do emprego que faz Freud do termo “movimento de desejo”, porque não se pode entender como uma sucessão temporal poderia ter lugar nos fundamentos psíquicos. Seria bem mais em termos de qualidade ou forma que poderíamos definir o sexual em sua constituição primordial (Botella;Botella, 1990).

De fato, do modo como compreendemos o espírito da *Metapsicologia 1900*, os dois sentidos, o de “*alucinação da satisfação*”, implicando um percurso e uma memória, e o de “*a satisfação pela alucinação*”, supondo que o fato mesmo de alucinar “*é*” satisfação, são inseparáveis e, no fundo, não passam de uma mesma coisa⁷. No entanto, vistos a partir de dois vértices (Bion) diferentes, pode-se diferenciá-los:

6. S. Freud (1915), “Pulsions et leurs destins”, dans *Metapsychologie*, Gallimard, p. 18-19, também em OC, t.XIII, p.169-170. Esta concepção da relação pulsão-objeto, Freud não se cansa de repeti-la desde os *Trois Essais*: “*É necessário concluir que não é o objeto que constitui o elemento essencial e constante da pulsão sexual*” (S. Freud, 1905, *ibid.*, p. 33).

7. A. Gibeault (1994), “*...a experiência da satisfação alucinatória do desejo, correlativa de um investimento de objeto antes de sua percepção, repõe em questão a distinção entre o sensível e o inteligível, entre o ‘eu penso’ e a ‘coisa em si’ próprios ao pensamento kantiano*”. “Contre-transfert et réceptivité”, *Revue française de psychanalyse*, 5-1994, número especial, Congresso, 1650-1658.





o desejo enquanto alucinatório em si, porque ele “*é*”, seria o *sexual primordial*; o desejo enquanto movimento, não reprodutor da recordação da experiência de satisfação, mas tendendo em direção ao reencontro do estado de qualidade alucinatória, seria o que Freud descreve como pulsão sexual, vetorizada graças ao investimento de objeto, dito em outras palavras *o sexual infantil, forma organizada do sexual primordial*.

De fato, não há indicação em Freud de que o abandono da satisfação alucinatória face à persistência da necessidade – “*o aparelho psíquico teve que se decidir a representar o estado real dos fatos do mundo exterior...*” (Freud, 1911, p.14) – acarretaria uma mudança transformacional da própria natureza da satisfação. Uma de nossas hipóteses de base é a de que, neste caso, se trata de *desvio* pelo mundo, sem que a qualidade alucinatória da satisfação se apague por isso. A exemplo do desvio através das representações do “estado real” do mundo e do objeto para melhor assegurar a satisfação – “*o pensamento não é senão um substituto do desejo alucinatório*” (Freud, 1900, p.482), afirma Freud em 1900 – o contato não passaria, também ele, de um desvio, o corpo erógeno, também ele, não passaria de um substituto de um desejo alucinatório.

A mudança consiste num distanciamento, num afastamento, no espaço-tempo, da realização da satisfação alucinatória: diferir, “alongando” a via em direção à satisfação, frear a “velocidade”, a “*rapidez ultraligeira*” (Neyraut, 1997) da via pulsional direta que, de outro modo, entregue a ela própria, é Identidade de Percepção. Ainda hoje, em psicanálise, a adaptação à realidade não poderia ter um outro sentido senão o deste recuo, desta diminuição de velocidade e desta complexificação da organização psíquica. De alguma forma, um nomadismo alucinatório que se sedentarizaria ao investir territórios; delimitar, multiplicar, reagrupar, em detrimento do desenvolvimento livre do poderio alucinatório. A via prolongada, a “*marcha lenta*” (M. Neyraut, 1997), a extensão dos investimentos das redes de representações garantem o percurso das atividades pulsionais em direção à satisfação alucinatória, à permanência no tempo da vida psíquica. Em resumo, não seria justo dizer que o princípio do prazer se dobra diante do princípio da realidade; seria mais exato dizer que o princípio da realidade nada mais é que a forma que assumem os subterfúgios do princípio do prazer.

2a. Contato e alucinatório

De acordo com a concepção teórica que se adote, a relação pulsão-objeto será muito diferente. No entanto, não necessariamente incompatível. É suficiente que se veja a obra de Winnicott para que nos demos conta disso. Ele traz como solução a





incansável repetição das feridas precoces, uma técnica que poderíamos resumir em três pontos:

a) deve-se levar o paciente a uma “*regressão à dependência*”;

b) nesse clima, o analista é a mãe (Winnicott, 1954; Little, 1987); Winnicott pensa que nada pode ser resolvido enquanto o analista não confessar a si mesmo esse fato – e não disser ao paciente que ele (analista) foi tão inepto quanto a mãe (do paciente); da mesma forma, é justamente por estas carências que o paciente “utilizará”, algumas vezes, o analista, repetindo assim o fracasso do ambiente vivido anteriormente;

c) é atribuído ao *setting* analítico uma grande “elasticidade”, lembrando a técnica ferencziana. Os níveis de regressão da sessão são definidos pelo que, globalmente, pode-se chamar de “contato”. E isso tanto no sentido físico, a exemplo de M. Little, quanto no sentido psíquico de “ser tocado”, atento para com os afetos do paciente. O “contato”, considerado e teorizado pelos adeptos dessa técnica como fenômeno indispensável de uma técnica analítica que deseja ter acesso e remediar um passado carente precoce, suspende a compulsão de repetição que uma prática clássica não poderia superar.

A. Green, num dos seus últimos livros (Green, 2000), renovou a compreensão da compulsão à repetição. Seu estudo possui duas grandes virtudes: a primeira é que a compulsão à repetição não é necessariamente remetida, neste atalho vertiginoso que se encontra frequentemente nos textos analíticos, à pulsão de morte. A repetição não é, portanto, da maneira como Winnicott o fez, fundamentalmente explicada pela fraqueza primária da mãe e do ambiente. A segunda é que A. Green introduz, no âmago da compulsão à repetição, a complexidade da dinâmica pulsão-objeto e provoca, desse modo, uma reviravolta na concepção das “carências precoces”. O paciente encontrava-se reduzido, até o presente, à condição de um “antigo bebê carente”, apresentando-se como uma “vítima definitiva” à qual nenhuma consolação de agora poderia trazer alívio, porquanto ele havia sido por demais marcado pelo sofrimento do seu início de vida. O analista – independentemente de quão “bom” ele seja – não logrará fazer passar suas interpretações, e mesmo as melhores ficarão sem efeito, ou de efeito meramente momentâneo, sem que alguma modificação seja produzida. A partir desta descrição da estrutura *borderline*, ele conferiu à noção de “carência precoce” sua complexidade: o “paciente-vítima” é tanto a) “o procurador” que acusa o analista de malefícios atuais tão nocivos quanto foram outrora os de sua mãe, quanto b) seu próprio “torturador”, ontem como hoje, em relação a si e, igualmente, em relação à mãe e ao analista. Este posicionamento pode hoje parecer uma subversão, devido ao fato de que somos enormemente impregnados pelas concepções contemporâneas “que inocentam” a criança, mas que não passa de um retorno às origens,





à sexualidade infantil, à criança “perversa-polimorfa”. Uma vez que o intersubjetivo encontra seus fundamentos intrapsíquicos, o analista recupera seu lugar. E o analisando volta a ser o “artesão” de sua neurose, mesmo que esta esteja impregnada de um sofrimento insuportável devido à falta de distinção entre sujeito-objeto, presente-passado, própria ao funcionamento do ego regredido dos *borderlines*.

Desde agora, podemos emitir a hipótese de que “a mãe insuficiente”, encontrada nas análises dos pacientes *borderline*, é uma formação psíquica, e se evitará reduzi-la a uma simples realidade triste do passado. A formação psíquica, dita “objeto primário insuficiente”, seria o resultado de um trabalho de elaboração do ego do paciente; uma elaboração constituída principalmente, ao longo da infância, mas modificada pelos movimentos psíquicos do “a posteriori”. O psiquismo da criança criaria um “*objeto rígido*”, investido maciçamente, que o fixaria para sempre no sofrimento e que seria o oposto daquele descrito por Bollas, o “*objeto transformacional*” (Bollas, 1986): um objeto supostamente capaz de tudo resolver, capaz de transformar toda desventura em bem-aventurança.

Segue-se então uma pergunta: é necessário que se contraponha uma análise de inspiração winnicottiana, baseada na “regressão à dependência” que dá prioridade ao contato (físico e/ou psíquico), “uma análise regressiva”, à análise do infantil em toda sua dimensão intrapsíquica? Não é nisso que acreditamos. Toda análise deve ser organizada por estas duas modalidades. Foi para tornar claro nosso propósito que, deliberadamente, fizemos a exposição de um modo radicalizado, mas estes dois tipos de análise são, de fato, inextricavelmente entrelaçados e uma e outra devem ser compreendidas de modo nuançado. Sobretudo porque seu fundamento comum, alucinatório, torna supérflua esta separação.

Queremos com isto dizer que, de acordo com nossa leitura da *Metapsicologia 1900*, o objeto do contato, por mais indispensável que ele seja em si mesmo, não é menos o suporte perceptivo da realização da *satisfação pela alucinação* do que o sonho é o suporte de sua realização sob a forma endoperceptiva de uma figurabilidade⁸. Nós defendemos a tese de que a vida psíquica é atravessada, de ponta a ponta, pela pulsão, com a tendência a se realizar sob sua forma inicial, alucinatória. Isto é

8. Existem igualmente os traços perceptivos dos “restos” sensoriais auto-eróticos dos duplos auditivos e especulares no seio do investimento de cada representação de palavra. Quanto às imagens visuais, B. Lewin (1968), em “Le passé en images” (*Revue française de psychanalyse*, 4-1990, p.1044), descreve um período da infância em que pensamento e imaginação têm essencialmente um caráter visual, período do “pensamento em imagens”. Para Lewin (ibid., p.1052): “São as imagens que predominam no modo de pensamento e nos sentimentos da criança. As imagens precedem a ação, mesmo se esta última segue de perto...: a energia está aqui livre.” “Pensamento em imagens”, que não se limita a um antes da linguagem, mas, de uma maneira mais ou menos intensa de acordo com os indivíduos, mantém-se ao longo da vida. Se bem que, ‘quanto mais os homens envelhecem, mais seu pensamento é soberano e mais eles perdem seu poder de visualização’”.





evidente, durante a noite, na autopercepção de um sonho; oculto, durante o dia, pelo investimento dos órgãos dos sentidos.

2b. “O objeto-perdido-da-satisfação-alucinatória”

Não obstante uma aparente simplicidade, o estatuto do objeto, em Freud, não pode ser reduzido a um objeto diretamente apreendido, exceto no que concerne suas concepções dos anos 1910, as quais mais adiante chamamos de *guinada genética dos anos 1910*, que simplifica particularmente a concepção analítica do objeto. O artigo de 1925, “A negativa”, na nossa enésima leitura, continua suscitando reflexões: “Agora não se trata de saber se alguma coisa percebida [ein Ding] deve ou não ser acolhida no ego, mas se alguma coisa presente no ego como representação pode também ser reencontrada na percepção (realidade)... A experiência ensinou que não é somente importante saber se uma coisa⁹ (objeto de satisfação) [ein Ding: Befriedigungsobjekt] possui a ‘boa propriedade’, e portanto merece ser acolhida no ego, mas ainda saber se ela está lá no mundo exterior de modo que dela se possa lançar mão, se for necessário ...A finalidade primeira e imediata do exame da realidade não é, portanto, a de encontrar na percepção um objeto que corresponda ao representado, mas o de encontrá-lo ...”¹⁰. A dificuldade terminológica que nós acreditamos descobrir em 1925 na aproximação entre os termos de “objeto percebido” e de “objeto de satisfação” e o de “ein Ding” nos faz retornar à *Métapsychologie 1900* na esperança de encontrar aí algum esclarecimento. A obra *Projeto* (1895) parece trazê-lo: “Nós já podemos ver que, no momento em que se estabelece a função do julgamento, as percepções despertam o interesse em decorrência de sua possível conexão com o objeto desejado (Wünschobjekt). Seus complexos encontram-se assim divididos em uma fração não assimilável (o objeto) [in einem unassimilierbaren – das Ding] e uma outra fração revelada ao ego através de sua própria experiência (as “propriedades”, ou atividades do objeto).”¹¹. É justamente esta fração não assimilável [das Ding], relacionando-se portanto ao “objeto percebido” e ao “objeto de satisfação”, que chamou nossa atenção, naquilo em que ela não seria susceptível de poder ser

9. Uma coisa: Das Ding.

10. S. Freud (1925), “La Négation” [A Negativa], *OC*, t.XVII, p.169. Trata-se de uma idéia sugerida mais de uma vez, especialmente em *Trois essais sur la théorie de la sexualité* (1905): “Encontrar o objeto sexual nada mais é, na verdade, que reencontrá-lo.”

11. S. Freud (1895), *Esquisse d'une psychologie scientifique*; G.W. Nachtragsband, 1885-1938, p. 457. Anne Berman, numa passagem destacada por nós, *uma fração não assimilável (in einem unassimilierbaren – das Ding)*, traduziu *das Ding* por objeto, perdendo-se então a diferença com a “fração assimilável”, aquela de propriedades do objeto. *La Naissance de la psychanalyse*: PUF, 1969, p.376.





revelada ao ego. Isto fez com que Lacan dissesse: “...*está claro que aquilo que se trata de encontrar não pode ser encontrado. É de sua natureza que o objeto é perdido enquanto tal*” (Lacan, 1959). Levando-se em conta, acrescentará ele que: “... *este objeto não esteve, afinal, jamais perdido, embora se trate essencialmente de reencontrá-lo*” (ibid, p.72).

A *fração* [das Ding], embora seja *não assimilável*, não apresentável ao ego – e por definição não representável – não deixará de ser um dos constituintes dos processos perceptivo-alucinatórios, mesmo que o fosse somente por sua negatividade. Nós procuramos descrever esta fração através do termo de *objeto-perdido-da-satisfação-alucinatória*: aquilo em direção a que tende a pulsão e que o ego não pode reconhecer, portanto não pode reencontrar, apreender. Nós tomamos a liberdade de nos inspirar em nosso artigo de 1992 (Botella; Botella, 1992), porque não saberíamos falar melhor, ainda hoje, sobre a complexidade deste objeto primordial e da concepção do perceptivo que dele decorre.

O hiato entre o objeto percebido e aquele que o percebe não poderá ser preenchido. O sujeito que percebe estará sempre afetado pelo fracasso da solução alucinatória, pela marca de sua própria existência no objeto da satisfação, para sempre perdido. Ao abrir os olhos para o mundo, ele procura desesperadamente seu *objeto-satisfação*. Mas ele encontrará tão somente a marca de sua perda, iludindo-se no júbilo diante de sua própria imagem no espelho ou na perseguição pelo duplo. Se pensarmos no sujeito que percebe, Lacan tem razão: “*A substância do sujeito nada mais é que o gozo do qual ele está separado*”.

Esta marcação pelo “*objeto-perdido-da-satisfação-alucinatória*” representa permanentemente um verdadeiro apelo pulsional ao qual aquele que percebe está continuamente submetido – salvo quando ele tem êxito no desempenho regrediente do acesso à via real da satisfação alucinatória do sonho. O apelo pulsional, mantido desperto noite e dia, teria por destino a *satisfação pelo alucinatório*. Mesmo a realização de um desejo em ato não teria o verdadeiro valor de realização senão com a condição de se fazer acompanhar, duplicado alucinatoriamente, isto é, com a condição de que aquele que percebe possa encontrar aí o vestígio de sua própria existência perdida no fracasso do *objeto-satisfação-alucinatória*.

A relação entre aquele que percebe e o “*objeto-perdido-da-satisfação-alucinatória*” não é, evidentemente, da mesma ordem daquela da relação da ordem representacional sujeito-objeto, que está na base de toda explicação da dinâmica da neurose. Indiferente à temporalidade, à localização, aos conflitos, ela não produz trabalho psíquico, nem é um produto deste último, assim como também não se encontra na origem de um desenvolvimento no espaço-tempo. Seus efeitos podem ser mais bem comparados a uma expansão do que a um progresso. Essa relação representa a





possibilidade de suspensão e de extensão dos limites entre interior e exterior, entre o ego e o mundo, entre o “já-visto” [*déjà-vu*] e o desconhecido, o familiar e o estranho. A relação entre aquele que percebe e o “*objeto-perdido-da-satisfação-alucinatória*” abre o caminho para a percepção da falta, fundamento da qualidade consciente de toda percepção, seja o objeto uma representação, um objeto concreto, uma fantasia ou um sonho.

Aquele que percebe não seria verdadeiramente nem o Sujeito nem o Eu [*le Je*]; ele está próximo do ego-corpo, de um investimento de alguma coisa da corporeidade em ligação com o “*objeto-perdido-da-satisfação-alucinatória*”. Ele representa o potencial auto-erótico da via regrediente à qual toda a representação “*retorna à imagem sensorial de onde ela um dia saiu*” (Freud, 1900, p.461). É esta qualidade sensorial, alucinatória, daquele que percebe, que provoca a evidência de existência, de realidade do percebido¹². O “*objeto-perdido-da-satisfação-alucinatória*”, “*fração não assimilável*”, não apresentável do ego à consciência, está mais próximo do traço deixado como tal, a própria carne daquele que percebe, do que de algo de separado, de autônomo. Não passível de conhecimento em si, ele não pertence, evidentemente, à ordem de um objeto no sentido analítico habitual; ele é mais comparável a um entalhe, a uma marca em baixo relevo, revelando “sua conexão” com o objeto primordial da sexualidade infantil.

Quando Freud retorna ao estudo do sonho, em 1915, em *Suplemento metapsicológico à teoria do sonho*, ele é impulsionado por duas razões: a primeira é a de aproximar a teoria do sonho de sua recente descoberta do narcisismo um ano atrás (Freud, 1914); e a segunda é a de retomar a noção de regressão sob o ângulo da regressão formal, conseqüência da regressão narcísica. Nós voltaremos a esta questão para estudarmos mais detalhadamente o que aqui está em jogo para a teoria analítica. Por enquanto, desejamos salientar o fato de que este texto, embora tão audacioso e fundamental, provoca um sentimento de recuo, quando estudamos detalhadamente uma de suas passagens, impressão de que, diante da amplidão teórica do assunto, comparável à dos sonhos dos anos 1900, Freud foi tomado por uma espécie de timidez, como se pensasse já ter ido longe demais. Por que em 1915, no exato momento em que ele compreende claramente que o desejo e a sua realização na alucinação do autor do sonho (“*são as partes mais essenciais do trabalho sobre o sonho*”), se apressa ele a declarar que o sonho é uma “*psicose alucinatória do desejo*”? Uma “*psicose inofensiva*”, repetirá ele novamente em 1932¹³. Mas tarde ele insistirá, em

12. Seguindo a *Metapsicologia 1900*, nós defendemos, desde 1992, a origem pulsional da percepção.

13. S. Freud (1932), *Nouvelle suite des leçons*, Gallimard, e também *OC*, t. XIX, cuja equipe de tradutores preferiu utilizar o adjetivo “anódino”.





1936, ao tratar o sonho de “*construção anormal... de modelo de desordem anímica*” (Freud, 1936, p.227). Ora, dizer que o sonho é uma psicose supõe o fato de que a dita psicose alucinatória não passe da própria natureza do desejo. Esta idéia já está implícita em sua conclusão de 1900: “*O desejo, portanto, termina em alucinatório*” (Freud, 1900, p.481), o que, indiretamente, ele confirma num outro artigo de *La Métapsychologie* naquele mesmo ano de 1915: “*A atividade psíquica inconsciente nos aparece ... como uma forma derivada do animismo primitivo.*”¹⁴

Essas considerações, que enriqueceram a obra, nos levam a formular a hipótese de que o desejo, em sua forma primordial, representa uma ameaça de psicose alucinatória à qual o ego diurno, pré-consciente, se deve confrontar incessantemente para torná-la compatível com o Princípio de Realidade. Seu melhor meio de combatê-la seria o de transformar a dita psicose em concretude, em investimento da materialidade do objeto. *De dia, a busca alucinatória transforma-se em busca de contato*, através dos órgãos dos sentidos e/ou das representações das palavras, da voz¹⁵. Entre a alucinação e o contato, o ego diurno trabalha no âmago de um psiquismo que não saberia renunciar àquilo que o funda: a qualidade alucinatória. A prática analítica tem todo o interesse em observar esta tensa relação entre contato e alucinatório e em não querer reduzi-la ao privilegiar um ou outro.

2c. O sexual primordial

Do ponto de vista metapsicológico, seria heurístico conceber uma qualidade *sexual primordial*, fundamento da sexualidade infantil. O sexual primordial corresponderia à ligação da pulsão ao “*objeto-perdido-da-satisfação-alucinatória*”. Um sexual alucinatório estendendo-se sobre a via regrediente, pano de fundo da sexualidade infantil que, ao contrário, poderia empreender sua busca de objeto na via progrediente “pavimentada” pelas representações das zonas erógenas, sabendo reconhecer e dando lugar ao objeto e, mesmo em seus extravazamentos de amor ou ódio, conservando as marcas de seus territórios¹⁶.

14. Freud (1915), L'inconscient, em *Métapsychologie*, Gallimard, 1968, p. 74, trad. dirigida por J. Laplanche e J.B. Pontalis, e também nas *OC*, t. XIII, p. 212. Aqui os tradutores preferiram a expressão “prolongação longínqua do animismo primitivo”.

15. Christopher Bollas (1997) descreverá a voz como tomando lugar do contato físico por ocasião da regressão da sessão. “Des mots pour le dire », *Révue française de psychanalyse*, 1-1977, p. 203-208.

16. Talvez se possa fazer aqui uma aproximação com o que Anna Pota Mianou, inspirando-se em René Thom, qualifica de *pregnância* e de *saliência* da vida psíquica. A. Pota Mianou (1995), *Processus de répétition et offrandes du moi*, coll. “Champ psychanalytique”, dirigida por Elsa Schmid-Kitiskis, Delachaux & Niestlé.





Winnicott no final de sua obra chega a uma concepção semelhante. Ele estabelece uma diferença entre aquilo que denomina os “elementos masculinos e os elementos femininos em estado puro” no âmago da vida psíquica: “*O elemento que chamo de ‘masculino’, quero ressaltar, circula nos dois sentidos: ligar-se ativamente à, ou ser passivamente ligado a ambas as atitudes, apoiando-se, uma e outra, sobre o instinto. É neste sentido que falamos de moção pulsional ‘instinct drive’ na relação do bebê ao seio e à alimentação, depois na relação com todas as experiências que interessam às principais zonas erógenas e ainda na relação às pulsões e satisfações subsidiárias. Minha hipótese é a de que o elemento feminino puro, este, está ligado ao seio (ou à mãe) num sentido bem diverso: o bebê torna-se o seio (ou a mãe), o objeto é, então, o sujeito. Não vejo aí nenhuma moção pulsional*” (Winnicott, 1971, o grifo é de Winnicott).

“Eu não vejo aí nenhuma moção pulsional.” Uma afirmação desta natureza tem um peso considerável. Não obstante, Winnicott mostra-se, aqui, surpreendentemente pouco preocupado em explicitar suas fontes: a de Freud para a indistinção bebê-mãe¹⁷; a de Fairbairn, possivelmente, para o não-sexual do *feminino puro*. Ele poderia também ter mencionado a noção freudiana de pulsão de autoconservação, a qual Freud hesitou, por algum tempo, em alinhar ao lado do Eros. A consequência de uma tal asserção a respeito da sexualidade infantil poderia chegar a transformar a prática analítica; ela poderia servir para a justificação de práticas que, sem isso, colocam problemas consideráveis. Pergunto então: neste contexto, o testemunho de M. Little que dá um lugar preponderante ao contato, ao tocar, deve ser visto como um exemplo de uma análise dominada pelo “*elemento feminino puro*” e, conseqüentemente, se deveríamos considerar esse tratamento, em seus momentos regressivos, como isento de toda pulsionalidade, de todo desejo e satisfação eróticos, mesmo estas sendo ternas?

Winnicott tem, sem dúvida, razão quando estabelece uma diferença no âmago da vida psíquica entre um elemento pulsional que “*circula nos dois sentidos*”, investe as zonas erógenas, lugar de contato com o “*objeto objetivo*”, e um elemento que não circula, que “*é*”. Mas por que o segundo não seria sexual? Por que não haveria aí um sexual que se liga ativamente ao objeto, ou que é passivamente ligado ao objeto, e um sexual que se manifesta na indistinção sujeito-objeto? Como não seguir Freud e colocar sua afirmação de 1926, contida numa carta a Marie Bonaparte, “*O erotismo oral*

17. Em várias passagens de sua obra, *L'inquiétante étrangeté (1913-1919)*, *La négation (1925)*, *Inhibition, symptôme, angoisse (1926)*, *Malaise dans la civilisation (1936)*, mesmo no final, em *l'Abrégé* e nas notas de verão de 1938 (*Résultats, idées, problèmes*, t. II), Freud descreve a indistinção entre o bebê e a mãe que caracteriza, nos primeiros tempos, o psiquismo do bebê.





é a primeira manifestação erótica, assim como o mamilo é o primeiro objeto sexual”¹⁸, no contexto da indistinção originária bebê-mãe à qual recém fizemos menção, e que foi formulada enfaticamente na nota de 12 de julho de 1938: “*Eu sou o seio. Somente mais tarde: eu o tenho, isto é, não o sou ...*” (Freud, 1938a, p.287).

O que consideramos ser o *sexual primordial* é essa manifestação pulsional na indistinção sujeito-objeto, fundamento de toda a sexualidade de onde emergem, sobre o adubo auto-erótico, as formas ao contato com o mundo, o que Freud denomina de sexualidade infantil perversa polimorfa. Caracterizada pela indistinção regrediente-representação-alucinação, o *sexual primordial*, inserido no coração do desejo sexual infantil, permanece sempre uma potencialidade que pode ser ativada e, de acordo com as circunstâncias, a satisfação alucinatória surgirá, graças à regressão da noite sob a forma endoperceptiva de um sonho, e de dia, graças ao contato do objeto, sob suas múltiplas formas da vida acordada: erótica, afetiva, intelectual, narcísica ... cujo valor dependerá do suporte alucinatório que a ela subjaz.

Não fazendo a diferença do que vem do objeto daquilo que lhe é próprio, o *sexual primordial* é solidário da noção de narcisismo primário qualificado por Freud, em 1938, de *absoluto* (Freud, 1938c): o seio pertence à criança da mesma forma que a sua boca. Tendendo à sua realização alucinatória, o *sexual primordial* perpetua o “*Ego-prazer purificado que coloca o caráter de prazer acima de qualquer outro*”¹⁹. Desta forma, o *sexual primordial* tem, ao mesmo tempo, o valor de percepção e de ato, de alucinação e de contato²⁰. Seu objeto único sendo o *objeto-perdido-da-satisfação-alucinatória*, caso ele obtenha satisfação através do objeto real, do objeto interno, da fantasia erótica ou sublimada, ele não reconhecerá coisa alguma da diferença. Visto deste ângulo, Jean-Claude Rolland (1997) tem razão ao afirmar que “*a experiência infantil é uma experiência autêntica, mas sem sujeito e, portanto, sem vivido*” (Rolland, 1997). Com o desenvolvimento do psiquismo, o *sexual primordial*, repetindo, não se transforma, em todo caso, não na sua constituição de fundo, ao contrário, ele multiplica, enriquece com sua tendência alucinatória, sem fronteiras, anistórica, os elementos próprios à sexualidade infantil. Da mesma forma, o caráter anímico do inconsciente e a espontaneidade alucinatória dos desejos reprimidos tes-

18. S. Freud (1926), “Lettre du 16 avril 1926 a Marie Bonaparte”. In: E. Jones, *La vie et l'oeuvre de S. Freud*, t. III, PUF, 1969, p. 502.

19. S. Freud, primeiramente em 1915, “Pulsions et destin des pulsions”, p. 28, em *Métopsiologie*, e também OC, t. XIII, p. 182, PUF, e depois em 1925, “La Négation”, em *Résultats, idées, problèmes*, t. II, p. 137.

20. André Green (1994) coloca “a unidade superior do contato” nestes termos: “*A teoria do contato não é a teoria da satisfação pulsional realizada unindo efetivamente a pulsão e seu objeto, mas...incluindo ao mesmo tempo sua efetividade e sua potencialidade... (ela) não pode ser realizada a não ser no trabalho de representação*” (“Le moi et la théorie du contact”, em *Les voies de la psyché*. Homenagem a Didier Anzieu, Dunod, p. 220.





temunham a sua presença²¹.

O *sexual primordial* impõe o *pleasure seeking* sem nuances, sem temporização, sem discernimento, até à loucura, no amor como no ódio, na dor, na possessão como na rejeição e na destruição. No seu desenvolvimento, ele conhece o assassinato do objeto²². Eis porque Winnicott tem razão ao estabelecer uma sucessão de fatos: “O sujeito se liga ao objeto. O sujeito destrói o objeto. O objeto sobrevive. O sujeito pode utilizar o objeto” (Winnicott, 1966), um processo que a criança para se constituir deve experimentar repetidas vezes.

Nesse sentido, no que nos concerne, desde o início de nossos trabalhos, temos insistido sobre as incontornáveis imbricações existentes entre o investimento do objeto e os movimentos regressivos, emitindo a hipótese de que, cada noite, na regressão narcísica do sono, a corrente de desinvestimento dos objetos reais iniciada com o fechar dos olhos continua em direção a um desinvestimento da representação do objeto²³. Hoje, nós pensamos que este desinvestimento da representação do objeto é um efeito da liberação do *sexual primordial*, devido à regressão narcísica do sono. Este desinvestimento tem tendência a generalizar-se a todas as representações, é o temor da perda de toda representação, de uma “*não-representação*” que, pela aflição que ela engendra, daria uma impulsão ao ego noturno para figurar e reinvestir alucinatoriamente o mundo de representações de objetos, para sonhar.

Nos processos regressivos facilitados pela situação analítica, o *sexual primordial* está presente e efetivo apoiando todo o movimento, assim como todo conteúdo transferencial latente ou manifesto. Portador e portado pelas expressões regressivas transferenciais, o *sexual primordial* só pode ser estudado simultaneamente àquilo que o faz emergir: a regressão. Eis uma noção atualmente negligenciada, desde sempre simplificada, embora seja um vetor indispensável do funcionamento psíquico.

Robert Barande fez, em 1965, um longo e interessante estudo²⁴ no qual ele aborda os pontos litigiosos da noção de regressão. No que diz respeito aos outros

21. S. Freud (1911), *Formulations sur les deux principes de l'advenir psychique*: “Le caractère”: “O mais desconcertante dos processos inconscientes...resulta no fato de que...a realidade de pensamento é assimilada à realidade efetiva externa, o desejo à realização, ao acontecimento...” Posteriormente, um ano depois, em 1912: “Sur la dynamique du transfert: “as moções inconscientes...aspiram a se reproduzir em conformidade com a atemporalidade e a capacidade alucinatória do inconsciente” (OC, t. XI, p. 20 e p. 116).

22. Nós aludimos aqui à transcrição e tradução realizada por Martine Lussier de um esboço inédito de Freud e de sua conferência intitulada “Wir un der Tod”. Martine Lussier faz no artigo que o acompanha, “Nous et la mort et son esquisse”, um estudo circunstanciado da conferência e de seu rascunho onde ela analisa as ligações possíveis entre inconsciente, morte e ato assassino. *Revue française de psychanalyse*, 3-2000, 927-942.

23. Especialmente nas “Notes cliniques sur la figurabilité et l'interprétation”. *Revue française de psychanalyse*, 3-1983, 756-776.

24. “Rapport du Colloque de Deauville” (1965). *Revue française de psychanalyse*, 4-1966, retomado em *Parcours d'un psychanalyste, son esthétique et son éthique*, Pro-Édi, 1989.





trabalhos que consultamos, os autores encaram a regressão de acordo com seus próprios pontos de vista: de Paula Heimann e Susan Isaacs (1952), passando por Balint (1959), Winnicott e Masud Khan (1974)²⁵. No entanto, o mais desagradável é que a definição de regressão varia segundo os autores, inclusive Freud, de acordo com os períodos de sua obra. Ele lhe atribui uma multiplicidade de sentidos que não deixa de apresentar algumas ambigüidades, como salientou Lacan (1955). E isto teve repercussão na compreensão dos processos regressivos que são próprios à sessão analítica.

Esta dificuldade encontra-se novamente nas teorias pós-freudianas que levam a práticas diversas mais ou menos distantes do paradigma freudiano. Uma distinção entre *Regressão* no sentido de *regressão à dependência* de Winnicott, *Regressão libidinal* no sentido freudiano, e o que nós propomos através do termo *Regrediência*, faz-se necessária, a fim de melhor cernir não somente a dinâmica transferencial-contratransferencial, mas também outras questões que tentaremos abordar nos capítulos seguintes.

II – A regressão

“Tudo aquilo que uma criança de dois anos já pode ver sem compreender, pode bem jamais voltar à sua memória exceto em seus sonhos. Somente o tratamento analítico será capaz de fazê-la conhecer estes acontecimentos.”

S. Freud, 1938²⁶

1. As questões

A hipótese na qual nos baseamos para a exploração da ligação entre o sexual e a figurabilidade é a seguinte: no coração do sexual infantil, este “... *ver sem compreender*...” – Freud dirá em outro lugar que isto é próprio da criança antes da aquisição da linguagem – tem ele uma parte ligada à endopercepção de um sonho adulto? Sonho este que o adulto “*vê sem compreender*”, sonho que está, como diz Freud, em 1917 “*destinado a permanecer incompreendido*”²⁷. Contrariamente ao que ocorre

25. Em especial cap. XI.

26. S. Freud (1938), *Moïse et le monothéisme*, p. 184. Grifo nosso. Utilizamos a tradução de Anne Beriman, ed. Gallimard, 1984. Eis aqui o texto em alemão (Gesammelte werke, tomo XVI, p. 234, Fischer Verlag, 1999): “*Was die Kinder im Alter von zwei Jahren erlebt und nicht verstanden haben, brauchen sie ausser in Träumen nicht zu erinnern.*”

27. S. Freud (1917), *Introduction à la psychanalyse*: “*O sonho não se propõe a dizer coisa alguma a quem quer que seja, e, longe de ser um meio de comunicação, ele está destinado a permanecer incompreendido*” (trad. S.Jankélévitch, Payot, 1949, p.253).





durante a vida diurna do adulto no decorrer da qual, em princípio, *ver* é identificado a *compreender*, encontramos durante a regressão do sono a dissociação originária²⁸ entre *ver* e *compreender*. Uma dicotomia que não se deixa ser pensada através de conceitos, uma experiência infantil não acessível ao pensamento do adulto. Exceto “no tratamento analítico”, no encontro daquele que sonha com a escuta do analista, na concordância de dois inconscientes (Viderman, 1970; M. de M’Uzam, 1976, 1977, 1994) marcados pela regressão transferencial. A regrediência do sonho e a regressão transferencial juntam-se num trabalho psíquico que representa o único procedimento capaz de criar este mínimo de inteligibilidade que dá acesso à formação de um conteúdo representacional portador de alguma coisa deste “ver sem compreender” do passado do analisando.

Uma primeira discussão se impõe devido ao fato de haver uma controvérsia entre os tradutores desta passagem de “Moisés e o monoteísmo”: “*Was die Kinder im Alter von zwei Jahren erlebt und nicht verstanden haben...*”. A escolha de Anne Berman ao traduzir a palavra *erlebt* por *ver* não está isenta de conseqüências. Numa tradução mais recente, Cornélius Heim²⁹ preferiu a formulação *vivido sem compreender*. Da mesma forma na edição *Standard*³⁰ Strachey preferiu traduzi-lo por *experienced*; na tradução espanhola Lopez Ballesteros utiliza o termo *vivenciar*³¹. Os germanistas que consultamos nos confirmaram a tradução de *erleben* por “viver, fazer a experiência de”; acrescentando também o possível significado de “assistir a, ser testemunha de”. No entanto, *erleben* não poderia ter jamais o significado de “ver”, próprio à visão. A escolha feita por A. Berman poderia ser justificada pelo fato de que a expressão francesa: “il a beaucoup vu” poderia ser traduzida por *Er hat viel erlebt*. De qualquer forma, do ponto de vista do psicanalista, as duas interpretações são válidas. E isso a tal ponto, que gostaríamos de poder utilizar as duas palavras simultaneamente, uma espécie de “vivido-visto”. Neste contexto, a escolha do termo “ver” parece-nos evidente, porquanto este sugere uma relação possível com a endopercepção do sonho e nos abre caminho em direção ao nosso tema central, a figurabilidade, na condição de único meio de acesso possível às zonas psíquicas do paciente

28. Esta é uma idéia próxima àquela de J-François Lyotard que advogava a favor do respeito de uma dissociação primitiva e constitutiva do sentido entre o visível e o dizível (*Discours, Figure*, 1985. Ed. Klincksieck).

29. “*Aquilo que as crianças de dois anos viveram sem o compreender não poderão jamais lembrar-se fora dos sonhos*” (*L’homme Moïse et la religion monothéiste*, trad. Cornélius Heim, Gallimard, Folio-Essais, 1986, 1995, p. 228).

30. Volume XIII, p.126.

31. *Obras Completas*, t. 9, Biblioteca Nueva, p.3317.





que não podem ser representáveis. Para o *sexual primordial*, “fora da linguagem”, *viver* e *ver* são uma mesma coisa³².

Nossa experiência nos ensina a cada dia que os acontecimentos ocorridos “*antes da linguagem*” e seus efeitos traumáticos, em particular certas emoções e afetos, não podem ser “ouvidos” pelo analista, senão graças a uma figurabilidade, a um percurso anterior de seu pensamento na via regrediente implicando seu psiquismo bem mais amplamente que as cadeias de representações de palavras e de coisas, pré-conscientes ou inconscientes.

Revivido ou reapercebido? A questão é fundamental. Ela abarca a noção de regressão, sua definição, seu destino e suas conseqüências no tratamento. Winnicott compreendeu-a bem, ele diz: “*Isso que eu quero aqui mostrar é que no começo – felizmente para nós – Freud se interessou não pela necessidade do paciente de regredir na análise, mas naquilo que acontece na regressão analítica, quando a regressão não é necessária; quando é possível aceitar como um fato o trabalho realizado pela mãe e pela adaptação ambiental inicial na anamnese do doente*” (Winnicott, 1954).

Esta citação de Winnicott ressalta conseqüências teórico-práticas importantes para o analista, de acordo com a compreensão que ele tem da noção de regressão. No que nos diz respeito, distinguiremos a concepção freudiana, a de “*regressão libidinal*”, na qual a regressão é concebida como limitada ao domínio intrapsíquico e aos pontos de fixação próprios à psicose; a “*regressão à dependência*”, ao objeto analista que Winnicott definiu e considerou mais profunda e indispensável para tratar dos pacientes *borderline* e certas estruturas psicóticas; e, no pólo oposto, “*a regrediência e a regressão formal do pensamento do analista em sessão*” que nós desenvolveremos amplamente neste trabalho.

A crítica que Winnicott faz da noção de regressão em Freud, no fundo, não está errada. No espírito pragmático bem anglo-saxão, ele chegará à concretude de uma dependência do paciente, considerada como a repetição idêntica da sua vivência na condição de bebê em relação à mãe na qual o analista “é” a mãe (Winnicott, 1954, p.134). Nós sabemos que a teoria winnicottiana, ao generalizar o sentido de “vivido”, chegou a modalidades técnicas nas quais nós já destacamos a importância do contato.

Viver na “regressão à dependência” e *ver* no sonho assim como no pensamento regredido do analista propiciando a figurabilidade seriam os dois extremos – cuja oposição e complementaridade possível devem ser estudadas – de uma pesquisa sobre a técnica analítica que diz respeito a este “*antes da linguagem*”. A primeira modalidade restringe o analista por um prazo mais ou menos longo, de modo mais ou

32. “*Erlebnis que precede o conhecimento... e mistura intimamente aquilo que já se passou àquilo que então aparece*” (Augustin Jeanneau, 1990), *Les délires non psychotiques*, PUF, p. 154.





menos importante, a uma ação de sua parte, devido ao fato de que ele está tão impregnado por sua “convicção” da realidade de um retorno ao passado, fazendo dele “a mãe num certo período do passado” (Winnicott, 1954).

A outra modalidade, a *regressão formal do pensamento do analista*, cria neste, igualmente, a firme “convicção” de que seu trabalho de figurabilidade lhe dá também condição de *ver* e *compreender* o “vivido” anterior, fora da linguagem, de seu paciente. Nisto, os dois se aproximam de “Construções” (Freud, 1937) em que a convicção se torna o equivalente de um retorno da recordação, assume o papel da rememoração.

2. A regressão regrediente

No início, regressivo e regrediente, regressão e regrediência eram sinônimos. Breuer foi o primeiro a ressaltar a idéia de uma análise retrospectiva da excitação; por este meio ele tentava explicar, nos *Études sur l’hystérie* (em abril de 1895), o caráter alucinatorio dos sonhos enquanto finalização de uma corrente “*retrogradante*” (*rétrogradant*) da excitação: “*Creio mesmo que num estado alucinatorio normal – digo no sono... uma excitação “retrogradante” do aparelho perceptor... é, portanto, de norma*” (grifo de Breuer) (ibid p.150). Um pouco mais tarde (outubro de 1895), Freud retoma, no *Projeto*, a noção de movimento retrógrado: “*Uma particularidade do sono e de sua capacidade de reverter toda a situação: ele pára a descarga motriz... e torna possível uma descarga retrógrada... poderíamos examinar a natureza do processo primário salientando... que somente uma inibição provinda do ego nos ensina a jamais investir W de modo a permitir-lhe transmitir retrogressivamente... é a quantidade (Q) que condiciona a alucinação... os sonhos são realizações de desejos ... os investimentos através de desejos primários possuem, também eles, um caráter alucinatorio.*” Tudo, ou quase tudo, é desta forma, por assim dizer, de uma só vez.

O esquema então utilizado no *Projeto* é bem distinto daquele que será usado cinco anos mais tarde no capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos*. Em 1895, ele imagina uma circulação entre diferentes elementos (neurônios, mas pode-se também pensar, elementos metapsicológicos: representações, percepções...) através de uma zona (“barreira de contato”) exigindo uma desobstrução. Tal facilitação se faz diferentemente de acordo com o estado em que o sistema se encontra: desperto ou dormindo. A alucinação é aí tratada na condição de produto de uma certa modalidade da facilitação denominada “*retrógrada*”, resultando de uma inibição de uma outra modalidade de facilitação. Isto, sem que esta seja, tanto quanto sabemos, denominada *progradiente* e sobretudo sem que as duas modalidades de facilitação sejam postas





em oposição dialética de forças, nem em Breuer tampouco em Freud³³.

De fato, no “*Projeto*”, nos encontramos numa outra tópica distinta daquela dos conflitos de instâncias. A temporalidade, quando se apresenta, é aquela bem particular, do à posteriori em que o passado, até então inativo, se não inexistente do ponto de vista psíquico, se apresenta transformado numa atualidade. É o presente que o torna ativo *a posteriori*. Trata-se de uma tópica dos estados de qualidade psíquica que, diferentemente daquela encontrada no esquema do Cap. VII, não tem necessidade alguma de localização espacial ou temporal para explicar a alucinação e o sonho, o caráter essencialmente alucinatório dos processos primários e do desejo. Isto quer dizer que, em seu sistema explicativo, o “retrogradante” não tem necessidade de estar associado à idéia de volta para trás, de regressão a um ponto do espaço ou a um movimento anterior, ao primitivo, ao arcaico. Não há necessidade alguma de uma oposição dialética regrediente-progrediente para a representação de uma mudança. O grande interesse que isto representa para nós é o seu poder explicativo, é que ele nos leva a uma melhor compreensão do que é o “*ver sem compreender*”, do que são os “estados” psíquicos, quando a quantidade de investimento representa o tamanho absoluto, total, do investimento, quando a corrente regrediente se desenvolve sem restrição espacial ou temporal e cria o campo alucinatório. Ele nos permite conceber um processo de condensação a partir da simultaneidade heterogênea que caracteriza o psiquismo em estado regrediente, como veremos mais adiante.

3. A guinada genética dos anos 1910

A *Metapsicologia* 1895-1900 será progressivamente relegada nos anos 1910-1913 por uma concepção histórico-desenvolvimentista do psiquismo. Nós nos encontramos em um momento do pensamento freudiano no qual, após o estudo do pequeno Hans (janeiro-maio 1908) e paralelamente à análise do Homem dos ratos (outubro 1907 até aproximadamente outubro 1908), se elabora a noção de estados libidinais.

Sabe-se que Freud atribui, desde o início, um lugar determinado ao papel do passado, do trauma ocorrido no passado, este “*corpo estrangeiro*” dos *Estudos Sobre*

33. Duas noções percorrem o *Projeto*, que o próprio Freud declara, desde o início, fundamentais: uma é a de *quantidade*, definindo “os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais distinguíveis”; definição que orientará a compreensão do mecanismo da alucinação enquanto sobrecarga; a outra noção é a de *investimento*, deste quantitativo concebido como uma “corrente”, uma circulação entre diferentes elementos. De acordo com a circulação livre ou inibição ao nível da “barreira de contato”, a expressão psíquica será diferente.



Histeria (1893-1895)³⁴. Sabe-se também que a idéia de fixação e de regressão da libido, enquanto explicação da neurose, aparece pela primeira vez na carta a Fliess de 14 de novembro de 1897 – menos de dois meses após a carta de 21 de setembro de 1897 – na qual renunciava à teoria da sedução da criança pelo adulto: “*Eu não acredito mais na minha neurótica.*” Não nos esqueçamos que as primeiras publicações psicológicas do período preanalítico de Freud diziam respeito à psicopatologia das neuroses, em particular às noções de “psiconeurose de defesa” e “neurose obsessiva”.

Estes textos publicados entre 1894 e 1898 são dominados pela descoberta da sexualidade da criança nos processos neuróticos. Eles levaram Freud a encarar a evolução psíquica sob o ângulo temporal; a partir de então, a genética se impõe por si própria: “*A escolha da neurose ... (histeria, neurose obsessiva, paranóia) depende do estado de evolução no qual a repressão é possível ... Segue-se que uma certa quantidade de libido não vai mais conseguir, como ela deveria, transmutar-se em ato nem traduzir-se psiquicamente. Ela se encontrará obrigada a engajar-se numa via regressiva*”(Freud, 1894).

No entanto não haverá neste período uma verdadeira teoria desenvolvimentista. Esta permanecerá em estado de germe até os anos 1910-1912. Da mesma forma que a utilização, em 1905, nos *Três Ensaios Sobre a Sexualidade*, da noção de zonas erógenas inscritas numa temporalidade, não implica ainda numa concepção verdadeiramente genético-evolutiva.

É portanto relativamente tarde que, sob os efeitos do que poderíamos qualificar de *guinada genética dos anos 1910*, se instaura como carro-chefe da teoria freudiana uma concepção de ordem genética.

Progressivamente, durante os anos 1910, as explicações da psique começarão a se apoiar na idéia de uma vetorização: todo o movimento psíquico se refere ao espaço-tempo do desenvolvimento. Essa concepção normativa, baseada sobre um desenvolvimento psicosexual que se sucede numa ordem determinada atribuirá, assim, uma prioridade absoluta à noção de regressão temporal. Com esta guinada os sintomas serão descritos e qualificados na qualidade de movimento regressivo no sentido de um retorno a um estágio anterior no qual, havendo sido outrora particularmente investido, funciona como um ponto de chamada, uma fixação, um tempo libidinal que deveria ter sido normalmente superado. O que se torna determinante para o psiquismo é seu percurso temporal, indo do arcaico ao normal, passando por uma

34. Nesse sentido, assinalaremos que a única vez em que Freud toma seu tempo para expor uma teoria da memória é neste mesmo texto. Ver mais especificamente p. 233, 234, 235 da edição de 1967, PUF, trad. de Anne Berman. Podemos também nos referir a uma carta a Fliess um ano após (6 de dezembro 1896).





sucessão de estágios: oral, anal, fálico, genital. Com esta guinada genética, a teoria da neurose ganha autonomia, separa-se da teoria do sonho, para então conquistar sua própria especificidade graças à regressão temporal. Desde então Freud coloca novamente a tônica sobre a psicopatologia e constrói sua Metapsicologia com base em uma linha de pensamento mais preocupada em esclarecer a patologia do que os pontos obscuros do sonho.

Eis aqui, em resumo, o caminho percorrido por Freud: em 1908, em *Caráter e erotismo anal*, em que se trata especificamente da questão das “zonas erógenas” com a seguinte ordem: “órgãos genitais, boca, ânus, meato urinário”. Em 1908 igualmente, a paranóia, até então considerada, antes de mais nada, como uma desregulação do funcionamento psíquico, uma transformação de pensamentos em alucinações visuais, é ligada à sexualidade regredida (*Correspondência com Jung*). Seguem-se, em 1909, as *Cinco Lições de Psicanálise* em que um dos capítulos trata da libido e de sua evolução determinada pela sucessão das zonas erógenas; depois, em 1912, *Tipos de Descadeamento da Neurose* e, finalmente, em 1913, *A Disposição à Neurose Obsessiva* em que, pela primeira vez, Freud emprega os termos de “pulsão parcial”, “ordem sexual pré-genital”. Este texto deve-se, sem dúvida, à influência de Ferenczi que escreveu no mesmo ano, 1913, *O Desenvolvimento do Sentido de Realidade e seus Estágios*, artigo que Lacan³⁵ acha “pobre”, acusando Ferenczi de ser o primeiro “a colocar na cabeça de todo o mundo os famosos estágios”. Recentemente Janine Chasseguet-Smirgel³⁶ tratou desse problema numa conferência na Sociedade Psicanalítica de Paris.

Durante esse período, desde 1911, com *Os Dois Princípios*, Freud procura articular o psiquismo e o real, de “constituir o real” dirá Lacan. A partir desse momento, ele vai servir-se daquilo que Ferenczi lhe oferece³⁷. Depois virão a riqueza e as nuances bem conhecidas da *Metapsicologia* em 1915. Tendo como complemento a concepção desenvolvimentista da sexualidade e a noção de regressão libidinal, Freud acredita ter entrado na era científica da psicanálise³⁸. Em contrapartida ele sacrifica parcialmente sua *Metapsicologia* de 1900.

35. Lacan, *Le Séminaire I*, “Les deux narcissismes”, Le Seuil, p.146.

36. Janine Chasseguet-Smirgel, “Les stades, pour quoi faire”, conferência ministrada em 18 de janeiro 2000 na Sociedade Psicanalítica de Paris.

37. No entanto, Ferenczi fala, nesse artigo citado, de estágio alucinatório que, nem ele próprio, nem Freud, desenvolverão.

38. Conhece-se a contestação da metapsicologia nascida nos Estados Unidos a partir dos anos 1970. Ver, sobre isto, o artigo de Agnès Oppenheimer de 1985, “Quest-ce que la métapsychologie?” em *Revue française de psychanalyse*, 5-1985, 1197-1216. Da mesma forma, os artigos de Chantal Léchartier-Atlan e de Christine Anzieu-Premmereur em *Sur les controverses américaines dans la psychanalyse*, “Monographies de Psychanalyse”, PUF, 2000.





Ele não se engana a respeito dessa situação. Nas primeiras páginas de *A Pulsão e suas Vicissitudes*, ele desconfia do risco de “fechamento” e da “rigidez dos conceitos”. Dessa forma ele encontrará rapidamente um compromisso. Em um dos artigos que seguirá, “Complementos metapsicológicos para a teoria do sonho” – redigido entre 23 de abril e 4 de maio – ele faz a distinção entre duas modalidades de regressão. Aquela que diz respeito ao desenvolvimento da libido e aquela que fala do desenvolvimento do ego. A primeira, a da libido, pode ir “até o restabelecimento do narcisismo primitivo”; a segunda, a do ego, “até o estágio da satisfação alucinatória do desejo”.

O enriquecimento trazido é seguramente considerável, mas com uma condição: que a regressão do ego seja perfilada ao sonho e à patologia. Como já dizíamos, o sonho será, de agora em diante considerado como uma “*psicose momentânea*”. Na verdade, a regressão do ego não será considerada como produto de uma via regrediente normal do psiquismo³⁹. Da mesma forma quando, alguns meses depois, em fim de julho, no manuscrito que ele jamais publicará (descoberto em 1983 por Ilse Grubrich-Simitis) e que ele enviará à Ferenczi sob o título de “Visão de conjunto das neuroses de transferência”, Freud considera a regressão como um quinto destino pulsional “*o mais interessante fator e destino da pulsão*”⁴⁰. A noção de regressão atinge, então, a complexidade que é a sua, mas permanece, no entanto, sinal de uma patologia: “*Na histeria de conversão, há uma forte regressão do ego, é uma volta à fase de indiferenciação do pré-consciente e do inconsciente, logo, sem linguagem nem censura. Trata-se de outra coisa na neurose obsessional. A regressão é uma regressão da libido ...*”.

A importância teórica da regressão genética permite a Freud aprofundar a noção de zona erógena. Cada um dos estágios (genital, anal...) possui uma fonte erógena, um laço forte com o corpo e um modo particular de ligação com o objeto. Bernard Brusset fez, sobre isso, um estudo extraordinário (Brusset, 1988).

A função principal do sobreinvestimento sexual que as zonas erógenas recebem é a de estabelecer uma distinção, uma separação, entre o corpo do sujeito e aquele do objeto. São justamente essas mesmas zonas erógenas que representam um centro de interesse para a mãe, quer se trate de cuidados corporais enquanto tais ou de uma pura atividade fantasmática, por exemplo, mais diretamente sexual, do sexo

39. Salvo em algumas passagens menores.

40. Em *Pulsions et leurs destins* (redigido entre 15 de março e 4 de abril), Freud descreve na totalidade, quatro destinos da pulsão: a virada no contrário, a volta sobre a própria pessoa, a repressão e a sublimação. Os dois primeiros são tratados longamente neste artigo. Sabe-se que a repressão, se bem que escrito na mesma época, terá direito a um artigo separado. Quanto à sublimação, que deverá fazer parte da *Metapsicologia*, ela permaneceu, ao lado de um verdadeiro estudo da prova da realidade, uma das lacunas mais importantes do pensamento freudiano.





de seu filho. Graças a isso, as zonas erógenas, “*momento fecundo*” do encontro mãe-criança, podem ser investidas pela criança como um meio poderoso para agir sobre a mãe. A criança se apropriará dessas partes tão preciosas de seu corpo e, progressivamente, a continuidade sujeito-objeto, até então reinante, recua diante do investimento das zonas fronteiriças de um corpo tornado erógeno. Esta apropriação das zonas fronteiriças é um movimento narcísico, auto-erótico, o reagrupamento do sujeito-corpo sobre si próprio. Nós o consideramos como um *movimento auto-erótico secundário* (Botella; Botella, 1982), na medida em que traz nele o traço do objeto que marcou a zona erógena. Pensar-se-á aqui no *narcisismo primitivamente secundário*, de acordo com a formulação de M. Fain e D. Braunschweig. Separação e lugar de troca, as zonas erógenas têm por atribuição primeira a de garantir a distinção sujeito-objeto, a separação fora-dentro, a diferenciação das qualidades representação-percepção. *A zona erógena, é o ancoradouro corporal que se opõe à Identidade de Percepção.*

III – A regrediência

“*Nós somos feitos do mesmo tecido dos sonhos*”
W. Shakespeare, *A tempestade*, ato IV.

1. As vicissitudes da regrediência

Um verdadeiro golpe é dado na noção de regrediência pela nota acrescentada em 1914 em *A Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900, p.466) devido à sua ótica desenvolvimentista. A comunidade analítica tendo-a adotado sem reticência, a vetorização tempo-espaçial encontrou-se aí definitivamente confirmada. Este acréscimo definiu a regressão de acordo com três características: “a) *uma regressão tópica no sentido do sistema ϕ aqui exposto*; b) *uma regressão temporal quando se trata de uma retomada de formações psíquicas anteriores*; c) *uma regressão formal quando modos primitivos de expressão e de figuração substituem os modos habituais. Estas três espécies de regressões são, no entanto, tão somente uma na base e se reencontram na maior parte dos casos.*” Uma tal definição da regressão corresponde a uma realidade psicopatológica indiscutível, mas é pouco conveniente, como nós mostraremos, à dinâmica própria da sessão de análise em que os processos regredientes do pensamento têm um papel decisivo. Este acréscimo, na verdade, não responde ao espírito do texto de 1900; são provavelmente os critérios genéticos dos anos 1910





que os impuseram.

A perspectiva da empreitada freudiana da *Metapsicologia* 1900 encontra-se então aí virada ao avesso. Em 1900, Freud serviu-se do sonho para esclarecer a vida psíquica. O sonho lhe permitia conceber esta última como um funcionamento que tinha a capacidade de tratar a excitação de acordo com dois caminhos: o progrediente, tendendo ao representacional e à ação exterior como meio de realizar um desejo; o regrediente, que, sem ação exterior, tende a realizar igualmente um desejo, mas sob o modo alucinatório. É este segundo caminho que será sacrificado na medida em que, depois da nota de 1914, será concebido como fenômeno patológico. O caminho progrediente encontrar-se-á então reduzido aos únicos aspectos normativos, hierarquizados, da vida psíquica e o sonho não será nada mais que um modo de aceder a conteúdos escondidos. A regressão tópica e a regressão temporal serão, a partir de então, o mais seguidamente citadas sob o termo de regressão libidinal, e esta constituirá o fundamento da concepção genética dos anos 1910. Quanto à *regressão formal*, ela reaparecerá somente de maneira excepcional nos escritos freudianos. No entanto, Freud não poderia ser mais claro quando ele escrevia, é verdade, só algumas páginas, em 1900, antes do acréscimo da nota de 1914, que a regrediência poderia ser também ativa sobre os processos de pensamento, embora até então ela tenha sido circunscrita ao sonho: “*Se nós chamamos de ‘progrediente’ a direção na qual se propaga o processo psicológico ao sair do inconsciente no estado de vigília, nós temos o direito de dizer do sonho que ele tem um caráter ‘regrediente’ ... Esta regressão é seguramente uma das particularidades psicológicas do processo do sonho; mas não podemos esquecer que ela não é o apanágio do sonho. A recordação intencional, a reflexão e outros processos particulares de nosso pensamento normal correspondem também à marcha para trás, no nosso aparelho psíquico...*” (Freud, 1900, p.461). Isto é confirmado um pouco mais adiante: “... [durante a vida diurna] é necessário parar a regressão na sua marcha, de tal maneira que ela não ultrapasse a imagem-recordação, e possa, a partir daí, procurar outras vias que permitam estabelecer, do exterior, a identidade desejada” (Freud, 1900, p.482). Eis então como a memória, as recordações representadas têm a difícil tarefa de inibir o curso da regrediência. O passado rememorado reafirma a distinção sujeito-objeto, a fronteira interditando o acesso a este para-além da história que é o anistórico do *sexual primordial*.

Um dos raros lugares onde Freud retoma a noção de regressão formal interessa-nos particularmente. Trata-se da *XIII Conferência de Introdução à Psicanálise* (1917): “*Ao término desta pesquisa, nós nos encontramos em presença de dois dados que constituem, no entanto, o ponto de partida de novos enigmas, de novas dúvidas. Primeiramente, a regressão que caracteriza o trabalho de elaboração (su-*





bentendido, do sonho) é não somente formal, mas também material. *Ela não se contenta em dar às nossas idéias o modo de expressão primitivo: ela revela ainda as propriedades da nossa vida psíquica primitiva...*”. Em algumas linhas abaixo: “para que lhe serve fazer reviver *as tendências psíquicas, os desejos e os traços de caráter há muito superados, dito de outra maneira*, de acrescentar a regressão material à regressão formal? *A única resposta suscetível de nos satisfazer seria ... que do ponto de vista dinâmico é impossível conceber de outra forma a supressão da excitação que perturba o sono. No entanto, no nosso estado atual de conhecimento, nós ainda não temos o direito de dar esta resposta*”(Freud, 1917, p.231).

Esta nova formulação, “*regressão material*” que, tanto quanto sabemos, também jamais foi retomada, permanecerá portanto obscura. Os indícios “*fazer reviver*” ou “*vida psíquica primitiva*” permitem eles conceber a nuance de “*material*” como caracterizadora de uma regressão do ego indo “*até uma indistinção entre uma representação que se torna alucinatória e a percepção? E até o apagamento da prova de realidade?*”⁴¹ Neste sentido, a regressão do sonho como quinto destino da pulsão será compreendida como sua realização, tanto *material* quanto alucinatória. No entanto, nos seus escritos, Freud não nos parece ter conseguido chegar a uma decisão sobre os termos a serem empregues para descrever a realização alucinatória. Várias formulações são empregues para este fim: regressão temporal, regressão formal, regressão material, regressão do Ego. Dentre estas, três são particularmente significativas para nossos fins:

a) Aquela que Freud utiliza em 1915 no *Complemento*, a “*regressão do ego*”, em oposição à regressão da libido. Ambas pertencem à categoria de regressão temporal e histórica, isto supõe uma volta atrás a um estágio do ego precoce que resolvia suas necessidades através de sua satisfação alucinatória e isto de uma forma imediata. Trata-se de uma concepção genética.

b) Aquela de “*regressão formal*”, no capítulo VII de *Interpretação dos Sonhos*, para descrever, igualmente, o percurso até a satisfação alucinatória, mas, diferentemente da regressão do Ego, esse percurso, embora a satisfação alucinatória seja considerada como “*modo primitivo de expressão*”, não teria o caráter de retorno a uma etapa anterior do desenvolvimento. *A regressão formal seria então uma capacidade psíquica não regressiva, mas regrediente, que faria parte da plasticidade normal do funcionamento psíquico.*

c) aquela da “*regressão material*” (1916), a ser considerada como uma acentuação da regressão formal à qual se acrescentaria a “*convicção*” na realidade “*mate-*

41. Tratar-se-ia de uma ruptura de equilíbrio da dinâmica representação-percepção, que nós compreendemos através da formulação contraditória: “*Seulement dedans-Aussi dehors*”, (Botella; Botella, 1985), “*Pensée animique, conviction et mémoire*”, *Revue française de psychanalyse*, 4, 1985, p. 991-1007.





rial” disto que, no entanto, não passa de uma representação. A “*regressão material*” caracterizar-se-ia pela perceptibilidade que engendra a *convicção* de uma representação alucinatória. Voltaremos a esta questão.

Utilizaremos o termo de “*regrediência*” para descrever a capacidade psíquica em funcionamento nessas regressões.

2. Para uma definição da regrediência

Adotando o termo “regrediência”⁴², desejamos isentar a regressão formal de toda a conotação de arcaísmo, de forma primitiva de expressão, ou de simples complementaridade com uma ordem principal que seria o progresso. E, em suma, de todo o movimento que poderia significar uma volta atrás. Nosso desejo é o de encontrar um termo que não esteja impregnado pelas conotações genéticas da noção de regressão. A atividade onírica, exemplo primeiro da regrediência, não é de fato nem regressiva nem arcaica e não tem menos valor do que o pensamento diurno; ela se constitui noutro modo de pensar, um “pensamento visual”, dizia Freud. O emprego do termo regrediência nos proporciona a vantagem de poder incluir em um único termo autônomo as noções de via regrediente, de identidade de percepção, de alucinatório e qualidade anímica, noções a serem aproximadas ao modo de funcionamento do inconsciente.

Nós compreendemos a regrediência nestes termos: ela seria tanto um estado psíquico quanto um movimento em devir; um potencial de transformação, uma capacidade psíquica permanente para resolver alucinatoriamente a quantidade de excitação quando se produz o fechamento da via motriz. A manifestação mais evidente

42. Assinalamos, no entanto, que não fomos nós que introduzimos um neologismo. “Regrediência” se inspira num termo muito próximo de “regrediente” empregue na tradução francesa de *l'Interprétation des Rêves* feita por I. Meyerson e por D. Berger (PUF, 1967). O tradutor francês limitou-se a reproduzir em francês o termo utilizado pelo próprio Freud em alemão: *regredienten* (*Die Traumdeutung über den Traum*, VII Zur Psychologie der Traumvorgänge-B. régression, p. 547 e 553; Sigm. Freud, *Gesammelte Werke Chronologisch geordnet, II-III Band. Imago Publishing Co. Ltd., London, 1942*). O mesmo ocorre na tradução espanhola de Etcheverry (Ammorrortu). Por outro lado, James Strachey não retomou tal termo em sua versão inglesa; como tampouco o fez a outra tradução espanhola (a de Lopez-Ballesteros, Biblioteca Nueva). Tendo consultado o Sachs-Villatte Alemão-Francês do início do século, verificamos que esse termo já existia, mas no sentido de uma sucessão feminina e não no sentido que lhe dá Freud. Faria ele parte da linguagem oral na época de Freud? Isto não se sabe. De qualquer maneira, para os analistas, mais importante que esses problemas lingüísticos é o fato de que, a exemplo dos outros termos desaparecidos da obra freudiana (regressão formal, Identidade de Percepção), o termo *regrediente* como o de *progreidente* jamais reaparecerão. No restante de sua obra, Freud limitar-se-á a usar o adjetivo alemão *regressiv*. Recentemente certos autores retomaram o termo regrediência. P. Fedida assinala as origens do termo na física ótica: “La régression, formes et déformations”. In: *Les évolutions*, PUF, 1994.





manifestada pelo estado de regrediência é o sonho, ele é o seu produto mais bem sucedido.

A sua dinâmica é original, ela faz emergir o acontecimento que constituiu o *sexual primordial*: a ligação da pulsão ao “objeto-perdido-da-satisfação-alucinatória”. Seu estado de movimento em devir pode incluir simultaneamente todos os elementos presentes num momento dado, independentemente de sua origem: representacional, perceptiva ou motriz; independentemente da qualidade delas, consciente ou inconsciente, e de sua *heterogeneidade* algumas vezes radical: percepção dos órgãos dos sentidos, percepção intrapsíquica; igualmente de sua *heterocronia*: uma recordação, um desejo reprimido da infância, um projeto de futuro. Definindo-se pela coexistência simultânea de todos seus constituintes dotados de igual valor, de todos os elementos psíquicos presentes *a um dado momento*, a regrediência pode, num mesmo movimento, provocar inúmeras novas ligações, mesmo onde elas não existiam previamente, criando assim novas causalidades. É isso que Freud denominava, desde 1895 em *Estudos sobre a Histeria*: “A compulsão a unir o conjunto das coisas num dado momento...” (Freud; Breuer, 1895, nota de rodapé na p.53, grifo nosso).

A metáfora que mais se aproxima da regrediência é a de ser a “profissão de tecelão” do aparelho psíquico, onde se tramam as ligações até o infinito. Os versos de Goethe (*Faust, I*), lembrados por Freud, retratam-na maravilhosamente bem:

*cada empurrão do pé colocamos fios aos milhares,
as agulhas de tecer vão e vêm,
os fios escorregam invisíveis,
cada movimento os liga aos milhares* (ibid, p.246)

A regrediência tece a “tela”⁴³ sobre a qual o trabalho de figurabilidade borda as formas visíveis com os fios coloridos da sexualidade infantil. Um trabalho de figurabilidade que, dirá Freud, “*não recua diante do esforço necessário para fazer passar primeiro os pensamentos ressequidos numa outra forma verbal ... conquanto esta facilite a figurabilidade ... Mas esta forma de transformar o conteúdo de pensamento numa outra forma pode também prestar-se ao trabalho de condensação e criar laços que de outra forma não existiriam, com outras idéias*” (Freud, ibid, p.396, grifo nosso). O trabalho de figurabilidade é um processo de dar sentido, de “*causação*” (Freud, ibid, p.272), criador de novas causalidades. Ele diz respeito a esta função da qual Freud escreveu: “... *Uma das funções das mais precoces e das mais*

43. “tela” no seu sentido original: tecido espesso que serve de fundo, cuja característica é, uma vez executada a tapeçaria, a sua não visibilidade.



importantes do aparelho psíquico, aquela de “ligar” as moções pulsionais ... um ato preparatório que introduz e assegura a dominação do princípio de prazer” (Freud, 1920, p.336). Exigindo um estado psíquico de regrediência para que se possam estabelecer novas ligações, novas causalidades, o trabalho de figurabilidade amplia as possibilidades psíquicas, especialmente no decurso dos tratamentos analíticos.

A regrediência seria então mais inteligente do que o progresso, do que os processos secundários, do que o pensamento abstrato? Sem dúvida, porquanto ela possui uma liberdade completa, enquanto que o progresso, em sua especialização, comporta o sacrifício parcial da bela potencialidade psíquica do homem.

IV – A figurabilidade

“A capacidade do analista de ver com imagens é raramente mencionada.”

B. Lewin, 1968

1. As dificuldades para definir a figurabilidade

“O sonho é um enigma, aqueles que nos antecederam cometeram o erro de querer interpretá-lo como se fosse um desenho. Eis porque a eles este pareceu absurdo e sem valor”

“A figuração no sonho, que seguramente não é feita para ser compreendida, não é mais difícil de entender do que os hieróglifos” (grifo de Freud).

S.Freud, 1900

Freud sentia uma certa desconfiança com relação a este “sonho desenho” sem discurso; ele o havia definido como uma “*linguagem primitiva sem gramática*”. Uma mudança de ótica se fez necessária para que ele fosse visto como acessível à linguagem na qualidade de um hieróglifo. Então, assim como Champollion que consagrou sua vida a descobrir o segredo deste último, Freud determinou-se a fazer a descoberta dos segredos dos sonhos e estava orgulhoso de a ter alcançado. Para atingir seu objetivo, ele tratou o sonho como se fora um material semelhante a uma língua cuja figuração permaneceria “absurda e sem valor” se não se procurasse encontrar para ela uma interpretação.

Foi quando se viu confrontado, em decorrência dos efeitos psíquicos da guerra de 1914-1918, à impossibilidade de interpretação do sonho das neuroses traumáticas, à sua ausência de enigma, à falta de participação do sexual e do desejo incons-





ciente nesse tipo de sonho, que Freud se viu obrigado a procurar aí algo mais que um simples material a ser interpretado. Como nós sabemos, disso resultou uma série de artigos, publicados entre 1920 e 1925, sobre a atividade onírica e suas funções, distintas das de realização de um desejo infantil interdito (Freud, 1921, 1922, 1925b). Foi em 1925 que Freud dirigiu aos analistas – na realidade a si próprio –, numa nota acrescida à *Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900, p.431), esta advertência solene e severa: “*Antes, ... parecíamos ignorar a necessidade de uma interpretação. Hoje, os analistas caem em outro erro, ao qual eles se apegam de um modo igualmente obstinado. Eles procuram a essência do sonho em seu conteúdo latente; assim procedendo, a distinção entre os pensamentos latentes e o trabalho do sonho lhes escapa. O sonho não passa, na verdade, de uma forma particular de pensamento que as condições próprias ao estado de sono permitem. É o trabalho do sonho que cria esta forma. É ele a essência do sonho...*” (Freud, 1899).

Entre 1920 e 1925, Freud explora a possibilidade da presença de fenômenos telepáticos durante alguns sonhos. Ele se inclina em direção a uma resposta positiva, mas permanece temeroso do perigo que esses fenômenos poderiam apresentar, ou seja, uma abertura para o obscurantismo e para práticas esotéricas. Ele confessa, no entanto, tê-los experimentado no círculo de seus íntimos (trata-se de sua filha Ana e de Ferenczi). Embora não tenha jamais publicado o que quer que seja sobre este assunto, ele analisou, em 1899, oito dias após a publicação de *Interpretação dos Sonhos*, um sonho supostamente antecipatório. O manuscrito foi descoberto após sua morte. Depois, foi somente por meio de notas de rodapé acrescidas à *Interpretação dos Sonhos* que ele recusará a idéia de que o sonho possa ter tais capacidades.

O interesse de Freud permanece centrado na interpretação dos sonhos, o que pode explicar, pelo menos parcialmente, o pouco lugar que ele dá na sua teoria à figurabilidade enquanto tal. É por essa mesma razão que depois de 1900 ele mantém uma certa ambigüidade entre os termos de figurabilidade e de figuração, *quando sua distinção não deveria ser um problema*. Cada um dos dois termos tem direito, consecutivamente, a um subcapítulo específico no interior do Cap. VI: “Os procedimentos de figuração do sonho” (“Die Darstellungs-mittel des Traumes”); “A tomada em consideração da figurabilidade” (“Die Rücksicht auf Darstellbarkeit”). A figurabilidade é aí considerada como um procedimento específico do trabalho do sonho, paralelamente aos mecanismos de deslocamento, condensação e elaboração secundária. Estes três últimos mecanismos serão desenvolvidos longamente e voltarão constantemente nos seus escritos, adquirindo a nobreza dos conceitos de base, enquanto a figurabilidade, quando de suas raras evocações, dará somente lugar a alguns comentários.

No entanto, na perspectiva da *Metapsicologia* de 1900, a figurabilidade é oriun-





da de uma exigência psíquica fundamental, pois que a finalização em imagens visuais é o objetivo primeiro do trabalho do sonho. Ela é exigência de transformação de um material heterogêneo preexistente num outro material, o visual endoperceptivo. Ela representa, nela tão somente, o processo de transformação que leva ao visual endoperceptivo e em que participam o deslocamento, a condensação e o simbolismo e sobre os quais a censura tem sua palavra a dizer. Mas, estranhamente, Freud não se preocupa particularmente em definir a noção de figurabilidade, como se a formulação usada no título “A tomada em consideração da figurabilidade” (“Die Rücksicht auf Darstellbarkeit”) fosse suficiente. Ele não será mais explícito no conjunto desse texto nem em outro lugar na totalidade de sua obra. Assim, em *Complemento metapsicológico à teoria do sonho* (1915), a formulação é retomada de forma idêntica ao título de 1900. E, em 1917, quando, embora a figurabilidade seja lembrada como sendo “sob o ponto de vista psicológico, o mais interessante ... o mais constante” dos quatro fatores que fazem parte do trabalho do sonho, seu estudo é bem sucinto. Mesmo quando fala a esse respeito, em 1932 (lição nº 29), como de uma “língua primitiva sem gramática”, ele continua igualmente evasivo. Excetuando, entretanto – o que abre novas perspectivas – quando Freud diz que a figurabilidade facilita a condensação e cria “novas unidades, uma idéia já presente em 1900 e depois, sem que a figurabilidade seja mencionada, em *Totem e Tabu* (1912) e no *Esboço*.

Esta ausência de definição e de estudo poderia explicar sua quase ausência nas teorias pós-freudianas ... “Figurabilidade” seria um neologismo introduzido por Denise Berger na edição de 1967. Anteriormente J. Meyerson usava a formulação “a aptidão à figuração”. Figurabilidade significaria “aquilo que é figurável sem ser figuração”. O fato de que este termo esteja ausente dos dicionários de língua francesa aceita-se, mas o mais incrível é que nenhum dicionário de psicanálise, com exceção do *Vocabulário*, de Laplanche e Pontalis (Roudinesco-Plon; Chemama-Vandermersch), lhe dê um lugar. O vocábulo “figurabilidade” está mesmo ausente do exaustivo (853 conceitos e noções) *Sigmund Freud, Index thématique* de Alain Delrieu (1997). O *Vocabulário* de Laplanche e Pontalis situa o termo de “figurabilidade” no contexto das noções de Identidade de Percepção e de Identidade de Pensamento, mas os autores ficam, como Freud, na formulação “levado em consideração”. No nosso conhecimento, o único dicionário que estuda esta noção não é psicanalítico. Trata-se de *Notions Philosophiques*⁴⁴ em que o termo se apresenta liberado da formulação de “levado em consideração” na escrita de Monique David-Ménard, que, apoiando-se em Lacan e Lyotard – embora este último critique severamente Lacan com respeito

44. *Encyclopédie philosophique universelle*, t. 1: *Les notions philosophiques*, sob a direção de André Jacob, o t. 1 sendo dirigido por Sylvain Auroux, PUF, 1990.





ao figurável – salienta a diferença radical entre as artes plásticas intrinsecamente visuais e as artes da palavra e reporta a figurabilidade ao desejo que alucina seu objeto.

Salvo erro de nossa parte, somente na França a figurabilidade suscitou algum interesse, e foi em Michel Fain que nós ouvimos falar dela pela primeira vez. Ele tem, se é que entendemos bem seus objetivos, uma concepção de figurabilidade que se refere menos à transformação do pensamento em imagens – para esta ele usa a noção de regressão formal – e mais a um sentimento e mesmo uma atitude corporal influenciada pelo ego ideal. Entre sentimento de si e imagem, os exemplos que ele utiliza – e que se tornaram clássicos – estão “o trabalhador de mecânicas” ou “o conferencista que enfatua a voz” [le conferencier qui enfle la voix].

Jean Guillaumin (1979) foi um dos primeiros a se interessar pela figurabilidade, insistindo também sobre a imprecisão de sua definição em Freud. Ele sugere que isto se deve talvez a que “o problema da imagem nos confronta diretamente àquele da passividade ... e que Freud ficou um tanto retraído sobre aquilo que podia levá-lo a uma análise radical do momento passivo”. Essa relação da figurabilidade com a passividade poderia ser uma das atitudes “em recuo” dos psicanalistas em relação à auto-análise “radical” que exige que sejam levados em consideração esses momentos inesperados e surpreendentes da figurabilidade, quando são eles próprios que a experimentam: é preferível “negá-los ou reenterrá-los”⁴⁵; a tendência geral é a de esquecer-los imediatamente.

Mesmo se não nos interessamos diretamente por ela, podemos ser levados a considerar a figurabilidade; foi este o caso de Piera Aulagnier quando ela descreve a noção de *pictograma* e de *linguagem pictural*. Na sua concepção, o “pictograma” é “imagem de coisa”, “imagem sensorial”, “modo de representação própria ao primário”, “entre pulsão de ver e pulsão epistemológica”, a figuração tornando-se meio de acesso à “nomeação”. Em resumo, para ela, a noção de figurabilidade está circunscrita a dois usos: um a torna idêntica à “imagem de coisa”, o outro a integra num desenvolvimento genético em que “o visual precede o acústico, a vista precede o conhecimento e cuja possibilidade de nomeação, a imagem sensorial, é o primeiro referente da representação que ela torna possível” (Aulagnier, 1975): “do interpretável ao figurável”, “é preciso encontrar palavras que tornem ‘figuráveis’ para os dois parceiros as representações de coisas”; é esta “a tarefa do intérprete naquilo que ele tem de mais árduo” (Aulagnier, 1986, p.338). Descrição de uma empreitada oposta, quer nos parecer, àquela do trabalho do sonho e que leva a marca de uma teoria erigida a partir do estudo da psicose.

45. Retomamos aqui a formulação de Bion, citada na Introdução, dizendo respeito à sexualidade infantil.



Naquilo que nos diz respeito – e isto depois de nossas primeiras publicações em 1983 – a figurabilidade ocupou um lugar central em nossas reflexões. Ela se tornou, para nós, baixo a formulação da “*regressão formal do pensamento*”, fonte de pesquisa, e isto desde os nossos primeiros contatos com crianças, às vezes bastante doentes, escapando aos nossos esquemas explicativos habituais e nosso espanto diante de certos momentos da sessão, igualmente inexplicáveis, no decorrer dos tratamentos com adultos.

2. Freud e Silberer

É, no mínimo, surpreendente que Freud, que trata tão pouco da figurabilidade, faça tão seguidamente referências aos artigos de Silberer⁴⁶. Ele faz questão de mostrar a comunhão de idéias de ambos (a transformação do pensamento em imagens), mas também insiste longamente nas suas diferenças de pontos de vista. Consta-se que a figurabilidade, descrita por Freud como a resultante de um trabalho complexo do sonho-realização de desejo, não é, para Silberer, o único procedimento de inteligibilidade da vida psíquica noturna. Para este último, existe um procedimento mais simples (Silberer, 1909). Ele descreve uma “*transformação automática de pensamentos em imagens*” (Freud, 1900, p.296) cujo modelo é aquele da transformação do pensamento no momento do adormecimento. O exemplo principal de Silberer é: “*Eu adormeço com a idéia de que devo corrigir, num artigo, uma passagem de estilo áspero*”; o sonho que resulta daí é: “*Eu me vejo aplainando uma peça de madeira*”. Silberer é provavelmente o autor que Freud cita o mais seguidamente na sua obra⁴⁷. Ele chega até a prestar-lhe uma homenagem de peso, “*um dos raros acréscimos à doutrina dos sonhos cujo valor é incontestável*” (Freud, 1914, p.101). No entanto, ao retomar em várias ocasiões o exemplo do áspero, Freud insiste no fato de que: “*Em geral, a imagem que aparece não representa o conteúdo do pensamento, mas o estado (boa disposição, cansaço, etc.) no qual a pessoa se encontra.*” Com efeito, quanto a Silberer, ele diferencia esse fenômeno que chama de “*material*” do “*fenômeno funcional*”, ou seja, da simples transformação do pensamento em imagens, assim como o modelo “*aplainar*”.

46. Sabemos que Freud manteve com Silberer uma relação ambivalente que lembra aquela que ele havia tido com Tausk, dois destinos tão semelhantes, a ponto de Paul Rozen querer torná-lo responsável pelo suicídio dos dois (P. Rozen, 1978, *La saga freudienne*, PUF, 1986).

47. Na *Interpretação dos Sonhos*, encontramos parágrafos sobre Silberer acrescidos à edição de 1900 – sem que o ano do acréscimo seja salientado – nas p. 51, 296, 428-430, 445. Depois, em 1914, no artigo sobre o narcisismo e, em 1932, na 29ª lição.





Frente aos *fenômenos* silberianos, que manifestamente escapam do sexual, compreende-se que Freud sinta desconfiança e interesse ao mesmo tempo – problema semelhante àquele sentido por ele na descoberta das neuroses traumáticas que escapam igualmente ao domínio do sexual. Silberer representaria uma ameaça para a teoria sexual freudiana? Meltzer, no seu desejo de apresentar uma teoria original do sonho e de fornecer um lugar importante na análise da imagética de tendência onírica, acredita nisso. Ele fará, então, uma severa crítica, tratando como tautologias os argumentos de Freud. No seu livro *Le monde vivant du rêve*, Meltzer (1984) não levará em conta o fato de que Silberer, numa publicação posterior (1914), preçõnize, paralelamente à “interpretação” que ele chama “psicanalítica”, atribuindo ao sonho um sentido sexual infantil, um outro tipo de interpretação que ele denomina “anagógica”. É esta que ele vai considerar a mais importante; será ela que desvendará, de acordo com ele, os pensamentos os mais “profundos”, tendo servido como tecido ao trabalho do sonho. Freud vai insurgir-se, num parágrafo acrescentado em 1919 na *Interpretação dos Sonhos* (Freud, *ibid*, p.445), contra este desvio do sonho de suas raízes pulsionais e considera que a interpretação dita “anagógica”, que ele prefere rebatizar de “abstrata”⁴⁸, é apenas superficial e pode ser encontrada facilmente pelo próprio paciente⁴⁹. Ao contrário disto, ele reconhecerá, no *Esboço*, com a honestidade intelectual que nós conhecemos dele, que a relação das neuroses traumáticas (os sonhos sem relação com o sexual) “com o fator infantil escaparam até agora às nossas investigações” (Freud, 1938, p.55).

Se insistimos tanto sobre o problema levantado por Silberer, é por duas razões: uma é a tendência atual à minimização do sexual infantil, que já evocamos; a outra é a sedução que a “rêverie” exerce sobre os analistas desde Bion, uma prática que se arrisca a reduzir o tratamento a uma análise do pré-consciente. Voltaremos a isso.

3. As modalidades da figurabilidade

Globalmente, nós já podemos estabelecer certas modalidades de figurabilidade que correspondem a diferentes percursos regredientes dos sonhos: *a figurabilidade freudiana*, oriunda de um trabalho complexo que extrai sua energia e seu sentido

48. A tradução da Standard Edition parece-nos mais pertinente que a de Meyerson, em francês, usando o termo “alegórico”.

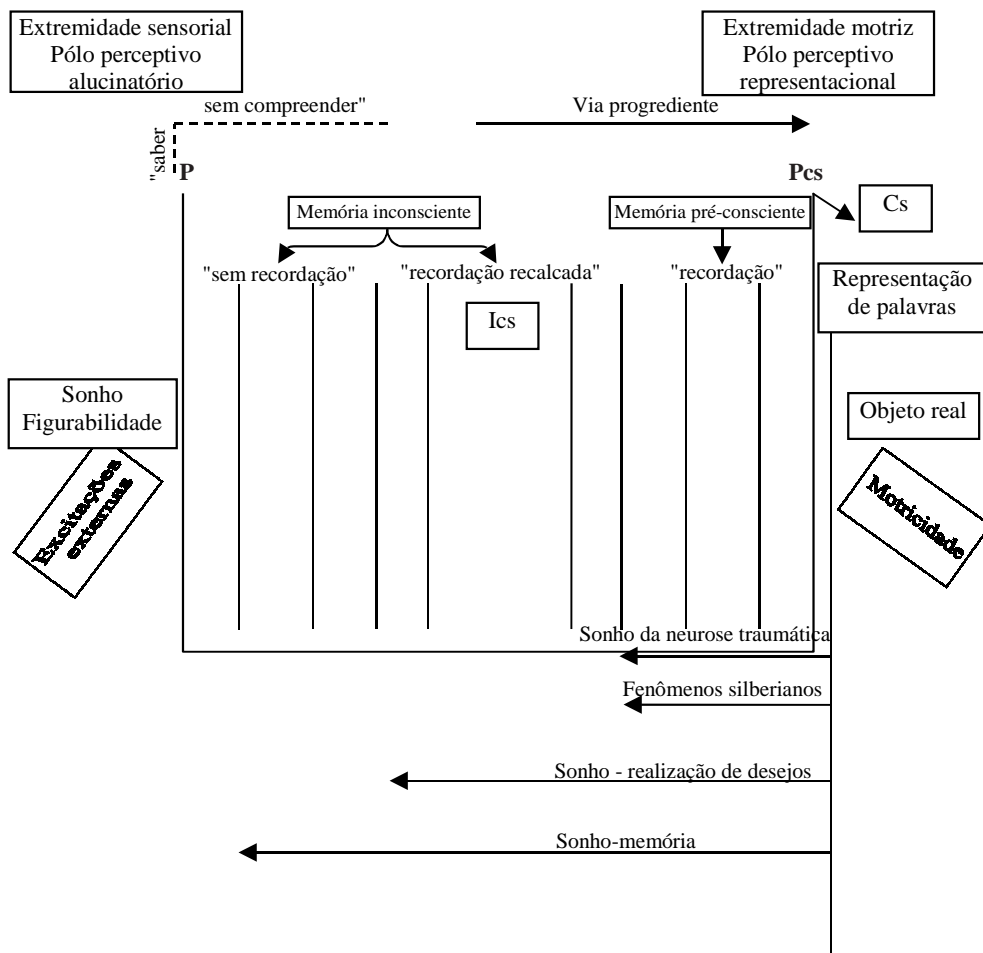
49. A respeito da crítica de Silberer feita por Jones, podemos nos referir ao comentário de J. Lacan (1966) denunciando os riscos de uma *psicologização* da psicanálise: “D’un syllabaire après-coup” (?) [Sobre um silabário a posteriori]. In: *Écrits*, Le Seuil, 1966.





dos desejos sexuais infantis, e a *figurabilidade silberiana*, cuja via regrediente, dita curta, se limita à “transformação automática” da palavra em imagem, a mais imediata. Ela não ultrapassa o pré-consciente, enquanto que a freudiana, num percurso dito longo, ultrapassa o pré-consciente, abarca o inconsciente em toda sua amplitude e efetua uma reformulação de todos os elementos que participam disso. Nós poderíamos acrescentar a essas modalidades uma figurabilidade que segue uma via tão curta que, na verdade, ela seria inexistente: aquela da neurose traumática, em que aquilo que é figurável no sonho é a repetição idêntica da percepção diurna traumática.

É com a ajuda de uma modificação do esquema do capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos* de Freud, ao qual acrescentamos uma tópica da memória tratada no próximo capítulo, que a regrediência dessas vias se estabelece mais facilmente.





4. Para uma definição da figurabilidade

Na verdade, este esquema, na sua linearidade simplificadora, falseia por demais a representação do funcionamento psíquico, mas o contexto da apresentação do nosso relatório não nos permite ir mais longe. Seria mais exato, seguindo uma sugestão do próprio Freud acrescentada numa nota em 1919 (Freud, 1900, p.460), conceber um outro para que os extremos motor e alucinatório sejam aproximados por um rebobinamento vertical. De tal maneira que assim P e CS se reencontrem – o que Freud sempre defendeu (o sistema P-CS). A prioridade seria assim dada claramente à representação das vias de descarga da excitação, aquela regrediente tendendo em direção ao alucinatório e/ou ao ato, e aquela progrediente, investindo os sistemas representacionais. E se nós podemos, ao mesmo tempo, efetuar um rebobinamento horizontal, a vantagem principal desta nova modificação seria que se poderia, simultaneamente, figurar a efetividade das duas vias; a impressão da existência de um pólo dominante nada mais seria do que o resultado do modo de equilíbrio que se instaura, num momento dado, entre as duas vias. Seria a dinâmica do momento que criaria a tópica, aquela dos sistemas pré-consciente, inconsciente e percepção-consciência, assim como aquela da alucinação do sonho.

Um esquema assim duplamente rebobinado permitiria introduzir a importância, como já o dissemos mais acima, da simultaneidade processual caracterizando a regrediência e incluir o alucinatório. E isto porque, sem as noções de processual, alucinatório, simultaneidade, a noção de figurabilidade como nós a compreendemos não tem sentido. Como no poema de Goethe acima mencionado, as vias pulsionais desenham curvas, vias, movimentos de vaivem que se cruzam, se recruzam, numa complexidade que problematiza a noção freudiana de determinismo⁵⁰. O emaranhamento é tal que Freud usa a metáfora do umbigo do sonho, esse “*ponto*” onde o sonho “*se liga ao desconhecido*”. Ele fala disso como de um “*nó de pensamento que não se pode desfazer, mas que não traria nada de mais ao conteúdo ‘latente’ do sonho*”. Na verdade, o inextrincável “*nó*” interessa pouco ao analista, na medida em que “*os pensamentos do sonho que encontramos durante a interpretação não têm, em geral, um ponto final, eles se ramificam em todos os sentidos na rede entremeada de nossos pensamentos ...*”. Por outro lado, ele deve bem entender que “*o desejo do sonho surge de um ponto mais espesso desse tecido, como o cogumelo de seu micé-*

50. Em 1990, no seu relatório sobre “Psychanalyse et Sciences”, Georges e Sylvie Pragier interrogam-se sobre o fato de saber se “*uma dialética da pulsão não poderia se construir com base na metáfora da imbricação do regular e do aleatório*”. Onze anos após esse congresso, nós gostaríamos de lhes agradecer pelas “*novas metáforas*” das quais a maior parte, e não somente o atrativo estranho, permanecem para nós “*psicanaliticamente sugestivas*”(R*évue française de psychanalyse*, 6-1990, p.1486).





lio” (*ibid*, p.446). Assim sendo, os pensamentos latentes da análise do discurso não representam nem figuram a espessura das “*esferas fusionadas*”, o “*micélio*”, que nós aproximaremos da noção de *sexual primordial*, da idéia de um “canevas” tecido pela regrediência, de onde surgiria, uma vez organizado, o sexual infantil⁵¹.

Nessa perspectiva, a “*sobredeterminação inextrincável*” é também um “*fator primário*” (Freud, 1900, p.170) da formação do sonho e não somente um resultado ou produto secundário (*ibid*, p.263), e o trabalho do sonho chega tanto a uma transformação das impulsões infantis em intensidade sensorial quanto a uma repressão, consequência da censura do sonho (*ibid*, 398-399). O valor analítico da “tomada em consideração da figurabilidade”, verdadeiro princípio do trabalho do sonho, vai além daquela da formação das imagens que evocam o relato de um sonho ou, mais exatamente, a memória do sonhador acordado. Contendo potencialmente as informações sobre as impulsões sobre as *formas infantis* do pensamento, ela representa uma possibilidade preciosa para a técnica analítica.

O “trabalho de figurabilidade” e, mais amplamente, a regrediência que o subentende, representam não somente o fundamento do sonho, mas uma tendência geral governando a totalidade da vida psíquica. Já mencionamos que Freud mantém uma diferença entre o sonho propriamente dito, que inclui o conteúdo manifesto e os pensamentos latentes, e aquilo que ele considera como sendo “sua essência”: o trabalho do sonho que cria sua forma particular de pensamento. Da mesma maneira, cabe distinguir “a imagem”, a forma visual de uma representação, da figurabilidade proveniente do “canevas” da regrediência, “tecida” pelos fios do sexual infantil e movida por “*uma função inerente ao psíquico... exigindo um mínimo de unidade, de coerência e de inteligibilidade*” (Freud, 1912), função que nós propusemos definir, em 1992, como “*princípio de convergência-coerência*” (Botella; Botella, 1992). Este “princípio” visa ligar todos os elementos heterogêneos e heterocronos presentes na coexistência dos componentes da vida psíquica. Ele chega, ao engajar um trabalho psíquico mobilizando um conjunto dos componentes, a uma “*forma*” não visível, *sobredeterminada*, *inextrincável*, de onde emergiria a figurabilidade, a inteligibilidade mais elementar, mais diretamente capaz de ser apresentada à consciência. Quer a figurabili-

51. Neste contexto, Freud trabalha a idéia do entrelaçamento dos fios de pensamento dos desejos infantis. Ele formula uma “*sobredeterminação inextrincável*”: “*Independentemente de qual seja o sonho que eu decompõha, eu encontro sempre os mesmos princípios: os elementos do sonho emergem de toda a massa dos pensamentos do sonho, e cada um deles, se os aproximamos dos pensamentos do sonho, é aí várias vezes assinalado*” (*L'interpretation des rêves*, p.246-247). O trabalho do sonho é como na recordação de Freud em que o menino de cinco anos que ele era rasga um livro de imagens coloridas: “*A criança sobrevive com suas impulsões*”, arranca, refaz os elementos em cada sonho. As “*esferas fusionadas*” formam “a massa dos pensamentos do sonho”, enquanto que os pensamentos latentes, restituídos pela linguagem, são como folhas mortas separadas de sua fonte infantil primordial.





dade se apresente sob a forma de imagens de um sonho apoiando-se sobre os processos primários e secundários, ou que ela surja, por “acidente”, sem mediação primária ou secundária durante o dia, ela representa a “*via real*” da inteligibilidade da sessão de análise⁵².

5. O alucinatório

Sob a forma de substantivo e livre de toda conotação psiquiátrica⁵³, nós introduzimos o termo *alucinatório* como noção metapsicológica (Botella; Botella, 1990), numa tentativa que procurava alargar uma teoria analítica por demais centrada na noção de representação e que, devido a isso, era insuficiente para explicar certas estruturas e certos tratamentos analíticos condenados ao fracasso devido a uma prática analítica limitada ao representacional.

Sob a formulação adjetiva de *satisfação alucinatória*, a idéia da alucinatório está presente no decorrer de toda a obra freudiana. Freud não desenvolverá jamais esta idéia, supostamente de base no entanto, que governa a vida psíquica.

O mesmo se pode dizer dos pós-freudianos. Assim, Ferenczi, em *O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios* (1913), descreve um “*estágio alucinatório*”, mas não o aprofundará. Bion vai interessar-se a isso, mas sua noção de alucinose fica perto da noção de alucinação patológica. Em Winnicott (1957) ela é mais complexa e ele falará de “*desalucinação*” (Winnicott, 1957). Por sua vez Lacan (1959) terá a intuição de uma “*alucinação fundamental*” e afirmará que “*sem alguma coisa que alucine enquanto sistema de referência, nenhum mundo de percepção chega a se ordenar de maneira válida, a constituir-se de um modo humano*”. Mas ele também ficará aí. Foi sem dúvida nenhuma André Green (1973) quem, em primeiro lugar, introduziu uma formação alucinatória, “*a alucinação negativa*” (a representação da ausência de representação... o reverso cuja realização alucinatória é o anverso) como fundamento do psíquico.

Ao generalizar a atividade alucinatória, nós definimos (1990;1992b) a noção

52. Recentemente, André Green introduziu uma formulação da figurabilidade que subscrevemos inteiramente: “*Figure commune à la représentation et à la perception*” (Green, 1993).

53. Um histórico da alucinação literária, psiquiátrica, psicanalítica, foi realizado por Tony James (1995) em *Vies secondes*, coll. “*Connaissance de l'inconscient*”, dirigida por J.B. Pontalis, NRF, Gallimard, 1997. Igualmente, do ponto de vista psiquiátrico, pode-se fazer referência ao número recente de *L'évolution psychiatrique* (2-2000), entitulado *Halluciner*. Do ponto de vista psicanalítico, Guy Gimenez (2000) realizou um excelente estudo, *Clinique de l'hallucination psychotique*, Dunod. Quanto ao relatório “*De l'allucination au langage*”, a leitura de René Angelergues é imprescindível (Monographies, II, du Centre de psychanalyse, Evelyne et Jean Kestemberg, 1992).





metapsicológica do alucinatório nestes termos: ela é a representante da moção da pulsão, da mesma maneira que o afeto é o representante qualitativo do quantitativo da pulsão e que a representação é o representante-representação do conteúdo da pulsão. Ele representa a pulsão enquanto esta é impulsão [*Drang*] e movimento [*Triebe-regung*]. Trata-se de um processo que caracteriza o *sexual primordial*, inseparável da regrediência, que desabrocha no sonho, mas que deve ser inibido durante o dia em proveito da representação e da percepção.

Esta noção mostrou-se para nós indispensável para dar conta de certos aspectos da prática analítica, de certos momentos inesperados da sessão. Observamos que, sob o efeito de uma regressão formal do pensamento, pode produzir-se no analista, contra sua vontade, um “acidente” de pensamento, uma figurabilidade quase alucinatória e que esta última seria o único meio de aceder a uma dotação de sentido do irrepresentável traumático do paciente. Em nossos artigos, publicamos vários momentos desse tipo: “Le loup”, 1983; “Florian”, 1984-1985; “Olga”, 1985; “Aline”, 1990; “Odeur de sapin”, 1995.

6. Devaneio e trabalho de figurabilidade

“Eu sonho... com um pensamento diurno que seria sonhante, não sonhador mas sonhante... O pensamento sonhante, que chamo de meus desejos, extrairia no sonho a força de ser irrefletida, inconveniente, de prosseguir por sua própria conta e risco, como um sonâmbulo. Poderá a linguagem estar à altura de sua exigência? Duvido disso: ela está submetida a demasiadas restrições, sintáticas, lógicas; ela quer ser compreendida.”

J.B. Pontalis, *Fenêtres*

Freud emprega o termo “*Tagtraum*”, traduzido por devaneio ou por “*sonho diurno*” (*day-dream*), como sinônimo de fantasia (*Phantasie*), fantasia diurna (*Tagesphantasie*), seja em *A Interpretação dos Sonhos* ou em outros textos⁵⁴. Para ele o “*sonho diurno*” tem a mesma função do sonho noturno, particularmente a de ser as realizações dos desejos infantis. Este se diferencia daquele, no entanto, pelo fato de que a elaboração secundária ocupa aí um lugar maior e também porque, sem falta,

54. S. Freud (1907), “Der Dichter und das Phantasieren”, *GW*, t. VII. “La création littéraire et le rêve éveillé”, em *Essais de psychanalyse appliquée*, trad. Marie Bonaparte e E. Marty, Gallimard; e S. Freud (1908), “Hysterischen Phantasien und ihre Beziehung zur Bisexualität”, *GW*, t. VII. “Les phantasies hystériques et leur relation à la bisexualité”, trad. J. Laplanche e J.B. Pontalis, em *Névrose, psychose et perversion*, PUF.





“sua magestade o ego” é o herói. O sonho diurno organiza com freqüência o sonho noturno no nível da elaboração secundária e torna-se algumas vezes uma “fachada para o sonho”: “Comumente eu chamo de fantasia (Phantasie) este elemento particular; para evitar qualquer mal-entendido, digamos desde já que aquilo que lhe corresponde durante o período desperto é o sonho diurno (Tagtraum)” (Freud, 1900).

São os psicanalistas americanos os que se interessaram por esta ótica freudiana (R.R. Greenson, 1967, 1970; D.H. Frayn, 1987). Mas é sem dúvida na continuidade de Bion que o termo de devaneio consolidou-se nas publicações psicanalíticas. Conceitualizado por Bion desde 1962, no início sob a forma da “capacidade de devaneio (rêverie)* da mãe” tornando psicologicamente aceitáveis as experiências emocionais do bebê, ele foi muito rapidamente aplicado ao trabalho do analista⁵⁵. Seguindo Bion, D. Meltzer (1984), Th. Ogden, A. Ferro, entre outros, desenvolveram consideravelmente o conceito de devaneio (rêverie). Não poderemos neste relatório entrar no detalhe e nuances desta configuração chamada preferencialmente “devaneio (rêverie)” por Ogden, ou “pensamento onírico diurno” por Meltzer e Ferro. Lembremos que, para estes autores, se trata de uma atividade intersubjetiva entre paciente e analista, “radicalmente bipessoal” de acordo com a expressão de A. Ferro inspirando-se em Willy e Madeleine Baranger (1969). E, de acordo com Ogden, “estados de cavalgada do devaneio (rêverie)”, aquilo que ele chama “o terceiro analítico intersubjetivo”. Este último autor esboça, a um dado momento em seu texto, uma definição de devaneio (rêverie) no sentido usual do termo: “nossas rumações, nossos sonhos diurnos”. Em realidade, para ele, a noção é vasta e a sua definição pouco específica. Ela abarca os “sonhos diurnos” – um discurso que se desenvolve como uma história – mas também “frases que atravessam nosso espírito”, ou “nossas sensações corporais, nossas percepções flutuantes”, incluindo até “imagens que surgem quando meio adormecido”. Parece-nos evidente que a dinâmica e a tópica destas diversas manifestações devem ser forçosamente diferentes, o que não impede, segundo Ogden, que o analista as possa utilizar, no mesmo sentido, no âmbito do tratamento psicanalítico. Igualmente, Meltzer e Ferro não estabelecem uma verdadeira diferença entre os devaneios (rêveries) e aquilo que chamam de “flashes”, isto é, imagens “visuais repentinas”, embora, como veremos, a dinâmica de uma e outra não possuam em realidade

* N.R.: Como o autor utiliza o termo *rêverie* tanto no sentido de função mental transformadora como no sentido de devaneio propriamente dito, optou-se por deixar traduzido por devaneio e *rêverie* entre parênteses para que o leitor possa discriminar se é num sentido ou noutra que o termo está sendo utilizado. 55. O Colóquio anual de Deauville, da Sociedade Psicanalítica de Paris, foi dedicado, em 1986, sob a direção de René Diatkine, a “La psychanalyse et la capacité de rêverie de la mère” com apresentações contrastadas de André Green, Serge Lebovici, Paul Israël e Gilbert Diatkine. Este último fez um estudo interessante da noção em pauta, procurando estabelecer possíveis conexões, mesmo que contraditórias, com outros autores (D. Braunschweig, M. Fain, D. Anzieu).





muitos pontos em comum.

A. Ferro se utiliza menos da denominação devaneio (*rêverie*), embora a considere sinônimo de “*pensamento onírico diurno*”. Ele se interessa primordialmente, na mesma linha de Meltzer, pela idéia de “*derivação narrativa do pensamento onírico diurno*”. Por ocasião de sua recente conferência na SPP⁵⁶, ele nos deu um belíssimo modelo de narratividade: em decorrência de uma interpretação do analista, o paciente pode experimentar a seguinte seqüência “*Dor → Raiva → Irritação*”. Segundo o próprio autor, a seqüência dos elementos alfa que constituiriam a elaboração poderiam ser “*Flecha que perfura → LEÃO que ruge → BRAÇO queimado*”. Por sua vez isso poderia se transformar, no paciente, em diferentes “*discursos narrativos*”. Poder-se-ia encontrar, de acordo com a estrutura do paciente e as circunstâncias do tratamento, preferencialmente, seja um discurso de infância, “*uma recordação*”, seja um discurso atual, “*por exemplo, um acidente presenciado*”, ou ainda um discurso sexual (um estupro, por exemplo). As palavras-chaves aqui são “*Transformação*” e “*Narratividade*”.

Por sua vez, D. Meltzer propõe uma resposta do analista à escuta que este faz do sonho do paciente, que equivaleria a re-sonhar o sonho, o que lhe permitiria, segundo o próprio, uma melhor compreensão do paciente.

Na verdade, estas considerações em torno do devaneio (*rêverie*) terminam numa reviravolta da teoria freudiana do sonho: “*Vigília e sono é uma distinção que não faz mais sentido*” (Meltzer, 1984). A articulação do trabalho psíquico do dia e aquele da noite, a respeito do qual D. Braunschwig e M. Fain (1975) souberam tirar tantos ensinamentos, seria obsoleta. O sonho da noite reduz-se a um “*devaneio*” (*rêverie*) daquilo que foi “*filmado, alfabetizado e conservado durante a vigília*”. Não se vê mais o desejo infantil inconsciente enquanto organizador do sonho e o efeito da censura nos materiais do sonho.

Essas concepções teóricas, que dão um lugar maior ao devaneio (*rêverie*), parecem ter um ponto em comum: aquele de definir, durante a sessão, um estado psíquico de tipo assemelhado ao onírico, em que predomina uma atividade do ego. O nível de regrediência não ultrapassaria aquele do fenômeno silberiano cuja colocação numa narratividade organizaria o discurso pré-consciente. De acordo com o que compreendemos, se o devaneio (*rêverie*) forma seguramente uma cena diurna dos desejos e dos conflitos que implicam uma certa transformação de pensamentos, de sensações em imagens, nem por isso ele ultrapassa o domínio da atividade pré-consciente. Nesse sentido, nós não chegamos a nada de novo. Com Freud, A Green consi-

56. A Ferro, Conferência na Sociedade Psicanalítica de Paris, 16 de maio, 2000, *Le champ psychanalytique, turbulences, transformation, narrations*. O debatedor foi Florence Guignard.





dera equivalentes devaneio (rêverie) e fantasia consciente (1987). Por sua vez, Florence Guignard (1985) enfoca “a capacidade de devaneio (rêverie)... como ocupando o lugar tópico do pré-consciente ... uma função por excelência do sistema pré-consciente”. O devaneio (rêverie) compreendido dessa maneira pode, teoricamente, ser o lugar de expressão, de forma disfarçada, de um desejo reprimido e, em consequência, representar um bom instrumento para desvendar o inconsciente. No entanto expressamos certas reservas porque, o mais seguidamente, o devaneio (rêverie) mostra ter um caráter defensivo, ser uma resistência. Na verdade, nos devaneios, a complexidade do trabalho do sonho desaparece; ou melhor ainda, ela se reduz, em grande parte, à sua elaboração secundária, da qual Freud já soube tão bem dizer o quanto esta última é ávida de assimilar-se a um sonho diurno, de apoderar-se de uma fantasia pré-consciente, de tomar sua forma e seu conteúdo, com a finalidade de revestir o sonho de uma forma conveniente para o momento do acordar. Devaneio (rêverie) e sonho são, assim, fenômenos bastante diferentes. O devaneio pode ser aproximado dos fenômenos silberianos. Para o analista, ele apresenta o risco de induzir a interpretações “anagógicas”. O analista, acreditando facilitar o aprofundamento, poderá não deixar o nível pré-consciente.

É necessário levar em conta o fato de que esses dois fenômenos essencialmente diferentes trabalham para a formação complexa do sonho. Um, como no devaneio (rêverie), é do registro do pré-consciente e se apóia seguidamente sobre uma fantasia consciente ou pré-consciente, ele sustenta a elaboração secundária e forma os aspectos do sonho semelhantes em todos os pontos aos devaneios diurnos; enquanto que o outro, sob a pressão do sexual primordial e do sexual infantil reprimido, dispõe de todos os constituintes psíquicos do momento, abarca na sua simultaneidade todos os elementos presentes para chegar a um resultado original, único, e isto de uma maneira anormal toda-poderosa que conhecemos. É este último processo que é o trabalho do sonho no seu sentido estrito (Freud, 1900).

Neste relatório nos interessaremos pouco pelo devaneio (rêverie) porque gostaríamos, sobretudo, de chamar a atenção sobre as manifestações, durante as sessões, oriundas de um trabalho psíquico desenvolvendo-se para além do sistema pré-consciente que podem, bruscamente, apresentar-se ao espírito da análise, “frente aos olhos”⁵⁷ (M’Uzan, 1976).

Separaremos, então, a noção de devaneio (rêverie), e a técnica analítica que se apóia preferencialmente sobre ela, da noção de trabalho de figurabilidade, termo que usamos seguindo o modelo do trabalho do sonho no sentido de Freud. Talvez separe-

57. Ele descreve aí uma gravura no canto da qual “eu vejo a perna de uma mulher... surgindo de um forro de peles”, ponto de partida de uma interpretação.





mos o pensamento sonhador do “pensamento sonhante”, caro a J.B. Pontalis.

Antes de deixar este capítulo sobre a figurabilidade, gostaríamos de dizer nem que seja uma palavra sobre a poesia, forma *sui generis* de figurabilidade, talvez o auge de intrincação da regrediência no âmago da progrediência, a capacidade de fazer figurar, através das representações de palavras, o que, de outro modo, só é acessível por meio dos sonhos. Aquilo que faz com que Christian David diga: “*Nós sentimos e compreendemos isso. Eu sou – parafraseando Mallarmé – a favor de uma Psicanálise que retome, da poesia, seu bem*” (David, 1992).

V – Sonho e memória

“O sonho é, em resumo, como uma regressão ao passado mais antigo daquele que sonha, como uma revivescência de sua infância”.

S. Freud, 1900

1. A endopercepção (inneren Auge)⁵⁸

O fato clínico mais próximo da “endopercepção” é, nós o sabemos, a atividade mental da noite. Ela interessa estranhamente pouco aos psicanalistas ... a não ser sob a forma investida pelos sistemas de representação no relato do sonho. E no entanto, apesar de sua “paixão” pela interpretação dos sonhos, Freud pensava desde 1900 que são esses processos psíquicos da noite que são portadores de uma grande capacidade de inteligibilidade. O problema é que: “*Penetrar na psicologia dos processos do sonho é uma tarefa rude. É bastante difícil de mostrar pela descrição de uma sucessão, a simultaneidade de um processo complicado*” (Freud, 1900) (o grifo é nosso, já que atribuímos uma grande importância ao papel da simultaneidade dos componentes psíquicos, quer se trate do conteúdo de um sonho, de uma percepção tanto interna quanto externa, ou de planos intrapsíquicos e intersubjetivos). Ainda hoje é difícil pensar o trabalho psíquico do sonhador, assim como penetrar na psicologia dos processos de desejo, porque a complexidade de sua convergência na simultaneidade das regressões tópica, temporal e formal terminam em formas de pensamento e de atos inacessíveis a um trabalho que se desenvolva sobre as vias progredientes.

58. Freud interessou-se por isto desde 1895 (“Études sur l’hystérie”). “*Mas algumas vezes a mesma imagem continua, de modo obstinado, a apresentar-se à vista interior (inneren Auge) do doente, já descrita.*” A endopercepção mereceria um estudo aprofundado e compreende-se mal por que os escritos analíticos a abandonam (trad. A Berman, PUF, 1967, p. 227. *GW*, t I, p. 283).





Para além dos acontecimentos percebidos, representados, dos conteúdos memorizáveis sob a forma de relato, a compreensão metapsicológica de tais atividades psíquicas exigiria uma espécie de tópica na medida dessas regressões; na medida da distância, por assim dizer, sideral, que existe entre o sono lento profundo e o pensamento de vigília, entre o desejo, o sexual primordial e os desejos do ego adulto. Ela poderia dar, por exemplo, a idéia da “velocidade” com a qual esta distância é percorrida até o momento do despertar; esclarecer, paralelamente a problemática manifesta-latente, aquela da transformação, não somente quando da formação do sonho, mas também quando da formação do relato do sonho⁵⁹, fruto de um trabalho de memória sob a pressão da prova de Realidade. Assim como o firmamento estrelado da noite nos deixa adivinhar melhor o universo do que o faria uma paisagem inundada pela luz do dia, a atividade psíquica da noite dá-nos melhor a idéia de estrutura de nosso universo psíquico. É ela que permanece a “via régia” da pesquisa em psicanálise.

Os casos de sonambulismo estudados pelos psicanalistas (Degoumois, 1992; Bayle, 1996; Delourmel, 2000) nos esclarecem sobre as vicissitudes do sexual infantil situado entre representação, percepção, alucinação e motricidade. Da mesma forma os casos das crianças enuréticas, ou os episódios enuréticos dos adultos em análise quando dos momentos regressivos. Ou os estados de despertar em pânico, às vezes fora do leito, sem a mínima representação justificando o medo. Ou ainda as alucinações hipnagógicas do adormecimento ou de outros estados letárgicos do pensamento de vigília⁶⁰ (Garma, 1994, 1998, 2000).

2. Os três modelos do sonho

Como já dizíamos anteriormente, as modalidades de figurabilidade que nós abordamos se dividem em três modelos fundamentais do sonho.

O *sonho realização de desejo*, sabemos disso, é o modelo essencial da teoria do funcionamento psíquico. Ele esteve na origem da psicanálise, e sua interpretação na origem do modelo da técnica da interpretação das neuroses de transferência. A validade absoluta deste procedimento foi progressivamente questionada por Freud,

59. R. Diatkine (1974) situa a figurabilidade no momento do acordar: “Os procedimentos do despertar constituem este momento em que se dá o encontro entre dois sistemas contraditórios, o primeiro que conota a imediatividade da satisfação alucinatória e o segundo que conota a capacidade de fazer figurar, no relato do sonho, dos desejos não realizados; o primeiro reativando o outro e perturbando seus equilíbrios prudentes, não somente pela liberdade de suas descargas, mas também pelo arrojo total de sua capacidade de figuração” (“Rapport au Congrès de Langues Romanes”, 1974).

60. Lucile Garma faz pesquisas sobre a articulação entre o sonho e o sono. Lucile Garma, Daniel Wildlöcher, “Le rêve entre la clinique psychanalytique et la clinique du sommeil”, *Revue française de psychopathologie*, 23, 1996.





em particular depois da descoberta, durante a guerra de 1914-1918, da existência de um tipo de neurose na qual o sistema Ics não tinha estritamente nenhum papel, as neuroses traumáticas. Isto deveria levar a uma constatação difícil de ser admitida por Freud e cuja revelação foi retardada por mais dez anos: o sonho não é mais, propriamente, a realização de um desejo reprimido, mas “*uma tentativa de realização de um desejo*”⁶¹.

Seguramente, *o sonho da neurose traumática* deve ser considerado como um fracasso do modelo do sonho de realização de desejo. No entanto, se privilegiamos o que veio antes e não o conteúdo, a repetição alucinatória sem trabalho psíquico de uma percepção representa uma modalidade original do sonho. A redução do campo da memória ao da sensorialidade e aquela do trabalho do sonho à figurabilidade direta tornam-se um modelo de uma economia extrema.

Posto de lado o caso de repetição de um acontecimento traumático, reencontramos esse modelo na clínica psicossomática na qual, quando num “*estado operativo*” (Smajda, 1998), o doente repete de uma maneira idêntica os atos comuns do dia anterior, aqueles do seu trabalho por exemplo: “*uma forma radical de trabalho do negativo*” (Smajda, 1998).

Ao contrário do doente operativo no qual o procedimento testemunha um empobrecimento de seu trabalho psíquico, em situações extremas de sobrevivência, o mesmo procedimento, sob a forma de um sobreinvestimento alucinatório em Identidade de Percepção das percepções do passado, torna-se um meio formidável de manutenção de vida. Pensamos aqui no relato do aprisionamento de um amigo num campo de concentração. Ele sobreviveu a um estado comatoso, de desnutrição, e guardou tão somente a recordação de um fio contínuo de percepções alucinatórias extraídas da memória de sua tenra infância: o vermelho das bochechas de seus amiguinhos, o barulho da gaveta da caixa registradora da mercearia onde ele ia buscar seus bombons, percepções alucinadas que lhe vinham por ondas contínuas. Nesses casos, a repetição pelo idêntico está a serviço do princípio de prazer e de sobrevivência.

O sonho-realização de desejo e o sonho da neurose traumática são, ambos, portadores de uma memória, seja ela a de uma recordação recalcada da infância, “*resto diurno*”, ou, ainda, a memória de traços sensoriais. É esta a razão pela qual, para valorizar a função memória que acreditamos perceber em cada modalidade do sonho, gostaríamos de salientar uma outra modalidade de sonho particularmente marcada por esta função, quando o sonho é, antes de mais nada, a tentativa de reencontrar uma memória que, ela mesma, é desprovida de traços de representações de

61. S. Freud (1932), *Nouvelles Conférences. 29^e Leçon: révision de la science des rêves*, p.41, trad. Anne Berman, OC, t. XIX, Gallimard, p. 111.





recordações, aquilo que denominamos em outro lugar de uma “*memória sem recordação*”.

A noção de compulsão à repetição impôs-se a Freud paralelamente ao estudo das neuroses traumáticas. Em 1920, com *Além do princípio de prazer*, continuação teórica da psicopatologia da neurose traumática, a transferência não podia mais ser considerada unicamente como a transferência dos desejos reprimidos do passado; agora era necessário entender que ela era também transferência de “*cicatrices narcísicas*”, de experiências dolorosas da pequena infância. Da mesma forma que o sonho que, em 1932, nada mais é que uma “*tentativa*” de realização de desejo, a transferência, para além de sua tendência de atualização de um desejo, de sua busca de prazer, poderia ser compulsão em repetir uma dor. Dito de outra maneira, a transferência não era verdadeiramente a “*alavanca*” do tratamento: entre dor e masoquismo, ela podia até determinar o fracasso da mesma (*Análise terminável e interminável*, 1937).

Alguns meses depois do aparecimento desse texto (outubro, 1937), terá lugar aquilo que podemos chamar de uma nova e última guinada, talvez tão importante quanto a de 1920: a redação em outubro e a publicação em dezembro de 1937 de *Construções em análise*. Na maior parte das vezes, não se compreende bem a revolução trazida por este texto. Será isso devido a uma leitura impregnada de sedução que exercem sobre os psicanalistas as noções de “*construção*” e de “*convicção*”, com seu poder de efeito terapêutico igualando aquele de uma recordação reencontrada? E nós não nos damos conta de que a grande mudança teórico-prática deste artigo diz respeito à retomada daquilo que Freud havia já indicado em 1900, em *A Interpretação dos Sonhos*: “*As mais antigas recordações da infância não são mais acessíveis enquanto tais, mas são substituídas, na análise, pelas transferências e pelos sonhos*”. O sonho é memória⁶².

Depois disso, na análise do *Homem dos Lobos* (1914), em que a idéia de 1900 volta sob a formulação “*Sonhar constitui, na verdade, ainda uma re-lembrança*”, Freud adianta-se ainda mais: “*É esta volta obstinada nos sonhos que explica... que no próprio paciente se estabeleça, pouco a pouco, uma convicção profunda da realidade dessas cenas primitivas, convicção que não é em nada inferior a uma convicção baseada na recordação*” (Freud, 1914) (grifo nosso).

Ainda no *Esboço* (1938), a “*memória do sonho*” é convocada para “*provas do papel que desempenha o id inconsciente na formação do sonho*” (1938):

62. Não esqueçamos o manuscrito, datado do 10 de Novembro de 1899, seis dias após o aparecimento da *Interpretação dos Sonhos*, com uma análise tão perspicaz de um sonho, “*Une prémonition onirique accomplie*”, jamais publicada enquanto Freud era vivo. Trata-se aí da “*criação de um sonho a posteriori*”, portador de uma convicção de verdade. Toda a tese de “*Construction*” já se encontra aí. (S. Freud, 1899), em *Résultats, idées, problèmes*, I, PUF.





a) “A memória do sonho abarca bem mais coisas no sonho do que no estado desperto. O sonho traz certas recordações esquecidas por aquele que sonha e que, no estado desperto, permanecem a ele inacessíveis”.

b) “O sonho utiliza-se ilimitadamente da linguagem simbólica... (que) tem sua origem possivelmente em fases anteriores à evolução da linguagem”.

c) “A memória produz muito freqüentemente no sonho certas impressões da primeira infância daquele que dorme...”

d) “O sonho faz, por outro lado, surgir materiais que não pertencem nem à vida adulta nem à infância daquele que sonha. Deve-se portanto considerar tais materiais como parte da herança arcaica, resultado da experiência de seus antepassados”.

O mesmo ocorre com o excerto de *Moisés* que nos serviu de ponto de partida no capítulo II.

Estas passagens mencionadas, distanciadas no tempo (1900, 1914, 1937, 1938), traçam uma linha de pensamento, uma via de pesquisa implícita que esboça o que nós poderíamos chamar de terceiro modelo do sonho: o *sonho-memória*. Além da participação que a filogênese tem aí, quais seriam as razões que tornariam Freud reticente em integrá-lo no *corpus* teórico? O que podemos dizer é que, para nós, sustentar explicitamente a articulação da memória com o sonho, uma ligação tão forte da memória infantil com a atividade alucinatoria, postular um modelo sonho-memória da pré-história pessoal teria representado uma nova reviravolta da teoria e da prática analítica.

Assim é que o sonho, trinta e sete anos após *A Interpretação dos Sonhos*, vale ainda para Freud, não somente enquanto discurso que abre a via em direção à interpretação, “*via real que conduz ao conhecimento do inconsciente*” (Freud, 1900, p.517), mas é “em si”, uma vez que ele é o depositário de um passado que não poderia ser atingido de outra forma. De fato, o discurso do sonho, como ele já é transformação em representação de palavras, representa, se nós o consideramos sob esse ponto de vista, uma dificuldade. A colocação em relato do sonho tornado narrativa, discurso, perde seu poder inestimável de “*ver, perceber, antes da linguagem*”. A colocação em relato, este ganho em inteligibilidade comunicável, comporta obrigatoriamente um preço a ser pago, o apagamento do sonho portador de acontecimentos anteriores à linguagem.

O “*sonho-memória*”⁶³ referindo-se à pré-história pessoal, esse tempo do sonho anterior à sua colocação em palavras, anterior à colocação em imagens, em cenas

63. Pensaremos aqui em Bion empregando a formulação “the furniture of dreams” (a substância dos sonhos).





passíveis de serem colocadas numa forma narrativa, representa um modelo do “sonho-em-si”⁶⁴, acontecimento “destinado a permanecer não compreendido”. O sonho que “*vê sem compreender*” abria a psicanálise para o mundo do perceptivo. No entanto, a ampliação do campo analítico que marca o fim da obra freudiana não terá, infelizmente, seguimento no nível conceitual, não conduzirá a novos conceitos analíticos. O que se explica, em parte, pela evolução do pensamento de Freud depois de 1900, por uma permanência demasiadamente longa em estado de latência do estudo sobre o potencial perceptivo do modelo do sonho, talvez sob os efeitos conjugados de uma racionalidade solidária com a concretude da clínica, da psicopatologia e, sobretudo, da concepção genético-desenvolvimentista da sexualidade infantil.

Sem narrativa, fora da linguagem, sem a concretude dos traços do desenvolvimento sexual, “o sonho em si” teria provavelmente perturbado os ideais científicos de Freud. Sua exigência quanto à clareza e racionalidade se opõe a isso e se acentua com o decorrer do tempo: “*Nossa melhor esperança para o futuro é de que o intelecto – o espírito científico, a razão – venha tornar-se... a ditadura na vida da alma humana*” (Freud, 1932, p.232). Se Freud tivesse tido conhecimento das pesquisas recentes⁶⁵, supomos que ele poderia dedicar-se mais ao estudo do “sonho-em-si”.

O espírito científico dominado pela “ditadura da razão” afasta Freud da concepção aristotélica que define o sonho simplesmente como “*a atividade psíquica daquele que dorme*”, ele o afasta da Antiguidade clássica quando se acreditava numa causalidade natural e não patológica como aquela que se encontra na origem dos sonhos.

64. Interessar-se ao “sonho-em-si”, isto é, independentemente de seu relato, de sua interpretação, do trabalho que o organiza e do fato de que ele é uma tentativa de realização de desejo implicava para Freud, numa abertura para domínios que ele preferia evitar. Nós abordamos esta questão no início do cap. IV: A FIGURABILIDADE. Freud tinha desconfiança deste fenômeno que o fascinava, mas que, no entanto, ele rejeitava. Isto a tal ponto de levá-lo a opor-se a Ferenczi que queria fazer uma comunicação sobre suas experiências telepáticas no Congresso de 1925. “*Eu desaconselho. Não o faças... Assim fazendo, lanças uma bomba na morada psicanalítica que certamente explodiria*” (“Carta a Ferenczi”, 20 de março de 1925, *Correspondance Freud-Ferenczi*, p. 232, Calmann-Lévy”. Pode-se também consultar, para se ter uma visão de conjunto, E. Jones, *La vie et l'oeuvre de S. Freud*, t. III, PUF, 1969, p. 444.

65. Parece estar provado que o sono paradoxal intervém na memorização por meio da síntese protéica, que seria necessária à aprendizagem; as pesquisas neurofisiológicas de Gif-Sur-Yvette demonstraram que as fases do sono paradoxal eram, sim, períodos nos quais eram novamente tratados dados que se acumularam durante o período desperto precedente; teria também sido provado que a síntese protéica, particularmente ativa durante as fases paradoxais, é necessária para a aprendizagem e para a colocação em memória; para os neurofisiologistas, a fase paradoxal interviria, então, nas memorizações (ver Georges Chapoutier, *Des molécules pour la mémoire*, La Recherche, 1987, n. 92). Ver também as tentativas de diálogo entre um psicanalista e um neurofisiologista em Jacques Hochmann, Marc Jeannerod (1991), *Esprit, où es-tu?*, Odile Jacob. Iguamente o diálogo entre um psicanalista e um neurólogo: Bernard Lechevalier, Bianca Lechevalier (1998), *Le corps et le sens, dialogue entre un psychanalyste et un neurologue*, De la Chaux & Niestlé.





A usurpação que fez a lógica médica do modelo do sonho, a idéia de que ele era portador de regressões anormais, de características patológicas, aparece, então (já assinalamos isso), notadamente a partir do *Complemento à Teoria dos Sonhos* (1915). A linha de pensamento freudiano que poderia ter tornado conceitual a dinâmica regrediente do “ver sem compreender” curva-se diante da ordem da linguagem, das representações da tempo-espacialidade e limita o alcance da regressão: esta será tópica, temporal, formal. A regressão, segundo essa tripartição de 1914, fica reduzida à expressão de uma substituição de palavras por imagem. A figurabilidade, quanto a ela, não será tomada em consideração além de sua função de tornar “visível” o produto final do trabalho do sonho. O “ver” que não comunica, a regrediência ao infantil sexual primordial, não terá legitimidade na *Metapsicologia*, 1915. O inconsciente de 1915, constituído de representações, não é “louco” ou, sobretudo, ele não reconhece a loucura alucinatória do desejo infantil. Sabe-se que Lacan, apegado a essa concepção de um inconsciente que “causa”, representava o imaginário como “*antecâmara da loucura*”, excluía do inconsciente a loucura alucinatória do sexual infantil. Isto não foi, por muito tempo, o caso para Freud. Em 1923, o poder alucinatório do desejo retorna com o id da segunda tópica.

3. A pré-história pessoal

Em Freud, no início, encontra-se o emprego do termo pré-história associado àquele de amnésia infantil (Freud, 1905, p.68), logo suscetível de ser acessível graças ao trabalho analítico habitual: “*É a amnésia infantil que cria para cada um de nós na infância uma espécie de pré-história (grifo de Freud) e nos esconde os começos da vida sexual ...*”. Quando ele retoma o termo nos seus últimos escritos, ele o enfoca bem diferentemente, ao ponto que, nas *Construções em análise* (1937), a noção de pré-história faz referência àquilo que não pode voltar à consciência através do trabalho analítico costumeiro. Ele justificará intervenções que não são interpretações, mas “construções”: “*...pode-se falar de construções quando se apresenta à análise um período esquecido de sua pré-história*”(Freud, 1937, p.273).

Em paralelo à noção de pré-história da humanidade, o tempo do homem antes da escrita, o termo de pré-história pessoal remete ao tempo do infantil antes da linguagem, à *l’infans*. No entanto, a concepção de uma pré-história pessoal nunca se enquadrou, para Freud, com o ponto de vista desenvolvimentista dos anos 1910. Assim sendo, quando ele evoca, em 1923, em *O Ego e o Id, a identificação primária – “a identificação ao pai da pré-história pessoal ... é uma identificação direta, imediata, mais precoce que todo investimento de objeto*”(Freud, 1923, p.275) – é uma





formação psíquica sempre presente que o tempo e os imprevistos da história narrativa própria à criança histórica não atingem; podemos considerá-la como uma reformulação da noção desaparecida de Identidade de Percepção, da “*primeira metapsicologia*” (1900). Se Freud ainda se interessa por este tema no final da sua vida é porque ele pensa encontrar na noção de pré-história uma formulação apropriada a uma dinâmica psíquica não determinada pela história, por representações; em resumo, uma explicação para os fracassos dos tratamentos psicanalíticos – *Análise terminável e interminável* testemunha sua desencanto.

O interesse que temos na noção de pré-história individual reside no fato de não se limitar a um tempo “primitivo” anterior à linguagem: é pré-história tudo aquilo que escapa à história, à colocação em narrativa; “*é aquilo que se dá como fundamento, a história pessoal*” (Perron, 2000, p.88). Ela é fundamento da história do sujeito, marcando-a mais em suas formas processuais do que em seu conteúdo histórico. Inacessível, mas por uma outra razão, distinta da repressão inconsciente, a análise da pré-história só pode ser visualizada num infantil em seus modos primordiais como a Identidade de Percepção, a figurabilidade. Ela corresponde, na história da sexualidade, ao que nós qualificamos de primordial, não circunscrito pelas zonas erógenas, independente da sucessão temporal, indiferente a toda distinção sujeito-objeto. Para nós, a pré-história analítica não é aquilo que precede à história, mas o que lhe escapa. Deveríamos falar da *anistória* pessoal que corresponde ao viés não histórico da amnésia infantil? Talvez ela seria o que não é passível de ser narrado, o que não adviria, exceto na regrediência do encontro analítico⁶⁶.

A técnica analítica, assim como Freud a descreveu, corresponde à análise da história recalcada do paciente na qual o analista procura interpretar as recordações representadas, suspender a amnésia infantil, fonte da neurose. Poderíamos, então, pretender uma técnica analítica freudiana visando a revelar a pré-história do paciente? A um outro modelo de interpretação diferente daquele do sonho-realização de desejo?

R. Roussillon responde a isso positivamente: “*A reconstrução da história da pré-história é fundamental, mas a maneira através da qual esta se faz não é menos importante. A história, a historicidade, a historização se transmitem num jogo signi-*

66. Pensaremos aqui na controvérsia suscitada por *La construction de l'espace analytique* de S. Videman e as críticas que a seguiram: F. Pasche, J. Chasseguet-Smirgel, J. Cournut, M. Fain ... (*Revue française de psychanalyse*, 2-3-1974). Mais recentemente M. Dayan (1995), *Inconsciente et réalité*, PUF, p. 358-396, e a crítica de J. Laplanche em “Narrativité et herméneutique: quelques oppositions”, *Revue française de psychanalyse*, 3-1988, retomado em *Entre séduction et inspiration: l'homme*, PUF, Quadrige, 1999, p. 293. Igualmente, pensaremos na concepção, em Claude Le Guen, de uma memória sem inscrição, sem traço/vestigio, “*essencialmente flutuante*”: *Théorie de la méthode psychanalytique*, PUF, 1989.





ficante com a realidade histórica, sua verdade depende tanto da realidade que elas apreendem quanto do jogo que elas introduzem e, graças ao qual, aquilo com o qual a realidade histórica se confrontou encontra-se como representado e subjetivado” (Roussillon, 1999, p.58).

Recentemente, Marília Aisenstein, numa conferência do 20 de junho de 2000 na Sociedade Psicanalítica de Paris, colocou com acuidade uma pergunta fundamental: “*Não existiria uma clínica da opacidade e da desordem na qual para repetir, construir, inventar uma história, seria necessário pensar as modalidades que não repousam somente sobre uma pesquisa idealizada da rememoração?*” Ela lembra o ponto de desavença principal entre Freud e Ferenczi, aquele que dizia respeito à técnica ativa defendida por Ferenczi e por O. Rank. Em 1924, estes dois últimos escreveram juntos *Perspectives de la psychanalyse* (Ferenczi; Rank, 1924). Freud reagiu imediatamente a esse livro, acusando-o de dar muita ênfase ao elemento vivido e não suficientemente à rememoração: “*A análise não deveria perder-se nos acontecimentos vividos.*”⁶⁷. É a respeito deste problema da rememoração na sua articulação com o vivido, com a transferência, que nós trataremos agora.

VI – Transferência e “memórias sem recordações”

1. Transferência e memória

Desde 1895, em *Études sur l’hystérie*, o essencial da transferência está presente: a) “*É sobretudo de reminiscências que padece o histórico*”. b) “*A transferência sobre o médico realiza-se por uma falsa associação... [uma] aliança inferior**” (grifo de Freud). No início da psicanálise, a transferência sobre o médico não era uma aliada do tratamento, mas uma complicação, a causa de um fracasso quando “*o procedimento por pressão falhava e ... nenhuma reminiscência surgia*” (S. Freud, 1895, p.5, 244, 245).

Paralelamente a esta significação de obstáculo, oriundo da clínica, que se atribuiu ao termo de transferência, encontramos na *Métapsychologie* 1900 uma outra, estreitamente ligada ao estudo do sonho, pertencente à definição do trabalho do sonho que é sua pedra angular. Trata-se da “*transferência de intensidade psíquica*”:

67. Carta de Freud a Ferenczi do 22 de janeiro de 1924 e resposta de Ferenczi em 30 de janeiro de 1924, em *Correspondance Freud-Ferenczi, 1920-1933*, Calmann-Lévy.

*NT. A palavra *mésalliance*, em francês, significa contrair núpcias com uma pessoa de condições ou fortuna consideradas como inferiores.





“A representação inconsciente não pode, como tal, penetrar no pré-consciente... a não ser que ela se alie a alguma representação sem importância para a qual ela transfere sua intensidade e que lhe serve de cobertura. Eis aí o fenômeno de transferência...” (S. Freud, 1900, p.478-479). Nesta concepção, a transferência não é mais considerada como negativa, mas, ao contrário, ela é reconhecida como sendo “a parte essencial do trabalho do sonho” (S. Freud, 1900, p.226). Mas a polissemia do termo não se limitará, como veremos mais adiante, a esses dois sentidos de obstáculo à reminiscência e de deslocamento de intensidade, cujo ponto comum é a idéia do “deslocamento” de intensidade de uma representação para a outra, no sonho, aliança inferior na clínica.

Aprecia-se, então, a importância do texto sobre Dora em que volta a idéia da transferência para o médico com um deslizamento determinante: do obstáculo em direção à rememoração, ele se torna portador de um passado reatualizado no presente: “São novas edições, cópias ... estados psíquicos anteriores que revivem, não como estados passados, mas como relações atuais com a pessoa do médico.” Dito de outra maneira, a transferência, se ela é, e isso é claro, um obstáculo à volta de uma recordação representada, ela é também uma forma de memória: ela reatualiza um estado, um passado desprovido de qualidade temporal. É assim que uma mudança maior transforma-se num reviravolta conceitual própria ao gênio freudiano: “A transferência, destinada a ser o maior obstáculo à psicanálise, torna-se seu mais poderoso auxiliar ...” (S. Freud, 1905, p.86-87).

A transferência no “sonho” e a “transferência para o médico” realizam, ambas, um trabalho dominado pela tendência à realização, mais ou menos disfarçada, de um desejo infantil; sob a forma alucinatória para o sonho, vivido como real (*erleben*) para a transferência. Ambos produzem-se “em conformidade à a-temporalidade e à capacidade alucinatória do inconsciente” (S. Freud, 1912, p.116). O sintoma e o fantasma dispõem-se também sobre essas mesmas bases.

Paralelamente às definições da transferência de intensidade de uma representação para uma outra no sonho e de uma pessoa para a outra na clínica, existe ainda no texto de 1900 um outro significado que não se enquadra perfeitamente na idéia de deslocamento. A transferência é também o agente de um trabalho de substituição: “O sonho seria um substituto de uma cena infantil, modificada pela transferência numa área recente. A cena infantil não pode realizar sua própria reparição; ela deve contentar-se de voltar enquanto sonho” (S. Freud, 1900, p.464). Encontramos aí a noção de “sonho-memória”.

Podemos distinguir duas dinâmicas transferenciais: a) a transferência de deslocamentos, seja de uma representação a uma outra no sonho, seja de uma pessoa a outra em análise; nesses dois casos existe também um deslocamento temporal e





produz-se sob o efeito da censura (na obrigação à figurabilidade no caso do sonho); é uma resistência à rememoração e está a serviço de uma realização disfarçada. *b)* a “transferência de substituição” em que os “estados psíquicos anteriores”, sem conteúdo, não podendo se reproduzir como “cópias”, logram, no entanto, impor sua realidade. O que os diferencia do deslocamento é que, graças à regressão regrediente do sonho, eles investem o presente, sob o signo da Identidade de Percepção, na qualidade de equivalentes dos “estados psíquicos anteriores”. Deste ponto de vista, se na clínica *a razão de ser da transferência de deslocamento é a de ser um obstáculo à rememoração*, por outro lado “a transferência de substituição” *teria a função de ser guardiã de uma memória sem conteúdo representacional*.

Em resumo, a rememoração, a eficácia, o resultado do tratamento analítico teriam uma relação causal com *a)* a mobilidade, a qualidade da transferência por deslocamentos dos conteúdos transferenciais e *b)* a intensidade, a qualidade das “transferências de substituição”. Seria então necessário conceber que esta capacidade que tem o sonho de ser por substituição uma cena equivalente da cena infantil existe também no nível da transferência em sessão? Desta última dependera a capacidade do tratamento em revelar a “memória sem recordação”. É sobre isto que vamos tratar, inicialmente no nível da teoria e depois ao tentar, em seguida, retornar à prática com o relato de duas sessões.

2. Transferência, regressão e regrediência

Com relação à recordação, certas expressões utilizadas por Freud devem ser lembradas aqui: “luminosidade”, “recordação muito clara... excessivamente clara”⁶⁸ (Freud, 1898, p.101-107); “como uma alucinação” (Freud, 1899, p.121); de uma “nitidez particular”⁶⁹ (Freud, 1901, p.18). Todas estas fórmulas dos anos 1889 a 1901 correspondem, nos escritos de Freud, ao vocábulo alemão *über deutlich*. Este termo desaparecerá posteriormente dos escritos de Freud e ele não voltará a utilizá-lo, tanto quanto sabemos, senão ao fim de sua obra por ocasião da renovação de 1937 (*Constructions dans l'analyse*), em que este termo reaparecerá a propósito de algumas recordações que Freud chama também de “excessivamente nítidas”, “que pode-

68. S. Freud (1898), “Sur le mécanisme psychique de l'oubli”, trad. de J. Altouian e A e O Bourguignon, G. Goran, A Rauzi. In: *Résultats, idées, problèmes*, PUF, 1984, p. 101-107. Os mesmos tradutores numa edição posterior (OC, t. III, PUF) preferiram “sur-net”, *G.W.*, t. I, p. 521, 527.

69. S. Freud (1901), *Psychopathologie de la vie quotidienne*, Nota p.18, trad. S. Jankélévitch, Petite Bibliothèque Payot, 1972. No *GW* (t. IV). O termo *über deutlich* é utilizado uma segunda vez à p.296 (a primeira se encontra à p.18 em nota).





*riam ser qualificadas de alucinações*⁷⁰ (S. Freud, 1937, a p.278 tem duas referências). É conhecida a brilhante análise que faz Freud de sua recordação encobridora da planície com flores amarelas, quando ele tinha a idade de 2 ou 3 anos. Sabe-se também do caráter defensivo que pode fazer parte da formação das recordações “luminosas”, bem como seu caráter paradoxal trazido por Elsa Schmid-Kitsikis (Schmid-Kitsikis, 2000) a respeito das recordações do seu paciente, Charles, “*que, no entanto, carecia de uma determinada qualidade representativa*”. Caráter paradoxal que o paciente condensa numa formulação surpreendente: “*eu não devo me esquecer para não me lembrar.*”

Uma vez mais a aproximação dos textos do começo e do fim da obra freudiana se mostra instrutiva. A retomada de termos tais como *überdeutlich* revela ao mesmo tempo a coerência do pensamento de Freud e sua capacidade de ultrapassagem, apoiando-se em antigas dificuldades, para abrir uma nova “janela” sobre a teoria e prática analíticas. O texto de 1937 deve ser aproximado ao de *L’Interprétation des Rêves* e considerado tão revolucionário quanto este, na medida em que ele redescobre os efeitos de intensidade da figurabilidade: quando uma figurabilidade acontece, um certo grau alucinatório (“*überdeutlich*”), ela suscita e se faz acompanhar de um afeto, de um forte sentimento de “*convicção*” (*Überzeugung*), o sentimento de uma verdade inabalável; a tal ponto que esta convicção “*do ponto de vista terapêutico tem o mesmo efeito que uma recordação reencontrada*” (S. Freud 1937, p.278) No que diz respeito à eficácia de um tratamento analítico, isto significa dizer que o “relembrar”, em psicanálise, é tanto uma questão de convicção quanto de memória; que cada recordação infantil é comparável a uma moeda, cuja convicção seria o verso e a face, o conteúdo representacional. O problema é que, na vivência do paciente, figurabilidade alucinatória (*überdeutlich*), convicção (*Überzeugung*) e transferência (*Übertragung*) se interpenetram num ponto em que os sentimentos transferenciais (amor ou ódio) em relação ao analista investido, sob o ponto de vista econômico, se tornam suficientes. A transferência ocupa então todo o lugar e tende a obscurecer a inteligibilidade da percepção endopsíquica; a resistência se aproveita disso. É como se, num último recurso defensivo, em lugar de “ver sem compreender”, fosse preferível amar (ou odiar), sobreinvestir o movimento afetivo nele próprio.

O que nós achamos interessante ressaltar a esse respeito é que as duas formações, a do sonho e a da transferência, se ambas compartilham uma ausência de “clareza”, possuem igualmente o poder do potencial alucinatório da regrediência. Mas,

70. S. Freud (1937), “Constructions dans la psychanalyse”. In : *Résultats, idées, problèmes*, trad. E.R.Hawelka, U.Huber, J.Laplanche, p. 278; em *GW*, t. XVI, Fischer Verlag, 1999, p.53. Eis aqui as ditas passagens no texto alemão: “*Sie Bekamen lebhaftere Erinnerungen, von ihnen selbst als ‘überdeutlich’ bezeichnet... Diese Erinnerungen hätte man Halluzinationen...*” (as aspas são de Freud).





para a transferência, diferentemente do sonho, “*é necessário parar a regressão (nós diríamos a regrediência) no seu trajeto, de tal maneira que ela não ultrapasse a imagem-recordação e possa, a partir daí, procurar outras vias que permitam estabelecer do exterior a identidade desejada*” (S. Freud, 1900, p.482). A partir desse ponto fixado pela “imagem-recordação”, o movimento regrediente lançado em direção à satisfação alucinatória, assim como uma bala que ricocheteia contra um muro, inverte sua trajetória e toma a via progrediente; há uma volta ao objeto da percepção, ao objeto do “contato”, no caso, ao analista. O movimento regrediente no ponto de partida transmuta-se em investimento progrediente de objeto que poderemos, então, reconhecer, localizar, no espaço-tempo da história do sujeito. É este “*trecho de regrediência*”, esse percurso reversível que define a transferência na sua significação habitual. Poder-se-ia parafrasear Freud: “*A marcha regrediente da transferência deve parar, de tal maneira que esta última não ultrapasse a história da sexualidade infantil.*” Mas, ao dizer isto, nós a fechamos num modelo de circulação passível de regulamentação, enquanto que, na experiência da sessão, o analista experiencia sobretudo a transferência, ou “as transferências”, entre dois psiquismos em estado de regrediência, como um entroncamento “fervilhando” de cruzamentos transgressivos. A transferência não é tão linear e irreversível como se acredita; assim como o sonho, ela própria é um trabalho de tecelagem que exige inumeráveis movimentos, “uma mestiçagem, um tecido mestiço bem tecido”. Ela certamente não contradiz a ordem representacional, aquela da tempo-espacialidade criada e investida pela sexualidade infantil e, a despeito das aparências, ela não se opõe na sua natureza profunda à ordem alucinatória. A transferência, embora faça parar sua regrediência no nível da sexualidade infantil, no nível das recordações, ela não deixa de ser portadora de uma outra memória, da qual ela se separa através dos saltos em direção à progrediência, provocados pelo “muro” da lembrança representada.

3. O elã do desejo infantil

A interpretação clássica procura o retorno, no nível consciente, da representação recalçada. Ela revela a criança “*perversa polimorfa*” nas recordações representáveis, a criança da história recalçada. Nesta abordagem, o desejo infantil é considerado unicamente em função de sua fixação numa representação reprimida, implicada nas suas relações com as zonas erógenas e com a relação de objeto.

A tomada em consideração dos limites desta técnica de interpretação leva Freud à necessidade de completar sua primeira tópica – concebida essencialmente como um mundo psíquico divisível em sistemas, todos constituídos por representações,





compreendido aí o inconsciente. Em 1923, com a segunda tópica, tratar-se-á menos de sistemas e mais de instâncias entre as quais o id é caracterizado por uma não-organização, um “caos”, uma “marmita fervilhante”; pelo fato de que ele não é constituído de representações, mas de “*moções pulsionais*” (*triebregung*). Desde então, não se trata mais de estabelecer um mapa geográfico do psiquismo com os limites nítidos entre constituintes; ao contrário, a segunda tópica se caracteriza pela mobilidade das instâncias interpenetrando-se e entrelaçando-se em graus diversos, uma transformando-se na outra, ao sabor das pressões vindas do pulsional ou do meio. Um id transvestido em superego coletivo caracteriza seguidamente a psicologia das massas. Gilbert Diatkine forneceu sobre este assunto trabalhos notáveis⁷¹ (Diatkine, 1993, 2000).

Se sua primeira tópica tem um caráter atomista, com suas representações nítidas e distintas entre elas, a segunda favorece as noções mais imprecisas de movimento e de processos psíquicos. Com a prioridade atribuída, a partir dos anos 1920, à formulação das “*moções pulsionais*”, Freud faz uma volta às fontes, reencontra sua *Métapsychologie* 1900, aquela de *L'Interprétation des rêves*, em que o eixo principal voltava à moção de desejo (*Wunschregung*) e a uma organização formulada em termos de movimentos, de direções, de vias psíquicas, cuja pertinência já discutimos: progrediente na vida diurna, regrediente na vida noturna – a progrediência não passando de um retorno à via regrediente, um substitutivo do desejo alucinatório. Nessa *Métapsychologie* de 1900, a via progrediente representava um modo de esfarelar, de fracionar em representações e em ligações aquilo que no começo era tão somente uma impulsão de desejo (*Wunschregung*) se precipitando em direção à satisfação alucinatória pela via regrediente.

Visto sob essa ótica, o futuro psíquico exige a transformação prévia das moções pulsionais (*Triebregung*) “caóticas” do Id em moções de desejo (*Wunschregung*). Dito de outra forma, a impulsão “caótica” do Id deve previamente se organizar em traço alucinatório tomando uma direção e um conteúdo representacional. Se é verdade que a memória portadora de objetos, de palavras, de coisas, de traços sensoriais, fixa a transformação do Id em constituinte do Inconsciente, não é menos verdade que, sem a realização prévia desta exigência de transformação da impulsão em impulsão de desejo, não poderá haver aí memória, reconhecimentos da realidade, de progresso; o número de representações, suas ligações e divisões não poderiam jamais transformar-se em traços mnêmicos investidos, numa organização da primeira tópica. Em suma, eles não poderiam jamais conseguir fazer do homem um “desertor da

71. Gilbert Diatkine (1993), *La Cravate Croate: narcissisme de petites différences et processus de civilisation*, in *Revue française de psychanalyse*, 4-1993, 1057-1072 e seu Relatório CPLF 2000, Surmoi Culturel, in *Revue française de psychanalyse*, numero spécial congrés 2000, 1523-1588.





animalidade”, um “trânsfuga” do animismo.

Assim apreenderemos que, no contexto processual da segunda tópica, o desejo infantil não pode mais ser reduzido à sua fixação numa representação e a uma relação objetal. Ele é fundado por sua propriedade emocional, fora de todo conteúdo, de toda continência. Nós reencontramos, assim, a noção de *sexual primordial*. É o caráter impulsionado e impulsivo de sua natureza que o caracteriza. Marcado pela natureza “profunda” da impulsão do Id não domado pelo papel da memória, nós a qualificamos de *elã* para indicar seu valor anímico, ao mesmo tempo motriz e alucinatório ou, melhor dizendo, seu valor de “*alucinação motriz*” que lhe é dada por Freud em *Totem et Tabu* (Freud, 1912, p.293). Uma tendência antinarcísica, diria Francis Pasche. Proximamente a isto, diríamos nós, que a impulsão em direção ao objeto é tão fortemente impregnada de sua tendência à satisfação alucinatória que *o elã se realiza sob a forma anímica, antes que seu objeto possa ser investido*. De fato, o objeto do elã é um objeto anímico, a satisfação de um sujeito-objeto inseparável movido pela busca do *sexual primordial “objeto-perdido-da-satisfação-alucinatória”*. Quando o elã surge no adulto, ele pode provocar a estranheza, despersonalizar, e sua derrota pode provocar uma dessubjetivação⁷². Nosso melhor exemplo é o de “cheiro de pinho” que publicamos em 1995 (Botella; Botella, 1995, p.349-366).

Podemos, portanto, concluir da maneira seguinte: levando-se em conta o pano de fundo *sexual primordial* que se encontra no âmago do sexual infantil, a técnica analítica não pode esquecer que todo desejo infantil transferencial inclui, além de sua fixação a uma representação de objeto, um caráter anímico com tendência motriz e alucinatória, um objeto fora da temporalidade e da memória, que não pode fazer outra coisa senão escapar da rede de interpretação clássica. O elã infantil, inevitavelmente ativado pela transferência, passa através das malhas das cadeias associativas e permanece impossível de ser conhecido. Se ele se torna perceptível, já é tarde demais, ele é “consumido” pelo ato. Como poderia, então, o analista ter acesso a esse elã infantil para conseguir desvelar uma “memória sem recordação”?

4. Os limites da transferência

São os tratamentos de pacientes *borderline* que ensinaram os limites da transferência aos psicanalistas⁷³, chegando mesmo ao ponto de os fazer colocar em questão a pertinência do método freudiano. Paralelamente, os limites metapsicológicos

72. Ver os trabalhos de R. Cahn e seu relatório ao CPLF, “Du sujet”, *Revue française de psychanalyse*, 6-1991.

73. Ver os trabalhos de Otto Kernberg (1975), *Les troubles limites de la personnalité*, Payot, 1989.





da noção de transferência foram estudados em trabalhos de analistas que se interessavam pelo setting, pelo lugar analítico, pelo tempo da sessão. Devemos convir quanto à importância dos trabalhos de Jean-Luc Donnet sobre este tema (Donnet, 1997).

No limite da atenção flutuante, nós descrevemos um estado psíquico particular ao qual chamamos de *estado de sessão* (Botella; Botella, 1984, 1995). Ele se encontra entre o cão e o lobo, entre o dia e a noite, meio diurno, meio noturno, e no entanto, não é nem um nem outro; um estado híbrido propício à instalação de uma regrediência que facilita o trabalho de figurabilidade e a tendência alucinatória. Para uma melhor compreensão do tratamento, o analista fará uso deste estado híbrido como de um instrumento. No entanto, no paciente, esta impulsão em direção à regrediência evoca um sentimento de inquietante estranheza do qual ele tenderá a livrar-se, investindo libidinalmente e narcisicamente o analista em sua materialidade. Ao projetar no analista um duplo narcísico, tornado concreto pela atualização dos afetos transferenciais, o paciente evita os riscos da regrediência do seu pensamento.

Entre as tendências regredientes e suas inibições estabelece-se uma tensão cuja dinâmica será variável de um tratamento à outro e, dentro de um mesmo tratamento, de um momento a outro. Cada sessão cobre um vasto campo de modalidades transferenciais entre os dois psiquismos aí presentes, exceção feita à diferença que nós estabelecemos entre a transferência de um desejo próprio à neurose infantil e a transferência da moção propriamente dita, o elã de desejo. Até que ponto a noção de transferência pode responder, sozinha, a esta situação complexa que é a da regressão durante a sessão, a essas modalidades não habituais de encontro entre dois psiquismos? Os limites, algumas vezes indeterminados, imprecisos, instáveis, entre dois psiquismos regredidos, poderão eles coexistir na noção de transferência com os limites definidos, estáveis, das zonas erógenas e de investimento de objeto que, classicamente, definem seu domínio? Nós chamamos de “*trabalho em duplo*” os fenômenos que podem produzir-se em estado de sessão, “*trabalho em duplo*” cujo essencial se passa sob os efeitos da regrediência, que culmina num trabalho de figurabilidade do analista (Botella; Botella, 1984). Pensemos aqui na descrição de “*objeto analítico*” de André Green: “*formado por dois duplos, um ao lado do paciente, o outro do analista*” (Green, 1974, p.88).

M.de M'Uzan (M'Uzan, 1976, 1977, 1994) foi o primeiro, por ocasião de uma conferência na SPP, em 1976, a conceber tal disponibilidade do analista: “*(ela) permite ao analisando, por intermédio de sua representação, invadir o espaço psíquico do analista para desencadear estes processos mentais originais que anteriormente denominei de pensamentos paradoxais. Esses pensamentos que pertencem ao analisando, ou melhor, que estão nele potencialmente, formam-se, no entanto, no analista*” (M'Uzan, 1976). Posteriormente, Claude Janin, (Janin, 1996), que se preocupou





simultaneamente com traumas precoces, empregará a feliz formulação de “*animismo a dois*”, que reflete perfeitamente a trama intrapsíquica e intersubjetiva destes momentos regressivos⁷⁴ (Wilgowicz, 1991).

Qualquer que seja a teorização escolhida, tornou-se certo que a noção de transferência, na sua aceção freudiana clássica, não dá muito bem conta das tramas próprias a certos aspectos regressivos da sessão. A dinâmica transferência-contra-transferência⁷⁵, (Urtubey, 1994, p.1271-1372) ou ainda as concepções intersubjetivas não têm, para isso, senão respostas parciais. Isto, devido ao fato de que o sentido da relação transferência-contratransferência, ao menos do ponto de vista clássico, é inseparável da neurose infantil, da sexualidade infantil e suas representações. O mesmo vale para a noção de identificação projetiva própria às concepções kleinianas e pós-kleinianas; sejam elas concebidas como fantasia (M. Klein, 1946) ou provocando “efeitos reais” (Bion, Grinberg, 1956, 1996), as descrições e definições ligam-se às representações inconscientes e /ou às percepções sensoriais, não correspondem àquelas de um processo que se desenvolve de acordo com a dinâmica regrediente. Talvez esta identificação projetiva seja uma falha da regrediência; mas talvez também regrediência e identificação projetiva sejam estreitamente intrincadas; os limites deste relatório nos impedem de aprofundar este tema como ele mereceria.

O movimento transferencial da sessão conduziu-nos, então, a vislumbrar a existência de modalidades transferenciais fora do quadro da neurose de transferência. Com a finalidade de aprofundar nossos comentários, devemos nos perguntar se a idéia, oriunda do estudo dos sonhos, de uma “*transferência de substituição*” da cena infantil sobre uma outra, enfocada como sendo equivalente, em que a dinâmica não influi sobre o deslocamento mas sobre a Identidade de Percepção, é concebível no nível da transferência em sessão. Uma transferência que, a exemplo do sonho, traria nela um substituto a uma “*memória sem recordação*”, a esse “*ver sem compreender*” da pré-história pessoal do analisando. Uma transferência para quem do limite da representabilidade? Sem conteúdo de memória, sem condições de ser repetido? O que poderia ser transferido aí do paciente para o analista e como? R. Rousillon propõe, numa concepção winnicottiana, conceber um trabalho de construção-reconstrução inspirado no jogo transicional *spatule, cube, puzzle, squiggle*, para “*otimizar, não os conteúdos de nossas intervenções, de nossas construções, mas a maneira na qual elas devem ser formuladas, apresentadas*” (R. Roussillon, 1999).

Seria fácil associar os estados, as cenas que jamais puderam ser colocadas em palavras, o “*ver sem compreender*”, aos estados traumáticos da história infantil e

74. Pérel Wilgowicz se engaja aí numa concepção original.

75. A este respeito, faremos referência ao estudo de Louise de Urtubey no seu relatório no Congresso de Psicanálise de língua francesa, de Lisboa, “Le travail du contre-transfert” (1994).





afirmar que sua única via de volta é a repetição sobre o modelo do sonho da neurose traumática. Na verdade, seguindo exatamente a metapsicologia freudiana, pensaríamos que esses estados, desprovidos de representações e de afetos específicos que os designem, sem poder de deslocamento e de participação na neurose de transferência, caem todos sob a égide de um princípio que está para além do prazer. Esta foi a nossa maneira de pensar durante algum tempo. Hoje estamos inclinados a emitir a hipótese da existência de uma “*transferência de substituição*”, partilhando, com o sonho, uma “*memória sem recordação*”. Haveria, no âmago da transferência, um potencial permanente de atualização dos estados e das cenas da pré-história pessoal. O problema é aquele de conceber a dinâmica dessa transferência e a modalidade de seus efeitos. Como essa transferência que não repete os conteúdos e da qual, a rigor, se diria que ela nem mesmo transfere, está, no entanto, aí, e subentende, em silêncio, as “*recordações amnésicas*” (Green) e os afetos não representáveis da pré-história pessoal? Uma transferência que provocaria efeitos sem significações discerníveis, sem forma perceptiva ou figurável, mas que, no entanto, estariam longe de ser insignificantes, como ela poderia tornar-se discernível?

O fato de fazer uma aproximação com os fenômenos analisados por Silberer que nós lembramos mais acima pode representar um recurso? O “*fenômeno funcional*” transforma o estado subjetivo que acompanha um pensamento (por exemplo, um estado de cansaço). Nas condições particulares da sessão, estes estados poderiam ser diretamente figurados, a exemplo deste “*fenômeno funcional*”. Imagens seriam produzidas “ao lado” de conteúdos de pensamento e ocupando o centro do interesse psíquico. O problema é que trata-se de imagens que podem tornar-se um obstáculo que, Freud assinala várias vezes, impediriam a manifestação dos conteúdos de pensamento.

Daí nós apresentamos duas conclusões: 1) para que serviriam essas figurações, no paciente, ao lado dos “conteúdos de pensamento”, senão para ocultar toda a memória e talvez, sobretudo, e aí está nossa hipótese, a negatividade da “*memória sem recordação*”? A experiência das “*análises borderline*”⁷⁶ nos convenceu que, em realidade, a inteligibilidade imediata das figurações destes estados, ao lado dos conteúdos representacionais afetivamente investidos e a análise deles, não provoca no tratamento senão um apaziguamento pontual. Por outro lado, esta inteligibilidade imediata periga levar o analista, portanto a análise, para o caminho da facilidade, bloqueando assim qualquer retorno do infantil. 2) Do lado oposto, haveria a esperan-

76. Pode ocorrer que o analisando não seja *borderline*, exceto na sua análise, sob os efeitos da resistência e da regressão. “*A aventura analítica não implica que todo paciente seja um paciente limite, isto é, nos limites do ‘estado analítico’?*” (Jean-Luc Donnet, “La situation analytique à la lumière des situation limites”. In: *Pratiques de la psychanalyse*, PUF, 1998, coll. Débats de psychanalyse).





ça de uma porta de saída, quando fosse o psiquismo do analista que estivesse trabalhando e que esse experienciasse de um modo mais ou menos intenso, segundo as circunstâncias, um “estado” que se impõe sob o impacto da proximidade psíquica com o infantil não representável do analisando, “estado” que se traduz por um quantitativo que lembra o da neurose atual. Uma saída possível poderia ser, lá também, a de uma figurabilidade no analista sob o modelo “*fenômeno funcional*” silberiano, a figuração de um estado do corpo que pode ser uma despersonalização⁷⁷, como é frequentemente o caso no analisando. Mas um tal estado de neurose atual na confluência de dois psiquismos, “estado intersíquico”, mas, a bem dizer, não intersubjetivo⁷⁸, suscita no analista um verdadeiro trabalho de figurabilidade na via “longa” e não uma simples regressão formal silberiana. Graças ao fato de que ela chega a uma Identidade de Percepção, ele poderia substituir-se à “*memória sem recordação*” do paciente que desencadeou o estado intersíquico de neurose atual; o trabalho de figurabilidade do analista poderia então ser considerado um sucesso da inteligibilidade de uma “*transferência de substituição*”. Procurando melhor entender o problema, nós nos serviremos da relação entre o processo de transferência e as metáforas químicas de transformação à maneira de Freud (Freud, 1909).

5. A transferência e o “modelo químico”

O sonho forma-se através de processos primários, sob o freio da censura e pela tomada em consideração da figurabilidade. Uma tal explicação é suficiente naquilo que diz respeito à realização de um desejo reprimido. Mas os processos primários, censura e figurabilidade não podem, sozinhos, dar conta dos processos de transformação do trabalho do sonho, visto que a imposição em tornar inteligível uma heterogeneidade do momento, transformando-a em uma “unidade de sentido” (*Totem et Tabu*), seguindo o *princípio de convergência-coerência* sobre o qual falamos acima, funciona igualmente; pouco importa se o sentido é falso ou incompreensível para o ego diurno. Para Freud, que estava preocupado em esclarecer a transferência enquanto resistência à rememoração de acordo com o modelo da análise do discurso do sonho, enquanto “encobrimento” de representações inconscientes indo até as deformações do ego, a noção de transferência conservará seu sentido de deslocamento tópico e temporal. A transferência não será jamais formulada enquanto trabalho possuindo, assim como o sonho, uma capacidade transformacional. No entanto, a partir

77. Por exemplo, uma vertigem refletindo “as vicissitudes da relação de objeto” (D. Quinodoz, 1990)

78. Intersubjetivo supõe uma circulação de afetos entre os dois parceiros que se influenciam mutuamente numa certa elaboração a dois. Embora a noção de “estado de neurose atual” suponha um êxtase.





de 1909, Freud não tardará a fazer alusão a um caráter transformador da transferência, comparando-a a um “modelo químico”: “*Para usar uma comparação extraída da química, os sintomas, que são os depósitos das experiências amorosas anteriores (amorosas no sentido mais amplo) não podem ser dissolvidos e levados a passar para outros produtos psíquicos a não ser por meio de uma temperatura mais elevada do que a da experiência vivida na transferência. De acordo com a excelente expressão de Ferenczi*⁷⁹, “o médico desempenha, nessa reação, o papel do fermento catalítico que atrai para ele, por um tempo, os afetos que se tornaram livres nesse processo” (grifo nosso) (Freud, 1909, p.51). É assim possível conceber a transferência como operando por transformação, capaz de “substituir” uma experiência por uma outra, aquela que corresponde ao estado “sem solução” do analisando.

Se seguimos esse caminho, não devemos, sem dúvida, negligenciar o fato de que dez anos mais tarde, em 1919, no último dos artigos do conjunto de *De la technique psychanalytique* (Freud, 1919), Freud volta ao modelo do analista químico. E isto é tão mais interessante porque se trata de uma intervenção no Congresso de 1918, em Budapeste, visando a contrapor-se à técnica ativa preconizada por Ferenczi. A linguagem não pode ser mais clara para falar da importância do papel catalisador do analista, a importância de sua função de “*fermento catalítico*” para a transferência de seu paciente. Mas seria ilusório tomar essa metáfora ao “pé da letra”. Na verdade, nesse texto, logo em seguida após ter retomado a “*comparação justificada da atividade médica psicanalítica com a de um trabalho químico*”, Freud mostra os limites: “*A comparação com a análise química encontra sua limitação no fato de que nós estamos tratando na vida da alma com tendências que caem sob o jugo de uma obrigação à unificação e ao reagrupamento. Se nós conseguimos decompor um sintoma, liberar de uma correlação uma moção pulsional, esta não permanece isolada, mas entra, tão logo, em uma nova correlação... É assim que, para aquele que é tratado pela análise, a psicossíntese efetua-se sem nossa intervenção, automática e inelutavelmente*”⁸⁰ (o grifo é nosso) (Freud, 1919, p.100-102).

Freud fala de uma “*psicossíntese*” no sentido de uma “*obrigação à unificação*” que poderia ser associada a uma outra metáfora química, a do “*precipitado*”

79. Alusão ao artigo de Ferenczi, “*Introjection et transfert*” (1909).

80. São esses limites que certos trabalhos atuais não percebem. Por exemplo, a concepção, em Emde, de uma “*psicossíntese*” oriunda de pesquisas empíricas a partir da observação. Esta tem, sem dúvida, seu valor psicológico, mas, não levando em conta a situação analítica, podemos realmente duvidar do seu valor para a psicanálise. De maneira mais ampla, a maior parte das pesquisas baseadas sobre um certo modelo científico, que exigem estudos longitudinais apoiando-se sobre o material gravado, retranscrito e depois decodificado de acordo com várias modalidades, parecem-nos sem futuro para a psicanálise. Elas procuram respostas em concepções cognitivistas e no tratamento da realidade psíquica pela informação, enquanto que essa realidade não é verdadeiramente acessível senão através da situação particular do encontro de dois psiquismos operando no estado regressivo-regrediente da sessão analítica.





que encontramos, de uma maneira quase conceitual, ao longo de sua obra. O que chamou nossa atenção sobre essas metáforas químicas é o fato de que elas ampliam o pensamento psicanalítico esboçando, acreditamos, um modelo transformacional da transferência. Elas podem conduzir-nos a uma melhor compreensão da maneira pela qual o analista pode ter acesso a uma escuta da “*memória sem recordações*” de seu paciente. Através de que trabalho psíquico a análise poderia tornar transformável esta memória da pré-história do paciente? Através de que trabalho psíquico o analista poderia facilitar a transferência de uma memória desprovida de investimentos?

No conjunto de nosso relatório, são as noções de regrediência e de figurabilidade que nos permitem esperar encontrar uma resposta. De acordo com aquilo que pudemos compreender, a escuta regrediente do analista que se abre sobre a pré-história pessoal seria o oposto da formulação cara a Paul Claudel, “*o olho escuta*”. Na regrediência da sessão, “*a orelha vê*”⁸¹. A escuta do analista não poderia exercer seu papel de “*fermento catalítico*” sem o trabalho de figurabilidade. Não pela figuração dos estados diretamente acessíveis, comparável ao “fenômeno funcional” de Silberer, e já dissemos isto, mas por meio de um engajamento de seu psiquismo sobre a via regrediente longa, comparável àquele do trabalho do sonho em que coexistem simultaneamente todos os constituintes do momento da sessão, nele como no paciente, e cuja coerência não poderá surgir a não ser através da forma de uma figurabilidade que revela um significado ao conjunto dos constituintes. É a partir deste trabalho de figurabilidade do analista, criador-descobridor de um sentido “unificado”, que o psiquismo do paciente poderá em seguida, finalmente, apropriar-se de sua “*memória sem conteúdo*” integrando-a nas causalidades, nas cadeias representacionais de sua sexualidade infantil. Ele poderá fazer sua “*psicossíntese... automática e inelutavelmente*” no sentido freudiano de uma convergência-coerência, sob o primado do princípio do prazer⁸². Quando a “memória sem recordações” pesa sobre a sessão e que o estado quantitativo não encontra a solução de regrediência psíquica no analista, chegando a uma figurabilidade, ou seja, realizando um trabalho equivalente a uma transformação de um estado quantitativo em estado de qualidade psíquica, produz-se no seu lugar, muito provavelmente, uma inibição ou um ato motor, uma descarga afetiva; resumindo, um *agieren* do analista ou do analisando, ou de ambos, em vez de uma figurabilidade.

81. Pensamos aqui em Theodor Reik (1948), *Écouter avec la troisième oreille. L'expérience intérieure d'un psychanalyste*. Para Jacqueline Miller (1997), o analista deve igualmente ouvir com uma “terceira orelha” como exercitar um “terceiro olho” e ver dentro das imagens trazidas pelas palavras do discurso. *Une mémoire pour deux. Le virtuel du transfert*.

82. J.M. Quinodoz (2000) desenvolve a idéia “do grau de coesão e de integração do eu (moi) daquele que sonha”. “Rêves d'intégration à contenu paradoxal régressif: les 'rêves qui tournent une page'”, *Revue française de psychanalyse*, 4, 2000.





Vamos apresentar dois extratos de uma análise, de sessões durante as quais a figurabilidade do analista se encontrou, de uma maneira inesperada, no centro do trabalho analítico. Uma primeira entrevista, em que a figurabilidade do analista surgiu “em urgência” e permitiu a resolução de uma situação violenta. Ela [a figurabilidade] facilitou a transferência da intensidade de um trauma negativizado no analisando, substituindo ao acontecimento tornado anistórico do passado do analisando um acontecimento de sua própria história. O outro extrato vai permitir mostrar como aquilo que era, sem dúvida, um estado de aflição inominável, sem representação possível, oriundo da pré-história do analisando, pôde começar a existir, a ser narrado a partir de um trabalho de figurabilidade no analista. Este trabalho tornou-se possível graças a uma feliz “coalizão transferência-sonho” permitindo a “substituição”, através de uma figurabilidade, daquilo que sempre havia sido, diferenciando-se do exemplo anterior, “sem recordação” no paciente.

VII – A análise de um trauma infantil

“Lembremo-nos de que somos todos sobreviventes psíquicos.”

Joyce McDougall, 1996

1. Uma primeira entrevista

Escolhemos a exposição de uma situação limite quando de uma primeira entrevista em que o trabalho regrediente do pensamento do analista permitiu ultrapassar o impasse no qual o analisando estava fechado. Este último já havia feito uma análise com duração de quatro anos, antes de que um de nós o houvesse encontrado⁸³.

No decorrer desta primeira entrevista, M.A. queixa-se de um estado de inibição, de vazio mental. Ele sofre de verdadeiros momentos de paralisia psíquica que apareceram dois anos antes, pouco depois de sua primeira análise, após a morte súbita de seu pai. Depois deste falecimento, sua atividade onírica praticamente desapareceu, excetuando um pesadelo recorrente no qual ele vê voarem aviões, dos quais um se espatifa. M.A. é incapaz de associar, de compreender o que quer que seja no seu

83. Esta primeira entrevista já foi sucintamente publicada em 1983. É um dos quatro casos que nos fizeram compreender o papel determinante da figurabilidade sob suas diferentes formas (Botella; Botella), “Notes cliniques sur la figurabilité et l'interprétation”, *Revue française de psychanalyse*, 3-1983, 765-776.





estado. Ele está desesperado e pensa seriamente no suicídio ... mas – e aí seu tom é particularmente ameaçador – antes disso, ele dá à análise sua última chance. Sob o impacto da grande tensão causada por M.A., da situação do face à face, o analista se espanta, a um momento dado, de sua própria calma quando ele se vê, ele próprio, de maneira fugidia, em várias ocasiões, criança em perigo durante a guerra. Ele percebe que M.A diz seguidamente: “Eu não vejo mais nada ... Eu não vejo mais nada ...” e que ele mesmo, nesta primeira entrevista não fará nenhuma intervenção sem alguns “Eu vejo... eu vejo”*, fato absolutamente inabitual para ele.

Na segunda entrevista, M.A mostra-se muito surpreso por ter sonhado: “Situado no alto de uma torre, ele vê uma menina empurrada por um asno, ele a salva...”. É graças à dinâmica desta volta do todo o poderio infantil de seu pensamento que seu estado de desespero agudo pode desaparecer. Um trabalho analítico se inicia, então. Alguns meses depois, resfriado, M.A, com febre, telefona ao seu analista, esperando dele algo que não sabe muito bem o que seria. Na sessão seguinte, o analisando relata seu furor, diz-lhe que o acha sem coração, incapaz de tratá-lo, um inútil. A frase cai: “Uma análise é verdadeiramente algo de desolador.”

Depois disso, num tom de recolhimento, como buscando algo de muito longínquo na sua memória, ele conta ... Com oito anos ele é atingido pela tuberculose e seus pais o enviam para um sanatório. Suas únicas recordações dessa época são os gritos de uma criança, na noite: “Mamãe, mamãe!”. Ele fica perturbado por ser incapaz de dizer se é ele esta criança que grita, ou se se trata de outra pessoa. Emocionado e bastante intrigado, ele resolve fazer uma viagem para encontrar a referida casa. Uma grande muro branco e uma fileira de túlias inspiram-lhe uma nostalgia infinita, uma impressão de quebra, o sentimento da existência de um outro ele mesmo, dirá.

Quando da sua volta, M.A refaz o pesadelo costumeiro dos aviões, mas modificado pela presença de uma mulher com uma criança em seus braços, gritando na rua: “Quem quer uma criança morta?” O analista lhe pergunta: “Sou eu?” M.A explode em soluços: “Laura... minha irmãzinha!” Uma irmãzinha havia nascido antes de sua partida para o sanatório e é na sua estada aí que ele saberá da notícia de sua morte. M.A pode então rever-se pela primeira vez, criança, em pé, na frente do berço da sua irmãzinha recém-nascida. Ele fica estupefato pela volta das recordações de sua irmã e da morte desta, seu esquecimento havia resistido aos quatro anos de sua análise precedente.

* N.T.: Chamamos atenção para o fato de que, em francês e no contexto aqui citado, esta afirmação de “Je vois...je vois” tem um duplo sentido: o de ver e o de compreender.





2. Comentários teórico-clínicos

A complementaridade dos momentos sucessivos desta seqüência merecem um estudo atento: a regrediência inesperada no analista quando da primeira entrevista, o surgimento de um trabalho de figurabilidade seguido por aquele do sonho do analisando, depois a regressão do estado febril seguida da volta da recordação da irmã morta.

A compreensão do destino da representação da irmã morta e dos afetos concomitantes não é fácil. Difícil igualmente é compreender como esses acontecimentos puderam não aparecer à consciência do analisando no decorrer dos quatro anos de análise. A rememoração da irmã morta enquanto volta de um reprimido, sob o modo de uma ab-reação, não é uma explicação inteiramente satisfatória⁸⁴. É verdade que na teoria podemos admitir uma repressão com tanto sucesso que não daria lugar à formação de outros derivados do inconsciente além do pesadelo repetitivo. Mas o estado de inibição maciço de M.A nos afasta da idéia de que seu esquecimento seria inteiramente explicável como sendo o resultado de um trabalho psíquico de repressão. Tratar-se-ia bem mais daquilo que Freud qualifica como “reações negativas” ao trauma, em que o mesmo “*não chega mais à recordação e nada se encontra repetido*”, mas “*contribuem à formação do caráter*”.

Quando M.A, criança, chocado pela separação de seus pais, sabe, no sanatório, da morte do bebê, “ele não é atingido”, de acordo com sua própria expressão. Nós supomos que ele não é capaz de representar isso porque está, ele mesmo, psiquicamente, mais morto do que vivo. Do branco do seu choque psíquico só escapam os gritos de “Mamãe, mamãe” na noite.

Os efeitos traumáticos da separação e do luto de sua infância, depois da morte de seu pai pouco após o fim de sua análise, todas estas concordâncias através do tempo, provocam em M.A uma nova inibição grave de seus sistemas de representação, sua dor atual podendo fazer renascer, nele, aquela de seus oito anos. Ele prefere ainda a morte real àquela da representação daquela criança gritando diante do branco de sua própria morte psíquica, morte psíquica que corresponderia ao impacto da simultaneidade dos traumas: o nascimento de sua irmã e sua morte, a doença do paciente e sua separação dos pais, ultrapassando as possibilidades integrativas e causais dos sistemas representacionais da criança. Compreende-se, melhor, desde então, por parte do analista, a urgência, desde a primeira entrevista, da procura de uma

84. Mesmo se levarmos em conta a “vivacidade sensorial” da representação da criança morta no sonho como *indício do reprimido* e testemunho de sua transformação em sensorialidade evocada por Freud a respeito de seu esquecimento do pintor italiano Signorelli (S.Freud, 1898), *Sur le mécanisme psychique de l'oubli*.





inteligibilidade e o surgimento brutal desta última, em ocorrência, a figuração dele mesmo, criança em perigo, figuração tendo o valor de uma integração imediata do pesadelo do analisando. Compreende-se igualmente seus “eu vejo... eu vejo” inabituais da primeira entrevista. Ao mesmo tempo, se sua figurabilidade apreendia, certamente, o drama de M.A, que estava aí, latente, abafado pela inibição, ela protegia também sua função de analista. A regrediência de seu pensamento permitiu-lhe resistir ao choque da violência do discurso do paciente: ela ajudou-o a acompanhá-la [a violência] sem que ele fosse invadido, ele próprio, de afetos e a encontrar, além da violência imediata do sentido das representações das palavras do paciente, de suas Identidades de Pensamento, um novo sentido no retorno vivo, em imagens, de uma recordação traumática de sua infância.

A figurabilidade do analista oriunda da função de ligação própria à via regrediente poderá, então, apreender e transformar o estado atual da sessão em qualidade alucinatória: sua “visão” domina uma figura dele próprio numa situação de perigo em que a pessoa, o olhar dos pais estão totalmente ausentes. Uma figura da qual a “geometria” é iniciada pelo pesadelo do analisando e retomada por seu sonho de realização de desejo: a “verticalidade” representava o sentido que unia todas as figurabilidades, as do analisando e as do analista. Figura-entrecruzamento de um trabalho analítico em duplo, quer se trate de um perigo vindo da realidade psíquica ou da realidade externa, ou ainda quer se trate de uma fantasia do todo-poderio infantil. A verticalidade figurava-se bem nos pesadelos da queda do avião, mas ela era cortada de sua raiz infantil, enquanto ela não podia reencontrar a vivência infantil através da figurabilidade, pelo seu próprio olhar sobre o seu sonho no qual ele estava “situado no alto de uma torre”. M.A não podia reencontrar a verticalidade de seu olhar de criança em pé frente ao berço, nem aquela [verticalidade] do olhar penetrante dos adultos, fascinados pelo recém-nascido e ignorando seu estado traumático, cegos ao seu sofrimento. A verticalidade formava tanto o traço da violência de destrutividade de M.A – criança – o ódio em relação à sua irmãzinha quanto o traço do esfacelamento de seu ego, na perda da representação dele próprio. Ela era a forma invisível, na origem de seus pesadelos, fonte pulsional cega do impacto transferencial. A verticalidade era, de alguma maneira, uma “tela” sobre a qual não tinham podido ser “entrelaçados” os fios da sexualidade infantil. O nascimento da irmã, o desinvestimento parental, seu ódio e sua destrutividade não podendo ser ligados pela complexidade de uma neurose infantil culminando, por exemplo, na constituição de uma recordação-encobridora; a atividade onírica que permaneceu sob a violência de um *sexual primordial* viu-se reduzida à figuração repetitiva de um pesadelo, sinal do fracasso do trabalho de figurabilidade.





3. Comentários teóricos gerais

Desde suas primeiras observações teóricas, podemos constatar que o encontro com M.A deslocou inteiramente o analista da técnica psicanalítica clássica, conforme o modelo da interpretação do relato do sonho.

Frente à insuficiência, ou seja, à inutilidade de seu “saber-fazer” (*savoir-faire*) habitual, a representação de sua própria função é ameaçada: existe como uma espécie de ruptura do sentido de estar lá, com o analisando, uma verdadeira situação de crise que conjuga o ferimento narcísico e a perda de sentido do encontro.

Esta perda aguda do sentido de sua função implica, para o analista, um ataque dos laços do seu pensamento pelo analisando no sentido entendido por Bion. Dificilmente colocado em representação, o excedente quantitativo terá tendência a provocar, no analista, uma descarga que pode, de acordo com a estrutura psíquica do analista, ser ou não acompanhada de uma experiência de despersonalização, de sensações corporais, de acordo com a imagem de um corpo deformado pelo ataque ao qual o ego é submetido, ultrapassado na sua função de integridade e de coerência; ou ela pode até desencadear um movimento melancólico. Em outros casos, e foi isso que se produziu na entrevista com M.A, esta mesma perda aguda do sentido de sua função, o estado da neurose atual, faz surgir no analista um outro modo de pensamento, uma outra realidade em que domina o perceptivo. Imagens que não são mais apreendidas na descontinuidade habitual entre as representações experienciadas como internas e as percepções dos órgãos de sentido experienciadas como externas, mas na continuidade representação-percepção, comparável àquela do sonho noturno, de uma endopercepção figurável em ruptura com toda dualidade.

Sem isso, esse momento crítico de seu pensamento pode fazer o analista bascular seja em direção ao *agir* e, se é uma primeira entrevista, ele se orienta então seja na direção de intervenções ativas, materiais – medicamento, hospitalização?, seja na direção de um desinvestimento do objeto-objetivo, do objeto da percepção dos órgãos dos sentidos, acompanhados do desinvestimento da sensório-motricidade, como quando do adormecimento. Assim, ou o pensamento do analista volta abruptamente, lado progrediente, numa vigilância objetivante em direção a um ato, ou ele mergulha, lado regrediente, num universo endoperceptivo alucinatório, fecha os olhos sobre o objeto objetivo traumático, para reencontrá-lo de outra maneira nessa volta sobre si mesmo. Pode-se dizer que, nessas circunstâncias, sua única escolha é a de objetivar “a morte” ou de subjetivar “a morte”: a morte de sua subjetividade no *agir* [*agieren*], ou o assassinato de sua objetividade no quase-alucinatório. Uma das soluções “subjetivantes” é a transformação direta do quantitativo em imagem, em devaneio, de acordo com o modelo silberiano. Por exemplo, a violência de M.A poderia então





tornar-se, para o analista, a imagem de um felino rugindo e ameaçador. Isso teria seguramente aliviado momentaneamente o analista, mas este trabalho psíquico limitado ao pré-consciente do devaneio silberiano e sua narratividade potencial teriam enclausurado o encontro num jogo intersubjetivo, sem trazer a inteligibilidade necessária ao desvanecimento da neurose infantil do analisando.

A diferença da figurabilidade “ver-se criança em perigo” com o fenômeno silberiano é que o trabalho de figurabilidade “desvia” a relação em direção à infância, em direção à aflição infantil, torna inteligível a aflição do analisando. Ela terá um efeito de espelho transformador sobre o psiquismo deste último, que se concretizará, na noite seguinte, num sonho-realização de desejo: M.A vê-se “salvando a meninazinha”. É nisso que a figurabilidade do analista não é um simples devaneio, mas uma “transferência de substituição”, desencadeada pelo infantil inacessível, explosivo, do analisando, impondo pela sua Identidade de Percepção: uma figura comum a ele e ao analisando. A figura de “uma criança a ser salva” vai dar um novo sentido ao presente do encontro analítico. Depois ela permitirá o surgimento do passado traumático do analisando até então não representado⁸⁵.

A particularidade desta sessão é a de um trabalho de figurabilidade partilhada com M.A. Ele se produziu em dois lugares e em dois tempos: iniciado pela figurabilidade do analista, ele se completou num sonho noturno no analisando: “a meninazinha empurrada por um asno”. As imagens alucinatórias desse sonho estão numa relação tão direta com os “restos perceptivos” da entrevista, que elas parecem surgir do presente deste. Esta continuidade anímica em que se dilui a distância entre o ontem e o hoje, entre o dia e a noite, entre representação e percepção, terá um efeito surpreendente em M.A quando do relato do sonho: o movimento regrediente, habitualmente discreto quando se conta um sonho, não é freado, nele, no nível das imagens, e, enquanto ele conta o sonho, experimenta um forte sentimento de estranheza, ele se despersonaliza. Da primeira à segunda entrevista, para M.A, as identidades analista-analisando convergiram bruscamente, refletindo-se na imediatez da Identidade de Percepção, momento presente, comum aos dois, um laço agora estreito com o impacto da violência de sua transferência passional.

É por outros meios que não o habitual da transferência reveladora de um passado reprimido seguido de interpretações a partir das representações já presentes, que um acontecimento traumático do passado negativizado pode ser reencontrado nesse trabalho psíquico partilhado. Com M.A era vital – a sobrevivência do encontro

85. Podemos guardar o sentido *hegeliano* da solução de uma crise dialeticamente compreendida: a descontinuidade, o “trabalho do negativo” do psiquismo do analista integra a intensidade negativa do psiquismo do paciente e deixa lugar ao nascimento de uma nova figura do encontro.





analítico dependia disso – para poder tornar inteligível, dar figura à sua violência pulsional imediata imposta pela atualização de um Id que, uma vez os diques da inibição rompidos, se manifestava de modo selvagem, arrancado das redes das representações e de suas raízes infantis. O acontecimento traumático do passado, não podendo tornar-se inteligível no jogo transferencial de uma dinâmica manifesto-latente, surgia sob a forma de um excesso de quantitativo de neurose atual, quando do encontro. A inibição maciça, ao impedir as ligações, perpetuava a não-representação. *Cortado das recordações dos acontecimentos traumáticos enquanto tais, o verdadeiro sofrimento de M.A não era a ausência dos traços de memória, mas o traço, jamais desaparecido, sempre ativo, da violência de uma ruptura.* A ausência desta última no nível das inscrições representacionais, duplicada por uma presença poderosamente negativa, no vazio, tinha tão somente como via de acesso a motricidade, dar-se um tiro, ou então a via somática, o estado gripal lembrando sua tuberculose quando ele era criança.

Os tratamentos como o de M.A nos ajudam a reconhecer que nosso trabalho analítico não se esgota com as tomadas de consciência das representações inconscientes, com a busca daquilo que nós sabemos não conhecer; a memória sem recordação, o vazio representacional do *sexual primordial*, aquilo que nós ignoramos não conhecer, formam a segunda fonte.

VIII – A abordagem da pré-história do analisando

“Além disso, a constante revitalização do pensamento psicanalítico na experiência psicanalítica dá uma idéia do tempo que, não somente só a ela pertence, mas é desconhecido fora dela. Nós o chamamos o tempo fragmentado”.

André Green, 2000

1. A Sessão

A sessão que vamos agora relatar tem lugar no decorrer da análise de um homem de uns trinta anos que, anteriormente, havia feito uma análise de sete anos e cujo resultado se havia mostrado insuficiente.

É com a finalidade de colocar deliberadamente o acento sobre o trabalho de pensamento que se impõe ao analista, diante de certas sessões e sobre seu resultado numa figurabilidade alucinatória que se acompanha de um sentimento de verdade, de uma convicção sem entraves no momento em que ela se produz, que nós fazemos o





relato desta sessão, artificialmente isolada do contexto do tratamento, para melhor destacar nossa proposta. O trabalho de figurabilidade do analista, oriundo da regrediência de seu pensamento, terá por efeito a abertura do psiquismo do analisando a afetos até então forcluídos, que correspondem a um estado de angústia infantil e à tomada de consciência da realidade de um sofrimento igualmente ignorado, devido às carências afetivas precoces durante seus dois primeiros anos, imputáveis a uma depressão da mãe e a uma ausência do pai. Não daremos mais detalhes a respeito da infância do analisando, nem sobre as circunstâncias que lhe permitiram sobreviver psiquicamente, porque se trata menos do relato de um tratamento e mais de mostrar, no contexto mais próximo do experienciado, o que é uma regrediência de pensamento em sessão. Trata-se de mostrar a capacidade que ela tem de aproximar as zonas irrepresentáveis da pré-história infantil e de permitir ao analisando de se apropriar de uma nova capacidade, a de poder sentir, dar uma forma, em afetos e em representações, à sua aflição sem nome e sem figura. Poderá propor-se aqui uma certa equivalência entre alucinação e contato: o modo de pensamento do analista pode “tocar” essas zonas inertes da vida psíquica do paciente, designá-las, revelá-las, a exemplo dos cuidados maternos das zonas corporais que promovem sua erogeneidade, essas zonas erógenas que a mãe designa e revela ao seu filho. A exemplo da transformação noturna da sexualidade infantil diurna em solução alucinatoria, a regrediência da sessão encontra os plenos poderes psíquicos do pensamento “que sonha” (J.B. Pontalis, 2000).

O analisando começa a sessão fazendo um relato de seu estado: no intervalo, entre o fim do seu trabalho e a hora da sessão, ele teve vontade de sair com uma prostituta... como fez muitas vezes... mas desta vez ele não quis... compreende, cada vez mais, que “sair com uma puta” antes de ir ver o analista é, certamente, uma maneira de descarregar fora uma tensão que deveria ser reservada para a sessão: “Meu medo da homossexualidade talvez... mas deve haver alguma coisa a mais... (*silêncio*)... Como não saí com uma puta, eu não sabia o que fazer... me sentia como desamparado... fui na livraria de história que fica aqui ao lado... (ele é apaixonado por história)... Comprei muitos livros... depois, comi doces... depois dei umas voltas de carro... eu me encontrei diante... (refere-se a uma importante instituição científica na qual está em vias de obter um posto como professor)... Eu sei que meu carro esporte, ou os livros, ou comer, é minha afeição de possuir... como este posto tão importante ... ser reconhecido... tudo para combater esta ansiedade que me envenena. Não aconteceu nada... Continuei a me sentir estranho... Não era angústia, tampouco um sentimento de estar sozinho... Alguma coisa de mais desestabilizante... o medo?... sobretudo aflição... uma dor...?”

Esse sentimento que ele começa a experienciar recentemente é inteiramente





novo, ele não conhece sua origem e não encontra para tal a menor explicação racional, ele que, em geral, é bastante dotado para esse tipo de exercício... Uma nova dor que o analista considera não tanto como um sintoma, não tanto como uma regressão no tratamento, mas, sobretudo, como a prova de que a análise vai atingir um novo patamar. Comumente, quando o momento do tratamento está centrado sobre a psicose, o analista “acompanha” o analisando em sua aflição, “entra em empatia”, fica no nível do experienciado do afeto. Alguma coisa de diferente vai acontecer no decurso desta sessão. Instala-se no psicanalista, progressivamente, um estado psíquico particular. Desde o início, o analisando fala com um tom de voz que não é habitual, com um ritmo de discurso que é impossível de descrever. A sensorialidade predomina sobre o conteúdo. Um conjunto que induz o analista a um estado de escuta que não se enquadra, de forma nenhuma, ao da atenção flutuante. Certamente, ele se sente impregnado pela aflição do analisando, mas de um modo diferente da empatia⁸⁶. Trata-se mais de uma exacerbação da receptividade, de uma qualidade de escuta que não permite associar livremente, de passar de uma representação para outra. Atenção de uma intensidade rara em que a conotação de “flutuantes” não mais corresponde à realidade do experienciado. Por outro lado, será sua acuidade surpreendente que melhor a definirá. Sua disponibilidade sendo bem superior àquela que, habitualmente, caracterizava as outras sessões com este analisando, cada palavra encontrava um eco, ressoava “*ultra-claro*” para o analista. Seu psiquismo estava como que aspirado por uma atividade quase alucinatória em que apareciam imagens que possuíam, a cada vez, uma vivacidade e uma precisão fora do comum.

O analisando relata um sonho da noite precedente: “Eu espero o metrô. Quando ele chega, vejo um grupo de jovens que estão tentando roubar com violência (“*detrusser*”) os passageiros. Fico surpreso que eles não reajam. Me admiro que eles não oponham resistência. Tenho medo e não subo. O metrô parte”.

As associações do analisando ocorrem facilmente: “Eu tenho medo, eu sou um covarde...”. Ele se sente ferido, se deprime... depois, lembra que uma vez seu pai

86. Os limites editoriais não nos permitem tratar as diferenças entre nossas descrições e a noção de empatia. Sabe-se que Freud se interessou por este tema em *Psicologia das massas e análise do ego*, utilizando o termo *Einführung*, o “*mecanismo que sozinho torna possível para nós uma tomada de posição a respeito de uma outra vida psíquica*”. Ferenczi também. No entanto, foi R.R. Greenson (1959) o primeiro a atribuir um lugar especial à empatia (“Empatia e suas diversas fases”, Congresso internacional de psicanálise, 1959, retomado na *Revista Francesa de Psicanálise*, 1961, n. 4-5-6). Daniel Widlöcher (1996, *Os novos mapas da psicanálise*), ao descrever as possibilidades e limites da empatia, pensa que o conceito emprestado da psicologia não é adequado à descoberta do inconsciente. Ele destaca que, na técnica de Kohut, “*a escuta empática*” é privilegiada em detrimento da interpretação. Crítico do espírito da “Comunicação intersubjetiva”, D. Widlöcher prefere a noção de “co-pensamento”, compreendendo-a não como uma reciprocidade de interpretações entre analista e analisando, mas “*a existência de uma construção comum de sentido a partir de uma experiência psíquica compartilhada; compartilhar o trabalho interpretativo e não reciprocidade*”.





foi atacado no metrô: “Ele não se defendeu, não opôs resistência e foi roubado... Ele também foi um covarde.”

No entanto, o analisando não se limita a explicar seu sonho como sendo uma simples identificação. Sua experiência analítica lhe permite inverter o sentido do conteúdo manifesto: “De fato, isto deve ser a minha própria vontade de roubar, de me apropriar de tudo... Quantas vezes já não senti vontade de me instalar no seu lugar, ‘de tomar a sua poltrona’, parar de ser pequeno, doente... enfim, reconhecido neste posto importante.” Evidentemente, neste conjunto-relato do sonho-associações, tomar a “poltrona”, observar o roubo num trem, a recordação do pai atacado e roubado... todos estes elementos convergem para um contexto edipiano bem preciso, concretizando-se numa figuração violenta da cena primitiva. Este nível, próprio dos desejos conflituosos da neurose infantil, poderia ter sido suficiente. A análise do sonho parecia suficientemente clara. Se o pensamento do analista houvesse se mantido em atenção flutuante, o trabalho do analisando o teria satisfeito amplamente. No entanto, o pano de fundo da relação analítica do momento não apoiava o sentido de tais associações.

Enquanto o analista escutava, uma palavra que ele havia ouvido torna-se uma palavra “vista”. A palavra, dotada de uma grande clareza, havia, por assim dizer, tomado conta de seu espírito; e isto sem que o analista pudesse compreender por quê. Essa palavra era “*détrousser*” [roubar em via pública com uso de violência]. Sinal contratransferencial? O sentido sexual das palavras “*détrousser*”; “*trousser*” [levantar]; “*trousser les jupes d’une femme*” [levantar a saia de uma mulher]; “*trousser une fille*” [fazer sexo com uma moça]; “*un troussieur; un Don Juan*” [um conquistador] certamente evocou a sexualidade e a curiosidade infantil do analista. No entanto, ele experienciava um algo “a mais”. Eis por que ele não interveio neste nível que é próprio ao sexual infantil. Talvez também fosse esse o fato que, juntamente com o sentido sexual, ele associou a um outro sentido que remetia a um contexto diferente: “*détrousser des tombes*” [violador de sepulturas]. E, sobretudo, o analisando não associou coisa alguma à palavra “*détrousser*”, o que surpreendeu o analista, ainda mais que ele investia de uma maneira quase alucinatória a mesma representação da palavra “*détrousser*”. Desconfiando já de alguma coisa, ele decide devolver esta palavra ao analisando: “*Détrousser?*” O analisando se surpreende, sobressalta-se e, irritado, responde: “*Détrousser? Por que o senhor diz détrousser? Eu disse voler [roubar]!... De onde o senhor tirou essa palavra? Por que o senhor se engana?*” Seguem-se recriminações: “O senhor é distraído, o senhor não escuta!...”

Finalmente ele se acalma... “Bem, se o senhor diz *détrousser*... Se o senhor quer que eu faça associações sobre *détrousser*... O que lhe posso dizer? Os *détroussieurs*, os ladrões dos grandes caminhos... Ou os piratas...”; e o analisando lembrar-





se-á de histórias de sua infância, o mundo de seu período de latência. Ele se lembra de alguns de seus relatos preferidos e se deleita ao contá-los. Isto suscita no analista devaneios imediatos, recordações de leituras da sua própria infância, os personagens, as próprias histórias prestando-se maravilhosamente bem a certas intervenções. Mas no pano de fundo, ele tem o sentimento de que tais histórias possuem um caráter defensivo. Ele, portanto, não faz interferências. Durante este tempo, o investimento da palavra “*detrusser*”, sob a influência dessas histórias, transformou-se. Agora a intensidade da imagem da palavra “*détrusser*” transferiu-se para a expressão, trazida no relatos dos contos pelo analisando: “a bolsa ou a vida”. A partir de *détrusser* no sentido sexual, o investimento foi deslocado, no analista, em direção ao perigo de morte, unindo-se à associação de *détrousseur des tombes* [violador de sepulturas], detectando um impasse insuperável e trágico: se alguém defende a bolsa, segue-se a morte; se a opção feita é a vida, a bolsa é perdida. E quando esta última representa, por um lado, um valor inestimável, sexual, genital, assim como a mãe protetora, nenhum saída válida existe: o sexo ou a morte; a mãe ou a morte. “*Détrousse*” [roubado]: castrado, sem mãe...”. O analista intervém, finalmente: roubar a “*trousse*”?*, formulação que retoma a idéia do analisando: “roubar a poltrona”.

Imediatamente o analisando exclama: “Ah, eu me lembro de alguma coisa. A “trousse de toilette” (estojo de toalete) do meu pai, não, seu “étui a manicure” (estojo de manicure). Eu tinha muita vontade de ter um daqueles. Pedi a minha mãe para me comprar um parecido. Fui atendido. Eu fiquei muito orgulhoso. Um dia, meu irmão mais velho (ele tinha dez anos mais do que eu) pediu-me o estojo para as férias. Quando voltou, não o devolveu para mim, alegando que era dele. Ele roubou “*ma trousse*” (meu estojo)!”.**

O analisando encontrou uma recordação, um traço mnêmico que continha uma problemática edipiana: a representação “do irmão mais velho larápio [*détrousseur*]” e que, ainda mais, era o preferido de sua mãe. Assim, o sonho, suas associações e, em parte, o conteúdo de pensamento do analista encontravam, parcialmente, uma explicação.

Normalmente, a interpretação dá-se por satisfeita quando atinge este nível de organização, o de uma neurose infantil constituída por redes de representações que têm um valor econômico-dinâmico suficiente para absorver as forças pulsionais em ação. Nós nos encontrávamos diante de uma excelente seqüência analítica segundo as regras da arte. Um processo analítico rigoroso e perfeitamente freudiano: a partir da transferência e de um sonho, de sua narrativa, de associações, de uma interpreta-

* N.T.: *Trousse*: valise, normalmente contendo instrumentos para fins específicos. Ex: valise de médico.

** N.R.: A língua francesa utiliza a palavra “*trousse*” para designar tanto estojo quanto valise. Decidiu-se, portanto, manter “*trousse*” toda vez que o autor utiliza a palavra.





ção, chegou-se, finalmente, à recuperação de uma recordação reprimida, de valor simbólico sexual, dentro de um contexto edipiano.

No entanto, no decorrer desta seqüência, o psiquismo do analista, independentemente de sua vontade, continuava a “trabalhar” em “estado regrediente”. Uma certa evolução produziu-se neste. O investimento quase alucinatório não era mais a palavra “*détrousseur*” [ladrão] e tampouco era a formulação “a bolsa ou a vida”, “la trousse ou la mort” (o estojo ou a morte). O terreno das representações de palavras, investido sob a forma de imagens, iria ser abandonado. De um modo ainda mais vivo e nítido – e isto aumentava seu espanto e curiosidade, o invés de visualizar as palavras enquanto tais, ele pensava, “via” agora, diretamente, uma valise de médico, sua forma, sua cor preta. Uma acentuação da regrediência interveio. Com o apagamento das representações de palavras em benefício de uma imagem *ultra-clara*, produziu-se a transformação daquilo que era uma simples regressão formal para uma “*regressão material*” (Freud, 1915-1917; p.231). Ou seja, a intensidade perceptiva da representação (Nicolaidis, 1993) “*trousse*” tornando-se imagem, a percepção que o analista tinha tido era portadora da convicção de sua realidade na história do analisando. Quanto mais a regrediência se acentua, mais a figurabilidade é sinônimo de realidade, e assim se passa nos nossos sonhos; e até um certo ponto, este é o caso quando se dá uma regressão acentuada durante a sessão.

O analista não compreende as razões de uma endopercepção tão nítida e precisa, sua permanência, ausência de qualquer outra representação que lhe poderia permitir o deslocamento da intensidade que aí se concentrava. E, sobretudo, ele se surpreendeu diante de sua própria certeza de que esta imagem era determinante.

Normalmente, o analista não tem – ou não se dá – o tempo para tomar consciência destas imagens que são mais comumente fugitivas, ele não as investe; ele terá mesmo a tendência a deixá-las de lado, a considerá-las como uma resistência contra-transferencial ou como uma distração, em todo caso, como uma perturbação do bom desenvolvimento do trabalho da sessão, atribuindo-se um sentimento de culpa. Rapidamente ele rejeitará um tal dado, condenando-o e esquecendo-o. No entanto, pode ser que esta rejeição e este esquecimento sejam equivalentes àqueles do despertar, quando nos esquecemos dos sonhos da noite.

Agora o analista, por sua vez, tinha retido a imagem sem, no entanto, saber por que a havia retido, tampouco no que ela poderia ser útil. No máximo, obscuramente, desde o início, ele pensava que deveria servir-se dela, que a sua figurabilidade era indispensável para a resolução daquela seqüência, que o nível de neurose infantil representacional estava superado, o que lhe permitia, graças à acentuação da regrediência, compreender a forte convicção de, enfim, possuir “um elemento de verdade”. No entanto, sem dúvida desconfiando deste pano de fundo, ele se concede um





certo tempo sem intervir. Com a volta de sua escuta habitual através da atenção flutuante, ele decide dizer ao analisando, com uma certa precaução, avançando o caráter subjetivo de sua intervenção: “Para mim ‘trousse’ me faz pensar em ‘trousse médicale’”. Na sua elocução, ele colocou a tônica sobre “para mim”⁸⁷. Levado por sua convicção de que, fora da regrediência, havia algo que poderia ser qualificado de irreal, o analista fez uma intervenção para sondar os investimentos do momento no analisando.

Naturalmente, este último se espanta novamente. Em seguida, diz esta frase que, desde Freud, dá a impressão a todos os analistas de estarem certos: “Ah, eu não havia pensado nisso”. Depois, no final de um tempo curto: “Claro, o senhor pensou na ‘trousse médicale’ que eu vi no momento do acidente de carro”. Tratava-se de um trauma na idade de três anos que foi analisado inúmeras vezes, fazendo parte do contexto representacional. Acidente sem gravidade, mas implicando, no entanto, o sangue, a polícia, as ambulâncias, o hospital.

Assim, em vez das recordações do estojo de manicure (*étui de manicure*) do pai, agora um trauma representado, “um rosto ensangüentado”, um trauma “vermelho”, organizador da angústia de castração e do complexo de Édipo, vinha, uma vez mais, colocar em relevo o mundo representacional. Era a volta de uma recordação conhecida e elaborada, fazendo parte da sua neurose infantil e tendo estruturado, até recentemente, a neurose de transferência.

Por que razão o analista não se havia contentado, em primeiro lugar, com a volta da recordação da “trousse” de manicure e, em seguida, da associação sobre a “trousse” de médico do acidente? Por que esta manutenção da regrediência de seu pensamento, apesar da presença dos investimentos sexuais infantis organizados em memória reprimida? Por que a regrediência se confirma em *regressão material* nesse momento? Responder a estas questões não é fácil. Podemos emitir uma hipótese: as duas recordações, aquela do estojo de manicure e aquela do acidente, têm em comum o mesmo estado de sideração passiva da criança, repetido no presente no sonho em que aquele que sonha é atingido pela imobilidade, quando o movimento diz tão somente respeito ao trem. Esta insistência do analisando quanto à relevância de sua imobilidade faz com que esta se torne prioritária no psiquismo do analista, em detrimento do conteúdo das recordações (voltaremos a isto). Sem a posse de seus investimentos sexuais infantis, o conjunto sonho-transferência tinha dado lugar a um trabalho de figurabilidade no analista, respondendo a uma “transferência de substituição” cuja forma emergente, visível, era a “valise de médico”, significando a “memória

87. Neste “para mim” pode-se encontrar uma semelhança com o jogo de “squiggle”, de Winnicott, no qual o desenho passa sucessivamente da criança ao analista e vice-versa, cada um acrescentando nele uma produção que lhe é própria.





sem recordação” do “*sonho-em-si*”.

Assim para o analista, essas recordações históricas do analisando pareciam-lhe, desta vez, não somente recordações encobridoras. Tinha, sobretudo, o sentimento que elas eram barreiras servindo para ocultar outros problemas. E ele foi definitivamente convencido disso quando associou seu estado de escuta àquilo que lhe havia voltado seguidamente à memória nessa análise: “Um trem pode esconder um outro”. Simultaneamente surgiu, em seu espírito, uma expressão que o analisando tinha repetido algum momento antes: “Essa não é a minha história”, fazendo alusão àquilo que se havia passado durante seu primeiro ou segundo ano: a doença e a depressão da mãe que, nesse momento, havia desinvestido a ausência do pai. Acontecimentos que haviam sido, em seguida, objeto de um não-dito familiar jamais abordado, jamais comentado em família, o analisando tendo se contentado com um vago “Eu ouvi dizer que a tua mãe esteve doente”. Isso permaneceu desta forma durante sua primeira análise e tinha durado um certo tempo na atual em curso. E isto até que sua evolução, seus progressos foram permitindo ao analisando confrontar-se com o não-dito, tornado-se progressivamente incômodo no seu tratamento. Ele decidiu, então, saber mais. Suas pesquisas tendo terminado, a informação obtida, ele liquida o problema: “Eu era muito pequeno... eu tinha apenas seis ou oito meses... eu não posso me lembrar disso.” E a conclusão calhou, de forma irrevogável: “Essa não é minha história”. Aliviado por esse ponto final, o analisando não volta a esse problema, e não ouve nada que possa referir-se a esse respeito, nas interpretações do analista. A sessão que nós trazemos virá perturbar esta calma cada vez mais falsa, devido à sua evolução, como testemunha o estado de mal-estar precedendo a sessão e o modo do discurso no início.

O analista não se contentará então, desta vez, com o “trauma vermelho”, inúmeras vezes analisado. Na sua regrediência, para o analista tudo tomava o sentido de “ter entrado” na história na qual o analisando não queria, não podia entrar. A regrediência de seu pensamento fazia-o experimentar o sentimento irreal de que ele, ele sim “lembrava-se” desta “história sem recordações” e desta “memória anistórica”, desta pré-história que não tinha podido organizar-se em seu analisando de um modo representacional acessível à consciência.

Assim, fortemente convencido da importância do caminho regrediente percorrido, ele dirá ao seu analisando como algo evidente, conhecido por ambos, evidência que se afasta do não-dito familiar, contradizendo-o: “Eu, eu pensei sobre a valise de médico, que devia vir quando sua mãe ficou brutalmente doente e separou você dela”.

Mais uma vez, é claro, o analisando fica desconcertado. Ao final de um momento ele se refaz: “Ah, isso gera em mim um efeito estranho”. Depois ele protesta:





“Mas eu não posso me lembrar, eu devia ter menos de um ano... Tudo isso não me serve para nada... São histórias que o senhor inventa...”

Deu-se um longo momento de silêncio, um silêncio intenso, no entanto, isento de angústia. Depois, sereno, com uma calma surpreendente, o analisando confessa: “Eu sinto em mim a vontade de negar tudo isso, de pensar que não é possível que minha mãe não se tenha interessado naquilo que eu era, que ela não tenha levado em conta o bebê que eu era... Não é possível... Tenho vontade de minimizar tudo isso.”

O mesmo silêncio intenso persiste: “É curioso o efeito que sinto em mim. Eu preferiria não senti-lo, eu não sei o que é... prefiro pensar que tudo que o senhor diz é artificial... que é o senhor que inventa tudo isso.” Depois, recompondo-se: “Mas tenho agora a recordação clara de ter empregado a palavra ‘détrousseur’ ao contar o sonho.” A sessão terminou com esse comentário.

Graças à regrediência de seu pensamento, o analista teceu uma ligação entre, de um lado, depressão, desinvestimento, aflição e, do outro, um terceiro, a representação “doutor”, ao mesmo tempo uma imagem paternal forte, reparadora, correspondendo àquele que o separava, que cortava, num universo fusional mãe-filho, aquilo que o analisando havia sentido *a posteriori* como o Paraíso de sua infância, por sua mãe não lhe ter enviado à escola antes dos seis anos. Indo além de suas representações de palavras pré-conscientes, o analista tinha realizado um trabalho de figurabilidade enquadrando o brutal desinvestimento materno, no decorrer dos dois primeiros anos, por uma causalidade edípiana com forte capacidade representacional, dando lugar e sentido à aflição inominável e ignorada, tornando-a, enfim, acessível à consciência. Seguramente, “trousse” e “doutor” não correspondiam a nenhum traço mnêmico inscrito no analisando. Mas aqui, diferentemente do registro da neurose infantil e de seu prolongamento, a neurose de transferência, a verdadeira questão era menos a pertinência da reconstituição ou da suspensão de uma repressão; ele se situava bem mais ao nível da suspensão da impossibilidade de nomear, de acreditar num acontecimento pertencendo à “memória sem recordação”. Enquanto o analista, ele próprio, não “viu sem compreender” alguma coisa apta a suscitar sua convicção na realidade desse acontecimento vivido pelo analisando, este último não tinha a possibilidade de “entrar” na sua história infantil, de integrar sua pré-história. Somente o trabalho de figurabilidade do analista podia ter a capacidade de funcionar como um “atrator edípiano” (Ody, 1989) com sua potencialidade causal ordenadora.

Esta sessão surpreendente, que o analista não encontra seguidamente, terá a capacidade, no seu seguimento, de fazer sobrevir, progressivamente, no analisando, uma colocação em representação de sua aflição, sua coloração em afetos dizíveis, revelando um passado que se apresentava até então como uma “realidade sem qualidade”, sem nome e figura e totalmente ausente da relação analítica, da mesma forma





que o analista estava ausente da vida de relações do analisando. De agora em diante, aflição e passado poderão apresentar-se, repetir-se sob diferentes modos, deslocar-se de um conteúdo a outro, atualizando-se e possibilitando os mais diversos relatos e cuja análise conduzirá inexoravelmente ao reencontro, de uma maneira cada vez mais precisa, do experienciado de uma dor dificilmente “negociável” pelo ego. Elaboração que seguiu a aflição “pré-histórica”, infiltrando e remodelando, na sua progressiva historização, a neurose de transferência e reconstituindo a coerência da história infantil com as mudanças conseqüentes nos investimentos objetivos.

2. Comentários teórico-clínicos

Muitos aspectos desta seqüência bem complexa mereceriam ser estudados. Entre eles, o fato de que o analista está “à escuta de sua escuta”, cuja descrição e importância para o tratamento foram estabelecidos com precisão por Haidée Faimberg (1989, 1996), assim como o papel do mecanismo de negação na constituição de uma recusa de uma imagem idílica da infância: “Minha infância foi um paraíso” objetivando reforçar aquilo que, de toda a forma, não podia vir à consciência, nem podia se manifestar senão no caráter (*Moisés e o monoteísmo*).

Nos ocuparemos principalmente do que diz respeito à ligação da prática analítica com a teorização (Bokanowski, 1998) que propomos neste relatório: a memória pré-histórica e o modo como ela pode ser apreendida no nível dos sonhos, no nível da transferência, mais exatamente graças à confluência destes.

A idéia de que o sonho do analisando reunia, no seu trabalho de figurabilidade, as características de uma cena primitiva já foi evocada. Chamaríamos a atenção também, sem dúvida, que ele exprime na sua figuração, um contraste entre a ação, por um lado (o metrô chega, o roubo, o metrô parte) e, por outro lado, a atitude imóvel daquele que sonha. Este contraste entre a inibição motriz e a atividade de “ver” é significativo. Nós emitimos a hipótese de que é lá, nesse contraste, que o sonho é um “*sonho-memória*”, que se pode apreender aí uma tentativa de figurar uma “memória sem recordação”: no passado, estado de sideração de um fenômeno incompreensível para um bebê que se tornou agora alguém que sonha e que percebe uma cena violenta, absorvido pelo movimento daquilo que vem e vai de um modo inesperado. A pequena diferença é que o sonho tenta dar um conteúdo e uma causalidade à aflição de outrora: “Tu vês, isto é apenas um roubo!” Desta forma ele tenta consolar aquele que sonha. Mas ele falha, aquele que sonha permanece imobilizado pelo terror do bebê que ele fora outrora. Sem dúvida, os dois traumas representados, o estojo de manicure e o acidente, devem ser compreendidos como recordação-encobridora





que se esforça para dar sentido ao irrepresentável anistórico.

A relativa falha do sonho manifesta-se no dia seguinte como, poderíamos dizer, “resto noturno” que vem se infiltrar, no dia, na tonalidade do discurso por ocasião da sessão, especialmente o relato do tempo vazio entre dois investimentos: aquele do trabalho e o da sessão. O resto noturno se manifesta aí: primeiramente sob a forma de uma desordem sem representação que o analisando combate, desta vez sem sucesso, através de suas atividades (comprar, comer, carro) ...; depois, uma vez alongada, sob a forma de uma impossibilidade de compreender, de investir o seu próprio discurso.

O que é que o analista pode “compreender” desta aflição? Em todo caso o que ele “ouve” de um modo predominante são as inflexões da voz do analisando, um sentido “possível” que a sensorialidade da voz veiculou. Este sentido “possível” logra atingir o psiquismo do analista, mantendo-o numa posição de sobreinvestimento do “ver”, assim como estava aquele que sonha, em detrimento do inteligível da escuta de representações. Um “trabalho em duplo” (Botella; Botella, 1984) estava em funcionamento mesmo antes do relato do sonho. Por isso este último não podia desempenhar o seu papel habitual; o estado particular “em duplo” do psiquismo do analista fez com que, involuntariamente, ele estivesse mais receptivo ao “*sonho-em-si*” do que a um relato. As imagens do sonho do analisando serviram de intermediário, de “resto noturno” para o trabalho de figurabilidade diurna do analista, que iria a seguir facilitar a sua convicção na inteligibilidade da realidade psíquica da pré-história de seu analisando.

Houve uma inversão do curso habitual. Como E. Gómez Mango (1993) salienta, num tratamento, comumente, “*O discurso do sonho relatado ... está sempre a serviço da transferência: é a sua servidão involuntária*”. Ele está necessariamente condicionado, influenciado pelo desenvolvimento do tratamento... Somente o trabalho do sonho, a própria dinâmica da sua formação estariam isentos de influência, não atingidos pela “*força de atração*” (Pontalis, 1990) que “*domina, funda e sustenta o do tratamento*” (Mango, 1993; Pontalis, 1990). Na seqüência que nós relatamos, neste preciso momento, a “força de atração” da transferência – a dinâmica relato do sonho-transferência – é fraca; em todo caso, não pode ser ouvida pelo analista. Seu estado de regrediência inverte o caminho habitual, desvencilha-se do relato do sonho e junta-se, tanto quanto possível, ao próprio trabalho do sonho. A transferência dos conteúdos representados sendo assim separados, a relação analisando-analista muda de trajetória e beneficia-se, poderíamos dizer, da atração “generalizada” da convergência-coerência do trabalho do sonho.

Como no caso de M.A., é nesta confluência de uma transferência, portadora “cega” de uma “memória amnésica” e de um sonho que não logra figurá-la, que, para





o analista, por sua vez, se produz uma regrediência de seu pensamento, como para assegurar a sobrevivência de sua capacidade de inteligibilidade e a manutenção de sua função de analista, sem cair no contato “cego” da empatia ou de um ato. Podemos dizer, portanto, que nesta sessão, como naquela de M.A, o poder dos afetos em jogo que espontaneamente chamam um estado de empatia e/ou a urgência de um ato, a concretude de uma resposta afetiva por parte do analista, foi estrangulada: ao invés de tomar a via dos órgãos dos sentidos ou a via motriz, os afetos despertados no analista tomaram a via alucinatória e, conseqüentemente, transformaram-se em figurabilidade⁸⁸.

O que durante a sessão primou não foi o relato do sonho, a tensão manifesto-latente, a relação relato do sonho-transferência, mas a ação do “*sonho-em-si*”, o efeito “resto noturno” sobre a relação analista-analisando numa atualização aguda. Para o analisando, “ser nomeado”, “reconhecido” na sua função científica, ser aquele que sabe e que explica, nada mais eram que tentativas desesperadas, por uma alteração em seu contrário, de negar o bebê siderado que via sem compreender e que sofria sem saber, desprovido de palavras para pensá-lo, para dizê-lo. A “valise de médico” emergia como uma imagem que não negava, que podia apreender, ao mesmo tempo, o reconhecimento do sofrimento, a impotência frente aos “fatos”, e a possibilidade, graças à figura do “Doutor”, de renunciar ao todo-poderio infantil – querer curar a mãe e preencher a ausência do pai – para enfim “ver” em si o bebê siderado que “vê sem compreender”. O trabalho psíquico do analista consegue figurar lá onde o trabalho do sonho tinha fracassado na sua tentativa de “dizer” a pré-história. Fracasso da “*memória do sonho*” provocando a orientação e a transformação da aflição inacessível do analisando em direção da figuração de uma cena primitiva, depois a banalização da aflição através da causalidade: “É um roubo.” E isso quando a figurabilidade “valise do doutor” é potencialmente portadora de uma causalidade histórica efetivamente investida pela sexualidade infantil.

Admitir, no fim da sessão, ter dito “*détrousseur*” e não “*voleur*” supõe, da parte do analisando, o investimento dos “fatos”, que a sua pré-história lhe pertence; ele pode, finalmente, exprimir-se, na continuação da análise, sob mil e uma figuras, sua dor tendo ficado até então sem nome nem rosto, aquela de antes do “paraíso”.

88. S. Freud (1932), *A importância das representações despojadas do afeto retorna no sonho como força sensorial das imagens de sonho*, em “Nouvelle suite de leçons d'introduction à la psychanalyse”, OC., t. XIX, PUF, p.101.





3. Escuta regrediente e interpretação

No tratamento, quando nos momentos de acentuação da via regrediente nos dois parceiros, o pensamento regrediente do analista dar-se-á conta da simultaneidade do momento. O processo de transformação, próprio à regrediência, que se segue, deveria estar em condições de integrar a realidade dos dois psiquismos regredidos. Com base nisto, em certos tratamentos e em certos momentos, o analista deve aceitar – não graças a uma disciplina como preconiza Bion, mas, ao contrário, independentemente de sua vontade – que, no centro de seu trabalho habitual em atenção flutuante, se produza, de um modo que o surpreenderá sempre, uma acentuação da via regrediente. Se a atenção flutuante pode ser considerada como uma regrediência *a mínima*, poderíamos chamar “*escuta regrediente*” a disponibilidade psíquica do analista em estado de regrediência capaz de efetuar um trabalho de figurabilidade.

Produto do *processo de convergência-coerência* (Botella; Botella, 1992), operando no âmago de um “*trabalho em duplo*”, a figurabilidade que emerge daí poderá dar suporte a um tipo de interpretação oposta àquela da interpretação clássica. As intervenções do analista que, em vez de desunir como faz a interpretação clássica – cujo objetivo de separar envia o amor da transferência no “*aqui e agora*” para um “*além*” e um “*outro tempo*” – encontra, ao contrário, sua finalidade naquilo que Freud descreve em *Para além do princípio de prazer*: “*Aquela de juntar as pulsões dos instintos, uma das mais precoces e importantes funções do aparelho psíquico ... um ato preparatório que introduz e assegura o domínio do princípio de prazer.*”

Tal modalidade de intervenção não é, propriamente, uma interpretação, simplesmente porque, na verdade, ela não desvela um sentido latente; ela é criadora de sentido, lá onde só existia desorganização. No entanto, nós nos empenhamos em considerá-la como interpretação porque, se é verdade que um sentido latente “já lá” não existe, isso não impede que ela seja portadora de um sentido aleatório (Pragier; Pragier, 1990) subentendendo uma dialética entre, de um lado, as tendências marcadas pelo sexual infantil investido nas zonas erógenas e o objeto e que aproveita a oportunidade que lhe é oferecida, quando num estado de regrediência, para impor o sentido dos desejos infantis determinados pela história, e, de outro lado, o sentido aleatório que se produz, inevitavelmente, pelo fato do estado de simultaneidade dos elementos presentes num momento dado nos dois psiquismos, sob a orientação do princípio de convergência-coerência, chegando na saída alucinatória de uma intelegibilidade: a figurabilidade.

Parafraseando a recomendação de Freud (1900)⁸⁹: “*Não é a interpretação,*

89. Nota acrescida em 1925 ao fim da página 435.





mas o trabalho do sonho que é o essencial”, poderemos dizer, naquilo que diz respeito à pré-história do analisando, que não é sua interpretação, mas o trabalho regrediente do pensamento que é essencial.

Nos dias atuais, a sessão analítica “persegue” dois tipos de desconhecido nas vias regredientes paralelas, mas, paradoxalmente, convergentes: as regressões transferenciais abrem o acesso ao inconsciente infantil, representado e reprimido, enquanto que a regrediência do pensamento revela o infantil primordial não representável. É para a compreensão desta segunda via que o estudo analítico do “ver sem compreender” da regrediência, da figurabilidade, se tornou indispensável.

Para concluir provisoriamente e abrir a discussão

“Mas o progresso do conhecimento não tolera tampouco a rigidez nas definições. Como ensina o exemplo da física de maneira brilhante, mesmo os “conceitos fundamentais” que foram fixados nas definições sofrem uma mudança permanente de conteúdo”.

S. Freud (1915)

Como em toda evolução inerente aos domínios do pensamento, pode-se falar atualmente, na teoria analítica, de uma implosão do espaço-tempo, de uma mudança na concepção da abordagem da tópica e da temporalidade psíquicas com a realidade, mudança já anunciada pela evolução do pensamento de Freud passando da primeira à segunda tópica. Conseqüentemente, aparecem novas vias de pesquisa, novas dialéticas, novas causalidades, como aquela do dia e da noite iniciada por Michel Fain e Denise Braunschweig, ou, como na obra de André Green, o trabalho do negativo e, recentemente, as figuras do estouro do tempo.

O estudo da regrediência nos ensina que a inteligibilidade numa sessão não é unicamente aquilo que aparece, se apresenta à Cs a partir dos sistemas solidários Pcs-Ics cuja chave é a representação de palavras, mas cuja inteligibilidade se estende ao endoperceptivo figurável; e o não-inteligível não é somente aquilo que é censurado pela interdição ou racionalidade, mas a impensável, a irrepresentável realidade do Id.

Nesta perspectiva de pesquisa, o interesse pela força, o estudo da dinâmica pulsional deslocam-se do próprio ato psíquico àquilo que existe em potência. Não para aquilo que é já preexistente, predeterminado, assim como uma representação inconsciente, mas para aquilo que tem a potencialidade de existir se as condições existentes tornam isso “possível”⁹⁰.

90. Pasteur preconizava a “perseguição” do “desconhecido no possível e não naquilo que foi”.





A dinâmica do desejo inconsciente que leva em direção a uma realização compreende a dimensão do conjunto dos constituintes psíquicos. O modelo metapsicológico é a extensão do trabalho do sonho, e sua figurabilidade fonte de novos sentidos. O estudo clássico do latente opondo-se ao manifesto encontra-se completado pelo estudo do “possível”, aquilo que não preexiste psiquicamente e que, no entanto, tende a advir, a atualizar-se, e pode participar ao trabalho analítico. No plano da *economia* psíquica, as tramas são diferentes: a atualização do latente consome, faz cair o potencial pulsional, enquanto que a atualização direta do sexual infantil, seguidamente “acidental”, o potencializa. Esta dialética entre o determinado e o “possível” representa um vasto campo de pesquisa para a teoria e a prática analítica.

Para além dos sentidos que a colocação em palavras de uma figurabilidade, sua entrada numa narratividade, pode descobrir, sua solução alucinatória ressalta, nela mesma, um sentido da transformação qualitativa: um deslocamento do centro de gravidade da relação sujeito-objeto, uma espécie de mutação do investimento de objeto, ao ocupar o lugar de objeto-da-satisfação-alucinatória. Esse decentramento da dinâmica das tópicas, das relações entre as partes constituintes, não é tanto o sinal de um laço transferencial que age, mas de um ponto novo de partida transferencial.

Com M.A, a figurabilidade teve realmente tal efeito. Em vez de ir do problema que representava a compreensão do estado do analisando a uma solução pensada e/ou atuada, que teria provavelmente reificado a problemática depressiva, explosiva, de M.A., o pensamento em palavras do analista deixando-se ir à regrediência de seus processos de pensamento subverteu os dados. Um problema transformou-se, brusca-mente, num outro: a figuração de um estado traumático de sua própria história infantil introduziu um novo sentido. A transformação iniciada por ele abria a condição de uma atividade pulsional transformacional no paciente, chegando, no momento do trabalho regrediente do sonho, ao novo sonho de M.A e a seu relato, redefinindo os dados do encontro tornado, assim, “analítico” e, por aí mesmo, oferecendo-lhe uma nova partida.

O processo transformador de nosso segundo exemplo é diferente. Sem exigência temporal, ele se passa seguindo a evolução de um conteúdo de pensamento do analista. Mas sua conclusão é da mesma ordem: um conteúdo em *Identidade de Percepção* acompanhado de um sentimento de convicção. Aqui, a figurabilidade do analista não diz respeito a uma recordação de sua própria história, mas ela é igualmente portadora de um sentimento de realidade; aqui a convicção daquilo que poderia ter sido uma recordação de seu analisando torna histórica uma pré-história desorganizadora. A figurabilidade do analista tem valor do investimento de alguma coisa que “deveria ter tido lugar” no analisando e cuja ausência tornava o sofrimento inorganizável, irrepresentável.





Estas “aventuras de sentido” que engajam, nos seus processos, toda a potencialidade da “*memória sem recordação*” do analisando e a globalidade das possibilidades psíquicas do analista abrem-se numa dupla travessia cruzada entre dois psiquismos, incluindo então a totalidade das realidades psíquicas da situação analítica: a realidade intrapsíquica e intersubjetiva dos dois psiquismos. Mais precisamente, essas realidades, devido ao fato do estado de regrediência, fazem tão somente uma: aquela de um vazio representacional em que dois psiquismos, o tempo de uma simultaneidade de sua tendência fundamental própria ao *sexual primordial*, “*tecem*” aí laços figuráveis que escapam àqueles predeterminados, próprios à sexualidade infantil. Essas “aventuras de sentidos” são igualmente irreversíveis em seus efeitos, no sentido de que não provocam indeterminação e heterogeneidade nas tópicas, elas se guardam tão bem nesses espaços-tempos inapreensíveis que, se nós nos conformássemos com a noção clássica de neurose de transferência, deveríamos considerá-las como não analíticas.

Em nosso desejo de poder chegar à compreensão dessas “aventuras de sentidos”, privilegiamos em nosso relatório o estudo de uma certa dimensão trágica do infantil: a obrigação incontornável da repetição em fazer e desfazer sem cessar seus laços com o objeto. Uma prioridade foi outorgada a uma concepção teórico-prática do infantil, dilacerada pela impossibilidade de se dividir entre *o objeto-perdido-da-satisfação-alucinatoria* seguindo a exigência do *sexual primordial* e o objeto representado de acordo com a organização da sexualidade infantil. Devido a isso, nós sentimos muito não termos podido tratar, nos limites impostos deste relatório, da complexidade operando entre aquilo que é “narrável” e aquilo que é figurável. Tal distanciamento, mesmo provisório, do modelo de análise do relato do sonho pode dar o sentimento de que nosso relatório é muito parcial ou parcial. Esperamos poder restabelecer o equilíbrio quando de nossa discussão.

O último objetivo de nosso relatório resume-se em dois pontos. Um é a recusa dos dogmas da analisabilidade tornando sistematicamente responsável, em última análise, a estrutura do analisando, e a recusa de um emprisionamento numa luta realística pelos “atos” do analista de acordo com uma visão simplificadora das “carências precoces”. Nós procuramos abordar os sofrimentos da pré-história infantil “*sem recordações*”, “*sem conteúdo*”, pelo potencial de inteligibilidade da regrediência, da figurabilidade, noções inseparáveis da metapsicologia do sonho.

O outro ponto que se segue é a necessidade de uma extensão do campo da analisabilidade ao “*vivo*” (Guignard, 1966)⁹¹ desse *sexual primordial*, que jamais parou de desviar, de escandalizar o pensamento de vigília, o pensamento do adulto,

91. Seguindo a bela fórmula de Florence Guignard (1966), *Au vif de l'infantile*, Éd. Delachaux & Niestlé.





mesmo que este fosse psicanalista profissional e mesmo que fosse o próprio Freud, do qual conhecemos o interesse-desinteresse pelos fenômenos regredientes da sessão, pela “face oculta” do sonho. E isto porque *a vida psíquica é uma temporalidade do espaço de nossas regrediências*. □

Referências

- ANDRÉ, J. (1999). L'unique objet. In: *Les états limites*, Collectif, PUF.
- AULAGNIER, P. (1975). *La violence de l'interprétation*, PUF.
- . (1986). *Un interprète em quête de sens*, Ramsay.
- BALINT, M. (1959). Les voies de la régression, Payot.
- BARANGER, M. e W. (1969). *Problemas del campo psicoanalítico*, Éd. Kargremon.
- BAYLE, G. (1996). Ombres adorables, *Revue française de psychanalyse*, 3-1996, 821-827
- BION, W.R. (1975). *Une mémoire du futur: le rêve*, trad. Cl. Legrand, Lyon: Césura, 1989.
- . (1962 a). *Aux sources de l'expérience*, trad. François Robert, PUF, 1979.
- . (1967 b). *Réflexion faite*, trad. François Robert, PUF, 1983
- BOKANOWSKI, T. De la pratique analytique., coll. Épître, PUF. 1998.
- BOLLAS, C. (1986). L'objet transformationnel, *Revue française de psychanalyse*, 4-1989, 1181-1196.
- BOTELLA, C.; BOTELLA, S. (1982). Sur la carence auto-érotique du paranoïaque, *Revue française de psychanalyse*, 1-1982, p.63-79.
- . (1983). Notes cliniques sur la figurabilité et l'interprétation, *Revue française de psychanalyse*, 3-1983, p.765-776.
- . (1984). L'homosexualité inconsciente et la dynamique du double em séance, *Revue française de psychanalyse*, 2-1984
- . (1985). Pensée animique, conviction et mémoire, *Revue française de psychanalyse*, 4, 1985, p.991-1007.
- . (1990). La problématique de la régression formelle de la pensée et l'hallucinatoire, *Collection des Monographies de psychanalyse*, Colloque de l'Unesco
- . (1992). Névrose traumatique et cohérence psychique, *Revue Française Psycho-somatique*, 2-1992, p.25-36.
- . (1992b). Le statut métapsychologique de la perception et l'irreprésentable, *Revue française de psychanalyse* 1-1992, 23-41.
- . (1995). Sur le processus analytique: du perceptif aux causalités psychiques, *Revue française de psychanalyse*, 2-1995, p.349-3
- . (1997). Des mots pour le dire, *Revue française de psychanalyse*, 1-1977, p.203-208.
- BRAUNSCHWEIG, D.; FAIN, M. (1975). *La nuit et le jour*, PUF, coll. Le Fil rouge.
- BRUSSET, B. (1988). *Psychanalyse du lien, La relation d'objet*. prefácio de André Green, Le Centurion.
- CAHN, R. (1991). Du sujet, *Revue française de psychanalyse*, 6-1991.
- COURNUT, J. e M. (1993). *Revue française de psychanalyse*, 5/1993, número especial Congresso, 1535-1558.
- DAVID, C. (1992). La bisexualité psychique. In: *Essais psychanalytiques*, Payot.
- DENIS, P. (1997). *Emprise et satisfaction*, coll. Le Fil rouge, PUF, p.50-55.
- DEGOUMOIS, C. (1992). Le vol d'Icare; Paradoxe du somnambule, retomado em *Sortie de Nuit*, *Revue française de psychosomatique*, 1998, n° 14.





César Botella e Sára Botella

- DELOURMEL, C. (2000). *À um fil*, Trabalho de candidatura para o título de membro associado da SPP.
- DIATKINE, G. (1993). La cravate croate: narcissisme des petites différences et processus de civilisation, *Revue française de psychanalyse*, 4 – 1993, p.1057-1072
- . (2000). Surmoi culturel, *Revue française de psychanalyse*, número especial, Congrès 2000, p.1523-1588.
- DONNET, JL. (1998). La situation analytique à la lumière des situation limites, double em séance, *Revue française de psychanalyse*, 2-1984.
- EMDE, R. (1999). Une progression: les influences intégratrices des affects sur le développement en psychanalyse, *Revue française de psychanalyse*, 1/1999, 189-216.
- FAIMBERG, H. (1989a). Pour une théorie (non-narcissique) de l'écoute du narcissisme: comment l'indicible devient-il dicible? In: *La psychanalyse: questions pour demain*, coll. Des Monographies de psychanalyse, PUF, 1990;
- . (1996b). Listening to listening, *Int J Psychoanal*, 1996, v. 77, nº 4, p.667-677.
- FAIRBAIRN, R. (1941). Une psychopathologie révisée des psychoses et des psychonévroses. In: *Études psychanalytiques de la personnalité*, prefácio de Henri Vermorel, posfácio de James Innes-Smith, trad. Pierre Lacoite, Ed. du Monde interne.
- FERENCZI, S. (1909). Introjection et transfert, *OC*, t. I, Payot.
- . (1913). O desenvolvimento do sentido da realidade e seus estágios, *OC*, t. II, prefácio de M. Balint, trad. D. Dupont e M. Viliker, Payot.
- FERENCZI, S.; RANK, O. (1924). Perspectives de la psychanalyse. In: *Ferenczi, OC*, t. III, Payot.
- FERRO, A. (2000). *La psychanalyse comme oeuvre ouverte*, Érès.
- FREUD, S. (1894). Les psychonévroses de défense In: *Névrose, psychose, perversion*, PUF.
- . (1895). Esquisse d'une psychologie scientifique. In: *La Naissance de la psychanalyse*, PUF, 1969.
- . (1898). Sur le mécanisme psychique de l'oubli, trad. de J. Altouian e A e O Bou.rguignon, G. Goran, A Rauzi. In: *Résultats, idées, problèmes*, PUF, 1984, p.101-107.
- . (1899). Nota manuscrita datada de 10 de novembro intitulada: Une prémonition onirique accomplie. In: *Résultats, idées, problèmes*, PUF.
- . (1900). *L'interprétation des rêves*, trad. I. Meyerson et D. Berger, PUF, 1971.
- . (1901). *Psychopathologie de la vie quotidienne*, trad. S. Jankélévitch, Petite Bibliothèque Payot, 1972
- . (1905a). *Trois essais sur la théorie de la sexualité*, trad. B. Reverchon-Jouve, NRF-Gallimard, 1962.
- . (1905b). Fragment d'une analyse d'hystérie (Dora). In: *Cinq psychanalyses*, PUF, 1967.
- . (1909). De la psychanalyse. In: *Cinq leçons... à la Clark University de Worcester*, 5ª lição, trad. R. Lainé, J. Stute-Cadiot, *OC*, t. X,.
- . (1911). Formulations sur les deux principes de l'advenir psychique, *OC*, t. XI, trad. P. Cotet e R. Lainé, PUF.
- . (1912a). La dynamique du transfert, *OC*, t. XI, trad. A Rauzi, PUF.
- . (1912b). Totem et Tabou, *OC*, t. XI, PUF.
- . (1914). Pour introduire le narcissisme, trad. de J. Laplanche. In: *La vie sexuelle*, PUF.
- . (1915a). Pulsions et destin des pulsions, trad. Althouian, A. Bourguignon, P.Cotet. A Rauzy, *OC*, t. XIII, PUF, também em *Metapsychologie*, Gallimard.
- . (1915b). Complément métapsychologique à la théorie du rêve. In: *Métapsychologie*, PUF, Gallimard e também nas *OC*, t. XIII.
- . (1915c). L'inconscient. In: *Métapsychologie*, Gallimard, ed., 1968, trad. dirigida por J. Laplanche e J.B. Pontalis, e também nas *OC*, t. XIII.
- . (1917). *Introduction à la psychanalyse*, trad. S.Jankélevitch, Payot, 1949.





- _____. (1918 [1914]). Extrait de l'histoire d'une névrose infantile, redigido em 1914, publicado em 1918, em *Cinq Psychanalyses*, p.361: em *OC*, XIII, PUF, p.49.
- _____. (1919). *Les voies de la thérapie analytique*, *OC*, t. XV, PUF
- _____. (1920). Au-delà du principe de plaisir, *OC*, t.XV, trad. J.Altounian, A Bourguignon, P. Cotet. A Rauzy.
- _____. (1921). Psychanalyse et télépathie, *OC*, XVI;
- _____. (1922). Rêve et télépathie, *OC*, XVI;
- _____. (1923a). Psychanalyse et théorie de la libido, *OC*, t. XVI, PUF.
- _____. (1923b). Petit abrégé de psychanalyse. In: *Résultats, idées, problèmes*, II, PUF, também em *OC*, t. XVI, p.347.
- _____. (1923c). Le Moi et le Ça, *OC*, t. XVI, trad. C.Baliteau, A Bloch, J.M. Rondeau, PUF.
- _____. (1925a). La Négation, *OC*, t.XVII, p.169.
- _____. (1925b). Quelques suppléments à l'ensemble de l'interprétation du rêve, IIIa. Parte: La signification occulte du rêve, *OC*, XVII.
- _____. (1926). Lettre du 16 avril 1926 à Marie Bonaparte. In: E.Jones, *La vie et l'oeuvre de S. FREUD*, t. III, PUF, 1969, p.502.
- _____. (1932). Nouvelle suite des leçons, Gallimard, também em *OC*, t. XIX,
- _____. (1932). Nouvelles Conférences, 29^a Leçon: Révision de la science des rêves, p.41, trad. Anne Berman, *OC*, t. XIX, Gallimard, p.111.
- _____. (1936). Um trouble de mémoire sur l'Acropole. In: *Résultats, idées, problèmes*, II, PUF., p.227, também nas *OC*, t. XIX, PUF, p.335
- _____. (1937). Constructions dans la psychanalyse. In: *Résultats, idées, problèmes*, trad. E.R.Hawelka, U.Huber, J.Laplanche
- _____. (1938a). Nota do 12 de julho. In: *Résultats, idées, problèmes*, t. II. PUF, 1985, p.287.
- _____. (1938b). *Moïse et le monothéisme*, tradução Anne Berman, ed. Gallimard, 1984.
- _____. (1938c). *Abrégé de Psychanalyse*, trad. Anne Berman, PUF, 1967.
- _____. Correspondance avec Fliess. In: *La naissance de la psychanalyse*, PUF.
- FREUD, S. ; BREUER, J (1895). *Études sur l'hystérie*, trad. Anne Berman, PUF, 1967.
- GARMA, L. (1994). *Clinique de l'insomnie*, Nodules, PUF;
- _____. (1998). Aperçus sur les rêves et les activités mentales du dormeur dans la clinique du sommeil, *Revue Française de psychosomatique*.
- _____. (2000). L'inconscient peut-il avoir sommeil? *La Recherche*, número fora de série: Le sommeil et le rêve, n° 3, abril 2000;
- GIBEAULT, A. (1994). Contre-transfert et réceptivité, *Revue française de psychanalyse*, 5-1994, numero especial, Congresso, 1650-1658.
- GREEN, A. (1974). L'analyste, la symbolisation et l'absence dans le cadre analytique. In: *La folie privée. Psychanalyse des cas limites*, NRF, Gallimard, 1980, p.88.
- _____. (1973b). *Le discours vivant*, PUF, p.336.
- _____. (1986). Pulsion de mort, narcissisme négatif, fonction désobjectalisante. In: *La pulsion de mort*, Collectif, PUF.
- _____. (1987). La capacité de rêverie et le mythe étiologique. In: *La folie privée. Psychanalyse des états limites*, Gallimard, 1990.
- _____. (1993a). *Le travail du négatif*, Éd. de Minuit, p.285.
- _____. (1997). Ouverture à une discussion sur la sexualité dans la psychanalyse contemporaine, *Revue française de psychanalyse*, 1/1997, 225-232.
- _____. (1998). *L'intrapsychique et l'intersubjectif en psychanalyse*, Quebec, Lanctôt.
- _____. (2000). *Le temps éclaté*, Éd. De Minuit, p.119.
- GREENSON, R. (1967 a). *Technique et pratique de la psychanalyse*, trad. F. Robert, PUF.





César Botella e Sára Botella

- . (1970 b). The excepcional position of the dream in psychoanalytical practice, *Psychoanalytical Quarterly*, n. 5, c. 148, 28, p.189-206.
- GRINBERG, L. (1956). Sobre algunos problemas de tecnica psicoanalítica determinados por la identificación y las contra-identificaciones proyectivas. In : *Revista de Psicoanálisis*, Buenos Aires : 13-4
- . (1996 b). *Nouvelle introduction à la pensée de Bion*, com a colaboração de D. Sor e E. de Bianchedi. Prefácio de Joyce McDougall, Cesura.
- GUIGNARD, F. *Au vif de l'infantile*, Éd. Delachaux & Niestlé, 1966
- GUILLAUMIN, J. (1979). *Le rêve et moi*, coll. Le Fil rouge, p.59 e 114.
- HEIMANN, P., ISAACS, S. (1952). La Régression. In: *Développements de la psychanalyse (coletivo)*, trad. Willy Baranger, PUF, 1966.
- JEANNEAU, A. (1990). *Les délires psychotiques*, PUF.
- JANIN, C (1996).). *Figure et destin du traumatisme*, PUF, coll. Le fait analytique.
- JONES, E. *La vie et l'oeuvre de S.Freud*, t. III, PUF, 1969.
- KERNBERG, O (1975). *Les troubles limites de la personnalité*, Payot, 1989.
- KHAN, M (1974), *Le soi caché*, Gallimard, 1976.
- KLEIN, M (1946). Notes sur quelques mécanismes schizoïdes. In : *Développements de la Psychanalyse*, trad. Willy Baranger, prefácio de E. Jones, PUF, Bibliothèque de psychanalyse.
- LACAN, J. *Le Séminaire I*, Les deux narcissismes, Le Seuil
- . (1955). Séminaire du 2 mars: De l'embarras de la régression, p.163-175, *Le Séminaire*, liv. II, Le Seuil.
- . (1959) Das Ding, *Le Séminaire*, liv. VII, Le Seuil.
- LAPLANCHE, J. (1970). *Vie et mort em psychanalyse*, Flammarion.
- LEWIN, B. (1968). Le passé en images, *Revue française de psychanalyse*, 4 –1990.
- LITTLE, M. (1985). Mon analyse avec Winnicott, traduzido em francês em 1968 na *Nouvelle Revue de psychanalyse*, nº 33; depois no conjunto de artigos de M.Little, *Des états limites: l'alliance thérapeutique*, Ed. Des Femmes, trad. Gabriel Nagler, p.514, 516-517.
- . (1987). La valeur de la régression à la dépendance. In: *Des états limites. L'alliance thérapeutique*, trad. Gabrielle Nagler, Ed. Des Femmes.
- M'UZAN, M de (1976). Contre-transfert et système paradoxal, *Revue française de psychanalyse*, 2-1976.
- . (1977). *De l'art à la mort*, Gallimard.
- . (1994). *La bouche de l'inconscient*, Gallimard.
- MANGO E. G. (1993). De la servitude et l'innocence du rêve, *Revue française de psychanalyse*, 1-1993, p.180.
- McDOUGALL, J (1996). *Éros aux mille et un visages*, coll. Connaissance de l'inconscient, Gallimard.
- MELTZER, D. (1984). *Le monde vivant du rêve*, trad. coletiva, Césura, Lyon, 1993.
- MIANOU, A. P. (1995). *Processus de répétition et offrandes du moi*, coll. Champ psychanalytique, dirigida por Elsa Schmid-Kitiskis, Delachaux & Niestlé.
- MILLER, J (1997). *Une mémoire pour deux. Le virtuel du transfert*; PUF, Le Fait psychanalytique, 1977.
- NEYRAUT, M. (1997). *Les raisons de l'irrationnel*, PUF.
- OGDEN, T. (1997). Reverie and interpretation. *Psychoanalytical Quarterly*, LXVI, 1997.
- PERRON, R. (2000). *Épître aux enfants qui se cachent dans les grandes personnes*, PUF, col. Epîtres, dirigida por J. Cournut e Cl. Le Guen.
- PRAGIER, G.; PRAGIER S. *Revue Française de Psychanalyse*, 6-1990, p.14
- PONTALIS, J.B. (2000). *Fenêtres*, NRF-Gallimard, p.39-40.
- . *La force d'attraction*, Le Seuil, 1990.
- QUINODOZ, D. (1990). Le vertige dans la cure, *Revue française de psychanalyse*, 2-1990, p.493-509.





- QUINODOZ, J.-M. (2000). Rêves d'intégration à contenu paradoxal régressif: les "rêves qui tournent une page", *Revue française de psychanalyse*, 4, 2000, 1121-1135.
- REIK, T. (1948). *Écouter avec la troisième oreille. L'expérience intérieure d'un psychanalyste*, trad. franç., Éd. de l'Épi, 1976.
- ROLLAND, J.-Cl. (1997). Le rythme et la raison, *Revue française de psychanalyse*, numéro especial Congrès, 5-1997, 1589-1635.
- ROZEN, P. (1978). *La saga freudienne*, PUF, 1986.
- SCHIMID-KITSKIS, E. (2000). La mémoire du traumatisme ou comment nier l'oubli pour ne pas souvenir, *Revue française de psychanalyse*, 1-2000.
- SILBERER, H. (1909). Rapport sur une méthode permettant de provoquer et d'observer certains phénomènes hallucinatoires symboliques, trad. Christine Brückner. In: *Ornicar*, no. 31, 1984.
- SMADJA, C. (1998). Le fonctionnement opératoire dans la pratique psychosomatique, *Revue française de psychanalyse*, numéro especial Congrès, 1367-1450.
- URTUBEY, L. (1994). Le travail du contre-transfert, *Revue française de psychanalyse*, 1994, numero especial, Congrès, 1271-1372.
- VIDERMAN, S. (1970). *La construction de l'espace analytique*, Denoël.
- WILGOWICZ, P. (1991). *Le vampirisme*, Césure, Lyon.
- WINNICOTT, D. (1954). Les aspects métapsychologiques et cliniques de la régression au sein de la situation psychanalytique. In: *De la pédiatrie à la psychanalyse*, Payot.
- . (1957). L'hallucination qui nie l'hallucination. In: *La crainte de l'effondrement et autres situations cliniques*, Gallimard, 2000.
- . (1966). L'utilisation de l'objet et le mode de relation à l'objet au travers des identifications. In: *Jeu et Réalité*, trad. C. Monod e J.B. Pontalis, Gallimard, 1971.
- . (1971). La créativité et ses origines. In: *Jeu et Réalité*, trad. C. Monot et J.B. Pontalis, prefácio de J.B. Pontalis, Gallimard, 1976.

Recebido em 20/01/2003

Aceito em 12/03/2003

Tradução de **Maria Carolina dos Santos Rocha** (Doutora em Filosofia)
e **Fernando José Rodrigues da Rocha** (Phd. em Linguística)
Revisão técnica de **Luciane Falcão, Paulo Henrique Favalli, Alice Becker Lewkowicz,**
César Luis de Souza Brito, Gisha Brodacz, Ruggero Levy

César Botella e Sára Botella

11 rue Jean de Bauvais

75005 – Paris – França

E-mail: cbotella@club-internet.fr

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador
a página **342** é branca





Cinema e Psicanálise





Atenção montador
a página **344** é branca





Transgeracionalidade e ressignificações: a propósito do filme *A colcha de retalhos**

*Marlene Silveira Araújo***, Porto Alegre

*Mery Pomerancblum Wolff****, Porto Alegre

*Marli Bergel****, Porto Alegre

*Maristela Priotto Wenzel*****, Pelotas

*Nazur Aragonez de Vasconcellos******, Porto Alegre

*Ricardo Heberle******, Porto Alegre

* Versão modificada do trabalho apresentado nas V Jornadas de Niñez y Adolescencia – APdeBA – agosto de 2001.

** Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. Coordenadora do Grupo de Formação de Psicanálise de Crianças e Adolescentes da SPPA.

*** Membro Associado da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. Componente do 2º ano do Curso de Formação em Psicanálise de Crianças e Adolescentes da SPPA – 2001.

**** Membro Associado da Sociedade Psicanalítica de Pelotas. Componente do 2º ano do Curso de Formação em Psicanálise de Crianças e Adolescentes da SPPA – 2001.

***** Graduado do Instituto de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

Componente do 2º ano do Curso de Formação em Psicanálise de Crianças e Adolescentes da SPPA – 2001.



Freud, em seu trabalho de 1907, “Escritores criativos e devaneios”, diz que nós, leigos, sempre sentimos uma imensa curiosidade para saber de que fontes o escritor criativo tira sua inspiração para escrever sobre temas que nos impressionam e, mais que isso, despertam sentimentos profundos e inesperados. O autor de uma obra literária cria um mundo fantástico onde fatos penosos podem se tornar prazerosos para ouvintes e espectadores durante sua representação. As fantasias são culturalmente transmitidas em forma de fantasia de empréstimo, na mistura de arte e realidade da experiência vivida ou delegada a outros. Através das identificações mútuas nos juntamos aos grupos. A tarefa do artista é, pois, criar um mundo e suscitar a convicção de uma realidade nova. Paulo Fonseca (2000), a partir disso, entende que a experiência cinematográfica se constitui de dois participantes: o espectador e o filme, cada um deles fazendo parte como sujeito e objeto de forma intercambiável. O filme, segundo esse autor, vai possibilitar leituras distintas em distintas épocas, considerando-se diferentes perspectivas tanto histórico-sociais como do próprio espectador.

O contato com a criação mobiliza fantasias inconscientes que, através de um jogo de sucessivas identificações projetivas, permite um desenrolar do enredo que vai sendo construído paralelamente através dos mecanismos de projeção e reintrojeção abrindo caminho para uma nova significação.

O filme *A colcha de retalhos* conta a história de uma jovem, Finn, que se refugia na casa da avó para terminar sua tese e pensar numa proposta de casamento. A avó e as tias-avós vivem em uma cidade do interior, são quase todas viúvas e se distraem confeccionando colchas de retalhos, um tipo, portanto, de trabalho artesanal e criativo. Subentende-se, no filme, que se trata de uma arte transmitida através das mulheres, que, além de ganharem uma colcha de suas ancestrais, aprendem a confeccioná-la. As colchas representam a memória cultural, a preservação dos hábitos e costumes, bem como a história familiar, pois fixam os acontecimentos de cada família. As mulheres da primeira geração estão registradas na memória. As da segunda geração são as componentes do grupo de mulheres sem profissão, que cuidam da casa e dos filhos e de uma mulher negra, solteira, espécie de governanta, que, no decorrer da trama, tem um papel importante a ser destacado. Ela dedicou sua vida a cuidar de uma filha e dos patrões brancos. A terceira geração é representada por mulheres conflituadas em busca de uma identidade. A quarta é composta por jovens universitárias, solteiras, liberadas e também conflituadas. O artesanato constitui o eixo dos costumes, uma vez que é a ocupação básica das mulheres da casa e, justamente, o tema da tese de Finn.

Finn é uma universitária às vésperas de um casamento do qual não está muito convencida e que procura terminar sua tese, dessa vez definitivamente, uma vez que





abandonara tentativas anteriores por se desinteressar do tema. O novo tema é o “artesinato” e, consciente ou inconscientemente, busca a casa da avó, onde passava as férias quando criança, para pensar em meio a colchas de retalhos. Nesse retorno, vê-se novamente frente a uma experiência em que se confrontarão o interno e o externo, o subjetivo e o objetivo.

Segundo as tias-avós, o destino de Finn estava escrito: formar-se, casar e ter filhos. Nada mais natural, portanto, que terminar a tese, casar e ganhar uma colcha de retalhos. Apesar disso, a jovem se surpreende ao descobrir que a colcha que as tias-avós confeccionavam era presente de bodas. Sua dificuldade em concluir a tese e o conflito frente ao casamento a paralisavam.

O tema da colcha era “Onde vive o amor”. Sua execução parecia fácil, mas não apresentava integração das partes, ao contrário, uma desarmonia entre os quadros que não permitia que o trabalho pudesse ser considerado coerente. Nesse ambiente de criação, havia, pois, um espaço onde sentimentos de ódio / amor / paixão / ciúmes deveriam ser expressos e reunidos para serem elaborados.

A presença de Finn angustiava aquelas mulheres. A cada momento, mobilizam-se num jogo de identificações projetivas no intuito de ajudar a sobrinha-neta e a si próprias a resolverem seus conflitos. Assim, enquanto as tias tecem a colcha, revivem suas histórias, recriam seu passado e criam seus retalhos. Finn, por sua vez, encontra motivações para escrever a tese, revive suas preocupações relativas aos modelos de identificação, liberta-se genuinamente da intelectualização de estereótipos e se permite vivenciar experiências sem medo de arriscar-se, mesmo com as dificuldades próprias de uma iniciante.

Finn vivera num lar desfeito no qual não havia nem confiança nem respeito. A mãe pregava traições, dúvidas e desamor. Numa visita à avó, entregou-se à paixão por Leon como se entregou Sofia, sua tia, instigada pela mãe, que a desafiou como mulher. Obediente ao destino das mulheres de casar e ter filhos, Sofia os teve e foi abandonada pelo marido. Ela então pára no tempo e transmite a visão da mulher desvalorizada, aparece na história como alguém que “mergulha de cabeça” no destino. Aparentando saber o que queria, Sofia, contudo, imobiliza-se dentro de um comportamento predeterminado. Tendo se confundido na superposição dos papéis de mãe/esposa/mulher, restam-lhe somente rancores. Ela parece sair desse rancor quando salva a tese de Finn de um temporal; fazê-lo é o mesmo que salvar sua parte mulher valorizada projetada na sobrinha.

Outra tia-avó, casada com um pintor, causa-lhe muita angústia porque representa a mulher humilhada, usada, impotente para decidir seu destino, até aquela ocasião ainda tentando decidir se ficaria no casamento ou iria embora. Essa tia se mobiliza muito para ajudar a sobrinha, justamente quando há uma suspeita de traição por





parte do namorado de Finn através de uma voz de mulher ao telefone na casa dele.

A figura de Ann é marcante como mulher negra, empregada doméstica, mãe solteira, que assume a filha. A história dessa personagem surge no filme no momento de dúvida da protagonista, quando Ann narra o caminho percorrido por sua avó, após a abolição da escravatura, em busca de suas origens, quando então escolhe seu companheiro e constitui uma família. Essa história também se encontra registrada numa colcha de retalhos que, paradoxalmente, adorna a parede da casa dos senhores brancos.

Mariana, filha de Ann com um branco, representante da terceira geração, viveu na Europa, conheceu muitos homens, não teve filhos. Finn, fascinada por essa mulher tão mais experiente do que ela e com vivências tão diversas das de suas tias-avós, busca aconselhar-se com ela.

Há ainda outra personagem no filme que nos chama a atenção, o corvo. Esse aparece em várias seqüências, como a marcar um rumo, uma escolha ou um modo de orientar os desejos de cada uma das mulheres. Quando a avó de Ann, após a abolição, segue o corvo, encontra o futuro marido; quando os cunhados saem juntos e se amam, também há um corvo sobre uma árvore; Finn se deixa levar pela paixão e desejo por Leon sob o vôo do corvo no pomar. No final, a mesma personagem é conduzida pelo pássaro até o namorado que lhe havia proposto casamento.

O encontro de Finn com a mãe talvez seja o ponto alto da questão da identidade feminina, pois essa, através de um novo casamento com o marido, pai de Finn, desfaz tudo que montara para aquela sobre relacionamentos e expõe isso com uma superficialidade e irresponsabilidade que desapontam a filha. Finn parece perder todo o referencial que conhecia até então.

Esse momento é plasticamente representado no filme por um temporal que lança fora as folhas da tese, como se tudo que fora escrito e feito se perdesse e não tivesse como ser reconstruído. Finn se sente derrotada, desanimada, e novamente o grupo se mobiliza em seu auxílio, e as tias-avós juntam os pedaços da tese que fica então em condições de ser concluída. Sofia, a tia-abandonada-mergulhadora, desempenha nesse momento o papel mais importante e é firme com a sobrinha, levando-a a reassumir o seu trabalho.

A colcha é concluída. Cada uma das mulheres torna-se capaz de confeccionar o retalho que lhe cabe com o mais relevante das várias histórias pessoais; todas cuidam da harmonia entre os quadros e orgulham-se de sua criação. Ann os integra dando-lhes um acabamento. Quanto a Finn, cansada, adormece e é coberta carinhosamente pelas tias com a colcha.

Finalmente, ao amanhecer, é acordada pelos pássaros que cantam. Protegida com a colcha e seguindo o corvo, vai pelos caminhos conhecidos da casa da avó ao pomar onde se encontra com o namorado.





Esse é um final feliz, mas poderia não sê-lo. De qualquer maneira, feliz ou não, buscar o caminho da identidade não é um empreendimento fácil. É preciso um habitat para que os sentimentos transitem. É imprescindível haver histórias, vínculos, assim como poder contatar o passado e o presente. Por vezes tem-se que seguir o corvo, por vezes temê-lo. É necessário saber receber os retalhos e fazer com eles um manto protetor.

Vários autores na psicanálise nos oferecem subsídios para entendermos este filme. Nosso interesse em captá-lo em sua relação com os aspectos transgeracionais nos leva a encontrar em Kancyper (1999) um importante referencial, quando ele coloca que “*o homem não cresce senão mergulhando suas raízes na história que alimenta*”. Através do filme podemos ver o quanto é necessário manter viva a comunicação com o passado, o que é retratado através das personagens que parecem estar num processo de descobrimento de suas identificações alienantes e sua história concernente a três gerações, o que lhes permite reconhecer e localizar o lugar de cada uma em relação à diferença das gerações.

Assim como numa análise, a personagem principal, Finn, faz um trabalho de exumação e de historização do passado, seu e das outras gerações, ressignificando suas identificações. Além dela, também a avó e as demais mulheres que dele participaram, através da visita de Finn, conseguem dar um novo sentido ao que viveram em suas vidas.

Finn foi à casa da avó para elaborar sua tese, mas também para elaborar os próprios conflitos internos relacionados à sua identificação feminina. Permeável no sentido de expressar e viver essas ansiedades, Finn busca elaborar isso tudo ao escutar avidamente a narrativa das tias. Essas, por sua vez, ao recontarem suas histórias, podem ressignificar fragmentos de experiências pregressas (Ferro, 1998). Finn as compartilha com as tias-avós, entra no clima de elaboração da colcha e participa, mesmo distante, de forma ativa, na elaboração que aquelas fazem de seus conflitos. o que oportuniza a criação de uma colcha harmônica.

O retomo da personagem à casa da avó permite-lhe esse mergulho em seu inconsciente. Através dos relatos de cada mulher, torna-se protagonista dos mesmos, para depois tornar a separar-se e voltar à própria história, após uma dupla transformação (Ferro, 1999).

Por outro lado, a visita de Finn desencadeia recordações que talvez as outras personagens femininas estivessem até então impossibilitadas de fazer. Eram aspectos não elaborados que continuavam a urgir no hoje, enquanto a carga que excedia a possibilidade de transformação por parte das funções disponíveis ainda não havia encontrado lugar e modo de transformação, de relato, de vir a ser lembrança, portanto.

Na seqüência de diálogos é dito para Finn que “a pior coisa para uma mulher



é ter amigas”; diante dessa afirmativa, ela acrescenta que “o pior é não ter um homem amigo”, o que podemos pensar como referente à ausência de um objeto interno masculino bom que o grupo de mulheres tenta construir/confeccionar.

Observa-se que, durante a maior parte do filme, os homens são apresentados como egoístas, infantis ou frágeis e que essa visão deixaria a jovem ambivalente em relação ao casamento.

A reforma que o namorado pretende fazer no apartamento, planejada para conter uma família, é vivida por Finn, num primeiro momento, como castração de suas aspirações profissionais, por existir dentro dela uma identificação com a avó e especialmente Sofia, que renunciara à carreira de nadadora por pensar que isso se fazia necessário para cuidar de marido e filhos. Mas Sofia acaba abandonada pelo marido, por ter-se transformado numa mulher amarga que o culpava de suas frustrações profissionais.

Se Finn assim o fizesse, seguiria a saga transgeracional, a mensagem advinda de sua avó e de sua mãe (que também temia uma relação estável com um homem por julgar que lhe traria perda de identidade) corroborada pela história das mulheres que costuram a colcha. Dessa forma seria apenas uma vítima possuída pela história e não um agente ativo capaz de desafiar esse destino através de uma reordenação de suas identificações, a partir de um novo significado que pôde encontrar para os fatos “a posteriori”, como salienta Kancyper (1999).

No transcorrer do filme sugere-se que tanto Finn como a avó e as tias-avós conseguem elaborar algumas desilusões e perdas sofridas em suas vidas e reformular sua imagem dos homens. Como se tivesse ocorrido um trabalho de ressignificação de identificações e fatos, não se sentindo mais apenas meras vítimas dos seus parceiros. Pode-se dizer que todas, nos dias da confecção da colcha, repensam os fatos na medida em que vão falando de si para a visitante, revendo inclusive suas relações em nível inconsciente com suas mães, tornando-se aptas a darem um outro significado àquelas. Em 1931, Freud já havia considerado que mulheres que tinham tido conflitos com suas mães a ponto de ficarem atreladas à relação com elas, tinham dificuldade em se relacionar com homens por conflitos ligados a essas mães e não necessariamente aos pais, escolhendo inclusive homens com características semelhantes às maternas.

Já salientamos anteriormente a presença do corvo em vários momentos do filme. Pensamos que neste estão representados os aspectos conflituos das relações amorosas. O corvo caricatura o sinistro e, ao mesmo tempo, leva “aonde vive o amor”, tema da colcha, presente de casamento. O corvo lembra o “sinistro” (*unheimlich*), que Freud estudara em 1919. O “sinistro” para ele é o estranho, assustador, que no entanto remete ao familiar, conhecido, apesar de oculto (inconsciente). Nesse senti-





do, esse sinistro diz respeito também às transmissões inconscientes que se dão através de gerações.

O corvo é uma ave perigosa que reúne em si qualidades especiais. Representa a sagacidade, a vivacidade, a sabedoria. Muito conhecido dos agricultores, é um elemento norteador admirado e temido. Pensamos que ele representa a força instintiva, a audácia necessária para se decidir o próprio destino.

Finalizando nossas reflexões, salientariamos que, ainda que um ato criativo provenha de fontes desconhecidas, para que se conclua uma obra é necessário que haja uma harmonia com o princípio integrador e criador dos pais internalizados. Talvez não seja coincidência a diretora do filme associar sua narrativa a atos de destruição, reconstrução, identificação e ressignificação das identificações como partes essenciais nos processos de elaboração, tarefa primordial para a aquisição de uma identidade. □

Referências

- FERRO, A. (1998). O diálogo analítico: mundos possíveis e transformações no campo analítico. In: *Na sala de análise: emoções, relatos, transformações*. Rio de Janeiro: Imago.
- FONSECA, P. (2000). O espectador e o filme – efeitos especiais do cinema. *Jornal do Centro de Estudos Luís Guedes*. Porto Alegre: outubro, 2000.
- FREUD, S. (1907). Escritores criativos e devaneios. In: *Obras Completas da Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- . (1919). O estranho. In: *Obras Completas da Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- . (1931). Sexualidade Feminina. In: *Obras Completas da Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- KANCYPER, L. (1999). *Confrontação de gerações: estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Recebido em 20/06/2003

Aceito em 02/07/2003

Marlene Silveira Araújo

Av. Taquara, 596/301

90460-210 – Porto Alegre – RS – Brasil

E-mail: silveiraaraujo@uol.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador
a página **352** é branca





Entrevista





Atenção montador

a página **354** é branca





Entrevista com César Botella

O Dr. César Botella participou de uma videoconferência em 30 de novembro de 2002, realizada no Hotel Plaza São Rafael. Essa videoconferência foi organizada pela Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, juntamente com o Centro de Estudos Luis Guedes e a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul. Em julho de 2003, o Dr. Botella nos concedeu uma entrevista por correspondência que transcrevemos a seguir.





RP – *Nossa Revista tem entrevistado muitos psicanalistas ilustres que nos visitaram nos últimos anos. É um prazer contarmos agora com o sr., a quem tivemos a oportunidade de conhecer através da videoconferência de 30 de novembro de 2002. Tradicionalmente costumamos iniciar dando ao entrevistado a oportunidade de falar sobre sua atividade como psicanalista e, nesse sentido, gostaríamos de ouvi-lo, inicialmente, sobre sua formação, análise, supervisões e principais influências dentro e fora da psicanálise.*

CB – Permitam-me, antes de tudo, manifestar o prazer que representa para mim o fato de retomar o contato com os psicanalistas de Porto Alegre. A videoconferência já foi muito interessante e estimulante para mim. Quanto ao que vocês me perguntam com relação a minha formação psicanalítica, posso lhes dizer que é inteiramente francesa: minha análise, minhas supervisões, assim como a formação teórica. O conjunto foi feito na Sociedade Psicanalítica de Paris. Depois de uma formação médica psiquiátrica na Espanha, em Madri, eu tive a sorte de chegar a Paris num momento de grande efervescência tanto intelectual quanto psicanalítica. Lacan impunha seu ponto de vista original e seduzia toda a *intelligentsia* parisiense. Era preciso conhecer Freud em cada palavra, tanto se seguíssemos ou se nos opuséssemos a Lacan. Em seguida, vieram se mesclar o pensamento de Melanie Klein, depois os de Winnicott e de Bion. Eles representaram um contraponto e uma possibilidade de distância com o lacanismo. Eu me formei nesse ambiente formidável.

Além da formação psicanalítica de ordem geral, interessei-me, particularmente, pela psicanálise de crianças, que eu praticava desde o início, assim como pelos pacientes psicossomáticos. E, nesse sentido, convivi muito com os teóricos franceses, Pierre Marty, Michel de M'Uzan e Michel Fain. Ao mesmo tempo, sendo inicialmente psiquiatra, exerci durante alguns anos a prática psiquiátrica com adolescentes e adultos jovens. Com esse tipo de pacientes, pratiquei muito o psicodrama psicanalítico tal qual foi criado na França por Serge Lebovici e René Diatkine. A partir da minha experiência pessoal, considero que, se um psicanalista quer verdadeiramente se desenvolver na sua prática e alcançar a complexidade do funcionamento psíquico, além de ter um mínimo de experiências com pacientes psicóticos, será sobretudo através dos tratamentos analíticos de crianças, incluídas as muito pequenas, assim como através de experiências com pacientes psicossomáticos, no contato clínico com os fracassos da mentalização, que ele encontrará os meios para melhorar a técnica dos tratamentos analíticos e evitar certos fracassos.

É essa “mescla” de Freud e Lacan, assim como dos autores anglo-saxões com os da Escola de Psicossomática de Paris, revistos sob uma luz de uma concepção





preocupada particularmente com o ponto de vista econômico-dinâmico do que é o funcionamento psíquico, que permite, hoje, ao que se chama de psicanálise francesa, oferecer uma larga visão, uma independência em relação a todas essas correntes, integrando-as em um nível superior, permanecendo profundamente freudiana.

Com relação às influências que eu poderia ter recebido do exterior da psicanálise, talvez essas sejam devidas, sobretudo, a minha curiosidade pela ciência contemporânea. Viram-se tantas revoluções nas últimas décadas, que me encorajo a pensar que os psicanalistas não deveriam ter medo, deveriam – como na maior parte do mundo científico atual – ousar buscar e encontrar as soluções audaciosas para abrir novos horizontes.

RP – Podemos observar que, na sua obra, o conceito de regrediência ocupa um lugar de destaque. Poderia nos explicar esse conceito para melhor compreendermos a regrediência alucinatória e diferenciá-la da alucinação psicótica?

CB – De fato, progressivamente, a noção de regrediência se impõe para Sara e para mim (como vocês sabem, nós elaboramos a maior parte de nossas idéias em estreita colaboração). Eu creio que já tentei definir a regrediência durante a videoconferência. Sem dúvida vocês não ignoram que ela foi o assunto de um relatório no Congresso de Psicanalistas de Línguas Francesas em 2001¹. O leitor interessado encontrará aí as explicações necessárias para compreender nossa concepção da regrediência. O que poderei dizer agora, brevemente, é que a regrediência é uma capacidade, uma qualidade do funcionamento psíquico, na qual o essencial é um processo que tende em direção ao alucinatório. Eu digo “alucinatório” e não “alucinação”. O exemplo mais evidente é a regrediência do sonho que resulta nessa forma particular que é o alucinatório endopsíquico. Se não digo que o sonho resulta em alucinação, é para tentar uma diferenciação entre alucinatório e alucinação, na esperança de reservar, tanto quanto possível, o termo alucinação para as manifestações psíquicas experienciadas como vindas do exterior, sejam elas psicóticas, neuróticas, histéricas, ou como diz Freud: “a alucinação das pessoas normais”. Podemos nomear de uma forma geral “o alucinatório”, porque ele é ativo durante o dia, mas inibido pelo ego diurno. O alucinatório tem uma tendência, própria de sua natureza, a excluir a projeção de um conteúdo para o exterior através dos órgãos dos sentidos. Sua vocação é a de conduzir a uma manifestação sensorial, experimentada, no entanto, como interna, o que não impede que ela se acompanhe de um sentimento de realidade. O limite entre endo-alucinatório e alucinação psicótica concerne simultaneamente ao engajamento

1. *Figurabilidade e Regrediência*, publicado nesse volume.





de processos diferentes para cada um deles e à capacidade de elaboração, de contínuidade do aparelho psíquico. Sucintamente, eu poderia dizer que a alucinação psicótica é o resultado de um mecanismo de um ego que não suporta uma angústia muito intensa; ela a transforma, a fim de lhe dar uma forma e uma saída que comporta seu triunfo sobre o que, do inconsciente, estava na origem da angústia. Poderíamos dizer que a alucinação psicótica se produz quando o endo-alucinatório falha na sua função. Nesse sentido, creio que Freud não teve razão em qualificar o sonho de psicose passageira, uma vez que sonho e psicose são expressões psíquicas bastante diferentes. Observem que Freud não diz isso em 1900 em *A Interpretação dos sonhos*, mas em 1915, quando abandonou a metapsicologia de 1900 em proveito, a partir dos anos 1910, de uma concepção de ordem genética e de desenvolvimento, que conflui para uma falha epistemológica: o primordial é considerado arcaico e sua expressão será rapidamente tratada de patológica. Porém isso que eu considero como o movimento genético dos anos 1910 (para utilizar a fórmula consagrada com relação ao ano 1920) representou, por sua vez, um avanço para a psicanálise e uma perda de riqueza e de complexidade em função do abandono da metapsicologia de 1900. Vocês compreenderam que me refiro aqui a uma concepção da vida psíquica sobre o modelo de trabalho do sonho, uma concepção que nasceu ao mesmo tempo e em estreita relação com a teoria da neurose, tal qual Freud a compreendia nesse momento.

Quando falo da dinâmica representação-percepção-alucinação, é uma forma de recuperá-la. Quer dizer que, num tratamento analítico, não é suficiente estar atento à história infantil do paciente, particularmente aos pontos de fixação da libido. O analista deverá igualmente estar atento aos movimentos regressivo-regredientes e às flutuações do equilíbrio que se produzem entre os três elementos principais da vida psíquica. Ele poderá, então, ter uma melhor compreensão dos movimentos presentes num momento determinado graças à observação de mudanças de um mesmo conteúdo ideativo ou fantasmático, segundo a forma representacional, perceptiva ou alucinatória que ele considera. Porque os movimentos são muito diferentes, conforme o conteúdo se apresenta sob a forma de representação ou de percepção exterior, ou ainda no alucinatório do sonho, quando esse não está sob uma forma de alucinação psicótica. A importância de tudo isso é que, de acordo com a minha experiência, a metapsicologia de 1900 é a melhor via para tratar a patologia borderline, na qual os núcleos dos sintomas consistem em uma alteração dessa dinâmica.

RP – Ainda que se tratando de fenômenos pertencentes a esferas e registros distintos, poder-se-ia pensar que a alucinação psicótica se situa em relação ao sonho de forma semelhante à perversão em relação à neurose e, em outro nível, à lesão do soma da psicossomática em relação ao simbólico? A alucinação psicótica, per-





versão e doença psicossomática nos remetem à função desobjetalizante?

CB – A questão de vocês remete a um campo muito vasto. O que eu poderia dizer é que é preciso estabelecer as diferenças entre o que concerne ao domínio dos estados das qualidades psíquicas e ao domínio dos mecanismos psíquicos propriamente ditos. Que um conteúdo se apresente ao psiquismo sob a forma de uma representação ou que ela tome essa [forma] de um sonho noturno, é a consequência não de mecanismos particulares, mas de um estado do psiquismo. O essencial, nesse caso, é a regressão. Ou melhor dito, a regrediência normal devida à retirada dos investimentos dos objetos reais característicos do estado de sono. Nesse caso, o engajamento do ego é muito relativo. Por outro lado, quando se trata de mecanismos, o mais comum são eles concernirem ao ego na sua função defensiva. Tudo isso é uma primeira abordagem dessa questão tão vasta.

Se pensarmos, como vocês desejam, o problema da articulação entre perversão e neurose, sabemos o quanto essa última foi considerada por Freud como o negativo da perversão, e isso nos permite uma aproximação ao questionamento de vocês. Sabemos que, paradoxalmente, esse negativo não é qualquer coisa a menos, mas, bem ao contrário, a neurose representa uma complexidade, uma sofisticação da perversão, que, olhada desse ponto de vista, será uma organização elementar. Para estabelecer essa concepção, Freud parte da idéia que toda criança, na sua evolução normal é, no início, um “perverso polimorfo”. Depois, diante da vida como ela é, a criança ver-se-á obrigada a recalcar os elementos incompatíveis com os investimentos objetivos. Então esses elementos narcísico-libidinais serão considerados condenáveis, o discernimento de “perverso” cairá sobre eles, e o superego triunfará nos casos de estruturas neuróticas. Visto assim, há pouca semelhança entre o par alucinatório-alucinação psicótica e perversão-neurose.

Por outro lado, existe, surpreendentemente, maior aproximação entre o fato psicossomático na sua relação com o processo de simbolização e o par alucinatório-alucinação psicótica. Apesar dos esforços dos psicossomaticistas, em particular os da Escola de Paris, a psicossomática continua um campo ainda muito obscuro. Mas uma coisa parece certa: existe uma falha nos pacientes psicossomáticos, sobretudo naqueles que têm uma vida psíquica operatória, nos níveis do processo alucinatório. É conhecido que os sonhos dos operatórios são, se não inexistentes, ao menos mais raros que nos neuróticos e, em todo caso, eles têm uma pobreza representacional. Enquanto o neurótico “alavanca”, por assim dizer, no endo-alucinatório de sua vida psíquica, o paciente operatório “derrama-se”² na percepção e no comportamento.

2. N.T.: “se repand”, no original.





Essa tendência a agir, característica do operatório, testemunha que a falha do processo alucinatório faz com que se imponha à vida psíquica uma tendência em direção a outras qualidades além da representação, ou seja, a percepção e a alucinação frequentemente se apresentam abertamente psicóticas nos momentos agudos. Esse me parece um bom exemplo do quanto não é suficiente se interessar pelos mecanismos. As mudanças de estado da qualidade podem ser, às vezes, mais esclarecedoras.

Do mesmo modo, procurar como e por que podemos encontrar uma descompensação psicossomática seguida a uma parada de uma atividade perversa, ou ainda uma alucinação, assim como compreender os deslocamentos dos estados de qualidade, são uma via de busca da psicanálise contemporânea que não se contenta mais com a noção de estrutura psíquica e busca aprofundar os conhecimentos a partir de uma ótica que considera a noção de movimento, de processo, de transformação.

RP – Dentro de sua concepção, o irrepresentável faz parte da história de todo indivíduo, uma vez que cada psiquismo tem uma capacidade limitada de transformação. Enfatiza que, nos pacientes que chamamos borderlines, predomina o irrepresentável, mas que, mesmo nos pacientes de funcionamento chamado neurótico, que respondem à psicanálise clássica, acontecem momentos de irrepresentabilidade. Como, em sua concepção do trabalho analítico, se pode trabalhar com esses pacientes sem perder esse acesso?

CB – Exatamente, o irrepresentável faz parte da vida psíquica normal. Ele só se torna patológico nos casos em que o psiquismo se revela incapaz ou pouco eficaz na transformação que deverá sofrer o irrepresentável. Para compreender essa idéia do irrepresentável, não devemos concebê-lo através da única explicação de ser a consequência de um trauma. Existe um certo abuso de linguagem quando, de uma forma um pouco rápida e ingênua, nós gostaríamos de dar uma idéia de intensidade de um trauma qualificando-o de irrepresentável. Não nos iludamos acentuando muito o quantitativo do trauma, mas consideremos o problema da intensidade do trauma a partir do ponto de vista do funcionamento do psiquismo. Quero dizer que, olhando de uma forma global o funcionamento do psiquismo, o elemento que me parece o mais fundamental da vida psíquica, e Freud já o dizia no *Projeto*, é o trabalho de transformação necessária a tudo o que chega ao psiquismo, a fim de torná-lo psiquicamente assimilável. Então o que nós chamamos, o que nós experienciamos como traumático é uma parte, um aspecto que escapa desse trabalho global, permanente, determinante da vida psíquica. A isso eu gostaria de acrescentar que o termo trauma não define tudo o que é irrepresentável, ele é só uma parte. Existe todo um outro irrepresentável, que se faz, que se desfaz sem parar na nossa vida cotidiana e que só se torna patoló-





gico em certas circunstâncias. Para bem compreender o funcionamento psíquico, é preciso tornar relativa uma concepção que tende a se desenvolver sobre um plano têmporo-espacial seguindo as regras do ego pré-consciente-consciente. O mais profundo não é necessariamente o mais antigo. No estado atual da psicanálise contemporânea, com os avanços que conhecemos, é evidente que a ótica de nossos predecesores, que acreditavam que o objetivo do tratamento era acessar o mais antigo, o mais arcaico, a fim de poder desfazer o núcleo da neurose ou da psicose, não é mais aceita. Mais do que falar de pré-história, prefiro utilizar a fórmula *trans-história*, a fim de acentuar não o que precedeu a história, mas o que, tanto ontem quanto hoje e amanhã, escapa à colocação em forma psíquica necessária para que possa entrar na narrativa da história de um indivíduo e estar integrado ao complexo, à rede de representações mais ou menos estreitamente ligadas à neurose infantil.

Com relação à questão de vocês concernente à forma de trabalho analítico necessária para trabalhar essa zona psíquica, parece-me que um início de resposta consiste em precisar que o irrepresentável, se for preciso situá-lo de uma forma tópica, se encontrará na fronteira entre o psíquico e o pré-psíquico, o que coloca um problema metapsicológico não negligenciável. Qual é a natureza desse pré-psíquico e psíquico? Eu só estou certo de uma coisa: que existem traços inscritos na vida psíquica que não correspondem à natureza dos traços mnêmicos, aqueles das lembranças representadas, tal qual Freud falou ao longo de toda a sua obra. No início dos meus trabalhos, eu gostava de falar de *traços perceptivos*, a fim de acentuar sua qualidade sensorial, opondo-os à qualidade representacional dos traços mnêmicos. Percebi, rapidamente, que o qualificativo de “perceptivo” se prestava à confusão, porque ele destacava o corpo e os órgãos dos sentidos. Em meu pensamento, parecia-me errado confundir o que nós chamamos a *memória do corpo* com o que eu queria exprimir com a noção de *traços perceptivos*. Progressivamente, e de uma forma mais ou menos inconsciente, negligenciei esse ponto, de tal modo que, no presente, acredito tê-lo renegado totalmente. Atualmente, opto por uma formulação que tem ao menos a vantagem de impedir toda referência ao representacional, ao corporal, ao sensorial e que, em compensação, se abre para um mundo fantasmático e imaginário, sem implicar um conteúdo preciso. Pelo termo *negativo* quero acentuar o que não pode ser dito, pensado, na forma de palavras, ou seja, aquilo que escapa ao pré-consciente-consciente.

Aqui, abro um parêntese para sublinhar o problema da terminologia usual utilizada desde sempre, inclusive pelo próprio Freud, de *representação inconsciente*. Ela sempre me incomodou, porque me parece que há antinomia entre a palavra “*representação*” e o adjetivo “*inconsciente*”. Nada nos diz que a natureza de uma representação continua a mesma uma vez recalçada e que ela merece continuar a ser no-





meada representação. Voltemos à nossa questão.

Graças ao qualificativo de *negativo*, podemos melhor conceber a idéia de um negativo do trauma, assinalando que a origem de um trauma pode ser a ausência de qualquer coisa que deve ter ocorrido em um dado momento, para que o psiquismo se estruture sem dano particular. Nesse caso, é uma ausência e não uma presença que desorganiza a vida psíquica. Winnicott teve essa intuição no final de sua obra.

Confesso que é desconcertante, e particularmente difícil para os psicanalistas que tentam explorar a vida além do mundo representacional, tentar encontrar a palavra, o termo adequado, uma vez que, por definição, ele não existe para designar sua intuição – o próprio desse universo, sua natureza íntima, seria de não ser representacional. Daí o fato de sermos obrigados a tatear, a avançar lentamente. Permitam-me a metáfora de um cego entrando numa peça que ele não conhece, e mais ainda, onde as luzes estão apagadas. É essa “dupla cegueira” que torna as formulações muito próximas e obrigatoriamente dependentes da personalidade do psicanalista que as aborda e que, a partir desse fato, vai utilizar termos eminentemente subjetivos, esclarecedores para ele, mas que, infelizmente, não significarão a mesma coisa para outros. As teorias que se seguem estarão na origem da “Babel” na qual se encontra atualmente a psicanálise.

Como vocês sabem, defendo a idéia que o acesso a esse mundo do irrepresentável só pode ocorrer através de uma regressão formal do pensamento do analista durante a sessão. É através da regressão, incluindo um certo desinvestimento do mundo representacional e, em oposição, uma aproximação da vida alucinatória, ou melhor, quase-alucinatória, que nós poderemos alcançar alguma coisa desse *negativo* próprio à trans-história. Trata-se de um *trabalho em duplo* que permite ao analista alcançar e dar forma ao que, no analisando, ficou sob uma forma irrepresentável. Esse trabalho só pode acontecer numa regrediência do pensamento do analista resultando num *trabalho de figurabilidade* em que o essencial não é tanto a figurabilidade ela mesma, mas o que ela aporta de inteligibilidade. Porque, seguidamente, a figurabilidade não é tomada como a expressão direta do irrepresentável. Ao contrário, a inteligibilidade a que ela conduz permite alcançar um sentido possível, novo e surpreendente, pois difere daquele do pensamento secundário, sentido que permite colocar em evidência o negativo à obra.

RP – *Como entender, metapsicologicamente, o movimento psíquico na mente do analista que permite tornar representável o irrepresentável para o paciente?*

CB – Naturalmente pensamos aqui no grande avanço da psicanálise que representou a noção da *capacidade de rêverie da mãe*, que nós devemos a Bion. Uma





precisão pode fazer-se a respeito disso: a capacidade de rêverie da mãe é um movimento de transformação, assim como Bion a descreveu e como é utilizada por seus discípulos; supõe uma capacidade de imaginação própria ao pré-consciente e que podemos, conforme nossas qualidades pessoais, desenvolver mais ou menos à vontade. De minha parte, gostaria de valorizar a importância da idéia de *figurabilidade*, que implica também a idéia de *transformação psíquica*. Mas com o vocábulo *figurabilidade* convocamos a idéia do trabalho do sonho, no sentido do texto de Freud de 1900, *A Interpretação dos Sonhos*. Trata-se de um movimento de transformação de vasta amplitude no que concerne não somente a um elemento preciso, aquele que Bion nomeia beta, mas à globalidade da vida psíquica num dado momento. Acredito que ganharíamos na compreensão da vida psíquica, se estabelecêssemos uma diferença entre *rêverie*, no sentido de Bion, de Meltzer, Thomas Ogden e de Antonino Ferro, e *figurabilidade* e, mais precisamente, o *trabalho de figurabilidade*.

RP – *Vários são os autores que abordam questões relativas aos processos de simbolização e suas falhas. Em nossa Sociedade temos estudado, nos últimos anos, com maior ênfase o pensamento de W. Bion. Seria possível uma aproximação clínica e metapsicológica do fenômeno do “irrepresentável” com aquele descrito por Bion de áreas do pensamento resultantes de uma insuficiência da função alfa, nas quais persistem experiências emocionais que não chegam a ser significadas? Se não são próximas essas duas concepções, no que diferem uma da outra?*

CB – Para ser inteiramente sincero, não sei se sou capaz, no estágio atual das minhas idéias, de estabelecer de uma forma clara uma diferença com a concepção de Bion. Também não estou certo de que um caminho, do tipo marcar os limites entre territórios teóricos diferentes, seja o caminho ideal para a evolução da psicanálise. Como acabei de lhes dizer, o drama da dupla cegueira na qual se encontra o analista, quando ele quer alcançar esse domínio além-representacional, é, eu insisto nisso, que ele é obrigado a criar noções, conceitos que o fazem, em seguida, entrar numa concepção portadora de uma certa lógica própria. Com a evolução da ciência, desde que as grandes ilusões do espírito positivista foram colocadas em questão pelas últimas descobertas, em particular aquelas da física (a relatividade, a quântica), nós podemos compreender que os conceitos, por mais esclarecedores e necessários que sejam em um momento preciso da história de uma disciplina, se tornam relativos quando a dita disciplina, na sua evolução, é capaz de resultar em uma nova globalidade. Igualmente, para melhor explicar meu ponto de vista, lembro a evolução do pensamento de Freud passando da primeira à segunda tópica. Não se trata de uma simples mudança de tópica, de uma simples introdução de novos elementos que tornam os primeiros





complexos. O que me parece mais determinante é que, enquanto na primeira tópica, Freud nos falava do funcionamento psíquico em termos mais precisos e designava os territórios com fronteiras nítidas, na segunda, Freud nos chamava a atenção sobre o impreciso que governa as fronteiras entre as instâncias e mesmo sobre as mudanças das qualidades possíveis – um elemento ou uma representação podem adquirir tanto uma qualidade como outra.

Tudo isso para dizer que o mais importante, na evolução da análise, não é de conhecer de cor, centímetro por centímetro, o pensamento de um autor; nós devemos, ao contrário, tentar alcançar, além do conceito e da teoria do autor, o que, pelas suas idéias fortemente aproximativas, às vezes desajeitadas, ele compreendeu além do campo representacional. É por isso, mais do que me demarcar ou de me considerar bioniano ou freudiano, que eu espero que minhas idéias tenham seguido uma linha, invisível desde os primórdios do pensamento psicanalítico, e que, evidentemente, se Bion não houvesse me precedido, não me teria permitido chegar à minha concepção atual. Certamente falo de Bion porque se trata do autor que vocês nomearam, mas, indiscutivelmente, também devo a outros autores, desde Ferenczi e, como já sabem, à obra de André Green.

Através da questão de vocês, coloca-se o problema da pesquisa em psicanálise, vasto e difícil assunto. Talvez já conheçam o que publiquei sobre isso, em particular recentemente, na *Revista de Psicanálise da APA*.

Depois desses preliminares, posso me aventurar a dizer algumas palavras sobre a relação entre o pensamento bioniano e a minha concepção. Alguns disseram que eu era bioniano. Não é o meu sentimento, apesar de que ele muito me inspirou e que conheço bem a sua obra, acredito eu. Foi Michael Parsons que me sugeriu que eu seria mais pós-bioniano. É certo que, influenciado por Bion, dou uma importância maior ao papel das transformações e ao papel do sonho no funcionamento psíquico. Assim como para Bion, também faço das transformações o eixo principal ao redor do qual se articula a vida psíquica. Onde eu posso me posicionar é em relação ao seguinte: o mais determinante em Bion é a sua teoria dos elementos alfa e beta e a necessidade de sua transformação. O sonho é prioritariamente visto desse ponto de vista. Recém falei sobre a necessidade de diferenciar a *rêverie* da figurabilidade. Se, como Bion, atribuo à função do sonho uma importância maior, não posso seguir Bion no que acredito ser uma simplificação do sonho quando ele o descreve principalmente como um produto da transformação dos elementos beta em alfa. O trabalho do sonho é, parece-me, de uma complexidade maior. E se, certamente, uma transformação desse tipo faz parte do sonho, existe também um trabalho mais global seguindo um movimento regido pelo que eu chamo o *princípio psíquico de convergência-coerência*.





Eu difiro, igualmente, de Bion quando ele considera que o sonho é uma atividade permanente, dia e noite. É muito claro num bioniano, como Meltzer, que chega à conclusão que, eu o cito de cor: “Vigília e sono é uma distinção que não tem mais sentido”. Ora, eu acredito que é preciso manter, a qualquer custo, uma tensão entre o funcionamento do dia e o funcionamento da noite. A riqueza e a complexidade da vida psíquica dependem dela (dessa tensão). Em compensação, penso que existe, permanentemente, na vida psíquica, um *princípio de convergência-coerência*. A forma como ele age e, por consequência, as manifestações às quais ele leva, dependem do estado em que se encontra o psiquismo. Quer dizer que, na noite, em função da regressão narcísica e pelo estado de regrediência próprio ao sono, a convergência-coerência vai se apoiar sobre a via alucinatoria e se manifestar sob a forma de sonho. Sua ação durante o dia se manifestará sob formas diferentes, conforme o estado desperto for muito ativo ou o psiquismo se encontrar num movimento regressivo-regrediente, em que o exemplo princeps é o *estado de sessão*. Quando o estado de vigília é ativo, a convergência-coerência se manifesta, principalmente, através dos processos secundários, apoiando-se, assim, sobre uma descontinuidade muito nítida entre vida interna e externa, entre representação e percepção. Segundo o grau de regressão, esses parâmetros de representação-percepção-alucinação vão variar na sua relação, e nós nos encontraremos com manifestações variadas da convergência-coerência. Por exemplo, um *acting* equivalente a um conflito não resolvido, um ato falho, uma figurabilidade, uma *rêverie* e, às vezes, uma alucinação do tipo das descritas por Freud como “alucinação de pessoas normais”, como as alucinações olfativas. Lembrem-se da alucinação “cheiro de pinho” de um de meus analisandos.

Para terminar, eu diria que a *rêverie* permanece essencial no domínio do pré-consciente, enquanto que o *trabalho da figurabilidade* supõe uma compreensão global da vida psíquica, que, como o trabalho do sonho, se apóia sobre a convergência-coerência e diz respeito a uma transformação pela criação de uma nova inteligibilidade. Cria-se a cada noite um novo sonho. Está aí a exigência de uma evolução permanente que governa a vida psíquica.

RP – *Gostaríamos que o sr. pudesse falar sobre o conceito da potencialidade traumática que se encontra na própria raiz do desejo infantil e da pulsão e quais suas diferenças do conceito clássico de trauma.*

CB – A questão de vocês é muito importante. A diferença entre o que nós chamamos *marca original da falta* e o conceito clássico de trauma reside na presença ou ausência de um conteúdo representacional. O conceito clássico de trauma implica a existência de uma percepção brutal, intensa, que surpreendeu o ego e, a partir





desse fato, não pôde estabelecer um sistema que poderia acolhê-la em uma rede representacional para lhe dar um sentido. A percepção do trauma continua como *electron libre*, sem a possibilidade de “se instalar” ou de entrar num entrelaçamento de sentidos. A compulsão à repetição fará com que o psiquismo, numa tentativa desesperada de assimilar o trauma, o faça retornar, forçosamente, a cada noite, à regressão alucinatória do sonho, facilitando a repetição da percepção. Diferenciando de Freud, que pensava que o trauma se impunha pelo seu quantitativo e que o psiquismo estava limitado a sofrer passivamente, eu digo que é o ego inconsciente que repete a percepção, a fim de poder influenciar-lhe o sentido em relação a sua própria história infantil. De fato, é só quando o trauma entra na lógica inconsciente em relação à neurose infantil que ele cessa de ser nocivo.

No que concerne à *marca original da falta*, trata-se de fato, como vocês se lembram, do fundamento da vida psíquica. Na raiz do desejo infantil, na sua constituição própria, existe uma tensão primordial, até um certo ponto de origem corporal, quer se trate da fome ou da sexualidade. Do fato de sua não-satisfação imediata, por uma materialização de ordem psíquica, a atenção devida à falta de realização coloca em ação o aparelho psíquico que tende a sair pelo alucinatório. O psiquismo lembra-se, então, de uma forma alucinatória do prazer de uma satisfação real de outros tempos, repetindo-a agora de forma alucinatória. É esse estado de tensão, inerente a todo desejo e a toda pulsão, que podemos considerar como uma potencialidade traumática permanente da vida psíquica. Nós encontramos aqui a importância da noção de transformação para se compreender o fato psíquico. Freud teve a intuição quando ele definiu, na metapsicologia de 1915, o fato pulsional como “a exigência do trabalho que esse impõe ao psiquismo”.

RP – *Na medida em que a potencialidade traumática está presente em todas as estruturas, que fatores influenciam o processo de transformação dos elementos sensoriais em qualidade de representação e quais fatores levam à predominância do negativo e da não representação?*

CB – Não estou muito certo de poder responder de uma forma bem precisa a esta questão. O que posso dizer, no estado atual da minha reflexão, é que o processo de transformação dos elementos sensoriais, ou mais amplamente do negativo, como qualidade de representação, não pode ser declinado em termos de fatores diferentes. Eu utilizaria o termo *trabalho*, que permite ver os problemas de uma forma mais global. Mas antes de ir além, gostaria que uma coisa ficasse clara. Os termos *negativo* ou a *marca original da falta* não são considerados como aspectos indesejáveis da vida psíquica. Ao contrário, trata-se de motores graças aos quais a vida psíquica está





constantemente em estado de funcionamento e, mais, incita continuamente o psiquismo em direção a uma evolução. Porque essa tensão, essa potencialidade traumática incessante, não oferece nenhuma escolha ao psiquismo: ou a dor e o sofrimento, ou um caminho em evolução permanente. Quer dizer que, quanto mais o psiquismo for capaz de criar uma rede de representações complexas e variadas, em que os processos de deslocamento e de condensação podem ser exercidos livremente, maior será a possibilidade de esvaziar suas tensões primordiais. De qualquer forma, quanto mais rica a neurose infantil, melhor o psiquismo se conduz. A consequência para a prática analítica de hoje é que não podemos mais nos contentar em pensar, como antigamente, que seu objetivo é de resolver a neurose do paciente e se satisfazer, como faziam nossos predecessores, com clarear o recalcado infantil como objetivo final. Isso é só um aspecto que, por mais importante que seja, hoje não nos basta mais. O analista deverá fazer todo o possível para facilitar, para o paciente, um enriquecimento de suas redes representacionais. E isso a partir de um trabalho de assimilação, de integração dos elementos irrepresentáveis e trans-históricos. □

Tradução de **Luciane Falcão**
Revisão técnica de **Gisha Brodacz**

© Revista de Psicanálise – SPPA



Atenção montador

a página **368** é branca





Normas Gerais de Publicação de Trabalhos

Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

1. Os artigos publicados na *Revista de Psicanálise da SPPA* devem ajustar-se ao que se segue:

- a. O artigo deve ser inédito, excetuando-se trabalhos publicados em anais de congressos, simpósios, mesas redondas ou boletins de circulação interna de sociedades psicanalíticas.
- b. O artigo não pode infringir nenhum preceito ético e todos os esforços devem ser feitos de modo a proteger a identidade dos pacientes mencionados em relatos clínicos.
- c. O artigo deve respeitar as normas que regem os direitos autorais.
- d. O artigo não deve conter nenhum material que possa ser considerado ofensivo ou difamatório.
- e. O autor deve estar ciente de que, ao publicar o artigo na *Revista de Psicanálise da SPPA*, ele estará transferindo automaticamente o “copyright” para essa, salvo as exceções previstas pela lei. Fica, desta forma, vetada sua reprodução, ainda que parcial, sem a devida autorização da *Revista*.
- f. O artigo não deve estar sendo encaminhado simultaneamente para outra publicação sem o conhecimento explícito e confirmação por escrito do editor. Violações a essa regra, que impliquem em ações legais, serão de responsabilidade exclusiva do autor.
- g. Os conceitos emitidos são da inteira responsabilidade do autor.

2. Os originais deverão obedecer às seguintes exigências mínimas:

- a. Serão entregues, em dois disquetes (uma cópia de segurança). Os arquivos devem ser gerados no *Word for Windows* com a identificação do autor e título do trabalho. Devem ser remetidos à Editoria da *Revista*, cujo endereço é o da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre – Rua General Andrade Neves, 14, 8º andar, conj. 802A – 90010-210 - Porto Alegre - RS, ou por e-mail para revista@sppa.org.br
- b. O artigo deverá adequar-se às dimensões deste tipo de publicação. Sugere-se que, sem comprometer a clareza do texto, sua extensão não ultrapasse 11.000





palavras. Tabelas, gráficos, desenhos e outras ilustrações devem estar inseridas no texto sem prejuízo da qualidade das imagens. O conteúdo total de ilustrações não deverá exceder $\frac{1}{4}$ do espaço ocupado pelo artigo. Custos adicionais com ilustrações ficarão ao encargo do autor, que será previamente informado. Também é de responsabilidade do autor obter autorização para ilustrações, quando exigido.

- c. Os trabalhos deverão conter, em sua estrutura, título, resumo e palavras-chaves nos três idiomas, português, inglês e espanhol, e referências bibliográficas. A forma de apresentação da discussão dos conteúdos ficará a critério do autor.
- d. O resumo deverá ter no máximo 200 palavras e ser capaz de comunicar os pontos principais.
- e. O nome do autor e sua cidade deve constar no canto esquerdo logo abaixo do título. A titulação do autor deverá estar em nota de rodapé na primeira página.
- f. O endereço do autor, incluindo e-mail, deverá ser mencionado após as referências bibliográficas.

3. Referências bibliográficas:

Ao longo do texto as referências serão apresentadas citando o nome do autor seguido do ano de publicação entre parênteses como, por exemplo, Freud (1918) ou (Freud, 1918). Se dois co-autores são citados, os dois nomes deverão ser mencionados, por exemplo, Marty; de M'Uzan (1963) ou (Marty; de M'Uzan, 1963). Se houver mais de dois autores, a referência no texto indicará o primeiro, por exemplo, Rodrigues et al. (1983) ou (Rodrigues et al., 1983).

Citações literais deverão ser colocadas entre aspas. Além da revisão cuidadosa quanto à sua fidedignidade, deve ser indicado o número da página de onde foram retiradas. As inserções que forem feitas no texto original serão indicadas dentro de parênteses como, por exemplo, "ele (Freud) sugeriu que...". Grifos no original deverão ser assinalados. Ênfase adicional, no texto, também será indicada, acrescentando-se "grifos meus", entre parênteses, no final da citação. Usar reticências para indicar omissões no texto citado, por exemplo, "considerou-se... que assim foi o caso".

A lista de referências bibliográficas deverá incluir apenas as obras citadas no texto. Os autores serão mencionados em ordem alfabética e suas obras pela ordem cronológica da primeira publicação. Se várias obras citadas de um mesmo autor foram publicadas no mesmo ano, deve-se acrescentar à data de publicação as letras a, b, c, etc.





Quando um autor é referido individualmente e também como co-autor, serão listadas antes as obras em que ele é o único autor, seguidas das publicações em que ele é co-autor.

Os nomes dos autores não serão repetidos, mas indicados por um traço.

Os dados referenciados terão a seguinte ordenação:

a) Artigos publicados em revistas ou periódicos:

Autor. (ano da publicação entre parênteses). Título do artigo. Nome da revista ou periódico em itálico (por extenso ou abreviado). Volume, número, páginas (inicial e final).

Exemplo:

OGDEN, T.H. (1985). On potential space. *Int. J. Psycho-anal.* v. 66, n. 2, p.129-141.

b) Livros:

No caso de um só autor e mesma data:

Autor. (ano da primeira publicação entre parênteses). Título do livro em itálico. Local de publicação (cidade): editora, ano da edição.

Exemplo:

BION, W. R. (1961). *Experiências com grupos*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

No caso de coletânea de vários autores ou de um só autor com publicações em diferentes datas:

Autor. (Ano da primeira publicação entre parênteses). Título do capítulo ou artigo seguido de ponto e da expressão In: Nome do autor ou editor. Título do livro em itálico. Local de publicação (cidade): editora, ano da edição, páginas (inicial e final).

Exemplos:

ROSENFELD, H. (1971). Uma abordagem clínica para a teoria psicanalítica das pulsões de vida e de morte: uma investigação dos aspectos agressivos do narcisismo. In: SPILLIUS, E. B. (editor) *Melanie Klein hoje*. Rio de Janeiro: Imago, 1990, 17-29.

ROSENFELD, H. (1950). Nota a respeito da psicopatologia dos estados confusionais nas esquizofrenias crônicas. In: _____. *Os estados psicóticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, 62-74.





Normas gerais de publicação de trabalhos

No caso de texto constante de coleção de obras completas do autor:

Autor. (Ano da primeira publicação entre parênteses). Título do texto. In: Nome da coleção em itálico (por extenso ou abreviado). Volume. Local da publicação: Editora, data da edição, páginas (inicial e final).

Exemplos:

FREUD, S. (1905). Fragmento da análise de um caso de histeria. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1972, 1-119.

FREUD, S. (1905). Três ensayos de teoría sexual. In: *Obras completas*. v. 7. Buenos Aires: Amorrortu, 1988, 109-224.

KLEIN, M. (1946). Notas sobre alguns mecanismos esquizóides. In: *Obras Completas*. v. 3, Rio de Janeiro: Imago, 1991, 17-43.

c) Monografias, teses, dissertações:

Autor. (Ano da publicação ou apresentação entre parênteses). Título em itálico. Local: nome da universidade ou instituição. Indicação de monografia, tese ou dissertação.

Exemplo:

LEVY, R. (2000). *Do símbolo à simbolização: uma revisão da evolução teórica e suas repercussões sobre a técnica psicanalítica*. Porto Alegre: Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. Monografia.

4) Procedimentos de avaliação

Todo trabalho entregue para publicação é numerado e distribuído anonimamente em todas as suas etapas. É avaliado através de critérios padronizados por, pelo menos, três membros do Conselho de Revisores ou do Conselho Consultivo da Revista de Psicanálise da SPPA. Da mesma forma, o nome dos avaliadores é mantido em sigilo.

Uma vez aprovado pelo Conselho Editorial, a decisão final quanto à data de sua publicação dependerá do programa editorial estabelecido.





Revista de Psicanálise

da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Pedidos de assinatura:

Encaminhar este cupom para a secretaria da

Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Rua Gen. Andrade Neves, 14 conj. 802

90010-210 – Porto Alegre-RS

Fone (0xx51) 3228-7583 – Fone/Fax (0xx51) 3224-3340

E-mail: revista@sppa.org.br

Valor da assinatura anual (3 números): R\$ 75,00

Valor de número avulso: R\$ 28,00

Promoção especial por tempo limitado:

Coleção completa (24 números): R\$ 240,00 (4 X R\$ 60,00)

Número avulso antigo: R\$ 15,00

Nome

Endereço

CEP..... Cidade

Fone..... E-mail:

(Cheque cruzado, nominal à Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre ou, se o preferir, solicite o envio de um DOC para pagamento bancário).

